





Revista do
ARQUIVO PÚBLICO DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Governador

José Renato Casagrande

Vice-governador

Ricardo Ferraço

Secretário de Estado da Cultura

Fabício Noronha

Diretor Geral do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo

Cilmar Cesconetto Franceschetto

Diretor Técnico Administrativo

Luiz Gonsaga Pimentel Fraga

© 2022 Arquivo Público do Estado do Espírito Santo
Rua Sete de Setembro, 414
CEP 29.015-905 - Vitória - ES - Brasil
Tel. (27) 3636-6100
E-mail: revista@ape.es.gov.br
Site: www.ape.es.gov.br

R454 Revista do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo [Recurso eletrônico].
ano 6, n. 12 (jul./dez.2022). Vitória: Arquivo Público do Estado do
Espírito Santo, 2023.

174 p. : il.

Semestral
ISSN 2763-535X

1. História – Espírito Santo. 2. DOPS – Espírito Santo. 3. Congo – Espírito
Santo. 4. Imigração Italiana – Espírito Santo. 5. Fotografias – Espírito Santo. I. Arquivo Público do
Estado do Espírito Santo.

CDD – 981.52

As ideias, opiniões e conceituações contidas nos artigos desta revista são de inteira
responsabilidade dos autores, não representando necessariamente o posicionamen-
to deste Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.



Editor Executivo

Cilmar Cesconetto Franceschetto

Coordenação Editorial

Margarete Farias de Moraes

Departamento de Arquivologia - UFES

Oswaldo Martins de Oliveira

Departamento de Ciências Sociais - UFES

Julio Bentivoglio

Departamento de História - UFES

Editor Gerente

Alexandre Matias

Jória Motta Scolforo

Michel Caldeira de Souza

Projeto Gráfico e Editoração

Alexandre Matias

Pesquisa e Seleção Iconográfica

Jória Motta Scolforo

Tiago de Matos Alves

Revisão de estrutura e linguagem

Jória Motta Scolforo

Conselho Editorial

Alexandre de Sá Avelar (UFU), Aline Lopes de Lacerda (Casa Oswaldo Cruz), André Malverdes (UFES), André Porto Ancona Lopez (UNB), Arno Wehling (IHGB), César Albenes de Mendonça Cruz (EMESCAM), Fábio Franzini (UNIFESP), Joan Boadas i Raset (Girona-Espanha), João Eurípedes Franklin Leal (UFF), João Gualberto Vasconcellos (UFES - SECULT), José Antonio Martinuzzo (UFES), Julio Bentivoglio (UFES), Jurandir Malerba (UFRGS), Lúcia Maria Paschoal Guimarães (UERJ), Maria Beatriz Nader (UFES), Raquel Glezer (USP), Renzo M. Grosselli (PUC-RS), Rita de Cássia Maia (UFES - Diretora da Biblioteca Pública Estadual - SECULT), Taiguara Aldabalde Vilella (UFES), Telma Campanha de Carvalho Madio (UNESPE-MARILIA), Ueber José de Oliveira (UFES) e Valdei Lopes de Araújo (UFOP).

Conselho Consultivo

Agostino Lazzaro (ex-Diretor Geral - APEES), Dr. Alexandre Faben (Ufes), Andrea Lisly (UFOP), Antônio Carlos Queiroz do Ó (UFES), Bruno César Nascimento (UFES), Bruno Santos Conde (IFES), Camila Mattos da Costa (IBICT-UFRRJ), Cláudio Zanotelli (UFES), Cristiano P. Alencar Arrais (UFG), Danilo José Zioni Feretti (UFSJ), Dr. Estilache Ferreira dos Santos (UFES), Me. Fernando Santa Clara Viana Junior - UFES, Dr. Gustavo Henrique Araújo Forde (Ufes), Helena Molloy (UFOP), Isabel Lustosa (Casa Rui Barbosa), Janice Gusmão (PUC-SP), José Eustáquio Ribeiro (UFG), Jorge Vinícius Monteiro Vianna (SABERES), Dra. Kátia Sausen da Motta (UFES), Dr. Luiz Cláudio Moisés Ribeiro (UFES), Dra. Maria Cristina Dadalto (UFES), Dra. Patrícia Maria da Silva Merlo, Dr. Pedro Ernesto Fagundes (UFES), Rodrigo Aldeia Duarte (Arquivo Nacional), Rodrigo da Silva Goularte (IFES), Rodrigo Mello de Moraes Pimenta (PMVV), Rogério Rosa (UNESC), Dra. Sonia M. Mattos (UFES), Dra. Vânia Maria Losada (UFRJ) e Dr. Vitor de Ângelo (UVV).

SUMÁRIO

EDITORIAL

- 6 | Cilmar Cesconetto Franceschetto

ARTIGOS

- 9 | *Da Repressão ao acesso: o caso do acervo da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS/ES) do Estado do Espírito Santo (1930 a 2010)*
Pedro Ernesto Fagundes
- 21 | *Bailes de congos de São Benedito em Itaúnas: memórias e saberes de mestres*
Osvaldo Martins de Oliveira e Luciana Cruz Carneiro
- 39 | *Sistema de gestão escolar: análise segundo as diretrizes do produtor do Projeto Interpares* - Tânia Barbosa Salles Gava , André Luiz Mendes da Silva e Luciana Itida Ferrarri
- 57 | *Imigração italiana em Alfredo Chaves: uma abordagem cultural*
Gabriel Pietralonga Marion
- 69 | *A participação das elites recém-formadas de Itapemirim-ES no reconhecimento da independência do Brasil*
Laryssa Da Silva Machado e Lucas Da Silva Machado
- 85 | *Amylton de Almeida à contrapelo: uma leitura benjaminiana de Lugar de Toda Pobreza (1983)* - Kelly Alves Andrade
- 97 | *A região contestada entre o Espírito Santo e Minas Gerais e a história oral*
Edmilton Da Silva
- 111 | *O conclave do “Papa” Geovani: um episódio da História do ES (2003)*
André Ricardo Valle Vasco Pereira

- 129 | *Fotografias familiares e produção de novos olhares com o uso do pinhole em Andorinhas—Vitória/Es* - Marcello França Furtado

DOCUMENTO

- 145 | *Imprensa, rusgas políticas e crime: o caso do inquérito policial de Joaquim Ramalhetes Maia em defesa de sua honra (1853)*
Jória Motta Scolforo e Marcos Antonio Briel

REPORTAGEM

- 161 | *Relatório de gestão referente ao ano de 2022*
Arquivo Público Do Estado Do Espírito Santo
- 171 | *Periódico do acervo do Arquivo Público é um dos pioneiros do jornalismo esportivo no Brasil* - Jória Motta Scolforo

EDITORIAL

Caros leitores,

Em 115 anos de história, o Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES) vem sendo reconhecido pelo seu papel institucional de preservar os documentos, testemunhos probatórios para as atuais e futuras gerações, que são os diversos itens que compõem o seu acervo, como: processos, ofícios, plantas, mapas, fotografias, negativos, livros, películas, vinis, fitas de áudio e vídeo, em seus suportes originais ou reproduzidos em papel, microfilme ou em formato digital.

O APEES tem, portanto, a missão de dar acesso a esses documentos, a todos os interessados, o que se verifica diariamente em nossa Sala de Consultas e, cada vez mais, por meio do nosso site, onde o acervo é publicado após ser digitalizado. Essa prática é realizada diariamente, conforme a demanda, ou seja, de acordo com os documentos mais solicitados pelos consulentes.

Um dos primeiros acervos que disponibilizamos na internet foi por meio da parceria com o Arquivo Nacional (projeto Memórias Reveladas), que são os documentos do fundo DOPS, da Delegacia de Ordem Política e Social, os conhecidos documentos da Ditadura Civil Militar. O acesso a essa documentação permitiu a elaboração do primeiro artigo desse número da nossa Revista. Conforme o autor, a disponibilização desse acervo ao público “assumiu um papel relevante para a história recente”.

O presente número da Revista também traz um artigo produzido com base na pesquisa etnográfica, na observação participante em ensaios e eventos festivos, além de entrevistas para coleta de dados por meio de narrativas de vida, método utilizado pelos pesquisadores para a elaboração do segundo artigo, que trata sobre as memórias e saberes dos mestres dos bailes de Congos de São Benedito, em Itaúnas, no norte do Estado.

O terceiro artigo aborda o campo da Arquivologia, que tem por interesse analisar a produção e gestão de documentos arquivísticos digitais, “pesquisa de abordagem do tipo exploratória, de caráter participante”, utilizando-se de fontes bibliográfica e documental, que teve como prioridade a produção dos documentos de um Sistema de Gestão Escolar utilizado em uma UMEI (Unidade Municipal de Educação Infantil) da Grande Vitória, tendo como base as diretrizes do Produtor do Projeto InterPARES.

O artigo seguinte aborda a imigração italiana no Espírito Santo. Além da pesquisa em livros e artigos, o autor se utilizou de entrevistas com descendentes de imigrantes para elaborar seu estudo. O objetivo do trabalho é o de “apresentar alguns aspectos culturais legados pelos imigrantes italianos na cidade de Alfredo Chaves”.

“A participação das elites recém-formadas de Itapemirim-ES no reconhecimento da Independência do Brasil” traz uma análise socioeconômica da vila nas primeiras décadas do Oitocentos para mostrar como se deu a formação da elite daquela vila. Para sua elaboração, os autores se utilizaram de fontes primárias e pesquisa bibliográfica.

No sexto artigo, discute-se o compromisso da produção cultural do jornalista e cineasta Amylton de Almeida no seu interesse em averiguar a realidade dos oprimidos durante a me-

tropolização de Vitória. O artigo analisa o documentário “Lugar de Toda Pobreza” (1983), a partir de uma abordagem benjaminiana. Esse filme tornou pública a rotina dos moradores que sobreviviam do lixo na região da Grande São Pedro, bairro de Vitória.

A história oral foi utilizada como metodologia de pesquisa no artigo que trata sobre a região contestada entre o Espírito Santo e Minas Gerais. Com base em uma entrevista, o autor procura estudar a atuação da Polícia Militar do Espírito Santo (PMES) nos conflitos naquela área.

O oitavo artigo aborda um fato da história recente do Espírito Santo, no embate político-jurídico sobre a eleição da mesa diretora da Presidência da Assembleia Legislativa, no ano de 2003.

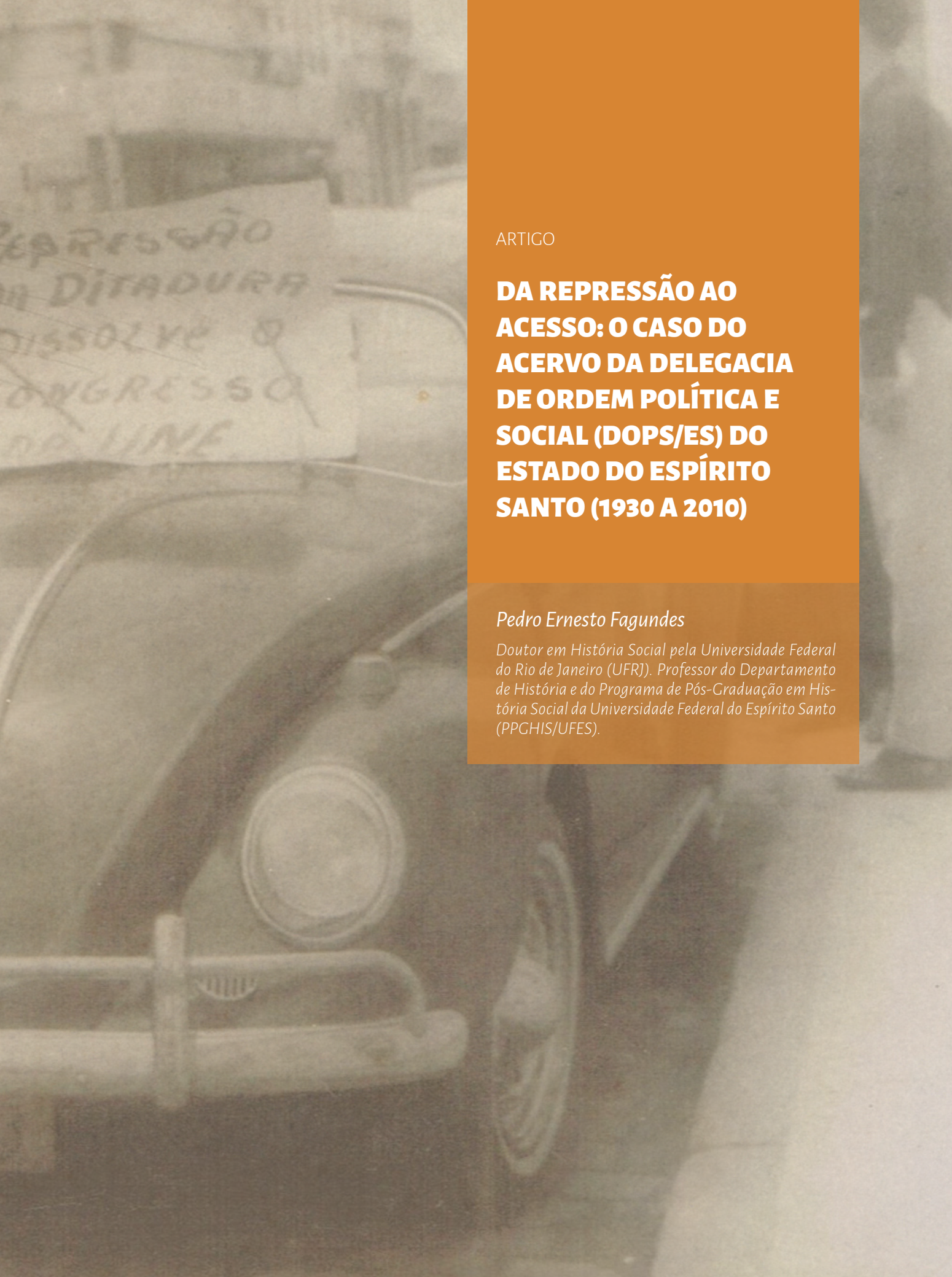
O último artigo, “Fotografias familiares e produção de novos olhares com o uso do pinhole em Andorinhas – Vitória/ES” apresenta um estudo de caso a partir da experiência de oficinas de arquivo e técnicas fotográficas de pinhole em uma escola da rede municipal de ensino da cidade de Vitória.

Dar visibilidade às pesquisas realizadas na instituição e democratizar o acesso os nossos documentos, por meio da publicação dos artigos acadêmicos, a diferentes mãos e olhares, assim como promover um espaço para a divulgação dos estudos, preferencialmente em História e Arquivologia, são as principais motivações da “Revista do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo”.

Uma boa leitura a todos!

Cilmar Cesconetto Franceschetto
Editor Executivo





ARTIGO

**DA REPRESSÃO AO
ACESSO: O CASO DO
ACERVO DA DELEGACIA
DE ORDEM POLÍTICA E
SOCIAL (DOPS/ES) DO
ESTADO DO ESPÍRITO
SANTO (1930 A 2010)**

Pedro Ernesto Fagundes

Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGHIS/UFES).

Resumo

Nos últimos anos, a possibilidade de manuseio e análise do acervo documental da antiga Delegacia de ordem Política e Social (DOPS/ES) assumiu um papel relevante para a história recente. No Estado do Espírito Santo esse órgão de repressão, que surgiu oficialmente na década de 1930, atuou no monitoramento de entidades como a AIB e a ANL. Entre os anos de 1964 a 1985, o DOPS/ES desempenhou papel essencial na vigilância e contenção de qualquer movimento contestatório ao poder estabelecido. As atuais pesquisas, ampliadas a partir da abertura dos arquivos do DOPS/ES, tem permitido o encontro dos pesquisadores com documentos de valor inestimável para a construção da memória política do Espírito Santo e do país.

Palavras-chave: DOPS/ES; Arquivo Público do Estado do Espírito Santo; Integralismo; Ditadura Militar.

Abstract

In recent years, the possibility of using and analyzing the documentary collection of the former Delegacia de ordem política e social (DOPS/ES) has assumed a relevant role in recent history. In the state of Espírito Santo, this repressive agency, which was officially created in the 1930s, monitored organizations such as the AIB and the ANL. Between 1964 and 1985, the DOPS/ES played an essential role in the surveillance and containment of any movement that challenged the established power. The current research, expanded by the opening of the DOPS/ES files, has allowed researchers to encounter documents of inestimable value for the construction of the political memory of Espírito Santo and the country.

Keywords: DOPS/ES; Public Archives of the State of Espírito Santo; Integralism; Military Dictatorship.

Criação do DOPS/ES

Em 1933, em âmbito federal, foi criada pela administração de Getúlio Vargas a Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DESPS), órgão de abrangência federal, que colaborou na institucionalização de um modus operandi no que diz respeito à atuação da polícia política. Naquele contexto, a centralização administrativa do Estado brasileiro era vista como uma alternativa para superar a chamada “dívida republicana”, haja vista que a descentralização, marca da Primeira República (1889-1930), passou a ser identificada e indicada como principal fator do atraso do país.

Sendo assim, a ausência de políticas públicas do Estado nas áreas da saúde, educação, e segurança passa a ser indicada como fator fundamental da degradação, da falta de vitalidade, da doença, enfim, como responsável pelos vícios e desvios do conjunto da sociedade. A soma desses fatores teria como resultado a formação de um povo amorfo.

O caminho, ou “remédio”, indicado para o país seria o fortalecimento de sua organização nacional,

principalmente de seu “cérebro”, representado pela figura do governo federal. Nesse sentido, segurança pública centralizada deveria transformar-se em espaço para controle, vigilância e repressão dos indivíduos considerados inimigos da ordem social e política. A estigmatização das manifestações populares – com destaque para as do meio operário – foi uma constante durante toda a Primeira República (1889-1930).

A partir dessa construção teórica surgiu um consenso em torno do papel do Estado como suporte contra a irracionalidade das “massas”. Durante as duas primeiras décadas do século XX, os imigrantes europeus e os anarcossindicalistas, em especial, e a população pobre dos centros urbanos, de uma maneira generalizada, passaram a ser identificados como os alvos em potencial do aparato repressivo (AQUINO, 2002, p. 21).

Depois da chamada “Revolução de 1930”, houve um o fortalecimento do poder público de repressão, em todos os níveis. Tanto que, nos primeiros anos da administração de Getúlio Vargas, além da criação do DESPS, surgiram inúmeras seções estaduais da polícia

política. A preocupação com o aumento das tensões sociais no país foi o combustível para a ampliação do aparato repressivo (REZNIK, 2004, p. 107).

A segurança da ordem social e o receio em relação ao perigo representado pelos considerados “subversivos” foram fundamentais para a estruturação e burocratização da polícia política brasileira. A necessidade de construir um discurso unificado e articulado em variados locais do país foi um dos motivos que impulsionou a criação de órgãos de repressão em todas as regiões. Essa expansão de órgãos encarregados de investigar crimes contra o Estado motivou a criação ou reorganização de departamentos estaduais de polícia política em inúmeros estados.

A polícia política do Estado do Espírito Santo surgiu oficialmente em 27 de novembro de 1930, a partir da criação do cargo de delegado de Ordem Social, órgão subordinado à Delegacia Geral. A criação da polícia política capixaba foi uma das medidas adotadas durante os primeiros meses do governo provisório do interventor federal João Punaro Bley (1930-1935). O objetivo era reorganizar a estrutura jurídico-administrativa do Estado e equipar as instituições da área de segurança social, apesar de, originalmente, esse órgão não contar com muita estrutura.

Durante o governo constitucional de Getúlio Vargas (1934-1937), os reflexos da agitada conjuntura política nacional também foram reproduzidos no Espírito Santo. Essa situação levou a polícia política local a ter, entre 1935 e 1937, o cargo de delegado de Ordem Política e Social elevado à categoria de Delegacia de Ordem Política e Social do Estado do Espírito Santo (DOPS/ES).

Esse órgão concentrou sua estrutura na vigilância, controle e repressão de indivíduos, grupos, partidos e organizações de caráter ideológico, com destaque para os militantes da Ação Integralista Brasileira (AIB) e da Aliança Nacional Libertadora (ANL). Nos arquivos do órgão – no momento em processo de organização no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES) – é possível encontrar centenas de documentos sobre essas organizações.

Os documentos encontrados na APEES indicam que a ANL capixaba também contou com inúmeros núcleos em todas as regiões do estado. No Espírito Santo, a organização teve papel de destaque no combate ao movimento integralista. Prova disso que em novembro de 1935 ocorreu um enfrentamento de rua entre militantes “camisas-verdes” e “aliancistas” na estação ferroviária de Cachoeiro de Itapemirim. O conflito, que teve como saldo final três vítimas fatais, foi apenas mais um capítulo no antagonismo político entre militantes integralistas e anti-integralistas em nosso país (FAGUNDES, 2011, p. 223).

Entretanto, os vários choques e enfrentamentos envolvendo membros da ANL e da AIB, registrados nesse período, foram apenas uma parte das dificuldades enfrentadas pelos militantes antifascistas no Brasil. A situação ficaria muito pior depois dos chamados “Levantes Antifascista”, de novembro de 1935, também conhecidos como “Intentona Comunista”.

Militantes da ANL, a princípio nas cidades nordestinas de Natal e Recife e, posteriormente, no Rio de Janeiro, estiveram envolvidos – no caso da capital Potiguar – em uma série de levantes armados – nos casos do Distrito Federal e Recife – na tentativa de derrubar o governo Vargas. Os levantes foram duramente reprimidos e seus principais líderes foram encarcerados. O próprio Luis Carlos Prestes foi perseguido e preso em 1936 pelos agentes do DESPS. Os levantes de novembro de 1935 decretaram o fim, de fato, da ANL e ao mesmo tempo iniciaram uma das maiores ações da polícia política no país. No Espírito Santo, dezenas de ex-militantes “aliancistas” foram detidos e tiveram seus nomes fichados no DOPS/ES.

Com a repressão em nível estadual e local concentrando todo seu aparato nos militantes da esquerda, poderia parecer que os integralistas estariam livres para atuar no estado. O fato é que, no Espírito Santo, apesar de ocuparem uma posição de vanguarda na campanha anticomunista, os “camisas-verdes” também foram alvo dos agentes do DOPS/ES.

Basta analisar o dossiê específico da AIB nos arquivos do DOPS/ES. Ao longo de sua existência legal

— basta lembrar que a AIB elegeu 26 vereadores e dois prefeitos no ES — os integralistas também tiveram publicações, panfletos e material de suas sedes apreendidos pelos agentes da polícia política. Contudo, a maior parte da documentação referente aos integralistas foi produzida a partir do chamado *Putsch* Integralista, de 1938.

O fato ocorreu em resposta ao presidente Getúlio Vargas, que determinou o fechamento da AIB, logo após o estabelecimento da chamada ditadura do Estado Novo (1937-1945). Em 10 de novembro de 1937, o Estado Novo foi formalmente instalado, sem maiores reações e manifestações contrárias e, sobretudo, contando com a colaboração passiva dos “camisas-verdes”. O nebuloso episódio que teria levado Vargas a instalar o Estado Novo foi baseado em um falso documento de um fictício militante judeu-comunista conhecido como Cohen, daí o nome “Plano Cohen”.

A partir do Estado Novo, o Poder Legislativo, os partidos políticos, os governos estaduais, os sindicatos, a imprensa, enfim, o país passou a viver um período de intervenções e suspensão dos direitos democráticos. Com o objetivo de manter a lei e a ordem, ameaçadas por um suposto plano dos “comunistas” de tomar o poder, o presidente Vargas tornou-se o único intermediário entre o povo e o governo.

Sob o pretexto de resguardar o Brasil de um possível golpe de Estado comandado pelos comunistas, Getúlio Vargas conseguiu se manter no poder. O movimento que propiciou a instalação do Estado Novo foi uma tentativa de responder ao que seus idealizadores qualificavam como situação de anarquia política, sobretudo para salvar a Nação do “perigo vermelho”.

Com o apoio dado ao golpe do Estado Novo, a direção da AIB chegou a pensar que finalmente assumiria o poder político do país. Entretanto, como “pagamento” pelo apoio dos integralistas, a administração Vargas decretou o fim das atividades da AIB, bem como de todos os outros partidos políticos brasileiros, permitindo apenas que essas organizações sobrevivessem como sociedades civis.

O problema maior para os “camisas-verdes” foi que o Decreto-Lei nº 37/1937, que estabelecia as regras para o funcionamento das ditas sociedades civis, vetava toda e qualquer utilização de uniformes, insígnias, símbolos e gestos das antigas agremiações partidárias. Tentou-se, ainda, buscar uma alternativa por meio da criação da Associação Brasileira de Cultura (ABC).

Se a reação da direção nacional ao fechamento do partido foi a criação da ABC, outros setores da AIB propuseram respostas mais contundentes: vários núcleos integralistas nos estados prepararam tentativas de levantes armados. Como dissemos, o mais notório desses episódios ficou conhecido como *Putsch* Integralista — também chamada de Intentona Integralista — e aconteceu em maio de 1938. Na verdade, foi uma tentativa de golpe de Estado que reuniu vários núcleos integralistas, visando à tomada de pontos estratégicos da capital federal — então cidade do Rio de Janeiro.

Esse levante armado foi duramente reprimido pelas forças de segurança do governo Vargas, chegando estas a executar inúmeros militantes integralistas que tentaram invadir o Palácio do Catete, residência oficial do presidente. Após esses acontecimentos, a repressão da polícia política do governo Vargas concentrou seus esforços na perseguição e prisão de centenas de ex-militantes da AIB em diversos estados.

De fato, os documentos da antiga Delegacia de Ordem Política e Social do Estado do Espírito Santo (DOPS/ES) sobre as prisões de integralistas, a partir de maio de 1938, indicam que inúmeros dirigentes da AIB capixaba foram detidos. Como exemplo, em 16 de maio, por ordem do delegado Alcides Gomes de Vasconcelos, os integralistas cachoeirenses Darcy Pereira, Dalton Penedo, João Secchin e Zíel Pinheiro foram presos e encaminhados para a Chefatura de Polícia, em Vitória.

Após rápida passagem pelo presídio de Roda D'água, em 18 de maio, o vereador integralista Dalton Penedo foi enviado para a enfermaria do quartel da Polícia Militar. Nesse mesmo local, porém detidos

nas celas, ficaram Darcy Pereira, Pery Quintaes e José Cola. Outros ex-dirigentes da AIB foram espalhados pelas prisões de Vitória, como os “camisas-verdes” Milton Couto Prado, Dr. Sylvio Couto Prado e Dr Djalma Heloy Hess, que foram recolhidos na sede da Guarda Civil.

A Chefatura de Polícia abrigou Raymundo de Mello Junior, Dr. João Linhares, Vicente Brasil, Luis Marrochi, Lourival Serrão, Dr. Robinson Castelo, Dayr de Souza Alves, Archiláu Vivácqua e João Secchin. O padre e vereador Ponziano Stenzel, em voto de silêncio, permaneceu na sede do Bispado de Vitória. Outro que ficou em prisão domiciliar foi Theophilo Costa.

Em 1945, a vitória contra os países do Eixo (Alemanha, Japão e Itália) revigorou a esperança nos princípios democráticos. No mesmo ano, chegou ao fim a ditadura do Estado Novo. Contudo, a presença do aparato repressivo continuou presente na sociedade brasileira. A década de 1950 foi marcada pelo recrudescimento dos conflitos entre as duas super-potências – Estados Unidos (EUA) e União Soviética (URSS). A chamada Guerra Fria refletiu na nova fase da política de segurança brasileira. Nessa década, o Governo Federal apresentou inúmeras leis, organizou conferências sobre segurança interna e até mesmo articulou a criação do Serviço Federal de Informação e Contra-Informação (SFICI), em 1956. Treinamentos e convênios de cooperação foram estabelecidos entre os governos do Brasil e dos EUA no sentido de barrar a “ameaça vermelha”. Mais do que nunca a meta era combater o perigo comunista.

Em 1946, a polícia política do Estado do Espírito Santo passou por outra modificação através do Decreto-Lei Nº 16.230. A Delegacia de Ordem Política e Social foi unificada com a Delegacia de Estrangeiros e com a 1ª e 2ª Delegacias Auxiliares, dando origem à Delegacia de Ordem Especializada de Ordem Política e Social do Espírito Santo (DEOPS/ES). Contudo, pouco tempo depois a polícia política sofreria novas e importantes modificações.

Entre 1951 e 1954 o Espírito Santo foi administrado pelo governador Jones dos Santos Neves (Partido So-

cial Democrático - PSD). Esse governo desenvolveu uma série de ações no sentido de dinamizar a economia e administração pública do estado. As mudanças relativas ao funcionamento da Polícia Civil foram introduzidas a partir da Lei Estadual Nº 719/1953. Entre outras modificações, podemos citar a mudança na nomenclatura da polícia política, que voltou a ser denominada de Delegacia de Ordem Política e Social do Espírito Santo, com o retorno também da antiga sigla, DOPS.

A Polícia Civil do Espírito Santo, segundo o Artigo 5º da Lei Estadual Nº 719/1953, passaria a contar com as seguintes Delegacias Especializadas: a) Delegacia de Ordem Política e Social; b) Delegacia de Costumes; c) Delegacia de Segurança Patrimonial; d) Delegacia de Segurança Pessoal; e e) Delegacia de Menores e Trânsito.

O DOPS/ES e a Ditadura Militar

Entre os anos de 1964 a 1985, o DOPS/ES desempenhou papel essencial na manutenção da Ditadura Civil-Militar, especialmente na vigilância e contenção de qualquer movimento contestatório ao poder estabelecido. Isso porque, a partir da criação do Serviço Nacional de Informações (SNI), em 1964, um amplo aparato repressivo começou a ser articulado em nível federal. A mudança no tratamento dos grupos de resistência ocorreu a partir da promulgação dos Atos Institucionais Nº 13 e 14, 05 de dezembro de 1969, que estabeleceram penas de banimento do território nacional, pena de morte e pena de prisão perpétua para as ações contra a Segurança Nacional.

Esse processo de combate aos chamados “elementos subversivos” chegou ao ponto máximo de centralização durante os anos finais da década de 1960, com o surgimento de órgãos de repressão comandados diretamente pelas forças armadas. Nesse sentido, o DOPS/ES atuou em sintonia com o chamado “sistema de informação”.

Isso porque, em outubro de 1970, através da “Diretriz Presidencial de Segurança Interna”, a cúpula do

regime começou a estruturar e planejar o combate mais ostensivo aos “inimigos da ordem”.¹ A principal inovação da “Diretriz” foi a institucionalização do chamado Sistema Nacional de Segurança Interna (SISSEGIN). A partir da criação do SISSEGIN houve uma centralização das operações de repressão política em nível nacional. Em outras palavras, as forças armadas através desse verdadeiro “Sistema de Informação” iriam assumir o combate direto às “ameaças internas”. (FICO, 2001: 79-80).

Nesse sentido, foi criado o Destacamento de Operações de Informações-Centro de Operações de Ordem Interna (DOI-CODI).² Esse momento marcou um adensamento das atividades e o incremento da produção de informações do DOPS/ES. Não por acaso, que a maior parte da massa documental em tratamento no APPES tem seu recorte temporal a partir da década de 1970. Isso porque para cumprir suas novas tarefas esses órgãos produziram e fizeram circular – em caráter sigiloso – conjuntos documentais amplos e diversificados, constituído por: pedidos de busca, atestados de conduta ideológica, inquéritos policiais, dossiês, fotografias, jornais, panfletos e cartazes.

A ideia era centralizar e integrar a ação dos órgãos de repressão política. Dessa feita, os serviços de inteligência da Marinha (Cenimar), da Aeronáutica (CISA), a Polícia Federal (PF), as Polícias Militares (PM's) e, principalmente, os DOPS estaduais passariam a desenvolver seu trabalho de forma homogeneizada e sempre sob a coordenação do Exército. Para facilitar a assimilação de todos os integrantes do “sistema de segurança interno”, a partir de 1970, os postos de chefes dos Departamentos Estaduais da PF, dos Secretários Estaduais de Segurança e dos comandantes estaduais da PM passaram a ser ocu-

pados por oficiais do Exército ou por indivíduos indicados pelas forças armadas.³

Sendo assim, com a criação do SISSEGIN, Forças Armadas e polícia política unificaram esforços para enfrentar a ameaça “subversiva”. Com relação às polícias estaduais, sobretudo o DOPS/ES, passaram a integrar o “sistema”, fornecendo recursos e emprestando seus agentes. Quando falamos em DOI-CODI, existe a ideia de que tal órgão de repressão funcionou apenas nos grandes centros.

Basta observar nos documentos do DOPS/ES o item “Difusão”. Invariavelmente, no caso do Espírito Santo, essa verdadeira “rede de informação” era formada pelos seguintes órgãos: DOPS/ES, Departamento da Polícia Federal (DPF), Secretaria de Estado de Segurança Pública (SSP), Polícia Militar (PM) e 3º Batalhão de Caçadores (3º BC). Como era coordenado e centralizado pelo Exército em nível nacional, o sistema funcionava como uma verdadeira rede que fornecia informações relativas às atividades dos indivíduos e grupos considerados suspeitos. Contudo, na prática o “sistema de segurança” trabalhava integrando e em sintonia com os órgãos locais, como podemos observar no organograma ao lado.

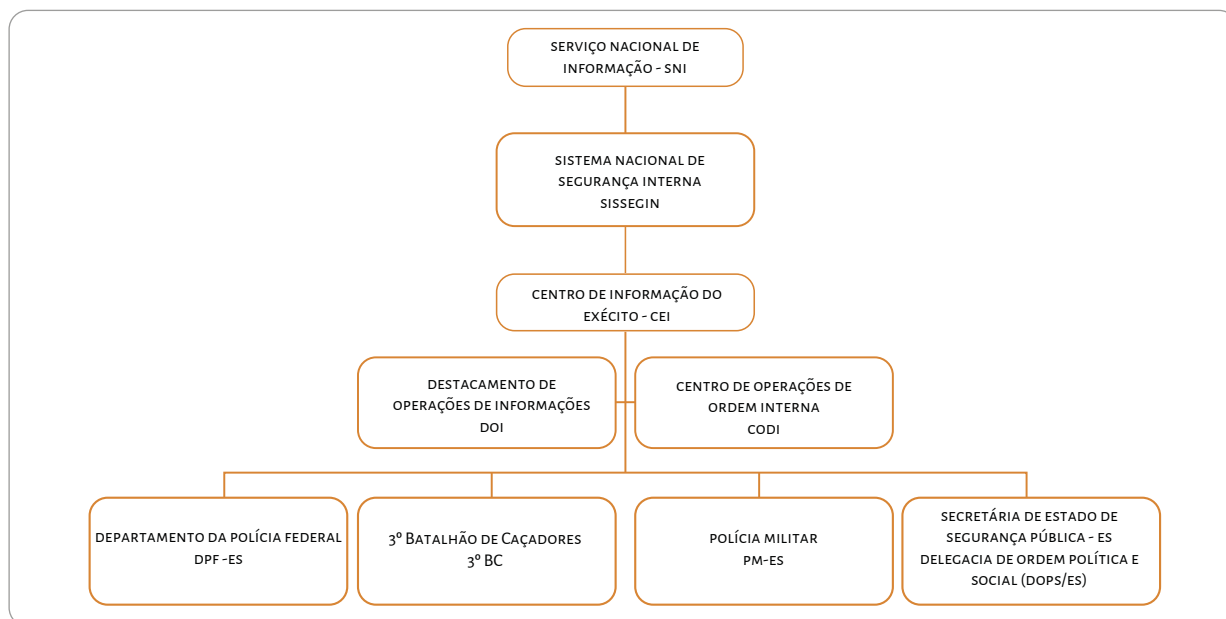
Até o momento, nossas pesquisas permitem afirmar que, no Espírito Santo, o sistema DOI-CODI iniciou suas atividades efetivamente em 1971, na captura de inúmeros militantes da chamada Ala Vermelha do PCdoB – dissidência criada a partir de 1966. No ano seguinte foi desenvolvida outra grande operação de investigação e captura de militantes da esquerda. Dessa vez os homens do DOI-CODI foram responsáveis pela “queda” da direção estadual do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e a prisão de dezenas de comunistas, sobretudo, de militantes que atuavam no movimento estudantil. Durante as duas ocasiões as atividades foram coordenadas por elementos do 3º BC.

Essa operação gerou um relatório que continha quatro páginas, datilografado em uma folha A4, o documento tem o timbre do Exército e é datado

1 FICO, Carlos. *Como eles agiam*: 2001, p.115-135.

2 O sistema DOI-CODI foi precedido de uma experiência pioneira levada a cabo no estado de São Paulo conhecida como Operação Bandeirante (OBAN). Financiada por empresários paulistas e coordenada pelas Forças Armadas esse órgão investigou, prendeu e torturou inúmeras pessoas suspeitas de participarem de grupos da esquerda armada.

3 FICO, Carlos. *Como eles agiam*: 2001, p. 115.



de fevereiro de 1973. Todas as páginas – carimbado em vermelho – contêm as seguintes palavras: Confidencial, 3º Batalhão de Caçadores, Ministério do Exército, 2ª seção. Contudo, existe outro carimbo no documento, também com letras vermelhas, com a seguinte inscrição: “O destinatário é responsável pela manutenção do sigilo deste documento. Art 62 – Dec. nº 60417 67. Regulamento para salvaguarda de assuntos sigilosos”.

Como dissemos anteriormente, o sigilo sempre foi um dos princípios elementos do *modus operandi* da Polícia Política, pois, em alguns casos de espionagem, os agentes deveriam trabalhar infiltrados nas organizações investigadas. Mesmo em plena ditadura as ações sigilosas e a discrição nas operações foram sempre enfatizadas no interior da comunidade de informação e segurança. Prova disso é que o DOI-CODI não tinha um letreiro luminoso em sua sede, muito pelo contrário, seus agentes eram instruídos a adotar “nomes de guerra”, andarem sempre à paisana, nunca portar documentos de identidade das forças armadas e evitar cortar o cabelo no estilo militar.⁴

Voltando ao documento, as informações difun-

didas para a “comunidade de informação” – PM-ES, DF-ES, SSP-ES e DOPS-ES – foram originalmente extraídas de um “Relatório periódico produzido pelo I Exército”. Basicamente esse relatório trata da estrutura do PCdoB no Espírito Santo, inclusive, apresenta um organograma do referido partido com os nomes dos principais militantes e os locais das organizações de base dos comunistas.

Como foi visto, o *modus operandi* do DOI-CODI procurava adaptar-se em cada região. Geralmente, o CODI agia como um órgão de coordenação e planejamento a partir do recolhimento das informações. A incumbência dos integrantes do DOI era realizar o trabalho de campo, em outras palavras, a vigilância, captura e interrogatório dos “subversivos”.⁵ Em suas operações os representantes das forças armadas poderiam requisitar e atuar com agentes da PF-ES, da PM-ES e do DOPS/ES. Segundo depoimentos de inúmeros ex-militantes da esquerda, os “interrogatórios” – também sob o comando de militares do exército – foram realizados nas dependências do então 3º BC, atual 38º Batalhão de Infantaria (38º BI).⁶

4 FICO, Carlos. *Como eles agiam*: 2001, p.128.

5 FICO, Carlos. *Como eles agiam*: 2001, pp. 122-123.

6 Ver mais, em depoimentos em: FAGUNDES, Pedro Ernesto; AMORIM,

Não há dúvida de que as ações dos órgãos de repressão contra os grupos que aderiram à luta armada foram mais intensas durante os primeiros anos da década de 1970. Ao que tudo indica, a reação do governo militar conseguiu desarticular a maioria desses grupos da esquerda revolucionária. A partir da segunda metade da referida década, os órgãos de segurança interna passaram a intensificar a vigilância a grupos e movimentos que retomaram as mobilizações em torno da redemocratização do Brasil.

Entre as séries de documentos relativas aos partidos políticos legais – excluindo os dossiês dos partidos comunistas, produzidos a partir das investigações dos agentes do DOPS/ES, inegavelmente, a agremiação que conta com a maior quantidade de material é o Movimento Democrático Brasileiro/Partido do Movimento Democrático Brasileiro (MDB/PMDB). Esse partido foi criado a partir do Ato Institucional Nº 2.

O chamado AI 2 foi o responsável pela introdução do bipartidarismo no Brasil. Todas as agremiações do chamado Período Democrático (1945-1964) acabaram sendo substituídas por apenas duas agremiações: o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) – legenda que em tese deveria agregar os opositores do regime – e a Aliança Renovadora Nacional (Arena). Mesmo sendo uma legenda legalizada, os militantes medebistas/pemedebistas estiveram constantemente sob vigilância dos membros da polícia política.

É importante relembrar o que afirmamos anteriormente, que, ao longo de sua existência, a Polícia Política capixaba atuou de forma constante e ininterrupta durante mais de cinco décadas, inclusive nos períodos considerados democráticos. Tanto que, como vimos, a primeira série de documentos e o próprio fichário do órgão começaram a ser produzidos entre os anos de 1935 e 1937. Indistintamente, como é possível apurar nos arquivos do DOPS/ES, militantes da Aliança Nacional Libertadora (ANL) e da Ação In-

tegralista Brasileira (AIB) concentraram as atenções dos agentes da Polícia Política capixaba. O fato de os integralistas terem sido investigados não foi uma exceção, isso porque outros partidos considerados de direita estiveram na mira dos agentes do DOPS/ES.

Até mesmo a insuspeita Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido político que empenhou incondicionalmente seu apoio à ditadura Civil-Militar (1964-1985), foi monitorada e teve um dossiê aberto nos arquivos do DOPS/ES. Esse fato não deixa de ser curioso: apesar de notoriamente ter sido identificada como “partido do ‘sim senhor’”, os arenistas também estiveram entre as forças políticas vigiadas pelos agentes da polícia política.

Como se vê, ser alvo da polícia política não foi uma “exclusividade” dos partidos e organizações identificados com a esquerda. Sendo assim, se durante o bipartidarismo a “situação” era espionada, com a reforma partidária instituindo o retorno do pluripartidarismo – através da Lei nº. 6767/79 (de 20/12/1979), as novas legendas fundadas no início da década de 1980 também entraram na mira do DOPS/ES. Esse tipo de atuação concentrou seus esforços nos militantes do Partido dos Trabalhadores (PT), do Partido Democrático Trabalhistas (PDT) e, como foi visto no início do texto, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

O movimento estudantil (ME) foi outro seguimento da sociedade que, por conta de sua atuação combativa na década de 1960 e sua reorganização no final dos anos 1970, gerou ampla massa documental nos arquivos do DOPS/ES. Destaque para cartazes, panfletos e publicações que foram sistematicamente confiscados. Alguns militantes do ME estiveram constantemente sob as lentes da polícia política capixaba, com destaque para o ex-governador Paulo Hartung. O então jovem estudante de Economia colaborou ativamente na refundação e foi o primeiro presidente do Diretório Central dos Estudantes da UFES (DCE-UFES) e na reestruturação da União Nacional dos Estudantes (UNE), em 1979. Sempre que ocorria uma passeata, assembleias de estudantes, uma

Vitor. A. OLIVEIRA, Ueber (Org.).

O Estado do Espírito Santo e a Ditadura (1964-1985). 1. ed. Vitória: GM Editora, 2014.

pichação nos muros do campus ou algum panfleto suspeito era confiscado, em seus relatórios os agentes do DOPS/ES não tinham dúvidas: apontavam Paulo Hartung como principal suspeito.

O movimento sindical foi outro setor que despertou atenção especial dos agentes da Polícia Política capixaba. Apesar de a legislação imposta durante a Ditadura Civil-Militar controlar as ações dos sindicalistas, algumas categorias começaram a se reorganizar e, por conta de suas mobilizações tornaram-se alvo do DOPS/ES. Podemos citar o Sindicato dos Jornalistas, o Sindicato dos Engenheiros, o Sindicato dos Ferrovieiros e a Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Entretanto, uma das organizações classista que mais despertou a atenção dos agentes do DOPS/ES foi a União dos Professores do Estado do Espírito Santo (UPES). No dossiê específico sobre a UPES existem centenas de relatórios sobre as atividades da entidade, panfletos e cartazes confiscados, inúmeros recortes de jornais e material sobre as eleições da diretoria. Essa organização sindical continuou suas atividades durante os anos da ditadura, com destaque para o período entre 1974 e 1982.

Do mesmo modo, a polícia política capixaba também atuou no monitoramento de movimentos de cunho religioso. Seria óbvio citar a vigilância em atividades organizadas pela Igreja Católica e suas pastorais sociais, principalmente, durante a segunda metade da década de 1970 – período em que a Igreja Católica assumiu destaque na retomada das mobilizações em defesa da redemocratização do país. Entretanto, no Espírito Santo, outros grupamentos religiosos também foram investigados, entre eles os Testemunhas de Jeová, o grupo católico ultraconservador Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição Família e Propriedade (TFP), os Meninos de Deus e a Primeira Igreja Presbiteriana de Vitória.

Esse tipo de atuação indistinta permite estabelecer algumas características básicas sobre o *modus operandi* do DOPS/ES. Primeiro, a montagem e burocratização do aparato repressivo foi uma tarefa permanente dos governos brasileiros, inclusive durante

as décadas do “Período Democrático” (1945-1964). Esse fato atesta que as ações da polícia política aconteceram mesmo durante os períodos em que ameaças externas ou internas ao país não estavam na ordem do dia. Pode-se dizer que o aparato repressivo existia antes de as primeiras organizações de esquerda optarem pelo caminho da luta armada. Algo que deixa explícito a matriz autoritária da Polícia Política no Espírito Santo e no Brasil.

Convém reiterar que o aparato repressivo montado a partir da Ditadura do Estado Novo foi mantido e aperfeiçoado entre 1945 e 1964. Com o Golpe de 1964, os militares tiveram a oportunidade de criar o Serviço Nacional de Informações (SNI) e, finalmente, com o surgimento dos órgãos de segurança ligados às Forças Armadas (CENIMAR, CISA e CIE), houve a efetiva centralização de um sistema nacional de informação e de um sistema nacional de segurança (DOI-CODI). Esse sistema, coordenado pelo Exército, na prática centralizou os órgãos de segurança regionais (Polícia Federal, Polícias Militar e Civil, os DOPS estaduais etc.).

Como exemplo dessa centralização da repressão, podemos citar o caso do militante do movimento estudantil (ME), Iran Caetano. Estudante do curso de Medicina da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), preso em Ibiúna-SP, junto com centenas de outros estudantes, em outubro de 1968 – durante o xxx Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), Iran Caetano foi fichado no DOPS de São Paulo. Fato que não impediu o militante de ter também um prontuário e uma ficha nos arquivos do DOPS/ES.

Durante a década de 1970 esse sistema de informação foi ampliado. Basta observar que nos fichários do DOPS/ES existem, aproximadamente, 25 mil fichas. Essas fichas foram elaboradas não porque milhares de pessoas do Espírito Santo militaram em organizações ou partidos de esquerda. A explicação para esse número de fichas nos arquivos do DOPS/ES é que as informações relativas a militantes de outros estados – em alguns casos de figuras que jamais atuaram diretamente no ES, tais como Luis Carlos

Prestes (Secretário Geral do PCB) e Dilma Rousseff (ex-guerilheira e ex-presidenta do Brasil) – eram compartilhadas por todos os órgãos de repressão, no período. Essa troca e circulação de informações – um tipo de *intranet* de papel – permitia que, mesmo mudando de Estado, os indivíduos fichados pudessem ser identificados pelos agentes da repressão.

Segunda característica, o anticomunismo foi o elemento que serviu para justificar a existência de órgão de repressão, mesmo durante os períodos democráticos. Pode-se dizer, que o anticomunismo foi um movimento que surgiu em nível internacional, sobretudo depois da Revolução Russa. O temor do conjunto dos setores dirigentes, de modo geral, teve como ponto de partida os acontecimentos de 1917. A partir dessa data, a preocupação passou a centrar-se na tarefa de impedir que as teses dos comunistas fossem espalhadas por outras regiões. Afastar as propostas dos “vermelhos” do imaginário dos trabalhadores e da população em geral passou a ser a missão principal de inúmeros setores da sociedade.

Ao longo do século XX, teriam ocorrido três grandes ondas anticomunistas de maior intensidade no Brasil. Uma primeira onda se manifestou entre os anos de 1935-1937, ou seja, logo após os Levantes Armados de 1935. O período inicial da Guerra Fria, a partir de 1946, teria sido o segundo momento. O terceiro, entre os anos de 1961-1964. Esses momentos de maior efervescência anticomunista tiveram desfechos semelhantes: a instalação de regimes ditatoriais – em 1937, o Estado Novo, e, em 1964, a Ditadura Civil-Militar (MOTTA, 2002, p. 22)

Entre as estratégias empregadas para refutar e desqualificar as propostas comunistas, assumiram destaque as que buscaram estabelecer uma dicotomia entre o bem e o mal. Nelas, o Comunismo era apresentado a partir de uma simbologia negativa e pejorativa. Expressões como fantasma, espectro e sombra eram constantemente associadas às ações dos comunistas.

Entre os militares brasileiros a imagem do Comunismo como um perigo à soberania nacional

ganhou força, principalmente, depois dos Levantes Armados de novembro de 1935, que ficaram conhecidos pelo termo pejorativo de “Intentona Comunista”. O combate aos comunistas passou a ser uma das tarefas prioritárias das Forças Armadas, pois, ao perseguir os comunistas, os militares estariam defendendo a integridade nacional, a ordem institucional, a hierarquia, a soberania nacional, enfim, a própria pátria. O Comunismo também foi acusado de perturbador da ordem política e social do país. Para atingir tais fins, constantemente eram utilizadas metáforas para associar essa teoria a moléstias ou doenças contagiosas. Os termos mais empregados eram: teoria malsã, praga, peste, doença, vírus, germes, cancro, foco, câncer, veneno, contágio, bacilo e infecção (MOTTA, 2002, p. 53).

Terceira característica básica, apesar de seu caráter anticomunista, o DOPS/ES atuou na investigação e monitoramento das mais diversas organizações e movimentos. Ao que tudo indica, o simples fato de um grupo de pessoas procurar se organizar, reivindicar e se mobilizar, independentemente de sua orientação ideológica, era motivo para compor a galeria de “suspeitos” de atentar contra a ordem social. No vocabulário político dos agentes da repressão, a palavra “subversivo” foi utilizada de maneira extremamente abrangente.

3- Considerações finais:

No Estado do Espírito Santo, após a extinção do órgão denominado DOPS/ES, em meados da década de 1980, todo o material, inclusive as fichas e dossiês, foram levados para a sede da Polícia Federal. A extinção, de direito, da Polícia Política capixaba foi oficializada pela Lei estadual nº 4.573, de 31 de outubro de 1991, aprovada pela Assembleia Legislativa do Espírito Santo e homologada pelo governador Albuíno Azeredo. Essa lei determinou a transferência da massa documental para o Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APPES/ES).

As atuais pesquisas, nos outrora sigilosos arquivos do DOPS/ES, têm permitido o encontro dos pesquisadores com documentos de valor inestimável para a construção da memória política do Espírito Santo e do país. São milhares de documentos, que apenas recentemente, começaram a ser organizados, haja vista que somente a partir de 2009, efetivamente, o APPES começou a organizar esses documentos, com o início dos trabalhos em parceria com o “Projeto Memórias Reveladas”, do Arquivo Nacional.

No presente, em decorrência da aprovação da chamada Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), permitiu o contato irrestrito com os documentos dos antigos DOPS estaduais. A Lei de Acesso consagrou o direito à Informação. Tal legislação foi fundamental para preencher importantes páginas – que até o momento encontravam-se em branco – de nossa história. No presente, a possibilidade de manuseio e análise de tal massa documental assume um papel relevante para a história política capixaba e brasileira (FAGUNDES, 2012).

Referências

AQUINO, M. Aparecida et al. (orgs). **O dissecar da estrutura administrativa do DEOPS/SP: o anticomunismo – doença do aparato repressivo brasileiro**. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa oficial do Estado, 2003. v. 3. Série: Radiografias do Autoritarismo Republicano Brasileiro.

FAGUNDES, Pedro Ernesto. Vestígios de um esquecimento: a memória integralista no Sul do Estado do Espírito Santo. In: SCARPI, Michelle et al (Orgs). SCARPI, Michelle et al (Orgs). **Vestígios da memória sul capixaba**: em 11 narrativas. Vitória: Flor&Cultura, 2011.

FAGUNDES, Pedro Ernesto. Coração Vermelho: Guilherme Tavares e a memória dos comunistas do Espírito Santo. In: SCARPI, Michelle et al (Orgs). **Vestígios da memória sul capixaba**: em 11 narrativas. Vitória: Flor&Cultuta, 2011.

FAGUNDES, Pedro Ernesto. **Memórias Silenciadas**: catálogo sele-
tivo dos panfletos, cartazes e publicações confiscadas pela De-
legacia de Ordem Política e Social do Estado do Espírito Santo
- DOPS/ES (1930-1985). 1. ed. Vitória - ES: GM Editora. 2012

FAGUNDES, Pedro Ernesto; AMORIM, Vitor. A. OLIVEIRA, Ueber (Org.). **O Estado do Espírito Santo e a Ditadura (1964-1985)**. 1. ed. Vitória: GM Editora, 2014

FICO, CARLOS. **Como eles agiam. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política.** Rio de Janeiro: Record, 2001.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o “Perigo Verme-**

Iho: o anticomunismo no Brasil (1917 – 1964). São Paulo: Perspectiva, 2002.

REIS, Daniel Aarão. Entre reforma e revolução: a trajetória do Partido Comunista do Brasil entre 1943 e 1964. In: **História do marxismo no Brasil: partidos e organizações dos anos de 1920 aos 1960**. RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão (Org.). Campinas: Unicamp, 2007, v. 5.

REZNIK, Luís. **Democracia e segurança nacional: a polícia política no pós-guerra**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

BRASIL, 1972. 0. MESES. 13 P. 02

CONFIDENCIAL

GRUPO DE SIGILO

Data: 05 / 04 / 1972. Nº 013/72

Origem: RAMES

Referência: XX

Disseminção: P/2/DP/SP/RS
SII/SBP/BS : 01/SBP/BS.

INFORME INFORMAL/RECIDO DE BUSCA
RECORRIMENTO Nº 013/72

AValiação

CONFIANÇA	X
VERACIDADE	X

ÍNDICE DE CLASSIFICAÇÃO
(Preenchido pelo receptor...)

Esta OM recebeu e divulga em panfletos em anexo, encontradas nos sanitários da Universidade Federal de Espírito Santo, Principalmente Faculdade de Filosofia.

A REVOLUÇÃO DA RA É IRREVERSÍVEL - E CONSOLIDADA A DEMOCRACIA NO BRASIL

O DESTINATÁRIO E RESPONSÁVEL
Pela MANUTENÇÃO DO SIGILO DESTE DOCUMENTO (ART. 60.417/67)
REGULAMENTO PARA SALVAGUARDA DE ASSUNTOS SIGILOSOS.

NOSSA VIGILÂNCIA
E A SUA
SEGURANÇA

CONFIDENCIAL

GRUPO DE SIGILO



ARTIGO

BAILES DE CONGOS DE SÃO BENEDITO EM ITAÚNAS: MEMÓRIAS E SABERES DE MESTRES

Osvaldo Martins de Oliveira

Doutor em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professor no Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo. Coordenador do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros na gestão 2022-2024.

Luciana Cruz Carneiro

Tem graduação em Artes Plásticas e mestrado na mesma área pela Universidade Federal do Espírito Santo. É pesquisadora filiada ao Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da UFES e atuou como bolsista no projeto de extensão Jongos e Caxambus e no projeto de pesquisa "Africanidades Transatlânticas: cultura, história e memórias afro-brasileiras a partir do Espírito Santo".

Resumo

O objetivo do artigo é analisar memórias e saberes de mestres de agrupamentos de culturas tradicionais, que chamam de tradição e/ou cultura. Trata-se de mestres dos seguintes grupos de “Baile de Congos de São Benedito”: Bongado; Itaúnas e Quilombo Angelim. Todos esses grupos ensaiam e realizam suas festas na vila de Itaúnas e nos seus arredores, no município de Conceição da Barra (ES). Na pesquisa etnográfica, empregamos o método da observação participante em ensaios e eventos festivos, além de realizarmos entrevistas para coleta de dados por meio de narrativas de vida com os mestres. Verificamos, nos resultados da pesquisa, que as memórias dos sujeitos das narrativas remetem para antigos e atuais lugares e personagens que atuaram nos processos de transmissão cultural nos grupos estudados e na vila de Itaúnas. Concluímos que os mestres estão inseridos em um processo de transmissão cultural, pois receberam saberes de seus pais, avós e tios e cumprem as promessas aos ancestrais e ao santo, de transmitirem a tradição para as novas gerações.

Palavras-chave: mestres, memória, saberes tradicionais, Baile de Congos de São Benedito.

Abstract

The objective of the article is to analyze memories and knowledge of masters of groups of traditional cultures, which they call tradition and/or culture. These are masters of the following groups of “Baile de Congos de São Benedito”: Bongado; Itaúnas and Quilombo Angelim. All these groups rehearse and hold their parties in the village of Itaúnas and its surroundings, in the municipality of Conceição da Barra (ES). In the ethnographic research, we used the method of participant observation in rehearsals and festive events, in addition to conducting interviews to collect data through life narratives with the masters. We verified, in the research results, that the memories of the subjects of the narratives refer to ancient and current places and characters that acted in the processes of cultural transmission in the studied groups and in the village of Itaúnas. We conclude that the masters are inserted in a process of cultural transmission, as they received knowledge from their parents, grandparents and uncles and fulfill the promises to the ancestors and the saint, to transmit the tradition to the new generations.

Keywords: masters, memory, traditional knowledge, Baile de Congos de São Benedito.

Introdução¹

Este artigo é um dos resultados dos projetos de pesquisa “Africanidades transatlânticas: cultura, história e memórias afro-brasileiras a partir do Espírito Santo” (2018-2020)² e “Africanidades transatlânticas: história, memórias e culturas afro-brasileiras” (que está em desenvolvimento desde 2021). Nosso obje-

tivo aqui é analisar as memórias sobre as chamadas “tradições” culturais, a partir das narrativas de vida e trajetórias de mestres de saberes de comunidades e agrupamentos tradicionais e quilombolas. O ponto de partida do artigo foi a visão de tais mestres, onde serão analisadas suas demandas por direitos e políticas públicas ao patrimônio cultural e por reconhecimento e salvaguarda de seus bens culturais. Em termos metodológicos, foram realizadas entrevistas, participação e observação em eventos festivos organizados por mestres e lideranças, em especial nos “bailes de congos de São Benedito” na vila de Itaúnas.

Cabe destacar que o conceito de memória é usado aqui a partir de Pollak (1989 e 1992), e não está

¹ Introdução elaborada sob a autoria de Osvaldo Martins de Oliveira.

² O projeto foi desenvolvido junto às comunidades quilombolas e agrupamentos culturais afro-brasileiros no Espírito Santo e o resultado foi uma parceria celebrada pelo Termo de Cooperação 002/2018 entre a Secretaria de Estado da Cultura (SECULT), a Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES) e a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). A pesquisa foi regida pela Resolução nº 210/2018 e pelo Termo de Outorga 314/2018, e contou, de 2018 a 2020, com financiamento da FAPES e SECULT.

relacionado às concepções das memórias oficiais, mas sim das memórias subterrâneas e silenciadas, que sempre vêm à superfície em momentos oportunos e estratégicos. Destacamos ainda, que essas memórias estão relacionadas a lugares, pessoas-pessoagens, datas e eventos sociais. Ressalta-se também que o termo “narrativas de vida”, que é um conceito teórico-metodológico ligado à etno-sociologia de Bertaux (2010), consiste em associar as técnicas metodológicas dos estudos de caso da antropologia e as generalizações da sociologia, destacando-se que o mais importante são as narrativas dos entrevistados sobre suas próprias experiências de vida.

A partir dos dados coletados, o artigo apresenta um resumo de quatro resultados com diferentes dimensões desses eventos festivos tradicionais, a saber: 1º) as memórias dos mestres remetem aos antigos lugares de realização de eventos festivos em territórios de quilombos no norte do estado do Espírito Santo, que aqui são analisados como lugares de memórias e de tradições culturais; 2º) as lembranças do passado são acionadas como símbolos demarcadores do pertencimento e identificação às comunidades quilombolas; 3º) os eventos festivos são considerados oportunos para estabelecer e consolidar laços de amizade e de parentesco, pois neles têm ocorrido acordos de alianças matrimoniais entre os futuros cônjuges e suas famílias; 4º) nos bailes de congos dedicados a São Benedito, ocorrem discursos políticos de denúncia de expropriação dos territórios quilombolas, dos descasos das autoridades políticas e governamentais em relação à saúde, à educação, aos transportes e à geração de emprego, não apenas aos quilombolas, mas a todos os brasileiros. Descrições e análises mais detalhadas serão apresentadas a seguir a partir das narrativas de vida de mestres das chamadas tradições culturais existentes na vila de Itaúnas.

O presente artigo, que consiste na descrição e análise das memórias dos mestres de três bailes de congo, está organizado em 05 (cinco) partes, distribuídas como segue: 1ª) uma explanação sobre o que se

entende por baile de congos e as memórias dos lugares dessas tradições culturais em Itaúnas; 2ª) o Baile de Congos de São Benedito do Bongado e as lideranças de Anísio Ribeiro e Wantuil Gomes; 3ª) o Baile de Congos de São Benedito de Itaúnas e a liderança de João de Deus Messias Falcão; 4ª) o Baile de Congos de São Benedito do Quilombo do Angelim e a liderança de Caboclinho (Ângelo Camilo); 5ª) as/os festeiras/os de São Benedito e as motivações para o ofício.

Tradições culturais e memórias dos bailes de congos³

O Baile de Congos de São Benedito é uma tradição cultural considerada das comunidades quilombolas por suas lideranças, sendo ele mais conhecido como Ticumbi. No município de Conceição da Barra existem quatro grupos, que realizam suas festas todos os anos entre 30 de dezembro e 20 de janeiro, mas este artigo se refere apenas a três grupos da vila de Itaúnas. Esses bailes são celebrações festivas em homenagem a São Benedito que vem desde meados do século XIX. Ele é considerado pelos mestres uma tradição cultural que os africanos trouxeram da África e que foi recriado pelos escravizados na senzala da Fazenda Itaúnas e pelos quilombolas nas proximidades da vila. O baile é um ritual composto de danças, cantos e discursos dos reis e secretários denominados embaixadas, acompanhados aos sons de violas e pandeiros, sendo os grupos formados por 18 componentes figurantes, sob a liderança do mestre. Esses integrantes são denominados congos, reis, secretários, violeiros e porta-estandarte. Como se verifica em Oliveira (2016; 2009), todos esses figurantes se vestem de branco e portam capacetes enfeitados com flores e fitas coloridas na cabeça. Sobre as roupas brancas eles cruzam em seus ombros e peitos fitas coloridas, como uma espécie de proteção. Os se-

3 Essa primeira parte do artigo foi elaborada por Osvaldo Martins de Oliveira.

cretários e embaixadores dos reis, além de portarem espadas e mantos de chita colorida, levam sobre suas cabeças capacetes confeccionados em forma de animais terrestres e aquáticos, como peixes e dragões.

Como escreve Oliveira (2016; 2009), o baile representa a “guerra” entre dois reis africanos, o Rei de Congo e o Rei de Bamba e seus respectivos secretários. A guerra acontece porque o primeiro rei, convertido ao catolicismo colonial português, proíbe o Rei de Bamba e seus seguidores a realizarem a festa de São Benedito, classificando este rei como pagão. A celebração do baile termina com o Rei de Congo batizando, à força, o Rei de Bamba, como ocorria com os africanos escravizados ao serem desembarcados no Brasil. No entanto, o Rei de Bamba responde ao Rei de Congo em seus discursos, afirmando que ele só foi batizado por estar fora de sua terra, caso contrário, o rei opositor não lhe batizaria.

No que se refere às memórias dos mestres e lideranças sobre os lugares onde ocorriam no passado os bailes de congos, entre esses lugares estão a senzala da fazenda do Barão de Timbuí, os quilombos do sertão de Itaúnas e a antiga vila de Itaúnas. Segundo as memórias dos mestres, nesses lugares ocorriam os ensaios e as festas dos africanos e de seus descendentes escravizados, bem como dos quilombolas. Depois de serem forçados a deixarem suas terras nos quilombos do sertão, os quilombolas e seus parentes e amigos recriaram os bailes de congos e as rodas de jongos nas praças em frente às igrejas da antiga e depois da nova vila, principalmente nas igrejas da vila onde se encontravam e ainda encontramos as imagens de São Benedito.

Para demarcarem esses lugares de memória e de festas, três mestres de bailes de congos, em momentos distintos, guiaram-nos em visitas ao sertão, onde vivia Rafael (o africano) e Pedro Bongado – mestres do Baile de Congos de São Benedito do Bongado no passado –, e às ruínas da antiga Fazenda Itaúnas, para narrarem suas lembranças em relação à origem dos bailes de congos de São Benedito que ainda existem atualmente na vila. Essas ruínas, assim como o

denominado sertão onde existiam os quilombos do passado, podem ser considerados “lugares de memória” (NORA, 1992; POLLAK, 1992) e de surgimento das tradições culturais do jongo e dos bailes de congos existentes na vila.

Um dos primeiros registros históricos sobre Itaúnas, que faz referência à presença negra e suas práticas culturais nas proximidades da vila, vem do relatório de viagem do príncipe Maximiliano (1940), entre 1815 e 1818, quando este naturalista austríaco percorreu com sua expedição o litoral brasileiro, entre o Rio de Janeiro e a Bahia, passando pelo Espírito Santo. Ao passar por São Mateus, no qual incluía a Barra de São Mateus (atual cidade de Conceição da Barra), mencionou a existência de 20 famílias de índios na vila de Santana, e também dos que viviam na Fazenda das Itaúnas, de propriedade de Marcelino da Cunha, ouvidor da comarca de Porto Seguro. Em relação às pessoas negras – denominadas por ele como “gente de cor” – escreveu que em São Mateus se dedicavam ao cultivo da mandioca e à extração de madeira. Ao passo que sobre a Fazenda Itaúnas, escreve que os índios e os negros ocupavam miseráveis choupanas, eram responsáveis para cuidar do gado e fabricavam aguardente de caju e de abacaxi. Segundo o relato do príncipe, ao aproximar-se do local, a comitiva ouviu toques dos tambores dos negros, que em sua opinião, tentavam conservar os costumes do seu país de origem através de festas, danças, instrumentos musicais, pinturas corporais e vestes.

Posteriormente, segundo Russo (2007), essa fazenda passou a pertencer ao Coronel Olindo Gomes dos Santos Paiva, conhecido como Barão de Timbuí (título que recebeu em 1874), sendo este um dos personagens do passado muito mencionado nas memórias dos congos, jongueiros e quilombolas da vila e do entorno dela. Apesar de sua riqueza e poder políticos em São Mateus, representando a vila da Barra de São Mateus, o Barão nunca casou e não deixou herdeiros reconhecidos e seus ex-escravizados permaneceram e constituíram famílias nas terras da fazenda após sua morte, o que fez com que ele permanecesse na

memória dos descendentes de seus ex-escravizados e quilombolas do sertão de Itaúnas. Relatam que, apesar de suas incontáveis maldades, ele aceitava que os escravizados da fazenda realizassem suas festas.

Até meados do século xx, ao que relatam os atuais mestres dos bailes de congos e de jongos, os negros que viviam no sertão transitavam entre o sertão e a antiga vila de Itaúnas vendendo farinha para comprar outros gêneros alimentícios. Com a chegada das empresas de monocultura de eucaliptos nas décadas de 1960 e 1970, muitos desses negros e quilombolas perderam as terras que ocupavam e foram forçados a migrarem para a vila e para as periferias de Conceição da Barra, São Mateus, Pedro Canário e Braço do Rio (distrito de Conceição da Barra), mas o sertão e as práticas culturais que realizavam nele nunca saiu de suas memórias e de seus modos de celebrar.

Em meados do século xx, por volta de 1960, devido aos desmatamentos na região para o plantio de eucaliptos, acelerou-se a velocidade dos ventos, ocasionando nos anos seguintes o soterramento da antiga vila de Itaúnas pelas dunas de areia. Com isso, as imagens dos santos, inclusive a de São Benedito, que existiam na igreja da vila foram levadas para a sede da Diocese de São Mateus. Os mestres narram que, certa vez, um subdelegado que atuava em Itaúnas, conhecido como Pitônio, estava em São Mateus, nas proximidades da sede da Diocese, e viu um padre lançando a imagem de São Benedito na lata de lixo, quando então solicitou a imagem. Tempos depois, Pitônio construiu uma capela para o santo em seu sítio na localidade denominada Córrego do Cedro, no sertão de Itaúnas, onde o Baile de Congos de São Benedito do Bongado, a partir de então, passou a realizar as festas. Com a morte de Pitônio, os herdeiros decidiram vender o sítio, e seu filho Andronino Binduca tornou-se o guardião da imagem de São Benedito, mas mudou-se para o município de Pedro Canário. Diversos congos integrantes do Bongado entendiam que deveriam festejar São Benedito neste município, porque a imagem do santo, que pertencia aos congos, havia sido levada para lá. É neste momento que

a organização negra e quilombola ligada à devoção a São Benedito, denominada Baile de Congos de São Benedito do Bongado, tem sua primeira cisão, como veremos nos próximos itens.

Baile de Congos de São Benedito do Bongado: memórias, trajetórias e lideranças de Anísio Ribeiro e Wantuil Gomes⁴

Eu tô com minha herança
Foi papai que deixou pra mim.
Tô com minha herança
Foi papai que deixou pra mim.
Êêêê...

(Verso de música cantada por Anísio Ribeiro. Itaúnas, 19/01/2019).

Fontes de conhecimentos tradicionais⁵, mestres, festeiros/as e padrinhos/madrinhas⁶ são os principais responsáveis pela transmissão do saber-fazer do Baile de Congos (ou Ticumbi) de São Benedito do Bongado. Como detentores, eles estabelecem conexão entre o passado e o presente, promovendo a difusão deste bem cultural por meio da manutenção de seus fazeres e da narrativa oral, mantendo vivo o legado de seus antepassados e contribuindo na constante construção da identidade coletiva.

No decorrer de sua trajetória, a devoção a São Benedito, representada por meio do ritual do baile, inclui não somente o ato da encenação da disputa entre os dois reinos, mas também todo um ciclo festivo

⁴ Essa parte 2 do artigo foi elaborada por Luciana Cruz Carneiro.

⁵ Utilizamos a noção de "Conhecimentos tradicionais" a partir de ABREU (2010), que os identifica como conjunto de conhecimentos específicos e singulares, que através do tempo tornam-se bens em territórios e em práticas sociais de determinados grupos étnicos.

⁶ No saber-fazer do Ticumbi do Bongado, diferente dos outros dois grupos de Ticumbi em que se há registro em Itaúnas, os que se doam ao fazer ou contribuem nas recepções e festejos do baile, são chamados de padrinhos, madrinhas ou apoiadores. Nos outros grupos, os que exercem esta função são chamados de festeiros/as.

de visita a devotos, promessas, procissões fluviais e terrestres, além de confecções de instrumentos e indumentárias.

Toda essa auto-organização se deu ao longo dos séculos por meio de uma rede de detentores com vínculos, em sua maioria, de parentesco. Essas relações históricas e simbólicas de parentesco, de acordo com Thompson (1993, p. 9), são as maiores entre todos os canais, apesar de existirem outras formas de transmissão. No caso do Baile de Congos de São Benedito do Bongado elas potencializam a devoção e aumentam os espaços do baile, de forma que este legado ultrapasse as questões devocionais, contribuindo também com questões étnico-raciais e socioambientais.

Neste contexto, destacamos algumas das trajetórias mais marcantes de mestres, festeiros/as e padrinhos/madrinhas, do passado e do presente, que têm corroborado com a transmissão e valorização desta tradição entre diferentes gerações.

As narrativas orais coletadas em entrevistas destacam memórias de mestres conhecidos por levarem como sobrenomes, o nome de uma comunidade conhecida como Bongado. Segundo os detentores, o nome vem da palavra *Bonga*, de origem quimbundo (kimbundo)⁷, que significa procurar, buscar.

A comunidade fica localizada no sertão de Itaúnas, próxima à antiga fazenda escravista de onde se referem a origem da brincadeira, e concentrou grandes nomes dos “filhos do Bongado”⁸. Pedro Bongado (Pedro José dos Santos), Cassimiro Bongado (Cassimiro José dos Santos), Anísio Bongado (Anísio Ribeiro - filho adotivo de Pedro) e Maria Bongado (Maria Antônia dos Santos Mateus) tiveram seus nomes quase que indissociável ao da comunidade, e tornaram-se os herdeiros do saber-fazer desta brincadeira, como uma hierarquia natural nas relações instituídas.

Contudo, não funciona como regra, existem outros fatores que contribuem para o reconhecimento da maestria. O que vimos no Ticumbi do Bongado é que seu repasse, foi em sua maioria sendo gradualmente assumido pelos filhos, não só à posição de mestre, mas também no caso de outros personagens conhecidos como congos, secretários e reis, que mesmo sem ter o Bongado vinculado ao nome, deixaram suas contribuições para a transmissão cultural entre as gerações de parentesco, como: Antero (Pulcherio Alves dos Santos), pai do atual mestre do Ticumbi de Itaúnas, João Falcão; Benedito Conceição, pai de Benedito Conceição Filho, mestre do Grupo de Jongo São Benedito e São Sebastião de Itaúnas e brincante do Ticumbi do Bongado; e Nelson Gomes, pai do também mestre do Ticumbi do Bongado e brincante do mesmo grupo de jongo de Itaúnas, Wantuil Gomes.

As memórias familiares são fortes ligações, pois fortalecem os laços culturais como mostra a fala de Benedito Conceição Filho, conhecido também como Bené ou Preto-Velho, sobre a atuação de seu pai como guia da brincadeira. O brincante que ocupa esta função, assume o papel de guiar os demais durante a apresentação do Baile, conduzindo deste modo a maioria dos versos, e assumindo a composição dos mesmos.

Então, meu pai é dessa época, tá! (referindo-se à geração de Pedro Bongado). Ele também era diferenciado, porque ele tinha uma memória muito boa. Ele escrevia o baile de congo assim, ô. O baile de congo ele tirava, né. E tá aqui ó, vocês...vocês vai brincar esse baile de congo aqui. As vez, eu mais Wantuil era parceiro, né!? Ô Wantuil, o baile de congo é esse aqui... mas assim, se eu boto as pessoas de dificuldade de falta de memória, né...Ô, tira uma cópia pra mim pra eu aprender. Mas só que na época de meu pai, não tinha isso. Isso que eu estou te falando, acabei de falar assim. Ô, meu pai tirava o baile de congo, o último baile de congo que ele tirô foi em 82, eu lembro como se fosse hoje. Ele chegava, os menino, o ensaio é hoje, o Wantuil e Preto

7 Quimbundo ou kimbundo é uma língua africana ainda falada em Angola.

8 A expressão “filho do Bongado” é utilizada por brincantes para definir todo aquele que iniciou sua jornada na brincadeira a partir do Baile de Congos de São Benedito do Bongado.

Velho, o baile de congo está aqui ó, mas vocês vão lê isso aqui. Wantuil não tinha que falar nada, nem eu. Às vezes Wantuil era meu parceiro, ele falava: É rapaz, seu Benedito tirou esse verso aqui, mas tá meio, mais nós tinha que cantar aquele (Benedito Conceição Filho. Entrevista, 23/11/2019).

A disciplina e a boa memória narradas por Bené coexistem como valores culturais transmitidos entre os brincantes do Ticumbi, tornando-se características fortes entre os que exercem papéis de liderança, como os mestres. Essas relações de parentesco são constantemente revisitadas através da memória pelos mestres, como elemento legitimador do presente. Para Thompson (1993, p 10) “Analisar as histórias de vida tem significado mergulhar num material histórico extremamente rico, que atesta claramente como as dimensões sociais econômicas e psicológicas da transmissão cultural, acham-se inextricavelmente ligadas.”, tornando importante ressaltar essa dinâmica, que contribui na organização social deste grupo.

Essa dinâmica da transmissão cultural dentro das famílias é observada também entre padrinhos/marinhas e festeiros/as. Eles são importantes personagens que se destacam neste ritual festivo, por contribuírem para a realização desta manifestação devocional a São Benedito. Como apoiadores, sua função é acolher os brincantes do Baile, familiares e demais devotos que se fazem presentes durante as festividades, oferecendo alimentos a todos como um ato simbólico que se espelha a do Santo, que tem em sua atribuição benfeitorias de multiplicação de alimentos. Nesse compromisso do devoto com o santo estão envolvidas também relações de afetos entre padrinhos/madrinhas e brincantes que foram estabelecidas e vem se renovando entre as gerações no Ticumbi do Bongado. A atual responsável pela função de apoiar e acolher esse grupo é uma mulher de características fortes e de um certo prestígio social na vila de Itaúnas, Maria Catarina Paixão Maia. Viúva de Bernabete Maia, sobrinho neto do conhecido

mestre Pedro Bongado, Maria Catarina construiu sua história de devoção a São Benedito junto ao marido, assumindo o legado de madrinha a partir da família de Bernabete, que foi quem deu origem à esta prática devocional e relação de compromisso com o santo e sua comunidade, mantendo vivas as memórias da família a partir desta transmissão cultural. No grupo, ela assume uma posição de matriarca, tendo bastante influência entre os brincantes, em especial sobre os mestres Anísio Ribeiro e Wantuil Gomes.

Anísio Ribeiro, que completou 75 anos em 04 dezembro de 2022, se define como o herdeiro adotivo de Pedro Bongado. Em suas narrativas, que incluem versos e cantorias, ele conduz a história e a tradição do Baile de Congos de São Benedito do Bongado há mais de 50 anos. “Filho de criação de Pedro Bongado”, desde 1 ano de idade, é considerado “o dono da brincadeira” pelos brincantes, após ter assumido o legado de seu pai, junto a seu irmão Cassimiro Bongado.

Violeiro do Baile, tornou-se fundamental para a cultura, por difundir os saberes, e dar visibilidade a este bem cultural através de ações de preservação e ampliação do saber-fazer. Crescido em meio aos saberes do Ticumbi, como ele mesmo afirma: “... fui criado dentro da sala do meu pai com o Ticumbi.” Anísio absorveu desde muito cedo as tradições familiares, assumindo o papel de mestre por volta dos 30 anos. As experiências da infância e a afeição por Pedro Bongado, seu pai, despertaram-no o desejo de continuidade deste legado deixado por aquele que o assumiu como filho. Levando-o a atuar também em escolas do município através do projeto “Cultura nas Escolas”⁹,

9 De acordo com relatos, o projeto “Cultura nas Escolas” existiu por 15 anos, de 2005 a 2020, como resultado de luta da Associação de Folclore de Conceição da Barra em parceria com a prefeitura do município. Com a perspectiva do incentivo à cultura entre as gerações e contribuição para meios de transmissão do saber-fazer, o projeto trabalhou neste período a formação de grupos mirins do Ticumbi, Jongos e Reis-de-boi, através de troca de saberes entre mestres das culturas tradicionais e ações pedagógicas, por meio de auxílio financeiro aos mestres. Contudo, no início de 2020, após problemas políticos envolvendo o prefeito do município que teve seu afastamento da prefeitura solicitado, alguns contratos foram desfeitos, incluindo a da troca de saberes nas escolas proporcionada pelos mestres.

contribuindo para o ensino da cultura do Baile entre as novas gerações. Como mestre, divide a liderança do grupo junto a Wantuil Gomes, a quem confiou a posição, num período em que precisou se ausentar.

Wantuil Gomes entrou no baile de congos para cumprir uma promessa ao santo feita por sua mãe. Neste sentido, o Baile de Congos de São Benedito do Bongado é uma tradição de resistência e de características peculiares que tem atravessado relações familiares. Após anos de transmissão dos saberes, o grupo é hoje conduzido por duas lideranças que possuem em sua subjetividade o compromisso com esse Baile de Congos de São Benedito. Anísio como vimos, mestre herdeiro da brincadeira, assume a liderança não só por devoção, mas estimulado por um desejo de retribuir e dar continuidade ao legado da família, sendo considerado pelos brincantes como “o dono da brincadeira”; Wantuil Gomes, tem seu reconhecimento como mestre pela comunidade interna e externa, por sua dedicação e devoção ao festejo do santo.

Esta relação se deu após um pedido de Anísio para que Wantuil assumisse seu posto, para que ele pudesse se ausentar da vila devido a demandas pessoais. Neste período, Wantuil não mediu esforços para dar continuidade à tradição, entre ensaios e articulações foi dando continuidade à brincadeira, sendo reconhecido por sua dedicação e desempenho, a ponto de mesmo com retorno de Anísio à brincadeira, ele continuar sendo visto como uma liderança dentro do Ticumbi Bongado.

Pescador aposentado, Wantuil é o responsável pela confecção de parte da indumentária dos congos, produzindo de forma artesanal os capacetes usados por todos os integrantes. Além do capacete, as habilidades manuais de Wantuil ajudam a manter uma outra tradição, ele produz um instrumento de percussão conhecido como casaca, ganzá ou canzá, utilizado pelos grupos de jongo de Conceição da Barra, em especial pelo grupo de jongo de São Benedito e São Sebastião de Itaúnas, do qual é integrante.

Em janeiro de 2019, Wantuil e sua esposa Zélia Chaves, que o ajuda nas confecções, ministraram

uma oficina de capacetes do ticumbi na EMEF Benônio Falcão de Gouveia, escola da vila de Itaúnas, para os visitantes da exposição de desenhos e fotografias, “Memorial de Mestres” realizada pelo projeto Africanidades Transatlânticas como homenagem e forma de devolutiva do material de pesquisa à comunidade e aos grupos de Ticumbi e Jongo da região Norte do estado.

O compromisso de Wantuil como devoto a São Benedito o permite realizar um desejo da juventude de ser músico, como guia do baile de congos (ticumbi), função que assume na apresentação, ele é o responsável também pela composição dos versos que são cantados no baile. Anualmente, com base em vivências da comunidade, os versos são reescritos revelando em suas letras um discurso político que abrange o enfrentamento às questões ligadas aos conflitos enfrentados pelos territórios quilombolas e das relações étnico-raciais, nos levando a refletir sobre a importância do ticumbi nas lutas sociais e sua influência na construção de uma identidade coletiva.

A transmissão cultural, como sabemos, não é estática, o que uma geração viveu certamente não será idêntico a outra. Por isso, a devoção ao santo permite que valores do passado sejam compartilhados e ressignificados no presente por meio do ritual festivo do Baile de Congos de São Benedito, fortalecendo e assegurando a transmissão dessa prática cultural, superando os desafios surgidos na contemporaneidade e permitindo a transmissão dos saberes às novas gerações.

A festa do Baile de Congos de São Benedito do Bongado ocorre atualmente na vila de Itaúnas durante os festejos dos denominados “Grupos de Folclore de Conceição da Barra”. O encontro geralmente acontece no final de semana mais próximo a 20 de janeiro e reúne os quatro grupos de Ticumbi de Conceição da Barra, além de diversos outros grupos de culturas tradicionais que se encontram para festejar a São Benedito e a São Sebastião, padroeiros dos grupos e das comunidades que se reúnem no templo católico da vila. O evento movimenta boa parte dos

moradores de Conceição da Barra e São Mateus, município vizinho. O evento é organizado pela Associação de Folclore de Conceição da Barra com apoio da prefeitura do município e da Secretaria de Estado da Cultura (Secult) e revela uma organização local que narra a história através da memória dos lugares de origem da brincadeira.

O Ticumbi do Bongado se prepara para os festejos cerca de três meses antes do dia do Baile, que para eles, em 2019, aconteceu no dia 20 de janeiro. Como ponto alto da festa, com cerca de duas horas de duração, o momento exige muito preparo e disciplina dos brincantes, que repassam diversas vezes as falas dos versos, a dança, e a encenação da disputa.

A festa do Ticumbi do Bongado possui cinco momentos de maior destaque: 1º) Ensaio Geral; 2º) descida de canoa pelo rio Itaúnas; 3º) procissão terrestre pelas ruas da vila; 4º) o Baile.

Ensaio Geral - ele ocorre geralmente na casa ou local cedido pela festeira/madrinha ou apoiadores, na noite do dia 18 de janeiro (no ano de 2019), se estendendo até a manhã do dia seguinte. Nele, o grupo repassa cada passo e parte da apresentação do baile. O Ensaio é aberto à comunidade, pesquisadores e turistas que encham o lugar. Neste dia a festeira/madrinha ou apoiadores desempenham um importante papel, dando suporte com alimento e bebida aos brincantes. Após o ensaio, ocorrido em um lugar conhecido como comunidade Santa Isabel, no Sertão de Itaúnas, todos permanecem no local que é animado com músicas até a manhã do dia seguinte.

A descida de canoa pelo rio Itaúnas aconteceu, em 2019, no dia 19 de janeiro. Ela anuncia o término do Ensaio Geral que ocorre com agradecimentos à festeira/madrinha e apoiadores, seguido pela procissão fluvial que sai de um antigo porto, conhecido como Porto de São Benedito, situado na Fazenda do Cabral, um pouco abaixo da comunidade Santa Isabel. A procissão segue por cerca de 30 minutos até a ponte que liga a vila antiga à atual vila de Itaúnas. A embarcação é composta pela junção de 3 canoas improvisadas, que são ornadas com flores de papel cre-

pom e fitas de cetim. O trajeto de canoa é restrito ao grupo e a pouquíssimos convidados devido à limitação do espaço. Mais uma vez os caminhos até o Baile marcam lugares de grandes transformações sociais que influenciaram na trajetória do grupo, o término da procissão acontece com a chegada na ponte que liga a antiga vila (soterrada por dunas de areia devido a um crime ambiental) à nova vila, local de recomeço da comunidade.

O terceiro momento de destaque é a procissão terrestre pelas ruas da vila, que dá sequência à procissão fluvial. Ela sai da ponte até a igreja de São Sebastião, localizada na praça central da vila. Esta procissão é carregada de elementos simbólicos constituintes da história do grupo que inclui a disputa pela imagem de São Benedito feita em madeira cedro presenteada aos africanos e negros escravizados da Fazenda Itaúnas, que deram origem à prática do Ticumbi do Bongado. Após a chegada da canoa, quatro imagens, sendo três de São Benedito e uma de São Sebastião se encontram e seguem lado-a-lado à frente da procissão, junto à porta estandarte do grupo, conduzindo o cortejo até a frente da igreja. Aqui, um outro momento de bastante relevância ocorre, o grupo entra na igreja de São Sebastião e declama cantos e preces aos santos, num ato de demarcação de espaço. Parte de alguns conflitos que ocorreram ao longo dos anos de existência do Baile de Congos de São Benedito do Bongado, envolve a imagem de São Benedito retirada da igreja católica da vila na década de 1960, após um religioso proibir a permanência de imagens de santos negros na igreja católica local, resultando em ação de posse da imagem registrada em cartório por um delegado de polícia, e cisão do grupo, surgindo dele, como veremos adiante, o Baile de Congos de São Benedito de Itaúnas.

O baile de congos propriamente dito, que consiste no que os congos chamam de representação, é o ponto alto da festa que, no ano de 2019, ocorreu na manhã do dia 20 de janeiro. No contexto histórico, social e político, do passado e do presente, ele representa a guerra entre dois reinos africanos, o de

Bamba e o de Congo, e as lutas e devoções dos povos negros deportados para o Brasil.

João de Deus Messias Falcão: da herança do mestre Antero à sucessão atual no Baile de Congos de São Benedito de Itaúnas¹⁰

João de Deus Messias Falcão nasceu em 09 de março de 1949, filho de Pulchério Alves dos Santos, conhecido como Antero, e de Sidalina Falcão dos Santos, ambos já falecidos. João é casado com Ana Maria Falcão, com quem tem seis filhos/as, quatro homens e duas mulheres, dos quais dois participam do Baile de Congos. Até o ano de 2020 João era o mestre do Baile de Congos de São Benedito de Itaúnas, grupo que foi criado e liderado por seu pai, mas neste ano ocorreu a sucessão da liderança do baile para seu filho.

Segundo sua narrativa, ele começou a brincar como *congo* aos 14 anos no Baile de Congos de São Benedito do Bongado, onde seu pai também participava. Afirmo que Pedro Bongado, que era o antigo mestre deste baile, ainda na antiga vila de Itaúnas onde o baile realizava suas “representações”, teria transmitido à vice-liderança do grupo ao seu pai. Com a morte de Pedro, sem consolidar a transmissão da liderança, o grupo do Bongado teria ficado um tempo sem mestre, e Antero passou a liderá-lo, mas devido aos desentendimentos relacionados à sucessão neste cargo, aliado ao soterramento da antiga vila e aos deslocamentos de parte dos congos para realizarem “representações” no município de Pedro Canário, Antero se recusou a festejar São Benedito em outro município, saiu do Bongado e resolveu criar o Baile de Congos de São Benedito de Itaúnas, na atual vila.

A partir de então, Antero e integrantes da família Falcão, bem como seus aliados, demarcaram culturalmente o território da nova vila, realizando ali festas para São Benedito, onde construíram uma pe-

quena capela para esse santo, e passaram a fincar na praça central da vila um mastro para São Sebastião.

Após a morte de Antero, a liderança do grupo foi assumida por seu filho João de Deus Falcão, que, no baile, desempenha também o papel do Rei de Congo, pois, segundo afirma, é este rei que “manda no baile”. Relata que primeiro foi congo, segundo foi secretário do Rei de Congo e depois chegou a Rei de Congo. Em uma supervalorização de um dos símbolos do baile, afirma que a espada que usa ali tem 300 (trezentos) anos, mas só depois de sua explicação entendemos que esse tempo se refere aos símbolos espadas enquanto instrumentos de guerra, pois argumenta que as espadas do passado pertenceram ao seu avô paterno e que as atuais pertenceram ao pai de um antigo prefeito de Conceição da Barra, que foram doadas a Antero. Esse avô paterno era Messias Falcão, casado com Maria Clara Gouvêa, e, juntamente com o irmão dele Reinaldo Falcão, faziam parte do Baile de Congos de São Benedito do Bongado, dos quais também se considera herdeiro, inclusive do nome Messias.

Em 2020, segundo João, o Ticumbi de São Benedito de Itaúnas está com mais de 50 anos, pois foi criado na antiga vila e que ele também, atual mestre, está com mais de meio século como brincante de São Benedito. Afirmo que atualmente conduz o baile para honrar e prestar continência à memória de seu pai, porque Antero liderava o baile de forma rigorosa, como se estivesse trabalhando profissionalmente. Posteriormente, um dos festeiros do baile e o próprio João, explicaram que tal rigor e a noção de trabalho relacionada ao baile, estavam associados aos compromissos espirituais que Antero havia assumido com divindades de matriz africana na defesa do baile, pois Antero frequentava rigorosamente a um terreiro em Nova Viçosa, no sul da Bahia. Por isso, realizar ensaios e o próprio baile são entendidos por João como “trabalhar para o santo” e, desde a época de seu pai, ao chegar a data e o horário dos ensaios, não importa o número de congos que esteja presente, os ensaios são realizados.

¹⁰ Essa parte 3 do artigo foi elaborada por Osvaldo Martins de Oliveira.

Ao falar da relação do baile de congos com as comunidades quilombolas, o mestre afirma que o baile é difícil porque foram os negros que trouxeram da África e que “o baile de congos pertencia aos negros escondidos”, isto é, que viviam no sertão de Itaúnas. Por isso, afirma que o Ticumbi é difícil, tem segredos e que preparar um secretário e um rei, seja de Congo ou de Bamba, demanda tempo para que estejam prontos para atuarem no Baile de Congos de São Benedito.

Quanto à sua sucessão no grupo, afirma que seu filho mais novo, um jovem que brinca desde os 13 anos, que no baile atua como secretário do Rei de Congo, poderá ter o mesmo destino do pai, pois está preparado e tem responsabilidade para ser um bom mestre. Cabe lembrar que, conforme observamos nos ensaios gerais e nos bailes apresentados em janeiro de 2019, 2020 e 2023, este grupo, em número de 18 (dezoito) integrantes, conta com jovens em sua maior parte. Em janeiro de 2020, no decorrer da missa de São Benedito, João Falcão apresentou sua aposentadoria na liderança do baile e anunciou seu filho caçula como o novo mestre. O padre Dário Silva realizou uma bênção especial ao novo mestre, solicitando que São Benedito e Jesus Cristo fossem seus guias.

O ensaio geral do grupo ocorre todos os anos na noite de quinta para sexta-feira que mais se aproxima às festas de São Benedito e São Sebastião, respectivamente, 19 e 20 de janeiro, no sítio do senhor Rives Campos e de dona Beatriz Campos Souto, distante cerca de 10 quilômetros da vila de Itaúnas, onde reúne mais de duas mil pessoas. Observamos os ensaios que ocorreram nas noites de 17 para 18 e de 16 para 17 de janeiro nos anos 2019 e 2020, e na noite de 19 para 20 de janeiro de 2023. Nele, além das comidas e bebidas comercializadas nas barracas instaladas por integrantes da família de Rives, e sob a liderança da família do mestre João Falcão é servido um jantar, em que o prato principal é um churrasco de carne bovina. Para tanto, segundo o mestre, além dele e sua esposa desembolsarem parte dos valores retirados de suas aposentadorias, ele recorre ao au-

xílio de pousadas da vila e de amigos, que colaboram para a compra da carne.

Na manhã seguinte à noite do ensaio geral, por volta das 07 horas, o grupo deixa o sítio e desce o rio Itaúnas em barcos levando a imagem de São Benedito, chegando à vila por volta das 08 horas, onde realizam cortejo pelas ruas levando a imagem, cantando, tocando pandeiros e soltando fogos para o santo. Entram na igreja de São Sebastião, onde prestam sua homenagem, e, em seguida, o cortejo segue para a capela de São Benedito e ali deixam a imagem do santo preto. No mesmo dia 18 de janeiro de 2019, por volta das 17 horas, o grupo fez novo cortejo saindo da capela de São Benedito levando a imagem de São Benedito e o mastro com uma bandeira de São Sebastião, fincaram o mastro na praça central de Itaúnas, onde hastearam a bandeira do santo. Em 19 de janeiro do mesmo ano, um dia antes da festa de São Sebastião, ao lado da pequena capela, há mais de 50 anos vem sendo celebrado o Baile de Congos de São Benedito e há cerca de 20 anos é celebrada a missa do mesmo santo. Para celebrar tal missa, a família Falcão estabeleceu um acordo com o padre negro Dário Silva, Salesiano, que comparece todos os anos para realizar tal celebração e apoiar o grupo de devotos do santo preto.

Segundo João Falcão, na antiga vila que foi soterrada, nas datas de 17, 18 e 19 de janeiro, ocorria a celebração liderada pelo Baile de Congos de São Benedito do Bongado, inclusive a fincada do mastro no dia 18 era do referido grupo. No entanto, ao passar a celebrar no município de Pedro Canário, deixou um vácuo na nova vila que foi ocupado pelo grupo recém-criado, denominado Ticumbi de São Benedito de Itaúnas. Um dos símbolos que demarcou a memória da antiga vila como um lugar dessa celebração do Baile de Congos de São Benedito do Bongado, foi o mastro que ficou soterrado e por muitos anos apenas uma parte de sua ponta aparecia sobre a superfície da areia. Podemos dizer, nos termos de Pollak (1989), que esse é mais um dos elementos metafóricos da memória subterrânea dos congos e de seus fami-

liares em Itaúnas que não desapareceu e nem foi esquecida, mas que em momentos propícios vem à superfície por meio de criações poéticas. Parte dessa criatividade poética pode ser verificada no verso da música a seguir:

Ôh na descida da canoa, eu vi uma linda igreja.
Na descida da canoa, eu vi uma linda duna.
É São Benedito do Ticumbi lá de Itaúna,
É São Benedito do Ticumbi lá de Itaúna! Êêê...

O Baile de Congos de São Benedito do Angelim e as memórias do mestre Caboclinho¹¹

“O ticumbi é uma tradição na vila. O ticumbi pra nós é uma religião! Então, eu acho que isso aí a gente tem que preservar. Porque é uma brincadeira muito séria” (Caboclinho, Itaúnas. Entrevista, 16/12/2018).

Desde 2005, ano de criação do Baile de Congos de São Benedito do Quilombo do Angelim, Caboclinho (Angelo Camillo) é seu mestre. Ele nasceu em 26 de abril de 1940, na vila de Itaúnas e, segundo afirma, ali sempre viveu, e onde desde os 12 anos “pratica a brincadeira do ticumbi” (nome popular do baile de congos).

Antes da criação do grupo liderado por ele, Caboclinho afirma que brincava no Baile de Congos de São Benedito do Bongado, que é o baile mais antigo de Itaúnas que, segundo ele, teria nascido no século XIX, no sertão e na antiga Fazenda do Barão de Timbuy, sob a liderança do mestre Rafael, um africano, e que, após a morte desse mestre, até meado do século XX, foi liderado por Pedro Bongado. Com o falecimento de Pedro, Pulchério Alves dos Santos (conhecido como Antero) criou o Baile de Congos de São Benedito de Itaúnas, onde Caboclinho brincou

até a morte de Antero. Após a morte do mestre Antero, Caboclinho voltou para o Baile de Congos do Bongado, onde ficou pouco tempo e a partir de então resolveu criar o Baile de Congos de São Benedito do Quilombo Angelim.

Quanto aos lugares e personagens relacionados às lembranças mais antigas sobre o baile de congos, verificamos que, segundo as memórias de Caboclinho, o primeiro mestre do Baile de Congo de São Benedito que surgiu na fazenda do Barão de Timbuy foi o africano Rafael, que também foi o guardião da imagem de São Benedito e do sino da capela do santo que existia na fazenda. Com o fim da escravidão, o mestre Rafael teria entregue a guarda do santo e do sino para uma jovem chamada Mariana, que era sua namorada. Mais tarde Mariana os entregou para a capela que existia na antiga vila de Itaúnas. Por isso, o Baile de Congos que teria começado na senzala da Fazenda Itaúnas, tendo São Benedito como seu protetor, posteriormente, continuou com os quilombolas liderados pela família Bongado no sertão de Itaúnas que, por sua vez, realizavam “representações da brincadeira” em frente à capela da antiga vila, para onde foi levada a imagem do santo negro.

Quanto à relação de seus antepassados com os antigos escravizados na fazenda do Barão do Timbuy, Caboclinho afirma que embora seu pai fosse descendente de imigrantes italianos, sua mãe era negra e que sua avó materna, assim como suas tias avós, foi escravizada na referida fazenda. Afirma que, após o fim da escravidão, seu pai e seus tios paternos migraram para as terras da antiga Fazenda Itaúnas, e passaram a brincar no Baile de Congos de São Benedito do Bongado, resultando daí o namoro e o casamento entre seu pai e sua mãe.

O mestre entende que o ticumbi é uma brincadeira que exige dedicação e disciplina para aprender as partes das quais é composta, as embaixadas e as cantigas acompanhadas ao ritmo e ao som da viola. Lembra que no passado, no Baile de Congos do Bongado, além da viola e dos pandeiros, existiam outros instrumentos musicais, como a sanfona (que era to-

¹¹ Essa parte 4 do artigo foi elaborada por Osvaldo Martins de Oliveira.

cada por seu tio Manoel) e o cavaquinho, que era tocado por Fernando do Caetaninho.

O mestre caboclinho, apesar de entender que **as mudanças** ocorridas na vida cultural da vila como inevitáveis, alimenta um forte saudosismo das tradições tais como ocorriam em sua juventude. A esse respeito, cabe observar que as mudanças nas tradições culturais fazem parte de uma dinâmica que é própria das relações estabelecidas entre as situações locais e as realidades translocais. Por isso, enfatizamos os (cinco) aspectos que provocaram mudanças nos modos de vida e na cultura das comunidades quilombolas do Sapê do Norte, nas quais se inserem as famílias que vivem no sertão de Itaúnas e aquelas que foram expulsas de seus territórios para viver na vila e nas periferias de Conceição da Barra e São Mateus.

1º) Por ser uma cultura tradicional dos pretos pobres e quilombolas do meio rural, Caboclinho entende que “na roça” havia maior interesse, que no meio urbano, dos jovens em aprender o Baile de Congos de São Benedito. Afirmar que na época de Pedro Bongado, a tradição era que todos os ensaios deveriam ocorrer “na roça” ou “no sertão”, inclusive o Ensaio Geral (último ensaio), e os lugares desses ensaios eram as casas dos devotos. A tradição era que os devotos donos das casas deveriam oferecer comida e café aos congos (brincantes) e, no Ensaio Geral, geralmente tinha muita contação de histórias e forró.

2º) As mudanças nesses modos de vida e tradições culturais foram provocadas por outras transformações socioeconômicas translocais decorridas de grandes projetos e empreendimentos econômicos no norte do Espírito Santo, como as monoculturas de eucaliptos e de cana para a produção de álcool, que tiveram fortes impactos nas tradições culturais dos quilombolas, entre as quais nos Bailes de Congos de São Benedito (Ticumbi).

3º) As transformações têm ocorrido devido aos processos de interação social e à intromissão de agentes políticos e econômicos externos no meio ambiente e nas tradições culturais locais. Tais agentes, segundo o mestre, desprezam as tradições festivas locais e não

levam em consideração os modos de acolhimento dos grupos que animam a vila nos dias da festa.

4º) O mestre entende que devido às transformações advindas com as tecnologias dos aparelhos celulares, que possibilitou o acesso às redes sociais, os jovens e crianças da vila não têm mais interesse em participar e aprender os saberes tradicionais relacionados ao Baile de Congos de São Benedito, que, apesar de ser chamado de “brincadeira”, requer dedicação e compromissos sérios para aprender, e os saberes e a devoção religiosa que estavam relacionadas a São Benedito e ao seu baile de congos, segundo seu ponto de vista, perdeu o sentido para as novas gerações. Por isso, as crianças e os jovens preferem participar de práticas culturais como as chamadas “rodas” de capoeira e de jongo, que são organizadas de forma mais flexível que os bailes de congos.

5º) O baile de congos é um ritual que tem dimensões políticas, pois em suas embaixadas (discursos dos reis e secretários) denunciam os acontecimentos que provocaram mudanças na vida das comunidades locais e que seus integrantes não concordam, como, por exemplo, a morosidade no asfaltamento da estrada que liga a sede de Conceição da Barra a vila de Itaúnas, que teve início em 2016 e até o início de 2023 ainda não estava totalmente concluído.

O mestre defende que só quem participa e conhece as culturas locais por longos anos percebe as mudanças ocorridas nelas, tanto as de ordem material, quanto imateriais. Em 2019, seu baile de congos contava com 16 integrantes, faltando dois para estar completo e, devido ao fato de estar de luto pela morte do irmão do mestre, o baile realizou apenas uma breve apresentação na festa de Itaúnas.

O mestre entende que “brincadeiras tradicionais”, como os bailes de congos, necessitam de mais apoio dos órgãos públicos responsáveis pela cultura, inclusive destinados aos Ensaios Gerais, transportes, aquisição de instrumentos musicais, indumentária e decoração dos lugares das festas. Alega que para manter o seu baile de congos funcionando, paga de seu próprio bolso despesas de deslocamento dos

componentes que moram na cidade de Conceição da Barra, e justifica sua ação no fato de ser “um devoto do santo” e gostar de fazer o baile dele.

Em 2019, existiam dois filhos e dois netos do mestre no baile. Relatou-nos ser o baile uma herança que recebeu e que seu projeto era transmitir, ainda em vida, a liderança do mesmo a um de seus filhos. Em 2020, um desses filhos veio a falecer de forma trágica e o sucessor, ao que verificamos em janeiro de 2023, ainda não apareceu.

Festeiras/os e as motivações de seus ofícios¹²

As/os festeiras/os e alguns brincantes tradicionais da vila de Itaúnas e das comunidades quilombolas têm em comum o fato de compartilharem os motivos pelos quais se tornaram festeiras/os e brincantes: eles/as e/ou seus filhos ou parentes próximos foram acometidos por algum tipo de enfermidade e fizeram promessas, estabelecendo algum pacto com São Benedito, que se eles/as ou seus parentes ficassem curados se tornariam festeiras/os do santo enquanto pudessem e/ou vivessem. Como acreditam que seus pedidos foram e são atendidos e continuam recebendo sempre mais do que retribuem ao santo, permanecem atuando como festeiros/as nos Bailes de Congos de São Benedito. Cabe destacar que alguns festeiros são também brincantes no baile, como é o caso de João de Deus Messias Falcão, mestre do Baile de Congos de São Benedito de Itaúnas. Dentre os que estamos chamando de festeiras/os tradicionais estão os antigos moradores/as da vila e do sertão (meio rural e das comunidades quilombolas) de Itaúnas e são eles que estabelecem acordos com o santo.

Entre os/as festeiros/as tradicionais estão alguns nomes como: 1º) o casal Rives e Beatriz Campos Souto, proprietários de um sítio localizado a cerca de 10 km de Itaúnas, onde ocorre o Ensaio Geral do Baile

de Congos de São Benedito de Itaúnas, quando atuam como festeiros do santo; 2º) O casal João de Deus Falcão e Ana Maria Falcão, sendo ele também mestre do Baile de Congos de São Benedito de Itaúnas, que atuam como festeiros no Ensaio Geral e no almoço do dia do Baile de Congos propriamente dito; 3º) Maria Catarina Paixão Maia, moradora tradicional da vila, que é proprietária de um sítio no sertão de Itaúnas, e que é responsável para servir o jantar do dia do Ensaio Geral do Baile de Congos de São Benedito do Bongado e o almoço do dia da “representação” do baile na vila. Maria Catarina se define também como madrinha do grupo.

Entre os/as festeiros/as não tradicionais estão pessoas que mudaram para Itaúnas nos últimos 20 anos e que se integraram à vida sociocultural da vila atuando na colaboração com alimentos, transporte e/ou em ações sociais e políticas em favor de alguma melhoria aos moradores tradicionais e para a vila como um todo. Entre esses/as festeiros/as estão: a) o casal Anderson Lima e Simone Machado, que atuam cedendo o espaço de sua casa e quintal para os ensaios do Baile de Congos de São Benedito de Itaúnas e servem o jantar no dia do baile propriamente dito; b) Maria Inês Loureiro, assistente social e militante política, que mora na vila, e que atua como festeira servindo o jantar ao Baile de Congos de São Benedito do Quilombo Angelim, liderado pelo mestre Caboclinho, conforme observamos em janeiro de 2019.

Os integrantes das comunidades tradicionais do entorno da vila têm motivações baseadas em devoções religiosas para atuarem como festeiros/as, em função de suas crenças nos poderes de São Benedito. Por outra perspectiva motivacional, o grupo dos festeiros/as que vive na vila a pouco tempo tem construído suas motivações baseadas na militância política em defesa do meio ambiente e na solidariedade social com os festeiros e brincantes tradicionais do santo, que são trabalhadores rurais, pescadores e aposentados.

¹² Essa parte 5 do artigo foi elaborada por Osvaldo Martins de Oliveira.

Considerações¹³

Desde a década de 1990, as pesquisas sobre quilombos no norte do Espírito Santo (OLIVEIRA, 2002) vêm obtendo relatos de mestres e lideranças locais do que pode ser definido como uma consequência histórica de políticas públicas para impactarem negativamente as comunidades quilombolas. Narradores/as relataram que na década de 1940, o Estado passou a pressioná-los e a exigir que as famílias realizassem a aquisição junto às agências do próprio Estado das terras devolutas sobre as quais viviam. Os que não dessem conta de tal aquisição deveriam liberar as terras para que outros interessados realizassem tal aquisição. Nisto, muitas famílias quilombolas, que viviam nas mesmas terras desde as gerações de seus bisavós e avós tiveram as primeiras expropriações das terras tradicionalmente ocupadas. Isso foi o que aconteceu com muitas famílias quilombolas que viviam no sertão de Itaúnas na segunda metade do século XX.

Na década de 1960, conforme relatam os mestres, passam a se instalar na região norte do ES, as empresas de plantio e monocultivo de eucaliptos. Essas empresas, por meio de atravessadores contratados, pressionavam as comunidades a venderem suas terras. Em muitos casos, os atravessadores nas relações de compra e venda, realizavam compras das famílias pela manhã e à tarde transferiam para as empresas de cultivo de eucaliptos.

Nas décadas de 1980 e 1990 ocorreram os avanços das empresas de cultivo de cana e, em seguida, vieram as instalações das usinas de produção de álcool. Muitas dessas empresas passaram a propor o arrendamento das terras das famílias quilombolas, o que ocorreu principalmente no município de Conceição da Barra. Tanto o eucalipto quanto a cana devastaram as matas da região, provocando uma desertificação humana e ambiental, afetando o sistema de abastecimento de água e a produção de alimento das comunidades quilombolas, forçando-as,

cada vez mais, a deixarem seus territórios. Com isso, as comunidades que viviam no “sertão” tiveram seus modos de vida e modos de celebrações festivas afetadas, como verificamos nas memórias de nossos narradores.

Antes de perderem suas terras, as famílias que viviam no “sertão” mantinham costumes tradicionais de criação de animais como porcos e gado soltos em seus territórios. A perda dessas terras teve consequências na dieta e alimentação das famílias, bem como em seus costumes relacionados às festas e ladainhas religiosas, onde eram oferecidos como alimentação aos congos carnes de porco e de gado. Como verificamos nas memórias dos mestres, as migrações forçadas para os meios urbanos tiveram impactos nas festas, pois atingiram os ensaios dos bailes de congos de São Benedito que ocorriam nas residências das famílias que viviam no meio rural no “sertão de Itaúnas”, onde se deslocavam montados em novos de animais e/ou a pé.

As memórias dos mestres remetem também para objetos, instrumentos musicais, imagens de santo, sinos de igreja, mastro e símbolos usados por seus pais, avós e tios. As espadas, que pertenciam ao pai de um dos mestres, foram exibidas com orgulho por ele. Objetos, imagens, pinturas, fotografias e pinturas que pertenceram aos seus pais, agora são interpretadas como tesouros do passado guardados como meio de conexão entre os congos do presente e do passado. Alguns desses símbolos, juntamente com outros como as coroas, capacetes e imagens do santo preto (São Benedito) e parte da indumentária do grupo, ficam guardados na capela de São Benedito e nas casas dos devotos guardiões das imagens. A capela de São Benedito e o seu entorno também podem ser interpretadas como lugares de memória e de práticas culturais dos grupos, pois ali guardam também o mastro e, como dissemos, celebram o baile de congos do Ticumbi de Itaúnas. Neste ano de 2023, um fato novo ocorreu neste lugar de memória e celebrações, pois, a convite do novo mestre do Baile de Congos de São Benedito de Itaúnas, os integran-

13 Elaboradas por Osvaldo Martins de Oliveira.



tes do Baile de Congos de São Benedito do Bongado encerraram sua procissão e celebração de descida do rio Itaúnas nessa capela.

As cantigas dos grupos, as fotografias e peças das indumentárias guardadas pelos mestres são disparadoras da memória, pois para os moradores da atual vila, algumas dessas cantigas funcionam também como elementos acionadores e exumadores de fatos, lugares e pessoas que existiam na antiga vila soterrada. Os momentos de reuniões coletivas para os ensaios dos bailes, da descida em canoas pelo rio Itaúnas e do cortejo pela vila levando as imagens dos santos (São Benedito e São Sebastião) são acionadores de memórias-saberes herdados de seus antepassados, pois as emoções vividas nesses momentos re-

metem os congos mais velhos e seus familiares para um encontro com as memórias emotivas e afetivas com seus avós, pais e tios levando-os à criatividade e aos fazeres poéticos ou a lembrarem das criatividades de seus antepassados.

Referências

- ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. DP&A: RJ, 2010.
- BERTAUX, Daniel. **Narrativas de vida** - a pesquisa e seus métodos. Natal, RN: EDUFERN; São Paulo: Paulus, 2010.
- GUIMARÃES, Aissa Afonso; OLIVEIRA, Osvaldo Martins de. **Jongos e Caxambu**: culturas afro-brasileiras no Espírito Santo. UFES-Proex: Vitória – ES, 2017.
- MAXIMILIANO, Príncipe de Wied Neuwied. **Viagem ao Brasil**. São Paulo: Nacional, 1940.



NORA, Pierre. Entre Memória e História, a problemática dos lugares. Tradução Yana Aun Khoury. In: **Projeto História**. Revista do Programa de Estudos Pós-graduados de História. Programa de Pós-Graduação de História da PUC-SP. v. 10 (1993) ISSN 2176-2767 disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/issue/view/851/showToc>

OLIVEIRA, Osvaldo Martins de; OLIVEIRA, Rosa Maria de. **Baile de Congos de São Benedito e seus mestres**: Tradição cultural, memória e reexistência. *SIMBIÓTICA*, v. 9, p. 99-121, 2022. Disponível em <https://periodicos.ufes.br/simbiotica/article/view/39247>

OLIVEIRA, Osvaldo M. Quilombos e demarcadores de identidades: análise sucinta de três casos no estado do Espírito Santo. **Ambivalências**, vol. 4, 2016, p. 10-41. Disponível em <http://www.seer.ufs.br/index.php/Ambivalencias/issue/view/475>

OLIVEIRA, Osvaldo Martins de. Ticumbi: o Baile dos Congos para São Benedito. In: OLIVEIRA, Osvaldo Martins de (Org.). Cleber Maciel. **Negros no Espírito Santo**. 2ª ed. Vitória, (ES): Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2016. P. 215-220. Disponível em: https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Livros/MioloLivroNegros_FINAL_BAIXA.pdf.

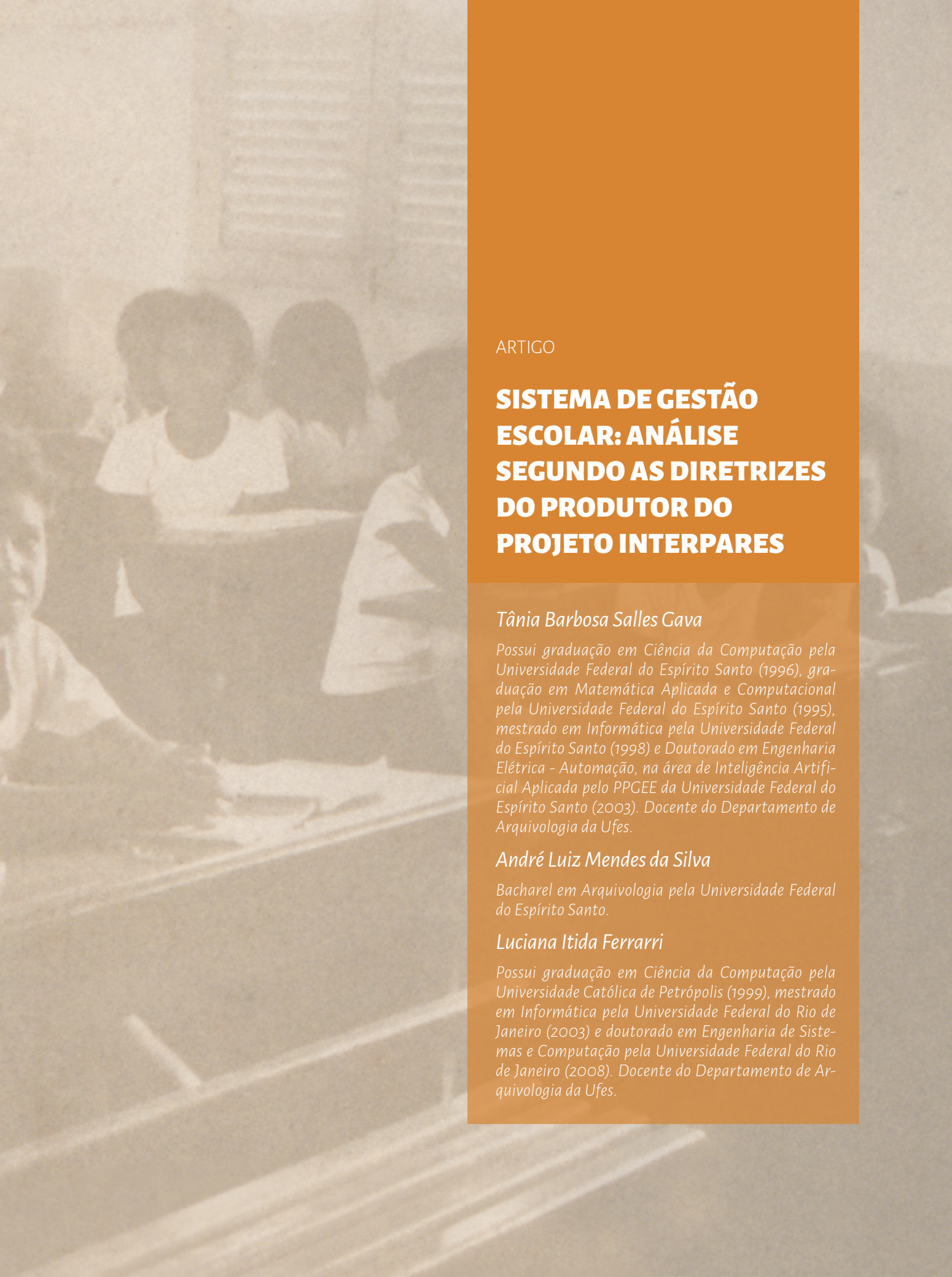
OLIVEIRA, Osvaldo M (org.). **Culturas Quilombolas do Sapê do Norte**: Farinha, beiju, reis e bailes dos congos. Vitória (ES): Editora Santo Antônio, 2009.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: **Estudos Históricos**, RJ, vol. 5, n. 10, 1992: 200-212.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Estudos Históricos**, RJ, vol. 5, n. 10, 1989, p. 3-15.

RUSSO, Maria do Carmo de Oliveira. **Cultura política e relações de poder na região de São Mateus**: o papel da Câmara Municipal (1848/1889). Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do CCHN/UFES. Vitória, ES: 2007.

THOMPSON, Paul. A transmissão cultural entre gerações dentro das famílias: uma abordagem centrada em histórias de vida. In: DINIZ, Eli; LOPES, J.S; Luiz; PRANDI, Reginaldo (org.). **Ciências Sociais hoje**. São Paulo: ANPOCS/HUCITEC, 1993. p. 9-20.

A faded, sepia-toned photograph of a classroom. Several students are visible, some sitting at desks and others standing, engaged in various activities. The image is positioned on the left side of the page, with an orange vertical bar on the right containing text.

ARTIGO

SISTEMA DE GESTÃO ESCOLAR: ANÁLISE SEGUNDO AS DIRETRIZES DO PRODUTOR DO PROJETO INTERPARES

Tânia Barbosa Salles Gava

Possui graduação em Ciência da Computação pela Universidade Federal do Espírito Santo (1996), graduação em Matemática Aplicada e Computacional pela Universidade Federal do Espírito Santo (1995), mestrado em Informática pela Universidade Federal do Espírito Santo (1998) e Doutorado em Engenharia Elétrica - Automação, na área de Inteligência Artificial Aplicada pelo PPGEE da Universidade Federal do Espírito Santo (2003). Docente do Departamento de Arquivologia da Ufes.

André Luiz Mendes da Silva

Bacharel em Arquivologia pela Universidade Federal do Espírito Santo.

Luciana Itida Ferrarri

Possui graduação em Ciência da Computação pela Universidade Católica de Petrópolis (1999), mestrado em Informática pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2003) e doutorado em Engenharia de Sistemas e Computação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2008). Docente do Departamento de Arquivologia da Ufes.

Resumo

No contexto atual, principalmente pós-pandêmico, os sistemas educacionais estão cada vez mais pressionados pelas necessidades de modernização e transformação, emergindo cada vez mais no mundo tecnológico. Neste sentido, este trabalho tem como objetivo geral analisar a produção dos documentos de um Sistema de Gestão Escolar utilizado em uma UMEI (Unidade Municipal de Educação Infantil) da Grande Vitória, em relação ao perfil de auxiliar de secretaria, tendo como base as diretrizes do Produtor do Projeto InterPARES. A pesquisa possui abordagem do tipo exploratória, de caráter participante. Quanto às fontes, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa foi realizada por meio da aplicação de um questionário que foi desenvolvido com base nas diretrizes do produtor do Projeto InterPARES. O questionário foi respondido em parte pelo autor da pesquisa, sendo uma observação participante, e em parte por profissionais da escola, a fim de obter conhecimento sobre o processo de produção e gestão documental do Sistema de Gestão Escolar para analisá-lo de acordo com as Diretrizes do Produtor. Os principais resultados da pesquisa foram a avaliação positiva com relação a mecanismos de proteção do sistema e a constatação de uma repetição cultural na falta do interesse de autoridades públicas em assuntos de gestão arquivística digital nos demais itens. Concluímos que a instituição e o sistema ainda necessitam percorrer um longo caminho para atingir um nível de excelência na produção e gestão de documentos arquivísticos digitais.

Palavras-chave: Gestão de documentos; Gestão Escolar; Diretrizes do Produtor; Projeto InterPARES.

Abstract

The general objective of this study is to analyze the production of documents in the School Management System (SGE) used at UMEI Tia Nina, in relation to the profile of the secretarial assistant, based on the guidelines of the InterPARES Project Producer. The research has an exploratory, participant-based approach. As for the sources, bibliographical and documentary research was carried out. The research was carried out by applying a questionnaire that was developed based on the InterPARES Project's producer guidelines. The questionnaire was answered in part by the author of the research, which was a participant observation, and in part by professionals from the school, in order to gain knowledge about the SGE's document production and management process and analyze it in accordance with the Producer Guidelines. The main results of the survey were a positive assessment of the system's protection mechanisms and the finding of a cultural repetition in the lack of interest from public authorities in digital archival management issues in the other items. We conclude that the institution and the SGE system still have a long way to go to reach a level of excellence in the production and management of digital archival documents.

Keywords: Document management; School management; Producer guidelines; InterPARES project.

1. Introdução

As organizações sempre foram habituadas a lidar com papel, carimbo, tinta etc., porém com a crescente popularização das tecnologias digitais, sobretudo a partir da década de 1990, e com o progressivo acesso a computadores e sistemas de informação, gerando a produção cada vez maior de documentos, a sociedade teve que quebrar um paradigma: ou seja, substituir o documento em suporte papel pelo documento digital. Como menciona Gava, Bianchi e Almeida (2019, p. 24):

A nossa cultura está pautada no hábito de manusear o papel, no uso dos carimbos, assinatura à tinta, numeração de páginas etc. Precisamos sentir o documento em mãos e quando surge a proposta de mudança de paradigma da substituição do papel pelo documento digital, gerido por um sistema de computador, é comum haver resistência por parte dos usuários. A mudança de cultura apresenta-se como um dos aspectos mais complexos que desencadeiam a burocratização na implantação de qualquer tecnologia.

Essas mudanças afetaram todas as áreas do conhecimento, inclusive a Arquivologia, que é a “disciplina que estuda as funções do arquivo, os princípios e técnicas a serem observadas na produção, organização, guarda, preservação e utilização dos arquivos” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 37). Com a transformação digital sofrida a partir da década de 1990, a produção de documentos arquivísticos começou a ser cada dia mais em formato digital. O documento arquivístico digital é definido como um “Documento digital reconhecido e tratado como um documento arquivístico” (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2020, p. 25), também entendido como “um produto social, ou seja, como o documento produzido e recebido no decorrer das atividades humanas.” (RONDINELLI, 2011, p. 256). Já Bernardes (2003, p. 4.), os entende como “registros de informação, em qualquer

suporte, inclusive o magnético ou óptico; produzidos ou acumulados por uma pessoa ou organização pública ou privada, no exercício de suas funções e atividades”. Segundo Rondinelli (2013, p. 235), para que um documento seja considerado um documento arquivístico digital, ele tem que ter “forma fixa, conteúdo estável, relação orgânica, contexto identificável, ação e envolvimento de cinco pessoas: autor, redator, destinatário, originador e produtor”.

Diante disso, os arquivos do Brasil e do mundo precisaram de uma readequação a esta nova realidade, havendo a necessidade de uma resposta rápida às necessidades do usuário. Hoje, temos acesso a arquivos, bibliotecas, à informação em geral, 24 horas por dia, sete dias por semana, onde quer que estejamos.

Os sistemas de ensino também precisaram acompanhar essa evolução, com a informatização sendo grandemente impulsionada nas instituições, pois compreenderam que para atender melhor, e com maior agilidade e qualidade, teriam que seguir essa tendência. Conforme cita Salles (2021, p. 95), em um estudo realizado pelo IDC *Salesforce Economy Study*, no ano de 2016, é possível verificar que mais de 25% deste investimento retorna para a organização como melhoria na produtividade, e quase 40% retorna em crescimento operacional.

Além disso, diante de um cenário pandêmico a humanidade teve, e ainda tem, que se reinventar e encontrar soluções para continuar a realizar suas atividades diárias. Isso se refletiu em todos os setores da sociedade, como por exemplo: Estado, Mercado e também na Educação: aulas virtuais, atividades remotas, entre outras atividades trouxeram ao sistema de educação novos horizontes, novas perspectivas e novos desafios. No entanto, os desafios também podem ter servido de alavanca para progredirmos para uma modernização necessária na educação e vencermos a resistência do novo pelos profissionais da educação e alunos.

A problemática central da escola brasileira, possivelmente da escola em geral, parece situar-se em

uma falha de natureza administrativa, qual seja a sua incapacidade de ajustar-se às exigências da vida contemporânea, ajustamento este que requer, necessariamente, ação organizada e planejada, realizada por pessoas qualificadas, a fim de que sejam atendidas as crescentes demandas quantitativas e qualitativas da sociedade atual (ALONSO apud PARO, 2010, p. 189).

Assim, vemos que no contexto atual os sistemas educacionais estão cada vez mais pressionados pelas necessidades de modernização e transformação, emergindo cada vez mais no mundo tecnológico. Na época de matrículas e remanejamento de alunos, por exemplo, quando centenas de matrículas são feitas, a agilidade e qualidade nos processos de secretaria escolar são fundamentais para as necessidades dos usuários e das instituições. Porém, as falhas nesses processos podem acarretar grandes danos tanto para os profissionais da escola quanto para os alunos.

Em um caso recente, diante da atualização do sistema de gerência escolar, houve uma perda enorme de dados que tiveram que ser inseridos manualmente um a um, causada por um “incidente na rede de dados”. Como podemos ver nesse recorte feito de uma entrevista a um diretor de escola da rede municipal de Vitória (ES), dada ao jornal “Século Diário” em 04 de novembro de 2021:

Como é tudo muito centralizado, quando acontece um determinado ataque, todo o sistema é afetado. A pergunta que fica é: tem sido feito investimento em segurança tecnológica como deveria ser feito? Qual tem sido a perda nesses incidentes? Não só na oferta de serviços pela garantia de direito, mas perda financeira mesmo para a própria PMV. São perguntas que nós nos fazemos enquanto trabalhadores da educação. (OLIVEIRA, 2021)

Assim, a modernização e adaptação diante das necessidades atuais e da evolução tecnológica são um caminho sem volta, porém a qualidade no

processo de transformação digital é fundamental. Neste sentido, há de se pensar em uma boa gestão documental que se preocupa como os documentos são produzidos, geridos, armazenados, preservados e acessados pelo tempo que for necessário.

Nesse contexto, este trabalho faz parte de um projeto de pesquisa da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) chamado ObsIAD (Observatório da Informação Arquivística Digital) que tem como objetivo geral “levantar o estado da arte do uso da informação arquivística digital, no Brasil e no mundo.” (FERRARI *et al.*, 2021, p. 01). Com isso, espera-se adquirir conhecimento sobre como a sociedade tem lidado com a informação arquivística digital; criar conexões e debates que aproximem a Arquivologia da Ciência da Informação e Ciência da Computação; criar oportunidades para envolver os alunos do curso de Arquivologia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) no projeto; propor conteúdos e temas para serem inseridos em cursos de formação, extensão, pós-graduação e na matriz curricular do curso de graduação em Arquivologia; e gerar conhecimento sobre a área pesquisada, resultando em publicações em eventos científicos e periódicos da área (FERRARI *et al.*, 2021).

O objetivo geral desta pesquisa foi analisar a produção dos documentos de um Sistema de Gestão Escolar utilizado em uma UMEI (Unidade Municipal de Educação Infantil) da Grande Vitória, em relação ao perfil de auxiliar de secretaria, tendo como base as diretrizes do Produtor do Projeto InterPARES.

Como objetivos específicos temos:

- Estudar as Diretrizes do Produtor do InterPARES
- Fazer um levantamento sobre a produção e gestão dos documentos digitais de caráter administrativo e pedagógico produzidos na secretaria da UMEI;
- Aplicar um questionário sobre a produção dos documentos digitais desenvolvido com base nas diretrizes do Produtor do Projeto InterPARES;
- Analisar os resultados obtidos;

A pesquisa teve abordagem do tipo exploratória, de caráter participante, que visa analisar uma amostragem do funcionamento do Sistema de Gestão Escolar, de acordo com as diretrizes do produtor do projeto InterPARES (INTERPARES 2 PROJECT, 2010). Por pesquisa exploratória, entende-se que se trata, conforme LAKATOS e MARCONI (2003, p. 188), de:

[...] investigações de pesquisa empírica cujo objetivo é a formulação de questões ou de um problema, com tripla finalidade: desenvolver hipóteses, aumentar a familiaridade do pesquisador com um ambiente, fato ou fenômeno, para a realização de uma pesquisa futura mais precisa ou modificar e clarificar conceitos.

A pesquisa foi conduzida por meio de entrevista estruturada e observação direta, pois o pesquisador trabalha diretamente com o sistema estudado, proporcionando uma maior rapidez e qualidade nos dados levantados. Quanto às fontes, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental para compor a revisão de literatura. A pesquisa bibliográfica é “[...] desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (GIL, 2002, p. 44), onde, segundo SEFERINO (2007, p. 122): “o pesquisador trabalha a partir de contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos.” Já a pesquisa documental é muito semelhante à pesquisa bibliográfica, no entanto possui fontes mais diversificadas e dispersas (GIL, 2002).

2. O Projeto InterPARES e as Diretrizes do Produtor

O Projeto InterPARES (INTERPARES 2 PROJECT, 2010) é uma pesquisa acadêmica, que envolve pesquisadores de várias áreas e diversos países, coordenado pela Universidade de British Columbia no Canadá, que tem desenvolvido conhecimento teórico-metodológico

para a preservação do documento arquivístico digital autêntico a longo prazo. O projeto está em sua quarta fase.

Nas duas primeiras fases do projeto foram apresentados resultados e produtos, dentre os quais pode-se destacar um documento com princípios para nortear políticas de preservação digital, dois livretos com diretrizes para orientar produtores e preservadores de documentos digitais, um modelo de análise diplomática para documentos digitais e uma base de dados de terminologia.

A terceira fase teve como objetivo testar a teoria e metodologia propostas nas duas primeiras fases, por meio da realização de estudos de caso, e propor a elaboração de modelos de planos de ação de preservação digital para documentos digitais específicos. Nesta fase, foram realizados vários estudos de casos nos diversos participantes do projeto, inclusive no Brasil.

A quarta fase foi um programa que visava apoiar o desenvolvimento de redes integradas e consistentes no estabelecimento de políticas, regras, leis, procedimentos e padrões destinados aos documentos arquivísticos digitais armazenados na internet, em diversos países.

Diante das necessidades de orientar a produção e a manutenção de materiais digitais, o projeto InterPARES (INTERPARES 2 PROJECT, 2010) desenvolveu dez diretrizes a fim de auxiliar o produtor. São elas:

1. **Acessibilidade:** Selecione *hardwares*, *softwares* e formatos de arquivo que ofereçam as melhores expectativas de garantia de que os materiais digitais permanecerão facilmente acessíveis ao longo do tempo
2. **Fixidez:** Certifique-se de que os materiais digitais mantidos como documentos arquivísticos são estáveis e fixos tanto no conteúdo quanto na forma.
3. **Identidade:** Certifique-se de que os materiais digitais estão identificados adequadamente.

4. **Integridade:** Certifique-se de que os materiais digitais carregam informações que ajudarão a verificar sua integridade.
5. **Organização:** Agrupe os materiais digitais de forma lógica.
6. **Autenticação:** Utilize técnicas de autenticação que favoreçam a manutenção e a preservação dos materiais digitais.
7. **Proteção:** Proteja os materiais digitais de ações não autorizadas.
8. **Cópia de segurança:** Proteja os materiais digitais de perdas acidentais e corrupção.
9. **Obsolescência:** Previna-se contra a obsolescência de softwares e hardwares.
10. **Consciência:** Considere os aspectos relacionados à preservação em longo prazo.

Essas dez diretrizes nortearam o desenvolvimento do questionário utilizado na pesquisa, cuja estrutura e aplicação será apresentada a seguir:

3. Desenvolvimento da pesquisa

A pesquisa foi realizada em uma UMEI da Grande Vitória, com o objetivo de conhecer a realidade de fluxo documental na escola. Para tal, foi necessário fazer um estudo sobre o Sistema de Gestão Escolar utilizado, que é um sistema responsável por boa parte desse fluxo documental, produzindo documentos tais como ficha de matrícula, histórico escolar e vários tipos de relatório. Foram apresentadas aos gestores uma carta de Apresentação do Pesquisador e Autorização da Pesquisa.

A pesquisa foi desenvolvida por meio da aplicação de um questionário que foi desenvolvido com base nas Diretrizes do produtor do Projeto InterPARES e aprimorado no âmbito do Projeto ObsIAD. O questionário, que foi respondido em parte por um dos autores da pesquisa, sendo uma observação participante, e em parte por profissionais da escola, teve como objetivo obter conhecimento sobre o processo de gestão do sistema para analisá-lo de acordo com

as Diretrizes do Produtor. O questionário está dividido em duas partes, onde a Parte 1 aborda a caracterização da instituição e diagnóstico do setor e a Parte 2 aborda questões diretamente inspiradas nas Diretrizes do Produtor.

3.1 Parte 1 - Caracterização Institucional e diagnóstico do setor

A primeira parte do questionário refere-se à caracterização institucional e diagnóstico do setor analisado, e aborda os seguintes aspectos: sobre a instituição, tamanho da instituição, setor investigado, *software* de gestão de documentos e Produção documental: volume, tipo documental, formatos. Os resultados da Parte 1, que foram obtidos por observação participante, ou seja, respondido por um dos autores da pesquisa, são descritos a seguir:

3.1.1 Sobre a Instituição

A UMEI estudada começou a ser formada pela necessidade observada na comunidade, em que as mães precisavam trabalhar e não tinham onde deixar suas crianças. Assim, um grupo de mulheres, preocupadas com esta realidade, se uniram ao líder comunitário da época e começaram a organização da unidade. Após muitas reuniões, surgiu inicialmente uma creche, que funcionava em um anexo do centro comunitário.

Neste espaço, no Centro Comunitário, as crianças começaram a ser atendidas recebendo, além do ensino, alimentação e cuidado. O líder comunitário da época, que cuidava da parte administrativa, certificava-se todos os dias para que nada faltasse para as crianças. Após algum tempo de funcionamento, foi liberado um terreno ao lado do centro comunitário, no qual foi construído um prédio para atender as crianças, que contou com apoio da Prefeitura Municipal local, em parceria com a Companhia Vale do Rio

Doce (CVDR). A obra foi entregue à comunidade na década de 1990.

Os anos foram passando e foi observada a necessidade de um local maior devido à demanda crescente na comunidade e bairros vizinhos. Assim, o prédio atual foi demolido e um novo prédio foi construído no padrão das UMEI existentes na época. Inicialmente foram atendidas crianças de 6 meses a 6 anos e hoje a instituição oferece Educação Infantil no turno matutino e vespertino, abrangendo a faixa etária de 3, 4 a 5 anos.

3.1.2 Tamanho da Instituição

A escola foi construída no modelo das unidades de ensino de educação infantil do município local, com uma estrutura física para atender às demandas existentes na educação infantil, possibilitando uma melhor utilização dos espaços. O prédio escolar conta com dois pavimentos, sendo o térreo composto por área interna e externa e no primeiro andar somente com área interna. O térreo possui locais adequados para armazenar alimentos, material didático, material de educação física, material de limpeza, banheiro social e de funcionários, banheiro infantil, sala de aula com banheiro, refeitório, cozinha, área de serviço, sala de professores, sala de diretor, secretaria, pátio aberto e sala de arquivo.

O primeiro andar é composto por salas de aula, sala de planejamento, brinquedoteca, sala de pedagogo e coordenador, sala de acessibilidade com banheiro acessível, banheiro infantil, banheiro de funcionários e corredor de acesso aos ambientes. A UMEI é equipada com bebedouros, purificador de água, televisores, aparelho de som, quadro branco, lousa digital, DVD, *Datashow*, armários para professor, conjuntos de mesa e cadeira de professor, conjuntos de mesa e cadeira de aluno, ventilador, brinquedos pequenos para uso em sala, computadores para uso de funcionários, impressoras, plastificadoras, encadernadora, *notebook*, mesas e bancos de refeitório, mi-

crofones, fogão industrial, forno industrial, freezer, geladeiras, micro-ondas, sistema de monitoramento por câmeras, balanças, escorregadores, entre outros equipamentos e mobiliários. Também existe um acervo de livros didáticos para uso de professores e um acervo de livros de histórias infantis para crianças, brinquedos pedagógicos, entre outros. Todos estes equipamentos e instrumentos de trabalho foram comprados com interesse de proporcionar aos profissionais e alunos conforto e aprendizado de qualidade. A escola conta atualmente com 64 funcionários entre servidores e colaboradores terceirizados.

3.1.3 Setor da instituição investigado

O Setor investigado foi a secretaria escolar da UMEI, com o objetivo de investigar a produção e a gestão dos documentos arquivísticos digitais no Sistema de Gestão Escolar utilizado e, assim, conhecer melhor, por meio dessa pequena amostragem, todo o funcionamento do sistema no município.

O setor fica localizado no andar térreo do prédio da escola e funciona das 07h às 17h, de segunda a sexta. Possui acesso restrito, onde além de dois funcionários na função de Auxiliares de Secretaria, apenas a direção escolar tem autorização para circular no ambiente. Em uma sala anexa à secretaria está instalado o Arquivo da escola, medindo aproximadamente 8 m². O levantamento das condições do arquivo foi feito pelo autor da pesquisa, na função de auxiliar de secretaria. No arquivo foram encontrados diversos documentos em suporte papel referentes à unidade, dentre eles:

- Fichas de matrículas;
- Relatórios pedagógicos diversos;
- Pautas Escolares;
- Documentos referentes à prestação de contas da UMEI (Notas Fiscais, Recibos de pagamentos, CI's (Comunicação Interna) de autorização de compras, extratos bancários etc.)

Os arquivos ficam em prateleiras suspensas, dentro de caixas plásticas. A identificação é feita por etiquetas improvisadas de papel comum, fixadas nas caixas com fitas adesivas transparentes.

Não foi identificado qualquer plano de classificação¹, tabela de temporalidade² ou separação entre arquivos corrente, intermediário e permanente, segundo a Teoria das três idades.³ Ou seja, não há nenhum instrumento para indexação e localização física do armazenamento e as caixas são identificadas apenas com ano e assunto dos quais se tratam. Sendo assim, como resultado desta análise, foi solicitado a classificação dos documentos do Arquivo e a instalação de prateleiras na sala de secretaria, para que fossem colocados os arquivos identificados de caráter corrente e intermediário.

3.1.4 Softwares de gestão de documentos digitais

A UMEI, assim como todas as escolas do município em questão, utiliza um Sistema de Gestão Escolar para a produção e gestão de documentos digitais. O Sistema foi adquirido por meio de um convênio de cooperação tecnológica assinado entre duas prefeituras da Grande Vitória.

Baseado nas designações de responsabilidades levantadas pelo modelo de requisitos do e-ARQ

Brasil (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2022, p. 26), o sistema possui um organograma funcional. Segundo as diretrizes estabelecidas pelo e-ARQ Brasil (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2022), a designação de responsabilidades, dentre outros fatores, assegura o cumprimento das normas e dos procedimentos previstos no programa de gestão documental.

Dependendo do nível hierárquico do perfil do usuário, o sistema permite acompanhar frequência, rendimento, acompanhamento pedagógico e disciplinar e afastamentos, dos alunos e das turmas, assim como fazer o registro do trabalho pedagógico (organização curricular, plano de ensino, avaliações, conselhos de classes, atividades complementares e plano de trabalho pedagógico da Educação Especial). Faz também levantamento preciso das solicitações de vagas e das vagas disponíveis por série/grupo etário, região, unidade e bairro. O sistema também gera relatórios que caracterizam a unidade de ensino, como dados econômicos e deficiências/transtornos globais do desenvolvimento, além dos indicadores (matrícula, aprovação/reprovação, distorção idade/série, abandono), auxiliando os gestores responsáveis pela pasta de educação do município na análise e na tomada de decisões. No entanto, neste trabalho foram analisados somente os documentos produzidos pelo perfil de auxiliar de secretaria, que é o módulo cujo acesso é permitido ao autor da pesquisa.

3.1.5 Produção documental

No setor da Secretaria Escolar, a produção documental varia de acordo com a época do ano, sendo os meses de pico os meses de dezembro a fevereiro. Nestes meses, são geradas matrículas, remanejamentos de alunos, relatórios diversos, com um volume médio aproximado de:

1 O Plano de Classificação de Documentos (PCD) é a representação lógica da estrutura e do funcionamento de uma organização pública ou privada, o qual define as classes abstratas que correspondem às funções e atividades de um órgão ou entidade e norteia a organização física dos documentos, constituindo-se em um referencial básico para sua recuperação (APEES, 2019).

2 A Tabela de Temporalidade de Documentos (TTD) é o instrumento que estabelece a eliminação de documentos rotineiros, sem valor para a administração ou para a coletividade, garantindo, ao mesmo tempo, a preservação de documentos com relevantes valores informativo e probatório (APEES, 2019).

3 “Teoria na qual os arquivos são considerados arquivos correntes, intermediários ou permanentes de acordo com a frequência de uso por suas entidades produtoras e identificação de seus valores primário e secundário” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 160).

Documento	Tipo de documento	Formato Original	Software de criação e versão
Fichas de matrículas, transferências de alunos, Declarações de comparecimento ou de comprovação escolar e etc.	Texto	pdf	Acrobat PDF 1.4 - Portable Document Format
Relatórios de alunos por turma ou por data, listas diversas.	Planilha Eletrônica	xls	Excel 2003 xml format, pre-ooxml

Quadro 1 – Tipos de documentos gerados pelo sistema. Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

- Cadastro para solicitação de vaga⁴: 100 em média no período.
- Rematrícula: 400 em média no período.
- Remanejamento⁵: 200 em média no período.
- Matrícula: 100 em média no período.
- Nos demais meses a quantidade de documentos gerados diminuem, pois estão fora da época de matrículas e remanejamento.

Os tipos de documentos gerados são apresentados no Quadro 1 (acima):

3.2 Parte 2 – Questionário inspirado nas Diretrizes do Produtor

A segunda parte do questionário foi desenvolvido com base em questões diretamente inspiradas nas dez Diretrizes do Produtor do Projeto InterPARES (INTERPARES 2 PROJECT, 2010). A atualização do questionário foi um produto do Projeto de Pesquisa ObsiAD (Observatório da Informação Arquivística Digital) composto de docentes do Departamento de Arquivologia da UFES. A segunda parte do questionário foi respondida por dois profissionais: a coordenação do Sistema de Gestão Escolar da prefeitura municipal e um funcionário do setor de Tecnologia da infor-

mação (TI) da prefeitura municipal. As respostas do questionário estão descritas a seguir, por item. Abaixo de cada diretriz segue uma pequena explicação da mesma:

3.2.1 Acessibilidade

Resposta: O *software* utilizado é um *software* de código aberto. O manual com instruções de uso do sistema possui 22 páginas, sendo disponibilizado para todas as UMEI e UMEF do município. Os formatos utilizados para salvar documentos são formatos proprietários, que são: PDF (Acrobat PDF 1.4) e o XLS (Excel 2003). Quando é necessário alguma modificação e/ou atualização no *software*, esta solicitação é registrada e documentada via *e-mail* pelos técnicos do sistema ao setor de TI. Devido ao fato do sistema não possuir a característica de realizar *upload* e ler documentos de fontes externas, questões referentes ao comportamento do *software* com relação a esse fim não se aplicam.

Comentário: Identificamos como principal deficiência encontrada no sistema a utilização de formato dos arquivos proprietários: Adobe Acrobat para arquivos PDF no uso para documentos diversos ou XLS Excel 2003 para planilhas eletrônicas, ambos não recomendado pelas Diretrizes do Produtor do projeto InterPARES, onde a recomendação correta seria o uso de formatos abertos. Portanto, quando o formato tem sua codificação aberta, ele não será submetido a bloqueios legais de uso, o que garantem ao usuário a liberdade de utilização de quaisquer pro-

4 O sistema possui uma fila de cadastro de solicitação de vagas que obedece aos seguintes critérios: PEE: Público da Educação Especial (Deficiência e/ou Transtorno do espectro autista) / MSV: Mulher em Situação de Violência Doméstica ou Familiar / Irmão matriculado na unidade.

5 Os alunos do grupo 5 são remanejados para UMEF (unidades de ensino fundamental) de acordo com a localização de sua residência e demanda da unidade.

gramas que aceitem abri-los. Assim, é recomendável usar formatos, conforme orientação da arquitetura ePINC (Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico) como: *Open Document ODF* - especificação OASIS e *Portable Document Format (PDF/A NBR ISO 19005-1:2009)*, para arquivos do tipo texto e planilhas eletrônicas para arquivamento de longo prazo de documentos eletrônicos, garantindo assim o acesso independentemente de plataforma, sistema operacional ou mídia.

3.2.2 Fixidez

Resposta: Os documentos produzidos/armazenados possuem forma fixa e conteúdo estável pois são gerados em PDF, que tem a característica de manter sempre a mesma aparência e apresentação do documento, ou seja, caso seja necessária alguma modificação no documento, deve-se criar uma nova versão do documento. O sistema também possui variabilidade limitada, pois a fonte das pesquisas para gerar documentos é o banco de dados. A variabilidade limitada significa que “Para a mesma consulta, sempre a mesma resposta; porém, para diferentes consultas, pode haver variação no resultado, essa variação é limitada por regras fixas.” (INTERPARES 2 PROJECT, 2010, p. 7). Portanto mesmo que os dados sejam exibidos de formas diferentes sempre apresentarão o mesmo resultado. O conceito também se aplica às propriedades significativas do documento, pois ao gerar novos documentos o sistema possui um *layout* pré-definido, não afetando suas propriedades. Sendo assim, não há variação nos elementos extrínsecos dos documentos.⁶

Comentário: Quando os documentos produzidos conseguem atender aos requisitos do concei-

to de fixidez, ou seja, atingindo os objetivos de que não haja distorções e de que a informação e os dados contidos no documento permaneçam imutáveis, é respeitado um dos princípios fundamentais da arquivologia que é o da Indivisibilidade ou Integridade, garantindo assim um documento íntegro.

3.2.3 Identidade

Resposta: A padronização (institucional/setorial) dos nomes dos arquivos é cumprida parcialmente, pois pelo sistema as informações fornecidas são insuficientes. Por exemplo, quando é feito o *download* de uma ficha de matrícula, em formato PDF, no nome do arquivo aparece somente o assunto do documento. Quaisquer outras informações, caso precisem ser inseridas no nome do arquivo, devem ser inseridas manualmente pelo usuário no nome do arquivo, no momento em que ele for salvo no computador ou em outro local. O sistema também não possui modelo ou registro de metadados, ou mesmo registro alimentado manualmente em planilhas externas.

Comentário: Dentro de um novo contexto tecnológico, deve-se manter os mesmos princípios de gestão utilizados nos documentos físicos. A falta de padronização dos nomes dos arquivos ou registro de metadados acarreta dificuldade no resgate das informações. Portanto, é necessário que se garanta que os documentos possam ser acessados à longo prazo sem dificuldades e que se garanta a gestão de documentos. Sendo assim, para a execução de atividades onde o usuário possa diferenciar documentos uns dos outros, distinguir versões diferentes de um único documento e fornecer registros da identidade de um documento arquivístico, desde o momento em que é produzido até sua preservação de longo prazo, a padronização dos nomes dos arquivos ou registro de metadados é indispensável para a manutenção e preservação das informações em meio digital.

⁶ Elementos extrínsecos dos documentos são “Elementos de um documento arquivístico que constituem sua aparência externa, inclusive as características de apresentação, como fonte, gráficos, imagens, sons, layouts, hyperlinks, resoluções de imagens etc., assim como selos, assinaturas digitais, carimbos de tempo e sinais especiais (marcas d’água digitais, logotipos, timbres etc).” (INTERPARES 2 PROJECT, 2010, p. 7)

3.2.4 Integridade

Os materiais digitais íntegros devem estar intactos e não corrompidos. A integridade física dos documentos digitais deve ser assegurada para que sua forma documental permaneça a mesma. Para isso são utilizados os metadados de identidade e as funções *Checksum* e *Hash* (algoritmos que mapeiam dados de comprimento variável para dados de comprimento fixo).

Comentário: Até a conclusão deste trabalho, não obtivemos respostas, pelo setor de Tecnologia da Informação (TI), sobre as questões levantadas com a relação à integridade dos documentos.

3.2.5 Organização

Resposta: A instituição não possui nenhuma padronização (institucional/setorial) sobre onde guardar os arquivos criados no computador ou rede. Este item também contém perguntas sobre a existência de plano de classificação e tabela de temporalidade na instituição, os quais não existem. Assim, as perguntas relacionadas a se o *software* utiliza ou não tais instrumentos não se aplicam ao sistema.

Comentário: Para se manter os documentos digitais organizados é importante que sejam agrupados para que, quando necessário, os documentos relacionados à mesma atividade ou assunto, ou que sejam do mesmo tipo, possam ser facilmente identificados e recuperados como parte de um mesmo agrupamento conceitual.

3.2.6 Autenticação

Resposta: Em se tratando da autenticação de documento digital, apesar do conhecimento do conceito de autenticação, não se aplica ao sistema a pergunta: “Ao inserir os documentos no sistema, é realizada alguma forma de autenticação?”, pois o mesmo, conforme já mencionado, não permite a inserção

(upload) de documentos. O sistema também não possui nenhuma forma de criptografia documental, assinatura digital. Os documentos também não são comprimidos e/ou zipados.

Comentário: O sistema não atendeu nenhuma das recomendações das diretrizes do produtor neste item. A ausência de técnicas como: criptografia documental e assinatura digital, ameaça à segurança da autenticidade dos documentos digitais.

3.2.7 Proteção

Resposta: Existe uma estrutura para permissões de acessos (também chamada de privilégios de acesso) para todos os usuários do sistema, ou seja, todo usuário precisa de login e senha para acessar os computadores. Existem diferentes tipos de perfis, dependendo da função que cada usuário exerce. Por exemplo, o professor tem acesso apenas aos recursos relacionados ao perfil professor, o auxiliar de secretaria acesso apenas aos recursos do perfil de auxiliar de secretaria, o pedagogo aos recursos do perfil de pedagogo e os técnicos da Secretaria Municipal de Educação têm perfil apenas de visualização.

Comentário: A existência de estrutura para permissões de acesso feitas por login e senha, onde cada profissional tem acesso limitado a sua função específica, é positiva, porém deve ser atrelada a outras recomendações que garantem que não seja possível a qualquer pessoa modificar ou manipular documentos sem que a mesma seja identificada.

3.2.8 Cópias de Segurança

Comentário: Apesar de ser de conhecimento que há realização de cópias de segurança automatizadas e periódicas, não obtivemos acesso a respostas com relação a rotina, frequência ou tecnologia usada.

3.2.9 Obsolescência

Comentário: Até a conclusão deste trabalho, não obtivemos respostas, pelo setor de TI, às questões levantadas com a relação ao tratamento da obsolescência de *software* e *hardware*.

3.2.10 Consciência

Comentário: Até a conclusão deste trabalho, não obtivemos respostas, pelo setor de TI, às questões levantadas com a relação à integridade dos documentos.

3.3 Percepção do Usuário

Na parte final do questionário foram feitas perguntas à Coordenação do sistema, afim de se captar a percepção do usuário em relação ao questionário. Se ele aprendeu algo ao participar, e se despertou nele alguma necessidade. Foram elas:

A) Antes de participar da pesquisa, você considerava importante a gestão arquivística dos documentos digitais?

“Antes da pesquisa já considerava importante a necessidade de conscientização para redução do consumo e acúmulo de papéis, ajudando na sustentabilidade, além de garantir a segurança dos dados.”

B) Após participar da pesquisa, o quanto você considera importante a gestão arquivística dos documentos digitais?

“Com a pesquisa ficou ainda mais clara a ideia da importância da gestão arquivística dos documentos digitais.”

C) Após participar da pesquisa, você percebeu necessidade de realizar mudanças na produção e gestão de documentos digitais?

“Já percebia a necessidade de mudanças na gestão de documentos, mas com a pesquisa, se levantou pontos ainda desconhecidos de quem não é profissional arquivista.”

D) Você gostaria de receber um diagnóstico da análise feita nesta entrevista?

“Sim, gostaria.”

E) Você investiria em um plano de ação para resolver os problemas detectados?

“Sim, investiria. Porém, por se tratar de uma instituição pública, não dependente de mim, a destinação de recursos para esse fim.”

4. Análise dos Resultados

A análise dos resultados foi feita com base nas informações obtidas no questionário, onde foram consideradas as seguintes respostas:

S = Conforme.

N = Não conforme.

NA = Não se aplica.

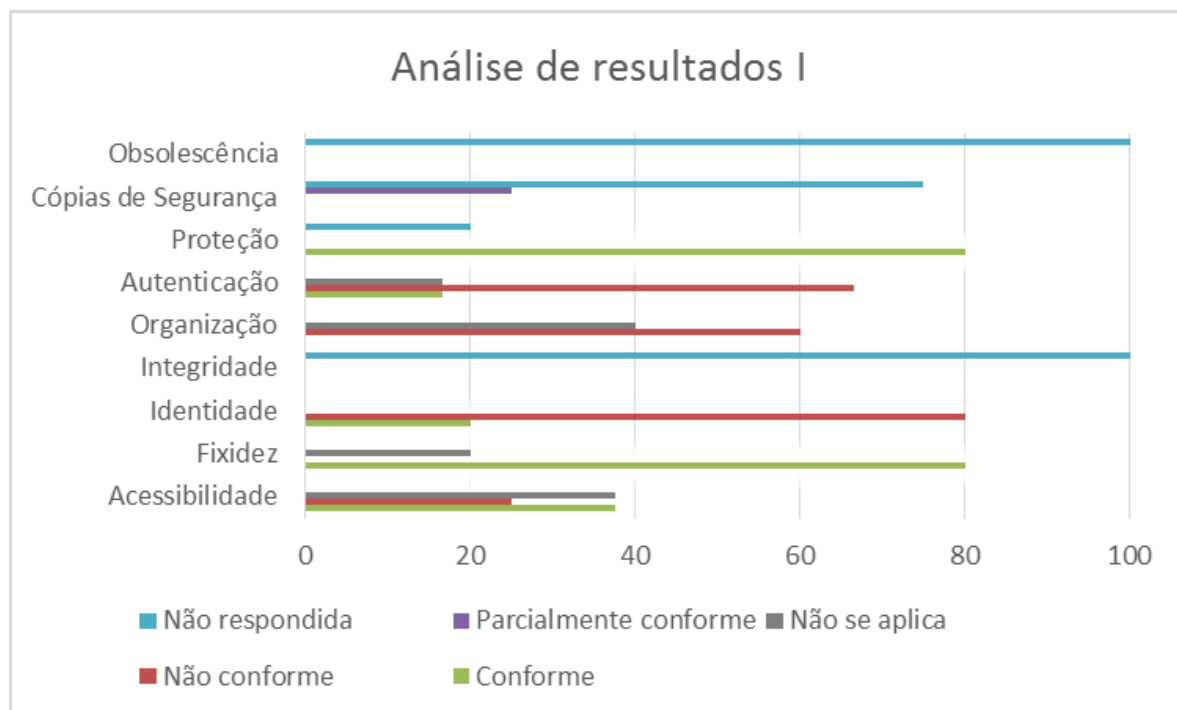
P = Parcialmente conforme.

NR = Não respondida.

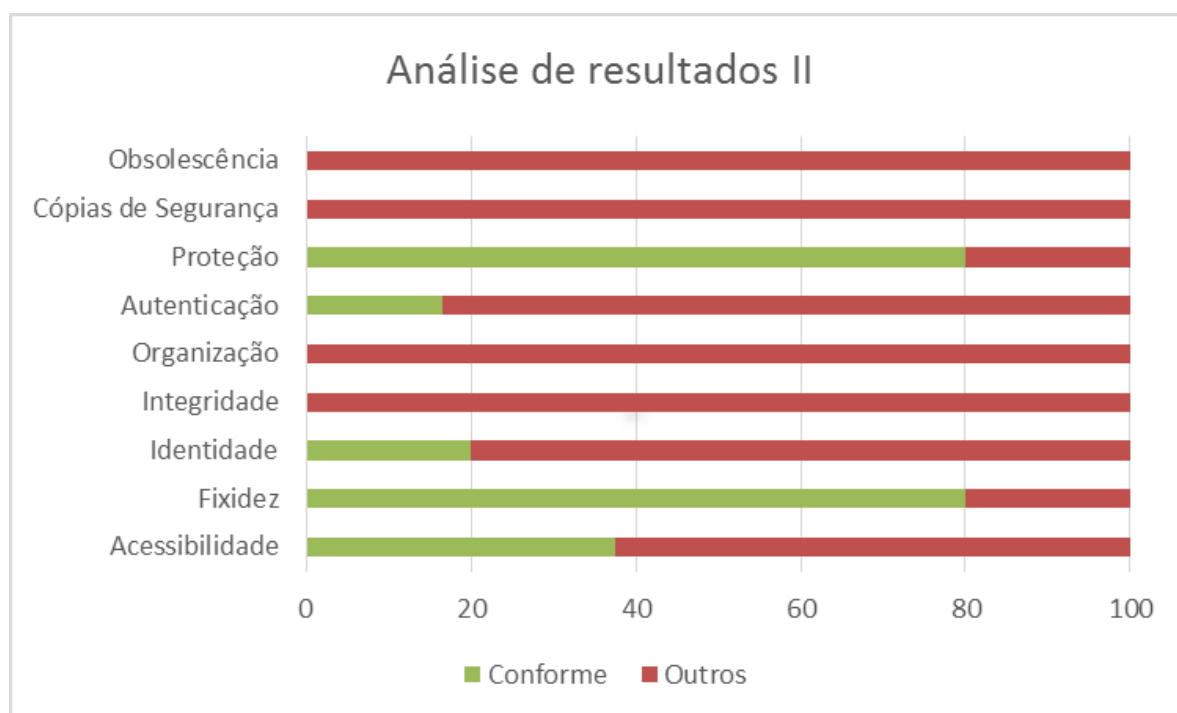
Tendo em vista que cada item do questionário, relacionado a cada diretriz do Produtor, pode possuir várias perguntas, consideramos que quanto mais itens foram respondidos com “Sim”, mais o setor investigado se aproxima de uma gestão documental digital de excelência. Portanto, foram consideradas como pontos negativos todas as respostas negativas ou a ausência delas.

O **Quadro 2** apresenta uma visão com os percentuais de todos os itens:

O **Quadro 3** apresenta uma visão com os percentuais de todos os itens. Onde foram consideradas as respostas “Sim” (positivas) em verde e as demais (negativas) em vermelho, estas que são consideradas os demais tipos de respostas ou ausência delas (não, não se aplica, respondida parcialmente ou não respondida):



Quadro 2 – Análise de resultados I. Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.



Quadro 3 – Análise de resultados II. Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

O **Quadro 4** apresenta um resumo da análise das respostas da Parte 2 do Questionário:

Pode-se observar no Quadro 4 que das 44 perguntas feitas, a partir desse total, temos que:

- 13 foram respondidas com “conforme”, que correspondem a 29,54%.
- 13 respostas “Não conforme”, que correspondem a 29,54%.
- 7 respostas “Não se aplicam”, que correspondem a 15,90%.
- 1 resposta “Parcialmente conforme”, que

correspondem e a 2,27%.

- 10 perguntas não respondidas, que correspondem 22,72%.

Portanto, um baixo percentual de respostas “Conforme” (29,54%) comparado com os demais tipos de respostas (70,46%), que impactou negativamente a análise feita.

Item	Quant. de Perguntas	C	NC	NA	PC	NR	Comentário
Acessibilidade	8	3	2	3	0	0	Cumpriu parcialmente as recomendações das diretrizes do produtor, onde as questões respondidas como “não se aplicam” se referem a características não encontradas no sistema.
Fixidez	5	4	0	1	0	0	Este foi um dos itens que mais se aproximaram de um nível de excelência, onde apenas uma questão não se aplicava ao sistema.
Identidade	5	1	4	0	0	0	Avaliação negativa deste item pela ausência de modelos ou metadados no sistema.
Integridade	2	0	0	0	0	2	Avaliação negativa, pois o entrevistado se omitiu a responder.
Organização	5	0	3	2	0	0	Avaliação negativa do item, pois falta organização arquivística na instituição, incluindo a ausência de um plano de classificação e de uma tabela de temporalidade.
Autenticação	6	1	4	1	0	0	Avaliação negativa do item pela ausência de opção de assinatura digital e tecnologia de criptografia de dados no sistema.
Proteção	5	4	0	0	0	1	Avaliação positiva, pois o sistema conta com mecanismos eficientes de proteção.
Cópias de Segurança	4	0	0	0	1	3	Avaliação negativa pela ausência de respostas, com ressalva da informação de que o sistema possui um <i>backup</i> dos documentos.
Obsolescência	4	0	0	0	0	4	
Total	44	13	13	7	1	10	

Quadro 4 – Resumo da análise das respostas. Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

6. Considerações finais

Em um contexto de transformação digital, em um cenário pós-pandêmico, a evolução em todas as áreas do conhecimento foi necessária. No ambiente escolar, onde há um grande fluxo de circulação de documentos, há de se pensar nos sistemas de gerenciamento escolar, e na produção e gestão adequada dos documentos arquivísticos digitais. Neste sentido, este trabalho teve como objetivo analisar a produção dos documentos de um Sistema de Gestão Escolar utilizado em uma UMEI da Grande Vitória, em relação ao perfil de auxiliar de secretaria. A ferramenta de pesquisa teve como base as diretrizes do Produtor do Projeto InterPARES, que foram desenvolvidas para pessoas ou organizações que produzem materiais digitais, tais como documentos arquivísticos digitais, no curso de suas atividades profissionais e pessoais, e ajudá-las na produção e manutenção desses materiais, a fim de assegurar sua preservação pelo tempo que for necessário.

Para isso, foi aplicado um questionário baseado nessas, onde a primeira parte foi respondida por funcionários da UMEI, representados pela Diretoria da unidade e o Auxiliar de Secretaria (autor da pesquisa) e a segunda parte foi respondida em parte pela coordenação do sistema e em parte por um funcionário do setor de TI da Prefeitura. Com base nos resultados obtidos, percebemos um baixo percentual de respostas “Conforme”, ou seja, apenas 13 das 44, totalizando um percentual de 29,54%. Diante deste fato, fica clara a não adequação do setor às diretrizes do produtor do InterPARES, e que a gestão de documentos arquivísticos eletrônicos da instituição ainda está distante de um padrão razoável. Isso pode levar a perdas documentais, dificuldade de acesso às informações, e até mesmo à impossibilidade de preservação de documentos arquivísticos digitais que tenham caráter permanente.

Os demais tipos de respostas (não conforme, não se aplica, respondida parcialmente ou não respondidas) somam um total de 70,46%. Com relação

às questões não respondidas pelos entrevistados, não foram apontadas as razões para tal. Indicamos a continuação da presente pesquisa para encontrar as razões pelas quais os requisitos não são atendidos, e mesmo para investigar mais profundamente a falta de conhecimento sobre Arquivologia por parte da gestão municipal.

Conclui-se que a instituição ainda necessita percorrer um longo caminho para que se chegue a um nível de excelência em se tratando de gestão arquivística documental. Fazendo uma análise geral das instituições públicas municipais brasileiras, nota-se pouco investimento em gestão documental, reduzindo-se ainda mais quando trata-se da gestão dos documentos arquivísticos digitais, cultura essa que distancia o Brasil de suas responsabilidades perante seu patrimônio público e suas memórias.

Tratando-se especificamente do objeto pesquisado, é possível perceber a carência sobre o entendimento dos conceitos de gestão arquivística na própria instituição como também no Sistema de Gestão Escolar. Agrava-se o fato de se tratar de uma amostragem de toda a rede de educação de todo um município, pois apesar da pesquisa ter iniciado em uma unidade específica, o sistema é utilizado em todas as escolas de dois municípios da Grande Vitória.

Orienta-se, portanto, o comprimento das recomendações das diretrizes do produtor do Projeto InterPARES de forma integral, afim de se ter uma gestão arquivística de documentos digitais de qualidade, e um sistema de gestão escolar que produzirá seus documentos arquivísticos digitais de forma adequada, para fins de preservação e uso futuro, pelo tempo que forem necessários.

7. Referências Bibliográficas

ALONSO, Myrtes. **A Supervisão e o desenvolvimento profissional do professor**. In: FERREIRA, Naura Carapeto (Org.). *Supervisão Educacional para uma escola de qualidade*. São Paulo: Cortez, 2006, pp. 167-181.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/>

Dicion_Term_Arquiv.pdf. Acesso em: 10 abr. 2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - **ABNT. ABNT NBR ISO 19005-1** - Gerenciamento de documentos – Formato eletrônico de arquivo de documento para preservação de longo prazo – Parte 1. Rio de Janeiro: ABNT, 2009.

BERNARDES, I. P. **Como Avaliar Documentos de Arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1998. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/assets/publicacao/anexo/gestao_documental_aplicada.pdf. Acesso em: 28 jul. 2020.

BRASIL. **e-PING: Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico**. Brasília: Comitê Executivo de Governo Eletrônico, 2018. Disponível em: <https://eping.governoeletronico.gov.br>. Acesso em: 01 ago. 2022.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVO (Brasil). Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos. **e-ARQ Brasil: Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos: versão 2**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo-publicacoes/EARQV203MAI2022.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2022.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **Glossário: Documentos Arquivísticos Digitais**. Versão 8.0. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2020a. 54 p. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/assuntos/camaras-tecnicas-setoriais-inativas/camara-tecnica-de-documentos-eletronicos-ctde/glosctde_2020_08_07.pdf. Acesso em: 21 jul. 2021.

COUTO, J. M. et al. **Desemprego tecnológico**: Ricardo, Marx e o caso da indústria de transformação brasileira (1990-2007). *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 20, n. 2 (42), p. 299-327, ago. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ecos/a/fmZnsd-Gw6bgjwwYw4cvjNvD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 19 mai. 2022.

FERRARI, L.I.; GAVA, T. B. S.; MORAES, M. F. de; CRISTÓVÃO, H. M. **Observatório da Informação Arquivística Digital**. Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal do Espírito Santo. 2019.

GAVA, T. B. S.; BIANCHI, W. S.; ALMEIDA, J. de O. **Desenvolvimento e implantação do sistema e-DOCS no contexto da gestão de documentos**, Espírito Santo, Ano III, n. 5, p. 19-28, jan./jun. 2019. Disponível em: https://www.academia.edu/download/61900237/Revista_APEES_numero_5.pdf#page=21. Acesso em: 19 mai. 2022.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

INTERPARES 2 PROJECT. **Diretrizes do Produtor. A elaboração e a manutenção de materiais digitais**: diretrizes para indivíduos. Tradução Arquivo Nacional e Câmara dos Deputados. TEAM Brasil, 2010. Disponível em: http://www.interpares.org/ip3/display_file.cfm?doc=ip2_creator_guidelines_booklet--portuguese.pdf. Acesso em: 26 jun.

INTERPARES, Projeto. **Entrevista com Luciana Duranti**. Pon-

to de Acesso, Salvador, v. 3, n. 1, p. 82-91, abr. 2009. Disponível em: https://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/05/pdf_92a-08c792f_0010413.pdf. Acesso em 21 mar. de 2022.

RONDINELLI, R. C. **O documento arquivístico ante a realidade digital: uma revisão conceitual necessária**. 1. ed. Rio de Janeiro, Brasil. Editora FGV, 2013.

SALLES, C. M. S. Strong Business School. **Transformação digital em tempos de pandemia**, São Paulo, v.1, n. 1, p. 95, jan. 2021. Disponível em: <http://portalderevistas.esags.edu.br:8181/index.php/revista/article/view/22>. Acesso em: 21 mar. 2022.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. Disponível em: https://aedmoodle.ufpa.br/pluginfile.php/291350/mod_resource/content/1/LAKATOS%20-%20MARCONI%20-%20FUNDAMENTOS%20DE%20METODOLOGIA%20CIENTIFICA.pdf

PLANO de Class. e Tabela de Temporalidade. **APEES**. 2019. Disponível em: <https://ape.es.gov.br/pcd-ttd-fim>. Acesso em: 24 ago. 2019.

VILA VELHA. **Portaria n.º 28, de 03 de novembro de 2016**. Das disposições gerais e do processo de organização do Sistema Gestão Escolar. Vila Velha, ES. Disponível em: https://www.vilavelha.es.gov.br/midia/paginas/Portaria%2028%20Normativa_%20SISTEMA%20DE%20GESTAO.pdf. Acesso em 25 de mai. 2022.







ARTIGO

IMIGRAÇÃO ITALIANA EM ALFREDO CHAVES: UMA ABORDAGEM CULTURAL

Gabriel Pietralonga Marion

Graduado em Licenciatura em História pelo Centro Universitário São Camilo – Cachoeiro de Itapemirim (ES). Especialista em Historiografia Brasileira pela FAVENI – Faculdade de Venda Nova do Imigrante (ES). Mestrando em História Social das Relações Políticas pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Bolsista CAPES.

Resumo

Este trabalho tem por objetivo apresentar alguns aspectos culturais legados pelos imigrantes italianos na cidade de Alfredo Chaves – Espírito Santo, onde os habitantes são, em sua maioria, descendentes de italianos. Para alcançar esses fins, as características culturais dos imigrantes foram pesquisadas em livros e artigos. Também foram realizadas entrevistas com descendentes de imigrantes, com o objetivo de identificar se entrevistados preservam os elementos levantados anteriormente. A influência cultural italiana pode ser vista no dia a dia dos moradores da cidade, em suas tradições, costumes, hábitos, como na culinária, na religiosidade, no lazer, no modo de se comportar e de ver o mundo e nas festividades.

Palavras-chave: Cultura, Imigrantes, Italianos, Alfredo Chaves.

Abstract

This paper aims to present some cultural aspects left by Italian immigrants in the city of Alfredo Chaves - Espírito Santo, where the inhabitants are, for the most part, descendants of Italians. To achieve this goal, the cultural characteristics of immigrants were researched in books and articles. Interviews were also performed with descendants of immigrants, with the aim of identifying if the interviewed people preserve the elements previously researched. The Italian cultural influence can be seen in the daily lives of city residents, in their traditions, customs, habits, such as culinary, religiosity, leisure, the way they behave and see the world and their festivities.

Keywords: Culture, Immigrants, Italians, Alfredo Chaves.

Introdução

Durante o século XIX, o Brasil recebeu uma grande leva de imigrantes de várias nacionalidades, como italianos, alemães, portugueses, luxemburgueses, holandeses, sírios, libaneses, entre outros. Em sua maioria, fugiam de situações precárias nas quais viviam em seus países de origem, em busca de melhores condições de vida e do objetivo de “fazer a América”, estimulados pelas propagandas e pela posse de terras que receberiam do governo brasileiro.

O caso italiano é o mais ilustrativo dessa situação difícil. O processo de unificação do Estado Nacional, conhecido como *Risorgimento*, ocorrido na segunda metade do século XIX, somado a outros fatores, ocasionou a desestruturação da sociedade camponesa italiana, fazendo com que seus cidadãos não tivessem outra opção a não ser emigrar, ato que muitas vezes era sinônimo de sobrevivência.

Os imigrantes se estabeleceram em vários estados do Brasil, como o Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Espírito Santo. A maior parte dos

imigrantes que se destinaram ao Espírito Santo era de origem italiana, de tal forma que 25% da população do estado, no final do século XIX, era composta por imigrantes, especialmente italianos (COMINOTTI, 2015, p.19).

Os imigrantes italianos fundaram várias comunidades no Espírito Santo, que hoje são pequenas cidades, como o município de Alfredo Chaves, foco deste trabalho. Carregando um imenso capital cultural, os imigrantes legaram para as gerações posteriores vários hábitos, costumes e tradições que ainda hoje norteiam a vida dos seus descendentes.

Partindo do pressuposto de que a cultura é o bem maior de um povo, o objetivo deste trabalho é identificar quais aspectos culturais dos imigrantes italianos ainda vivem na população de Alfredo Chaves no século XXI. A importância dessa pesquisa é enaltecer e preservar a memória e a cultura dos imigrantes que exercem grande influência na personalidade das pessoas do município, atuando de forma

intrínseca, formando estruturalmente a identidade desses indivíduos.

O trabalho tem como base uma pesquisa bibliográfica, na qual buscou-se identificar os aspectos que compõem a identidade cultural dos imigrantes italianos. Foram utilizadas bibliografias como José Schayder (2002), Emilio Souza (2014), Amílcar Gasparini (2005), Orestes Bissoli (2003), Antonia Colbari (1997), Edenize Peres (2011, 2014), entre outros.

Em seguida, foi feita uma pesquisa de campo, de natureza básica, descritiva e quantitativa, com os moradores do município de Alfredo Chaves. Optou-se pela utilização de um questionário, que objetiva descrever quais características da identidade cultural italiana a população desta região ainda mantém. Para a seleção dos entrevistados, foi usado o critério de descendência dos imigrantes italianos.

Os aspectos culturais pesquisados foram divididos em seis tópicos: trabalho; modo de ser; religiosidade; lazer; culinária; uso de expressões e dialetos. Os exemplos de cada um serão citados nos parágrafos subsequentes.

Os imigrantes

A grande maioria dos italianos que veio para o Brasil era composta por agricultores. Assim, seu trabalho se define basicamente pelo trato do campo. Segundo Seyferth (2000, p.147), a imigração era um empreendimento baseado na pequena propriedade familiar, da qual os italianos tiravam seu sustento. As comunidades eram tipicamente rurais, tendo sua economia fundamentada na agricultura. “A produção cafeeira e a pecuária leiteira constituem as principais atividades econômicas dessas localidades (NICOLI, 2016)”. Percebe-se a natureza do dia a dia do trabalho segundo o relato do imigrante italiano Orestes Bissoli (2005, p.44), publicado em sua autobiografia:

O nosso modo de trabalhar não era de gente. Trabalhávamos feito burros, dia e noite, que fizesse sol

ou chovesse. Nunca houve dia em que dissesse: hoje não tenho o que fazer. Nem mesmo horas, pedaços de dia que fossem. O descanso da noite era pouco, pois dormia-se tarde e levantava-se cedo. [...] Era trabalhar com ardor, com força, como quem trabalha a empreitada, com pressa de findar um serviço pois havia outro adiante.

Diante de um cenário de total despreparo e abandono por parte das instituições governamentais, os imigrantes precisavam aprender um novo modo de vida e se adaptar a uma nova realidade por conta própria, enfrentando todas as dificuldades que esse árduo processo requeria. Pouco tinham, e era necessário muito trabalho para conquistar a subsistência.

O trabalho era árduo, iniciado desde a madrugada e se estendendo até o pôr-do-sol. Plantavam café, milho, feijão, e para manter a família eram obrigados a trabalhar em outras propriedades até o início da produção dos cafezais. Quando o cafezal estava formado, as atividades aumentavam e a família toda, inclusive mulheres e filhos, era mobilizada. As mulheres ajudavam na roça e assumiam as funções da casa, que incluíam a formação de hortas e a criação de galinhas (COLBARI, 1997).

O modo de ser do italiano pode ser bem ilustrado pelos testemunhos contidos no livro de Amílcar Gasparini (2003), que relatam a trajetória de um grupo de 300 imigrantes que em 1886 desembarcou no porto de Benevente, atual Anchieta, e em seguida tomou diferentes caminhos, uns rumando pelas matas em direção a Alfredo Chaves e outros para Cachoeiro de Itapemirim.

Esses indivíduos caminhavam pelas matas e acampavam às noites, pescando e assando peixes regados à vinho, oportunidade que não deixavam passar: faziam um festim, gesticulando e falando em altos brados, o que era próprio deles, e como todo bom italiano que se preze, imprecações e blasfêmias corriam soltamente (GASPARINI, 2003, p.27). Nas páginas

seguintes, seguem relatos dos trejeitos italianos: “As imprecações e blasfêmias eram uma constante na boca dos italianos, que quando se animavam com uma boa perspectiva, faziam uma enorme algazarra (GASPARINI, 2003, p.29)”.

O “modo de ser italiano” também é destacado por Orestes Bissoli em suas memórias: “Os italianos tinham o vício da *bestemmia* (blasfêmia): era uma maneira peculiar do italiano de invocar o nome de Deus ou da Virgem de modo irreverente ou vulgar, em momentos de irritação (2005, p.27)”. Quando se reuniam, “[...] era maior a troca de impressões entre os italianos, que, como de costume, gesticulavam e falavam alto (GASPARINI, 2003, p.38)”. Tendo algo a conversar, alguns pequenos grupos se formavam, onde, pela gesticulação, que era um traço comum entre eles, percebia-se que haviam iniciado uma calorosa discussão (GASPARINI, 2003, p.59). O relato continua: “Como não poderia deixar de ser e que era comum entre eles, altas vozes, em chamamento a determinadas pessoas eram proferidas, o que ocasionava um constante alvoroço (GASPARINI, 2003, p.30)”. O jeito de ser do italiano fica claro também no trecho em que é testemunhada a organização para todos dormirem num barracão:

Mais uma vez, aquele corre-corre desordenado, tomou conta de todos, uns querendo passar à frente dos outros, na procura de melhor lugar e então, as crianças, livres dos controles maternos, provocavam ensurdecadora algazarra. Era um pandemônio, que bem espelhava a índole italiana (GASPARINI, 2003, p.39).

Os imigrantes italianos eram muito religiosos. Sua fé católica era a base de suas tradições. Construíam capelas aonde quer que se instalassem, e era ela o centro da comunidade, como por exemplo a igreja de Sagrada Família, hoje distrito de Alfredo Chaves. Todo o povoado se estruturava em torno da igreja, sendo o padre uma figura central, exercendo autoridade moral sobre os habitantes, trazendo notícias

do mundo exterior e transmitindo técnicas e ensinamentos úteis à população (COLBARI, 1997).

Quando não tinham condições de construir uma igreja, se reuniam aos domingos em alguma casa, para uma celebração. Muitos rezavam o terço toda noite, em casa, após o trabalho (PERES, 2014, p.65-66). Essas práticas religiosas estimulavam a convivência social, reforçando a coesão do grupo em um ambiente hostil e desconhecido, fortalecendo a integração moral da comunidade (COLBARI, 1997).

Toda a vida era voltada para a religião. Orestes Bissoli (2005), em suas memórias, testemunha que “[...] os domingos e dias santos respeitavam-se o melhor possível. Não se perdia uma missa e, não havendo missa, assistia-se à reza de costume, ao santo rosário ou aos cânticos sagrados, às Vésperas, salmos e hinos sagrados (p.44)”. Seu neto, Daniel Bissoli, relata que “[...] fiéis à tradição cristã, à noite rezávamos o terço. Depois papai lia a vida do santo do dia. Como bons cristãos, nunca perdíamos uma missa” (BISSOLI, 2005, p.124-125).

Durante as festas em homenagens aos santos havia a missa e, na sequência, a procissão, na qual as pessoas entoavam, em italiano e à capela, os hinos que estavam acostumados a cantar (GASPARINI, 2003, p.111). Os imigrantes também tinham o hábito de manter imagens e quadros de santos nas paredes das casas, como um meio de manter uma relação íntima na sua religiosidade.

Nas festas religiosas, após a missa e a procissão, os imigrantes costumavam se reunir e festejar juntos, se divertindo.

[...] o jogo da mora era o divertimento predileto, onde a cada instante se ouvia ‘due, due, ter, ter, tuttala mano’, sempre seguido de uma algazarra, quando havia um vencedor. Era uma brincadeira simples e ingênua, mas que para eles se traduzia em algo de grato deleite (GASPARINI, 2003, p.70).

Além da mora, os imigrantes costumavam jogar o “boccie” – chamado de bocha atualmente. Cons-

truíam o campo, onde pudessem jogar o bolim. Além disso, havia ainda os jogos de baralho como o triunfo e o três sete, e o jogo da bola de pau (GASPARINI, 2003, p.112). Sempre contava com torcida das crianças.

A culinária italiana é um dos aspectos culturais mais marcantes dos imigrantes e mais facilmente identificável. Os hábitos alimentares mais típicos dos imigrantes italianos consistiam na polenta, no macarrão, o queijo, a linguiça de porco, o vinho, etc. “A polenta tornou-se um produto emblemático, porquanto presente nas três principais refeições do dia: matinal, almoço e jantar. O macarrão normalmente compunha o almoço de domingo” (CELIN, 2019, p.65). Em sua autobiografia, Bissoli (2005) relembra uma rápida refeição num dia em que procurava emprego, ainda na Itália: “Na segunda-feira cedo, tomei uma talhada de polenta [...] No caminho, comi toda a polenta com a uva que tirava dos campos” (BISSOLI, 2005, p.16). Também se recorda de outra forma que costumavam consumir a polenta, misturando-a com leite (BISSOLI, 2005, p.43).

Os italianos possuíam uma rotina alimentar bem particular. O trecho a seguir expõe uma noite de jantar de uma família de imigrantes:

Foi para a cozinha e rapidamente cortou vários pedaços de linguiça, que pôs a fritar, depois, pegou a tábua de polenta, um queijo verde, colocou-os sobre a grande mesa e completando, a frigideira fumegante com linguiça frita. Diante do cheiro que exalava, ninguém precisou ser chamado para o frugal repasto, todos, calmamente aproximaram-se e cada um pegou seu prato de ágate, nele depositando um grande pedaço de polenta, cortado com uma linha, costume tradicional, depois o queijo e a linguiça. Prontamente puseram-se a comer, ora com uma espécie de colher, feita de bambu, ora com o auxílio dos dedos. Andréa levantou-se indo até o canto da cozinha e de lá, voltou com uma botija quase cheia de vinho. Este fora servido em pequenas cuias e sorvido em grandes goles (GASPARINI, 2003, p.210).

Entrevistas e resultados

As entrevistas realizadas com os descendentes de imigrantes permitiram perceber a permanência da cultura italiana em Alfredo Chaves. O município a concentra através da transmissão de geração em geração de hábitos, costumes e os demais elementos pesquisados que moldam a identidade dessa parcela da população, formada majoritariamente por descendentes dos imigrantes.

Os entrevistados foram escolhidos por apresentarem – mediante as observações dos pesquisadores – os aspectos culturais selecionados neste trabalho. O entrevistado 1 é um homem de 50 anos, bisneto de italianos, que manifesta bastante influência cultural em sua religiosidade e modo de ser, assim como o entrevistado 4, mulher de 76 anos, neta de italianos, e o entrevistado 5, de 79 anos, bisneto de imigrantes. O entrevistado 2 é uma mulher de 40 anos, tataraneta dos imigrantes, bastante informada sobre o assunto da pesquisa, através de estudos e de intercâmbio cultural na Itália. O entrevistado 3 é um homem de 44 anos, bisneto de italianos, que se empenha em manter a cultura italiana através da banda de música, na qual é o vocalista, além de larga participação na organização da festa da imigração de Alfredo Chaves. O entrevistado 6 é um neto de imigrantes de 52 anos, apaixonado pela cultura italiana, à qual busca sempre exaltar através, principalmente, da organização da *FestItalia*¹ e da música. O entrevistado 7 é tataraneto de imigrantes, com 41 anos, e apresenta influência cultural de forma mais marcante no trabalho e religiosidade. O entrevistado 8 é uma mulher de 51 anos, bisneta de imigrantes, que revela a influência cultural italiana na religiosidade e na participação na *FestItalia*, da mesma forma que o entrevistado 9, também bisneto de italianos, de 52 anos. É importante ressaltar que as informações aqui expostas tratam das influências culturais mais marcantes em cada

¹ A *FestItalia* é uma festa organizada pela Associação Avêneta, com o objetivo de celebrar a cultura italiana no município de Alfredo Chaves.

um dos entrevistados, aquilo que os destacam e que chamou a atenção do pesquisador. Porém, cada um deles possui vários outros elementos examinados por este trabalho, que serão discutidos a seguir.

No quesito “trabalho”, os entrevistados 1, 4, 5, 7 e 8 recebem influência de seus antepassados ao trabalharem no campo, na pequena propriedade familiar, dormindo e acordando cedo; o entrevistado 6, de 52 anos, por sua vez, pratica a atividade de ferreiro, que era a profissão exercida por seu avô italiano, o qual passou o conhecimento e prática para as gerações posteriores. Também participam do tradicional mutirão – ou ajuntamento, como é chamado por alguns –, que é uma ajuda grupal a alguém que não tem condições de exercer algum trabalho ou atividade por conta de alguma enfermidade ou algo do tipo. Segundo o relato dos entrevistados, este é um dos costumes de que mais se orgulham, por se tratar de uma maneira de ajudar o próximo. O entrevistado 7, a esse respeito, disse que:

A gente tem o mutirão aqui na comunidade, ou na comunidade vizinha, quando alguém fica doente ou se acidenta, ou qualquer problema que impeça ele de trabalhar. Então a comunidade costuma fazer esse mutirão pra ajudar na lavoura, no que for preciso [...] É um trabalho muito bonito que a gente não pode deixar perder não, [...] porque é um pouquinho de cada um que vale muito pra pessoa que tá sendo ajudada.

O modo de ser é uma das características italianas mais marcantes e notáveis nos entrevistados. A maioria afirmou que durante uma conversa, assim como seus antepassados, tem o costume de gesticular e falar em alta voz, assim como também fazer um certo tumulto – ou algazarra, no dizer de Gasparini (2003) – perante alguma situação animadora. O entrevistado 2 relatou que, quando fazem uma reunião de amigos, “[...] o povo na rua acha que a gente está fazendo uma confusão aqui dentro de casa, é todo mundo falando junto ao mesmo tempo, tudo misturado”.

Outro aspecto que condiz com o jeito de ser dos imigrantes italianos é o hábito de fazer festas para confraternizar e comemorar algum acontecimento, reunindo a família e/ou a comunidade para um almoço, principalmente aos domingos, o que foi relatado por todos os entrevistados.

O aspecto cultural mais marcante dos italianos que vieram ao Brasil talvez seja a religiosidade. Nas entrevistas, a maioria das pessoas demonstrou preservar o hábito de rezar o terço, se não todas as noites – como o fazem os entrevistados 1, 3, 4, 5 e 6 –, ao menos em momentos de tristeza. A maioria relatou que é costumeiro se reunir na casa de amigos para realizar pequenas celebrações.

Os entrevistados atestaram também que respeitam domingos e festas, além de possuírem o costume de ir à missa em todos os domingos e participar de festas em homenagens a santos. Similarmente, possuem a prática de cantar hinos religiosos à capela durante as procissões, assim como manter imagens e quadros de santos nas paredes das casas. Durante o dia, eles têm o hábito de entrar na igreja e se pôr a rezar, da mesma forma como faziam os imigrantes há mais de um século.

Quanto às atividades de lazer legadas pelos seus antepassados, os entrevistados 1, 5, 6 e 7 afirmaram gostar de jogar baralho; 1, 6 e 7 costumam jogar a mora; 1, 3, 5, 6, 8 e 9 praticam o “boccie”, a chamada bola de massa ou bocha. Tais atividades compõem uma parte relevante do capital cultural italiano, pois são jogos que as pessoas de hoje em dia aprenderam com os mais velhos de sua família e continuam a ser praticados atualmente.

Outro legado cultural de primordial importância é a culinária, com pratos que são transmitidos de geração em geração, fazendo parte do cotidiano dos descendentes de italianos. São alimentos que não podem faltar na mesa, principalmente em dias em que se reúne a família e a comunidade. Todos os entrevistados consomem os alimentos que foram pesquisados neste trabalho; são eles: o macarrão, a polenta, o frango – principalmente na forma de enso-

pado –, o queijo, a linguiça frita, a minestra e o vinho. O entrevistado 6 relatou que ainda pratica o hábito de cortar a polenta com um barbante, no objetivo de preservar o costume de sua mãe; também costuma utilizar pratos de **ágate** (esmalte), para relembrar a tradição da família. O entrevistado 2 disse que “[...] é cultural reunir-se com amigos e família para conversar e beber o famoso vinho”.

Os hábitos, costumes e demais aspectos pesquisados e comprovados até então fazem parte de um acervo cultural que norteia a vida dos descendentes dos imigrantes italianos, atuando de forma intrínseca, compondo sua identidade de forma estrutural. A cultura italiana age sobre a personalidade desses indivíduos, atuando diretamente em diversos espaços de suas vidas, como o modo de ser, de se comportar e de ver o mundo, compondo a essência da pessoa. Na culinária, de forma que todos gostam e sempre preparam e consomem os alimentos típicos de seus antepassados no seu dia a dia; no trabalho, onde muitos ainda exercem as mesmas atividades que aprenderam com sua família e com os mesmos hábitos. Na religiosidade, uma grande característica dos imigrantes do século XIX e também da população de Alfredo Chaves dos dias atuais, como visto nas entrevistas. No lazer, com jogos que foram ensinados com o passar do tempo para os descendentes, e que continuam a praticá-los para se divertir.

De acordo com o entrevistado 3, o ato de rezar o terço, ir à igreja aos domingos, beber o vinho nas reuniões de família com os amigos e o artesanato que ele pratica são traços da cultura de seus antepassados e que pretende manter viva e passar para as próximas gerações, assim como foi passado a ele. O entrevistado 4 disse ainda que possui o hábito de pedir a bênção aos pais, pois assim foi ensinado pelos seus familiares. Por sua vez, o entrevistado 8 testemunhou ter aprendido com sua família o hábito de rezar o terço e de contar as histórias de vida de seus antepassados, da mesma forma como foram contadas a elas, com o intuito de nunca perder essa cultura.

Outra influência cultural italiana muito marcante em Alfredo Chaves diz respeito ao idioma italiano. Segundo relatos dos entrevistados, costuma-se fazer o uso de certas expressões do idioma ou de algum dialeto – como o vêneto – durante uma conversa, para se referir a algum objeto ou a alguém. O entrevistado 1 informa:

[...] tipo assim, o cara tá alando alguma coisa e eu falo assim: *esta fermo! Capisce? Esta fermo* é ficar quieto. [...] também falo sua *piquitita, tosato, tosata* [...] *cinquefradello*, cinco irmão. E *meu papa, lasu* [...] já foi, já foi embora. O *nonno* e a *nonna, lasu*. Já foi embora. Sou *solo*. Sozinho. Entendeu?

O entrevistado 3, quando perguntando se faz o uso dessas expressões, evidenciou a influência não só da língua, mas também do costume de blasfemar, algo que, segundo Bissoli (2005), era típico dos imigrantes.

Faz, faz. Faz bem um xingamento, né? É típico deles. [...] *Carcamano, porcapipa*... Faz mais essas coisas assim. [...] Vem falando *vino, formaggio*, um *salado*, um *salami* [...] Faz mais quando interage com alguém assim, que a gente vai brincando.

O hábito de xingar é muito comum entre os italianos e os seus descendentes. Segundo o entrevistado 2, “[...] às vezes você *tá* numa roda de amigos e a primeira coisa que eles te ensinam é xingar, falar palavrão em italiano”. Por sua vez, o entrevistado 7 relatou que: “[...] tem vez que a gente brinca com alguma coisa, usando algum termo italiano que a gente aprendeu com os mais antigos”.

O entrevistado 8 disse ser “fantástico” fazer o uso dessas expressões, isso porque é uma forma de manter a cultura viva e também de praticar o idioma italiano para não o deixar “cair no esquecimento”. Algumas pessoas declararam ter estudado a língua italiana, e muitos até já viajaram para a Itália, realizando intercâmbio cultural, em decorrência da influ-

ência que receberam da família e do gosto adquirido através da escuta de expressões e dialetos usados na comunidade, principalmente falados pelos mais antigos. O entrevistado 2, por exemplo, afirmou que foi “[...] a paixão pela Itália e pela cultura italiana” que o levou a realizar essas atividades. O entrevistado 6 reconheceu ter um sotaque italiano, e o tem com orgulho, pois segundo suas palavras, “[...] manter o sotaque é questão de identidade”. Além disso, atestou:

Eu falo o dialeto vênето porque aprendi em família. [...] A gente só falava italiano. [...] Até o dia que eu fui pra escola pela primeira vez, eu só falava italiano, mas o dialeto, o dialeto vênето. E a gente fala até hoje [...] E eu fiz cursos de italiano oficial pra poder diferenciar o dialeto do italiano oficial.

Essas características compõem o patrimônio cultural do município de Alfredo Chaves. A influência dos imigrantes italianos na vida dos seus descendentes é a forma pela qual estes vivem. É a lente através da qual veem o mundo. É aquilo que os faz ser quem são. É, em suma, a sua identidade. Dessa forma, com tanta importância em suas vidas, é natural que se faça meios de preservar a cultura e a memória dos imigrantes. Nos atentemos agora para as formas pelas quais os entrevistados celebram e revivem a cultura de seus antepassados.

A mais importante celebração da cultura italiana no município de Alfredo Chaves é a “*FestItalia*”, que conta com a exposição e demonstração de vários aspectos culturais. O entrevistado 2 relatou que essa festa tem suas origens num curso de italiano disponibilizado no município, cujos componentes criaram a Associação Avêneta, ou seja, “*todos do Vênето*”, que é um grupo de ativistas que buscam preservar a cultura italiana através de eventos, festas e outras ações. Segundo seu relato, foi no seio dessa associação que surgiu a *FestItalia*, cuja primeira edição aconteceu em 2010.

A gente fez a festa da imigração italiana [...] A gente trabalhava com dança, com cultura, com culinária

[...] A gente movimentava o estado do Espírito Santo todo [...] Rolava **música italiana o tempo inteiro, e muito vinho e comida.** [...] **Montavam** a vinhocicleta, o minhocão, e o povo se vestia e ia pra rua. Aí nós fizemos o desfile de carros antigos, todo mundo se vestindo de italiano e ia pra rua (Entrevistado 2).

Segundo o entrevistado, a festa levou muita alegria para a população, manteve a cultura viva, além de fazer girar a economia do município. A festa acontecia em dois dias; na primeira parte, havia o desfile pelas ruas da cidade, com pessoas caracterizadas com trajes típicos e vários outros elementos. Em seguida, havia a festa em si, com muita música, comida e vinho. O entrevistado 6, que também faz parte da Associação Avêneta, atestou que dirigiu a *FestItalia* como presidente por onze anos, promovendo a preservação da cultura italiana na cidade e criando vários “brinquedos” para incrementar a celebração dos costumes dos imigrantes.

Criamos alambique pra fazer cachaça, um alambique móvel, criamos a *vinhocicleta*. Essa foi particularmente eu que construí. [...] A *vinhocicleta* é tipo um boteco né? Um boteco móvel. Ela é redonda, mas é um triciclo. Ficam oito pessoas [...] bebendo em volta duma mesa redonda, como uma mesa de bar, com um barril de vinho em cima. [...] Coloquei uma torneira pras pessoas se servirem, e eu botei um barril que girasse. Quem quisesse beber ia girando o barril pra encher a caneca dele de vinho. E aí cada passageiro desse, cada vinhociclista, cada um tinha um pedal, aí ia pedalando e andando pelas ruas. Só um desses, logicamente, tinha o volante, pra dirigir pra onde ela iria. [...] Ela tinha um som, ia tocando *tarantella* pela rua. [...] Tem também a *polentopéia*, né? A centopéia. [...] Ela tem um monte de engates. [...] Ela dava uns doze metros de comprimento. [...] A gente teve também o polenta-móvel, que era um fogão a lenha sobre rodas, aí ia fazendo polenta, andando no desfile e fazendo polenta. [...] quando chegava na frente do palco, virava a polenta, po-

lenta dura, pra cortar no barbante e depois fazer as demonstrações. [...] Outra coisa que a gente fez foi a casinha do *nonno*, uma casinha sobre rodas também, puxada por um carro antigo, e também fazia parte do desfile. A casinha era toda decorada [...] tinha fogão dentro, tinha tudo. Depois quando terminava o desfile ficava de exposição na *FestItalia* (Entrevistado 6).

Mais uma atração muito importante na festa são as bandas de música, com participações de escolas e de pessoas de outros estados, que eram convidadas a tocar na *FestItalia*, assim também como grupos de dança. O entrevistado 3 informou sobre a banda de música italiana que está presente em todas as edições da festa:

Nós temos uma banda chamada Banda Folclórica *Gioco di Mora*, que é específica sobre cultura italiana, que está fazendo 21 anos de banda e nós já rodamos praticamente o Brasil todo. [...] 50% do repertório são músicas folclóricas, centenárias, é marcha, valsa, tarantella, né? Músicas italianas que trouxeram da Itália e algumas composições feitas aqui no Brasil. E aí o restante a gente vai adaptando cada tipo de festa, aí a gente faz umas traduções do português pro italiano. [...] Mas o foco mesmo é a tradicional música italiana. A maioria do nosso foco é no italiano oficial, mas a gente canta algumas músicas em outros dialetos [...] napolitano, vêneto, trentino.

É uma coisa que a gente faz por gosto.

O entrevistado 6 também falou sobre a sua atividade na música:

Eu fui fazendo um repertório voltado pra isso (músicas italianas) e às vezes até fazendo uma roupagem um pouquinho mais nova pra agradar os jovens, porque se eu fizesse a música muito original como ela era, então eu agradava os mais idosos só. Os jovens se afastavam. Aí eu passei a criar uma música, a mesma música, só que numa forma mais alegre,

mais festiva, porque às vezes a música italiana [...] é muito dolorosa, porque ela retrata muito o sofrimento da época, as fomes, as doenças, as guerras, o analfabetismo. [...] Foram 18 anos participando pelo Brasil afora levando essa tradição italiana, não só a música italiana, como também o tombo da polenta, [...] mostrando as tradições de Alfredo Chaves. [...] A música italiana aqui em Alfredo Chaves sempre foi muito forte. [...] Até nas escolas participamos bastante, podendo levar, fazer uma experiência com as crianças, elas dançavam, participavam, batiam palmas. [...] A gente sempre lutou pra não deixar esquecer essa parte (cultura italiana).

Os entrevistados 8 e 9 relataram que participaram da *FestItalia* na decoração, fazendo roupas caracterizadas da Itália para usarem durante os desfiles. Outros entrevistados narraram suas participações na *FestItalia*, como uma forma de homenagear seus antepassados e de não deixar que a história deles seja esquecida. O entrevistado 4 contou a sua participação conjunta com o entrevistado 5:

A nossa participação aqui na festa italiana, nós fomos o *nonno* e a *nonna* [...] nós vestimos o traje, participamos do desfile e fomos homenageados sendo a *nonna* e o *nonno*. [...] Participamos das danças também [...] fizemos o tombo da polenta, né? Isso tudo a gente participou. E o traje a gente tem até hoje.

Através das entrevistas, pode-se perceber o grande empenho, entusiasmo e vontade de homenagear os imigrantes italianos, de celebrar a cultura italiana e de festejar seus costumes, com muita criatividade e dedicação, visto que esta cultura influencia diretamente na vida dos seus descendentes e, portanto, no cotidiano do município como um todo.

Entretanto, muitos entrevistados relataram dificuldades para manter a festa, o que ocasionou um hiato em suas edições. A última, até então, foi realizada em 2018. As razões para tal interrupção, segundo os entrevistados, são principalmente a fal-

ta de apoio e incentivo do poder público, de âmbito municipal e estadual, que pouco zela pela cultura, assim como acontece no Brasil todo. Também há o problema da falta de recursos, pois para um grupo de pessoas, que não conta com verba dos órgãos públicos, é muito difícil e custoso manter uma festa de tamanhas proporções.

Os entrevistados também falaram sobre o que sentem em relação aos seus antepassados imigrantes, o que evidenciou ainda mais a forte influência que a cultura dos italianos exerce sobre os seus descendentes e sobre o município de Alfredo Chaves, assim como seu imenso significado e importância em suas vidas. Todos relataram sentir muito orgulho pelos imigrantes, alegando a grande dificuldade que passaram para chegar ao Brasil e construir uma vida nova em meio a tantas incertezas e condições duríssimas. O entrevistado 1, ao ser perguntado sobre isso, disse:

Muito orgulho. Muito orgulho. Minha mãe, minha bisavó, meu pai, minha mãe, né? Deixaram muita riqueza pra gente [...] muito conhecimento. Eles sofriam muito. Imagina, minha bisavó, ela veio da Itália num porão de um navio com 7 anos. [...] Nós temos que agradecer ao italiano, meu bisavô, minha bisavó. [...] Estamos aqui graças a eles.

Já os entrevistados 8 e 9 disseram que os imigrantes sofreram muito e que devemos agradecer a eles. Segundo o entrevistado 8, “[...] tudo vem da vitória e da vontade que eles tiveram de enfrentar isso aí tudo”. O entrevistado 2 vê os imigrantes como heróis. Em suma, todos eles sentem orgulho, gratidão e admiração por seus antepassados.

Assim, percebe-se a enorme importância que a cultura italiana tem para seus descendentes. Os entrevistados disseram que ela compõe a sua identidade, a sua história, as suas raízes, a sua origem; é aquilo que os faz ser quem são. O entrevistado 3 disse que a cultura italiana “[...] é o berço da nossa vida, nossa origem. Eu me orgulho de pertencer à família

italiana”. Nota-se, assim, o quão forte é o sentimento de pertença e o orgulho de ser descendente de italiano dessas pessoas. Sentimento este que pode ser sintetizado na frase do entrevistado 2: “É de onde eu vim e pra onde eu quero um dia voltar”.

Considerações finais

O legado cultural dos imigrantes italianos na vida de seus descendentes em Alfredo Chaves está em todo lugar. Está em cada almoço em família aos domingos, em cada terço rezado, em cada polenta preparada e consumida, em cada conversa em voz alta e alegre, em cada partida de mora jogada, em cada música cantada e dançada ao longo dos mais de 140 anos que separam a chegada dos imigrantes ao município de Alfredo Chaves e a realização dessas entrevistas.

A cultura italiana forma a identidade cultural dessa parcela da população da cidade, compõe a história comum entre a grande maioria dos seus moradores, constitui a sua personalidade, integra aquilo que faz o indivíduo ser quem ele é, forma o sentimento de pertencer a um grupo de pessoas que fundaram a localidade em que os seus descendentes hoje vivem. Segundo os descendentes, tudo aquilo que existe na atualidade é fruto do trabalho e do sofrimento dos imigrantes. Dessa forma, é muito claro nos moradores o desejo de perpetuar essa história e essa cultura, a fim de celebrar a vida dos antepassados dos quais tanto se orgulham, e de levar adiante a cultura que os move.

Referências bibliográficas

- BISSOLI, Orestes. **Memórias de um imigrante italiano**. 2. ed. Vitória: Gráfica Lisboa, 2005. 136 p.
- CELIN, José Lázaro. Imigração italiana no Espírito Santo: aspectos históricos e sinais contemporâneos. **Revista GeoNordeste**, São Cristóvão, n. 3, p.56-75, jul./dez. 2019.
- COLBARI, Antonia. Familismo e Ética do Trabalho: o legado dos imigrantes italianos para a cultura brasileira. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 17, n. 34. 1997. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-01881997000200003>>. Acesso em: 2 out. 2020.

COMINOTTI, Katiúscia Sartori Silva. **O contato linguístico entre o vêneto e o português em São Bento de Urânia, Alfredo Chaves, ES: uma análise sócio-histórica**. 2015. 154 p. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015.

GASPARINI, Amílcar. **Os italianos**. Vitória: Grafitusa, 2003. 349 p. NICOLI, Sandra. Em terras brasileiras: famílias de imigrantes italianos territorializam no Espírito Santo e reterritorializam em Minas Gerais. **Caderno de anais**, Governador Valadares, v. 14, p.224-236, 2016.

PERES, Edenize Ponzo. Aspectos da imigração italiana no Espírito Santo: a língua e cultura do Vêneto em Araguaia. **Dimensões**, Espírito Santo, v. 26, p.44-59, abr./maio. 2011.

PERES, Edenize Ponzo. Aspectos sócio-históricos do contato entre o dialeto vêneto e o português no Espírito Santo. **Revista (Con)Textos Linguísticos**, Vitória, v. 8, n. 10.1, p.53-71, 2014.

SCHAYDER, José Pontes. **História do Espírito Santo: uma abordagem didática e atualizada – 1535-2002**. Campinas, São Paulo: Companhia da Escola, 2002. 171 p.

SEYFERTH, Giralda. As identidades dos imigrantes e o *meltingpot* nacional. **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, v. 6, n. 14, p. 143-176, nov. 2000.

SOUZA, Emilio Petri de. **Imigração italiana em Anchieta-ES: caracterização e contribuições para o desenvolvimento local**. 2014. 361 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.







ARTIGO

A PARTICIPAÇÃO DAS ELITES RECÊM-FORMADAS DE ITAPEMIRIM-ES NO RECONHECIMENTO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Laryssa da Silva Machado

Doutoranda em História pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES); Professora Efetiva da Rede Municipal de Educação de Marataízes-ES; Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo.

Lucas da Silva Machado

Mestre em História pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES); Professor Efetivo da Secretaria Estadual de Educação do Espírito Santo (SEDU).

Resumo

O processo de Independência do Brasil, promulgado em 07 de setembro de 1822, pelo então príncipe regente D. Pedro, não foi aceito de imediato pelas inúmeras províncias brasileiras. Ao longo do mês de setembro de 1822, as elites provinciais aderiram ao novo cenário político. O Espírito Santo, pequena província do Sudeste, no final daquele mês, enviou às Câmaras Municipais pedido para que as mesmas organizassem uma cerimônia de Aclamação do Império do Brasil. O presente trabalho pretende apresentar como ocorreu esse evento na Vila do Itapemirim, município situado ao sul da província capixaba. Fundado anos antes, em 1815, Itapemirim tinha uma elite política e econômica fortemente interligada aos interesses de Vitória, capital da província do Espírito Santo, e Campos dos Goitacazes, antiga Capitania de São Tomé e região de grande destaque econômico na província do Rio de Janeiro. O artigo traz uma análise socioeconômica da vila nas primeiras décadas do Oitocentos para mostrar como se deu a formação da elite e para isso usa fontes primárias e pesquisa bibliográfica.

Palavras-chaves: elite política, independência do Brasil, Itapemirim, Espírito Santo.

Abstract

The process of Independence of Brazil, enacted on September 7, 1822, by the then Prince Regent D. Pedro, was not immediately accepted by the numerous Brazilian provinces. Throughout the month of September 1822, the provincial elites adhered to the new political scenario. In Espírito Santo, a small province in the Southeast, at the end of that month, I sent the City Councils a request that they organize a ceremony of Acclamation of the Empire of Brazil. The present work intends to present how this event occurred in Vila do Itapemirim, a municipality located in the south of the province of Espírito Santo. Founded years before, in 1815, Itapemirim had a political and economic elite strongly linked to the interests of Vitória, capital of the province of Espírito Santo, and Campos dos Goitacazes, former Captaincy of São Tomé and a region of great economic importance in the province of Rio de Janeiro. The article brings a socio-economic analysis of the village in the first decades of the 19th century to show how the elite was formed, and for that it uses primary sources and bibliographical research.

Keywords: political elite, independence of Brazil, Itapemirim, Espírito Santo.

O Rio Itapemirim como fronteira agrícola ao sul de Benevente e ao norte de Campos dos Goytacazes: da colonização à fundação da Vila

“Aldeia dos índios de Itapemirim”. Assim o memorialista Basílio Daemon (2010, p.218) conceitua Itapemirim, quando em 1754 Pedro Bueno e Baltazar Caetano Carneiro estabelecem o primeiro engenho às margens do Rio Itapemirim. Antonio Marins (1920, p.199), outro memorialista, descreve a região como “uma vasta aldeia de índios, assentada ao longo daquelas terras”. Os primeiros relatos sobre a região do Vale do Itapemirim demonstram que a mesma era povoada por grupos indígenas diversos até a consolidação da colonização de fato. A foz do Rio Itapemi-

rim estava entre duas povoações jesuítas: Muribeca, localizada ao sul, e Ereritiba, localizada ao norte do mesmo Rio, com frequente contato comercial entre os jesuítas e indígenas (MORENO, 2016, p. 17).¹

Além de ser uma região de passagem desses grupos, viajantes também transitavam por esses caminhos, seja em direção ao sul (Campos dos Goytacazes e Rio de Janeiro) ou para o norte (Vitória ou Bahia).² A foz do Rio Itapemirim é citada em docu-

1 No Aldeamento de Ereritiba vendia-se canoa, taboados, pólvora e chumbo, e a Fazenda Moribeca vendia queijo para outros redutos jesuítas (DEVASSA...fl.38v – fl.39. Apud: RIBEIRO, 2018.), mantendo o comércio entre si. “Nos primeiros tempos [...] a baixada itapemerinense era apenas percorrida pelos frades da Muribeca e a gente de Guarapary, entre os quais havia comércio” (MARINS, 1920, p.199).

2 Alguns desses relataram a localidade como Jean de Lery, em 1578, que descreveu a localidade de “Tapemiry”, “onde se encontram peque-

mentos oficiais desde o princípio de colonização, seja em relatos de viajantes ou mapas produzidos pelas coroas europeias (MARQUES, 2003, p.165/ ROCHA, 1971). O Rio Itapemirim também foi usado como marco de divisa entre as capitanias do Espírito Santo e de São Tomé no ano de 1539 (SOFFIATI, 2019, p. 88).³

Novos registros sobre a povoação de Itapemirim só reaparecem no Setecentos quando Pedro Bueno Cacunda e Domingos de Souza Bueno (AHU_ACL_CU_007, Cx 4, Doc. 370), sertanistas das Minas do Castelo, se estabelecem na região junto com outros colonizadores. Anos mais tarde essas terras são compradas pelo Capitão José Tavares Brum, que também as adquiriu como sesmaria (MARINS, 1920, p.210-211/ AHU_CU_BAHIA-CA, Cx. 103, D. 20184-20188). Outros migrantes vieram, entre eles mineiros, fluminenses e paulistas e lá estabeleceram lavouras de cana de açúcar e Engenhos (MORENO, 2016, p.32). A expansão territorial do sul capixaba está diretamente relacionada à decadência da produção do Vale do Paraíba (ROCHA, COSSETTI, 1983, p.19).

Relatos de viajantes servem para conhecer as características da vila e de sua elite nos primeiros anos do século XIX. Em 1812 e 1820, o bispo do Rio de Janeiro, D. José Caetano da Silva Coutinho realizou duas visitas a Itapemirim, respectivamente. Ele descreve o nome de fazendeiros importantes da região, bem como a presença de “vários homens negros des-

calços com opas brancas de São Benedito,” e gente que não cabia na igreja, “arruinada”, nas palavras do presbítero (COUTINHO, 2002, p. 43-46, 150-154). Outros viajantes passaram pela região no início do século XIX, como o alemão Frederico Sellow, o russo George Guilherme Freyreiss e o príncipe de Neuwied (Alemanha) Maximiliano Alexandre Philipp Prinz von Wied-Neuwied. Itapemirim é descrita como um povoado de pescadores, agricultores e poucos artífices pobres (ROCHA, 1971, p.40-44).

Um dos principais registros foi feito por Auguste de Saint-Hilaire, que percorreu o litoral espírito-santense em 1818. Segundo ele, a população da Vila de Itapemirim era formada por 1.900 habitantes, sem considerar os indígenas, com nove engenhos de açúcar nos arredores da localidade, produzia-se também arroz, feijão, mandioca, algodão e cebolas, exportadas para Campos dos Goitacás, Vitória e Rio de Janeiro. Sobre a Vila, escreveu:

Tinha o povoado umas 60 casas, a bem dizer, cabanas de adobe, cobertas de sapé, que formavam uma grande praça em rua única, semicircular, frente ao caminho diagonal. No meio da praça se erguia o pelourinho, coluna-símbolo do município. Construída em pedra ou madeira, levantada a prumo, servia para se atar, pela cintura, o preso exposto à vergonha ou aos açoites. Tinha argolas, e nela se podia enforcar ou dar tratos de polé, antigo instrumento de tortura, construído duma roldana. Na criação das novas vilas, era obrigação levantar-se o pelourinho. E aquele datava de pouco tempo: sua inauguração fora feita nove dias antes do início da viagem de Saint-Hilaire, isto é, a 9 de agosto do ano que transcorria (SAINT-HILAIRE, apud ROCHA, 1971, p. 65).

Decerto, entre o fim do século XVIII e início do XIX houve um significativo crescimento populacional e econômico que possibilitou a fundação da Vila em 27 de junho de 1815, com o nome de Nossa Senhora do Amparo de Itapemirim. A produção açucareira ganha fôlego na primeira metade do século e faz com

nas ilhas na entrada da terra firme e que me pareceram habitadas por selvagens aliados dos franceses” (LERY, 1578, apud ROCHA, 1971, p.15-16). Também há descrições da região em mapas portugueses dos séculos XVI e XVII. Em 1597, o Rio Itabapoana aparece na localidade chamada de “Manangea” (REIS, 2017, p.41-43). Já o rio Itapemirim aparece com o nome de *Tapemirim*, em vários registros cartográficos da época (MARQUES, 2003, p.165).

3 Vasco Fernandes Coutinho e Pero de Góes precisaram se entender sobre os limites territoriais, uma vez que ambos não conseguiram identificar onde se localizava o misterioso Baixo do Pargos, topônimo divisor destas capitanias (SOFFIATI, 2019, p. 88). Este imbróglcio foi resolvido em 14 de março de 1539, quando os donatários estabeleceram os limites de seus domínios em local de reconhecimento mais fácil, o rio Itapemirim (SOFFIATI, 2019, p. 96). Ali se formou uma povoação denominada Santa Catarina de Mós, que havia sido iniciada por Gil de Góis, filho do capitão-donatário de São Tomé, à margem direita do Rio Itapemirim. A mesma não vingou devido aos ataques dos índios goitacás (ROCHA, 1966, p.7).

que a região Sul ganhe destaque dentro da província. Muitos moradores migram para a região, alguns vindos de outras cidades e províncias, como já discutido, enquanto outros vinham de países europeus, africanos e asiáticos, conforme será discutido a seguir.

A Composição da Elite de Itapemirim: Camarária e Agrária

O crescimento econômico e populacional vivenciado por Itapemirim possibilitou que em 1815 a vila se separasse de Guarapari. Segue abaixo o alvará de fundação da Vila de Nossa Senhora do Amparo de Itapemirim.

Eu, Príncipe Regente, faço saber aos que este Alvará virem que, sendo-me presente o requerimento dos moradores do lugar de Itapemirim e da Comarca do Espírito Santo, pedindo-me que houvesse de erigir em Villa, e verificando pelas informações que sobre esta matéria mandei que a sobredito lugar situado na margem do Rio Itapemirim era bastantemente populoso e apto para se argumentar em habitantes pelas comodidades que oferecia a navegação do mesmo rio e fertilidade dos terrenos que lhes dão contíguos e que, pertencendo-lhes agora a Villa de Guaraparim era incomodo o recurso dos Povos e a administração da Justiça por lhe ficar de permeio o termo a Villa de Benevente.[...] A referida vila ficará tendo por termo o Distrito atual da Freguesia de Nossa Senhora do Amparo da mesma Povoação e se lhe destinará hum terreno de meia légua em quadros para extensão de seus edifícios, rocios, logradouros de seus habitantes, digo, logradouros de seus moradores, e onde houver terreno devoluto se lhe dará para seu patrimônio uma sesmaria de uma légua enquadra ou separadamente si assim mais convier quatro de meia légua em quadro cada uma para a mesma Câmara poder aforar em pequenas porções a cultivadores na forma concedida a Villa de Macahé. E lhes ficarão pertencendo também

para seu rendimento todas as rendas que no território de seu terreno cobrava a Villa de Guaraparim de onde fica desmembrada. E gozará de todas as prerrogativas, Privilégios de que gozam minhas Villas de meus Reinos, levantando o Pelourinho, casa de Câmara, cadeia e mais oficinas a custo dos moradores da mesma Villa a que lhes mesmo requerem [...] (BRASIL, Alvará, erige em vila o lugar de Itapemirim da comarca e capitania do Espírito Santo, 1815).

Fundada a Câmara de Itapemirim, em 27 de junho de 1815, o ato foi posto em prática em 9 de agosto de 1816, com instalação da Câmara Municipal e do Pelourinho (MORENO, 2016, p.33) e durante a execução da ordem real, os limites da vila são determinados. A vila fazia fronteira com as Capitânicas de Santa Catharina das Mós e Minas Gerais (MARINS, 1920, p.207-208). Estava presente para oficializar a criação da vila o Desembargador José de Azavedo Cabral, que convocou a nobreza e o povo para participarem da cerimônia. Fez-se eleição para juizes ordinários (pelouros), vereadores, procuradores da Câmara, juiz de órfãos, juizes almotaceis, alcaides e carcereiros (MARINS, 1920, p.208). O ato foi seguido de muitos “Vivas ao Rei” e a vila estava em clima de festa (MORENO, 2016, p.32). A Tabela 01 mostra os nomes que foram eleitos para tais cargos administrativos da vila:

AUTO DE DECLARAÇÃO DOS LIMITES DA VILA

No mesmo dia, mês e ano 9 de agosto de 1816, o sobredito Ministro houve por declaração que os limites desta vila na conformidade do Alvará são o termo e distrito atual da Freguesia de Nossa Senhora do Amparo desta vila, que parte pelo Norte com o termo e o distrito desta vila com a da vila de S. João da Barra em Santa Catharina das Mós e pelo sertão até as Minas do Castelo que os divide com os limites da Capitania das Minas Gerais e de como assim o declarou e para constar mandou fazer este termo em que assina. Eu Manuel Pereira Porto, escrivão escrevi. Azevedo.

**TABELA 01: MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEMIRIM
NA SUA FUNDAÇÃO**

CARGOS	NOMEADOS
Juizes Ordinários	Tenente Luiz José Moreira
	José da Costa Guimarães
Vereadores	Manoel Joaquim de Oliveira Costa
	José Antônio Pessanha
	João Gomes Vianna
Procurador	José da Silva Quintaes
Juiz de Orfãos	Capitão Francisco Gomes Coelho da Costa
Juizes Almotaceis	Antônio Luiz da Cunha
	Bonifácio José Ribeiro
Alcaide e Carcereiro	Antônio Nunes da Guarda

Fonte: MARINS, 1920, p.208.

AUTO DA INAUGURAÇÃO DA VILA.

Ano de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1816

Aos nove dias do mês de Agosto do dito ano, nesta Povoação de Itapemirim, onde se achava o Dr. Desembargador, Ouvidor e Corregedor da Câmara José de Azevedo Cabral, o qual por virtude das Provisões e Alvarás aqui neste livro registradas, depois de haver convocado todas as pessoas da Nobreza e Povo por um edital e ofício aqui também registrados, estando todos presentes se levantou o Pelourinho, com suas competentes insígnias, sinal de jurisdição desta vila, e neste ato repetidas vezes se deu – Vila El-Rey Nosso Senhor – e levantando – assim com esta solenidade o Pelourinho, houve o dito Ministro por formada esta Vila de Itapemirim, e para constar mandou fazer este auto em que assinou com a Nobreza e o Povo que se achavam presentes. Eu Manuel Pereira Porto, escrivão da ouvidoria nomeado para a presente criação que o escrevi e em fé do referido assino. (Assinados). Azevedo, Severo Tranco-so de Amorim, vigário colado, Francisco Gomes Coelho da Costa, Miguel Antonio de Oliveira, Luiz José Moreira, Manoel Pereira Porto, e outros (MARINS, 1920, p.207-208).

O surgimento da Vila de Itapemirim faz com que surja sua elite camarária. Segundo João Fragoso, eram nas Câmaras Municipais que se expressavam o maior poder da monarquia portuguesa (FRAGOSO, 2017, s/p). Também havia o poder doméstico, que eram as famílias, uma sociedade naturalmente organizada: casal, consanguíneos (filhos e outros parentes), agregados e escravos (FRAGOSO, 2017, s/p). O poder doméstico agia diretamente junto às benesses concedidas pelo Rei. João Fragoso identificou que, ocorriam nas vilas o autogoverno, onde cabia às elites dirigentes decidirem sobre assuntos do dia a dia, tanto em relação ao abastecimento quanto em relação à justiça (FRAGOSO, 2017, s/p).

Conhecer a trajetória dessas figuras ilustres é importante para se entender a história local e os jogos de poder. O Tenente Luiz José Moreira, eleito para Juiz Ordinário, recebeu concessão de terras em abril de 1815, “meia légua de terras em quadra no lugar denominado Caixão”. Era casado com D. Thomazia da Silva Medella, viúva do Capitão José Tavares Brum, um dos mais importantes fazendeiros da região. Essa união fez com que ele se tornasse um dos homens mais ricos e influentes da vila (MARINS, 1920, p.204,208,209,211). O outro juiz ordinário foi José da Costa Guimarães. Em 1822 era o presidente da Câmara de Vereadores nas comemorações da Independência brasileira (AUTO DE INDEPENDÊNCIA, 1822). Rodrigo Goulart o descreve como “negociante com atividades comerciais na praça do Rio de Janeiro” (GOULART, 2015, p.185).

Quanto aos vereadores, Manoel Joaquim de Oliveira Costa era juiz ordinário em meados de 1815 e junto com José Libânio de Souza, demarcou o patrimônio da vila (DAEMON, 2010, p.282). José Antônio Pessanha foi eleito vereador outras vezes, em 1830-1832. Sobre João Gomes Vianna não foram encontradas outras referências além da eleição em 1816. O procurador José da Silva Quintaes era fazendeiro e ocupou o cargo de vereador por outras vezes: 1829-1830, 1845-1848 e 1849-1852 (MORENO, 2016, p.32, 96-97). Aparece na Lista Nominal de 1833, com posse de

35 cativos, lavouras de mandioca e café e negócios de varejo na vila (LISTA NOMINAL DE 1833).

Francisco Gomes Coelho da Costa, eleito juiz de órfãos, merece destaque especial. Isso porque, seus herdeiros vão compor importante grupo político em Itapemirim que repercutiu em toda a província ao longo do século XIX. Ele era pai dos “Moços da Areia”, que lideraram o partido conservador no sul-capixaba em meados da década de 1860 (SIQUEIRA, 2016, p.51). Coelho da Costa era português da Ilha Terceira, casado com D. Maria Francisca Pinheiro, nascida em Campos e que pertencia a uma das famílias mais distintas da localidade, descendente dos Viscondes de Quissamã, Santa Rita e Carapébus. Em 14 de setembro de 1807, solicita concessão de sesmaria nas terras de Itapemirim, onde já se achava estabelecido e em sua petição, endereçada ao Conde da Ponte, Governador e Capitão Geral da Capitania da Bahia, solicita a doação de terras que já estavam em posse de seus antepassados por mais de 50 anos, terras estas que pertenciam a seu sogro, Francisco de Almeida Pinheiro, nos primeiros anos do Setecentos (MARINS, 1920, p.204).

Sobre os juízes almotaceis, Antonio Luiz da Cunha e Bonifácio José Ribeiro, ambos assinaram o Auto de Independência em 1822. Bonifácio Ribeiro era Cavaleiro da Ordem de São Tiago da Espada (GOULART, 2015, p.130), e no ano de 1806 foi nomeado para diretor dos índios na Vila de Nova Almeida (DAEMON, 2010, p.261). Sobre o Alcaide e Carcereiro Antônio Nunes da Guarda não foram encontrados outros documentos além da posse na fundação da câmara.

A fundação da Vila de Itapemirim, como de outras tantas espalhadas pelo Brasil, demonstra uma organização social que traz no topo da pirâmide uma elite camarária beneficiada pelo rei e que estará por muitos anos entre os que comandaram a vida política itapemerinense. Mas nem só de elite camarária vivia a Vila do Itapemirim. Outros homens de negócios, agricultores e políticos participavam da vida pública, tinham propriedades de destaque com quantidade significativa de cativos.

A quantidade de cativos em Itapemirim sempre foi elevada. Em 1839, o número de cativos correspondia a 66% da população. Já os dados referentes aos anos de 1827 e 1843 demonstram que a quantidade de escravizados era maior que a de livre e correspondia a, respectivamente, 56% e 55% da população. Nesse último ano, a população escravizada de Itapemirim correspondia a 20,3% da população cativa total da província.

A Lista Nominal da População de Itapemirim em 1833 foi produzida em 1834, pelo então Juiz de Paz, Francisco de Paula Gomes Bittencourt, que realizou um levantamento da população da Vila. A lista traz o nome dos 2.937 habitantes da Vila que se dividiram em 303 fogos, e uma das informações coletadas era a origem (nacionalidade) dos habitantes livres. Esse documento é importante, pois pode-se entender melhor o processo de migração ocorrido nos primeiros anos de fundação da vila.

Nesse ano a maioria da população livre era nativa de Itapemirim. Esse dado pode ser explicado como resultado do processo de colonização, que se consolidou nas décadas anteriores. Mas é preciso apontar a presença de moradores de outras cidades, províncias e países na localidade. Moradores nascidos em Campos dos Goytacazes, Benevente, Portugal, Suíça, França, China (Macau) e Prússia estão presentes no documento. Os chefes das casas é outro fator que demonstra o poder político e econômico diante da sociedade. A maioria eram homens, brancos, proprietários de terras e cativos.

Aqui percebe-se a forte influência campista e portuguesa na colonização de Itapemirim. A proximidade do Sul capixaba com o Norte fluminense foi determinante para a colonização da região. Como já dito, fluminenses e portugueses, junto com os capixabas, compunham parte significativa da população de Itapemirim. Os dados populacionais também apresentam quantidade significativa de cativos, muitos deles oriundos da África. Esses eram utilizados como mão de obra nas lavouras de cana e também na produção de açúcar e aguardente nos engenhos e alambiques da Vila.

TABELA 02: FAZENDAS E SITUAÇÃO DE TERRA EM 1833

FAZENDA	PROPRIETÁRIO	QUANT. DE CATIVOS
Fazenda Muqui	Joaquim Marcelino da Silva Lima	304
Fazenda Cotia	D. Thomazia da Silva Medella	107
Fazenda Ribeira e Brejo Grande	Joaquim José Alves Silva	91
Fazenda Area	Manoel da Costa Pereira	85
Fazenda Cardoso	José Bello de Araújo	81
Fazenda Carreira Comprida	José Antônio de Souza	69
Situação Paineiras	Francisco de Salles	51
Fazenda Limão	Caetano Dias da Silva	50
Fazenda Colheres	Josefa Moreira Borges	49
Fazenda Barra Seca	D. Maria Magdalena	32

APEES. Lista Nominal da População da Vila de Itapemirim, 1833. Fundo Governadoria. Livro 54.

Na primeira metade dos Oitocentos, o açúcar ainda era o principal produto e Itapemirim se destacava por suas prósperas lavouras e seus engenhos movidos a vapor. Além dos dois cultivos, café e cana, havia o plantio do algodão e do fumo e serralherias que exportavam madeira.

O Porto de Itapemirim era o mais próximo da capital imperial e por conta disso exportava mercadorias direto para a Corte, fator determinante para a transformação da Vila em um importante entreposto de produtos agrícolas (MORENO, 2016, p.86). Como mão de obra nas lavouras estabelecidas na região, utilizavam-se cativos, muitos deles vindos da África. Em 1833, dos 303 fogos descritos, 96 possuíam um ou mais escravizados, ou seja, 32% das residências. Dos 96 fogos com cativos, 56% possuíam de um a cinco pessoas escravizadas. As posses com mais de 20 cativos representavam 23%, o que revela que as escravarias de Itapemirim eram formadas por quantidade expressiva de escravizados. Acrescente-se a esses números o fato de que sete dessas escravarias contavam com 50 escravizados ou mais e em outras duas havia mais de 100 cativos.

Manolo Florentino e João Fragoso, ao analisarem o perfil dos proprietários de cativos do Rio de Janeiro, argumentam que “os mais pobres inventariados fluminense possuíam escravos menos em fun-

ção de seu baixo preço do que da força simbólica do ‘ser senhor de escravos’” (Florentino, Fragoso, 2001, p. 124). Como se percebe, o status da escravidão também ocorria em pequenas vilas do interior.

Outro aspecto que a Lista Nominal de 1833 apresenta é sobre a situação de terras. Segundo o documento, 60% (183) dos moradores possuíam algum tipo de situação em terras, que podiam ser próprias, de favor ou foreiras. Destes, 7,5% (14) eram donos de fazendas ou situação de terras. Já entre os negócios que aparecem na região, 31% (17) eram proprietários de engenhos ou fábricas de açúcar.

Quase metade dos proprietários de lavouras em Itapemirim, cerca de 49%, não possuíam terras próprias e suas lavouras estavam em terras foreiras. As fazendas representavam apenas 7,5% das propriedades e as lavouras em terras próprias eram 21%. Esses dados revelam a desigualdade na distribuição de terras e sua enorme concentração nas mãos de uma elite, já que, além da maioria da população ocupar terra foreira ou de favor, 5,5% dos moradores possuem lavouras em terras de favor. Também se consegue perceber essa disparidade social pelo tipo de moradia que os habitantes possuíam: 79% dos moradores habitavam em casas de palha, que podiam estar em terras próprias, de favor ou foreiras, outros 48 moradores foram designados com residên-

cias na Vila e nove famílias moravam em casas de aluguel. Somado o número das casas de telha, prédios rústicos e casas de vivenda, 21% da população viviam nesse tipo de moradia, que, aparentemente, eram casas mais caras e seguras. Sobre as fazendas, que representam 7,5% das propriedades, possuem importância fundamental na economia açucareira da região, bem como de toda a província. A Tabela 02 apresenta as fazendas existentes em 1833, seus donos e quantidade de cativos.

Os fazendeiros listados acima estão entre os membros da elite econômica da região e muitos fazem parte da elite política. D. Thomazia da Silva Medella, a segunda maior proprietária de cativos em 1833, era viúva do Capitão Tavares Brum, um dos primeiros fazendeiros a migrar para a região. Em sua fazenda Cutia havia fábrica de açúcar e de farinha. Além da fazenda, possuía um sítio, propriedades na Vila e em diferentes lugares. Anos mais tarde casou-se com o Tenente Luiz José Moreira, já citado como membro da elite camarária criada em 1815 no cargo de juiz ordinário.

O principal fazendeiro de Itapemirim, sem dúvidas, foi Joaquim Marcelino da Silva Lima, Sargento-Mor que, em 1846, recebeu o título de Barão de Itapemirim. Era casado com D. Leocádia, filha do Capitão Tavares Brum e também possuía os títulos de Comendador da Ordem de Cristo, Oficial da Ordem da Rosa, tinha honras de Brigadeiro, por ter sido Diretor-Geral dos Índios Purys do Aldeamento Imperial Afonsino (MARINS, 1920, p.211-212). A fazenda Muqui, adquirida em 1827, serviu como sua residência onde edificou suntuoso palacete e capela dedicada a Santo Antônio. Havia engenho de açúcar e cachaça e entre os animais da fazenda encontrava-se um urso panda.

A Fazenda Areia era de propriedade de Manoel da Costa Pereira, que residia em Campos, e era administrada por José Gomes Pinheiro. A propriedade possuía engenho de açúcar e uma olaria. Outro proprietário de Itapemirim era o ex-presidente provincial Ignácio Accioli de Vasconcelos, dono da fazenda Carreira Comprida. Na Lista Nominal de 1833 a fazenda

de Accioli era administrada por José Antônio de Souza, morador da região. José Bello de Araújo era dono da Fazenda Cardoso com engenho de açúcar e fábrica de aguardente.

A Situação de Terras Paineiras pertencia a Francisco de Salles. Havia engenho de fabricar açúcar e cachaça. Joaquim José Alves Silva era dono das Fazendas Brejo Grande e Ribeira em 1833. Residia em Campos, e por isso a fazenda Brejo Grande era administrada por Francisco José Alves Silva, que possuía engenho de açúcar e aguardente. Já na Fazenda Ribeira havia fábrica de açúcar. A Fazenda Barra Seca pertencia à D. Maria Magdalena e havia nela engenho de açúcar. Também aparece na Lista a Fazenda Colheres, de D. Josefa Moreira Borges, com fábrica de açúcar e cachaça. Outras fazendas que se destacavam foram a Safra, patrimônio de D. Josepha Souto e seu esposo Joaquim Bello de Araújo, a fazenda Muribeca, terras que pertenceram aos jesuítas no início da colonização até a expulsão dos religiosos, e era propriedade de Antônio José da Silva Tinoco.

As grandiosas fazendas não retratam fielmente a população de Itapemirim nas primeiras décadas de sua fundação. A situação de terras e moradia de grande parte da população era precária. Apesar de 60% da população possuir algum tipo de situação de terra, a maioria dessas posses eram em terras foreiras ou de favor (55%). Sobre o tipo de moradia da população, 79% residiam em casas de palha, que eram bem precárias. “A estratificação escravista brasileira guardava fortes semelhanças com a vigente na Europa do Antigo Regime [...], marcada por grande concentração de riqueza, com a miserabilidade se estendendo por mais da metade da população, sem a presença de grupos intermediários.” (Florentino e Fragoso, 2001, p.175)

Além das fazendas e situações de terra a Lista Nominal de 1833 contém outros aspectos econômicos da região. Como demonstrado, 60% dos (183) moradores possuíam algum tipo de lavoura ou cercado em terras. Mas, havia outras atividades econômicas importantes. No total contavam-se 55 empreendimen-

TABELA 03: Atividades Econômicas de Itapemirim-ES (1833)

Atividade Econômica	Quantidade	%
Engenhos/ Fábrica de Açúcar e Aguardente	17	31
Embarcação (viagem e pesca)	6	11
Loja de Fazenda/ Negócio de Fazendas Secas	6	11
Secos e Molhados/ Negócio de Molhados	5	9
Olaria	3	5,5
Negócios com casas de aluguel	3	5,5
Loja de Ofício	3	5,5
Negócio de Varejo	2	3,5
Casa de Negócio	1	1,8
Peixaria	1	1,8
Taberna	1	1,8
Negócio volante	1	1,8
Comércio de adereços chineses	1	1,8
Ferraria	1	1,8
Padaria	1	1,8
Loja de Ferreiro	1	1,8
Loja de Marinheiro	1	1,8
Fábrica de Farinha	1	1,8
Total de Atividades Econômicas	55	100

Fonte: Lista Nominal da População da Vila de Itapemirim, 1833.

tos econômicos, sendo que 31% (17) eram fábricas de açúcar e aguardente, além de uma fábrica de farinha.

Os outros empreendimentos encontrados em maior quantidade foram as embarcações destinadas tanto à pesca quanto ao transporte de passageiros, que representavam 11% (6) e as Lojas de Fazenda e Negócios de Fazenda Seca - 11%. Ao todo foram descritas 21 lojas comerciais (38%) que além das Lojas de Fazenda, contavam com Lojas de Secos e Molhados/ Negócio de Molhados (9%), Negócio de Varejo (3,5%), e outros empreendimentos. Destaque para o comércio de adereços chineses que pertencia a Francisco Dias Carneiro. O grande número de comércios e negócios encontrados demonstra a dinâmica das atividades econômicas locais. O predomínio da agricultura, demonstrado pelas fazendas e lavouras (60%) e pelos engenhos e fábricas de açúcar e aguardente e farinha comprovam o destaque que Itapemirim possuía no período analisado.

As primeiras décadas de emancipação da vila servem para entender o contexto político, social e econômico de Itapemirim no período em que ocorreu a Independência do Brasil. Sendo uma vila recém formada, nesses primeiros anos contava com uma elite ligada às lavouras de cana e à escravidão, bem como havia entre os moradores imigrantes portugueses e migrantes campistas, mineiros e capixabas. Os interesses da elite política misturavam-se aos interesses econômicos e sociais. Esses interesses podem ser observados no reconhecimento da independência brasileira por parte dos itapemerinenses, conforme será analisado a seguir.

O Espírito Santo e Itapemirim: das Cortes de Lisboa à exaltação da Independência

Os anos que antecederam a Independência do Brasil nas terras do Espírito Santo não foram tão conflituosos como ocorreu em outras regiões brasileiras. Mas, a ausência de sérias agitações não isentou a pequena província de estar a par dos conflitos, uma vez que estava cercada por um “barril de pólvora”. Movimentos como *os corcundas*, que classificava os favoráveis do Antigo Regime como tal, não tiveram presença significativa nas terras capixabas (SIQUEIRA, 2011, p.31-32).

Outro movimento que marcou o Espírito Santo antes da independência foi a *Julianada*. O ano de 1821 foi conturbado entre os partidários de Portugal e os defensores da separação do Brasil, fato que levou à criação das Juntas de Governo Provisório. As mudanças administrativas separavam o governo civil do governo militar. Nesse contexto aparece Julião Fernandes Leão, um inspetor do Corpo de Pedestres, que passa a defender a causa lusitana. O “Dia do Fico” fez com que ele percebesse a proximidade da separação entre brasileiros e portugueses, e quando foi promovido a coronel iniciou um projeto de negação da independência, divergindo da Junta de Governo.

Por cometer arbitrariedades e despesas desnecessárias como Comandante das Armas, Inácio Pereira Duarte Carneiro, que comandava a Junta de Governo Provisório capixaba, iniciou uma reação contra Fernandes Leão. Este se colocou diante do palácio do Governo com seu pequeno exército, atirou contra a Igreja de São Tiago e gritava insensatamente “Morra a Junta!”. O exército de Duarte Carneiro resistiu aos ataques e prendeu Julião Fernandes Leão, que foi enviado à Corte (SIQUEIRA, 2011, p.33-34).

Porém, no que se refere a ter uma posição favorável ou contrária à separação do Brasil com Portugal, até meados de 1822 os negociantes e autoridades capixabas não viam a emancipação como horizonte, uma vez que, desde 1808, após a chegada da Família Real Portuguesa, as relações mercantis intraprovinciais haviam sido mantidas (GOULART, 2015, p.138). Em agosto de 1822, porém, mudaram-se os interesses das elites capixabas. Isso porque, D. Pedro trocou o Comando das Armas, em reação à tentativa de golpe orquestrada por Julião Leão. Com isso, D. Pedro conquistou os negociantes e autoridades capixabas, uma vez que passaram a perceber que era mais vantajoso que as Cortes estivessem no Rio de Janeiro que retornassem para Lisboa (GOULART, 2015, p.146-147).

Apesar do 7 de setembro não ter representado uma data de celebração para o povo em 1822, a adesão ao projeto de D. Pedro e do Brasil independente continuou pelo resto de 1822. Nos finais de setembro de 1822, a Junta de Governo capixaba aclamou D. Pedro como Imperador Constitucional do Brasil (GOULART, 2015, p.148-149).

A província do Espírito Santo preparava a adesão pública ao Império e a Constituição do Brasil. Com símbolos religiosos e pirotecnia, as autoridades regionais visavam demonstrar aos habitantes dessa localidade que eles pertenciam agora ao Império do Brasil. Mas, os fogos e a cerimônia civil-religiosa não seriam os únicos símbolos ostentados no Espírito Santo como adesão ao Império do Brasil (GOULART, 2015, p.150).

TABELA 04: Autoridades da Câmara Municipal que assinam Auto de Aclamação em 1822

Nome	Cargo
José da Costa Guimarães	Presidente da Câmara
Manuel Ribeiro da Silva	Tabelião e Vereador
Amaro João de Benevides	Vereador
Antônio de Oliveira Matos	Vereador
Antônio Pinto Duarte	Procurador do Conselho
Tenente-Coronel Joaquim	Representante da Câmara na Corte
Marcelino da Silva Lima	

Fonte: AUTO de Aclamação do Primeiro Imperador Constitucional do Brasil, 1822.

A Junta de Governo enviou um comunicado às Câmaras Municipais onde estas deveriam organizar uma cerimônia de aclamação ao novo Império do Brasil. E assim faz a Vila de Itapemirim. De acordo com o Auto de Independência, no dia 12 de outubro de 1822, todo o povo compareceu aos festejos, e com júbilo e entusiasmo, repetiram mil vivas e Majestade Imperial. Nessa cerimônia reconheciam, portanto, o Primeiro Imperador Constitucional do Império do Brasil. Ainda afirma que, todos juraram voluntariamente obediência, fidelidade, amor e sujeição ao “Augusto Monarca”.

Em outro trecho, o documento afirma que estavam presentes pessoas da nobreza, do clero e do povo e, visto que o Soberano Congresso de Lisboa dava provas de querer recolonizar o Brasil eles se declaram independentes e desobrigados de prestar obediência ao Governo de Portugal. Todos os assinantes juraram defender com a própria vida a independência há pouco declarada. O documento é dividido em duas partes. Na primeira assinam as autoridades da Câmara municipal e na segunda os demais homens da população. A Tabela 04 apresenta os nomes dos membros da Câmara Municipal e outras autoridades que assinaram o documento.

O presidente da Câmara em 1822, José da Costa Guimaraes, havia sido eleito, em 1816, no ato da fundação da Vila, como Juiz Ordinário, enquanto Manuel Ribeiro da Silva é descrito no documento como

o vereador mais velho. Amaro João de Benevides (AUTO ACLAMAÇÃO, 1873, p. 172-173) é mencionado na Lista de 1833 como dono de lavouras. Outro que aparece na Lista de 1833 e assina o documento é o Tenente-Capitão Joaquim Marcelino da Silva Lima. Este é escolhido como representante da Câmara Municipal para prestigiar a Soberana Presença da Majestade Imperial. Silva Lima escreve um trecho do documento, onde demonstra os mais “vivos sentimentos de amor, respeito e admiração” para com o Imperador, na qual beijará a Mão Poderosa do Herói. Segundo ele, D. Pedro “salvou o Brasil do abismo da perdição, em que pretendia despenhar o façanhoso Congresso de Lisboa”. Aquele dia, aniversário de D. Pedro, foi caracterizado como Silva Lima como a época que

Revestiu a Vossa Majestade de Manto, e da Coroa Imperial [...]. Acabaram-se os nossos sustos, dissiparam-se as densas e negras nuvens, que toldavam nossos alegres horizontes, salvou-se a Alta Dignidade deste vasto, e riquíssimo Império, estão cheias as nossas esperanças, satisfeitos os nossos votos, e tudo devemos a Vossa Majestade Imperial (AUTO DE ACLAMAÇÃO, 1973, p.173).

Encerra o documento com saudação a Imperatriz, “a fim de que os filhos de nossos filhos, possam ainda ter a fortuna e consolação de ver, e de amar o Incomparável PEDRO GRANDE NOSSO PRIMEIRO IMPERADOR” (AUTO DE ACLAMAÇÃO, 1973, p.173). Em 1822 havia poucos anos que Silva Lima se mudara para Itapemirim, após segundas núpcias. Goulart o classifica, nesse momento da independência, como negociante, mas não descreve quais negócios ele exercia (2015, p.73). A ausência de documentos desse período e as informações bibliográficas até aqui levantadas sugerem hipóteses sobre a escolha de Silva Lima como representante de Itapemirim. Uma delas é que os negócios com o Rio de Janeiro eram anteriores à independência do Brasil. Ao chamar D. Pedro de “herói”, “salvador”, e insinuar que o Governo Português representava “densas nuvens escuras”, “abismo e

perdição”, Silva Lima demonstrava seus interesses pessoais e poderia apontar para a ampliação de seus negócios com os comerciantes cariocas.

A parte final do documento é assinada por vários cidadãos, membros da Nobreza e do Povo (AUTO DE ACLAMAÇÃO, 1973, p.174-175). A Tabela 05 apresenta esses outros nomes.

Destaque na Tabela 05 para Francisco Gomes Coelho da Costa e seu filho, João Nepomuceno Gomes Bittencourt. Gomes Coelho fora eleito juiz de órfãos em 1816 e seu filho, João Nepomuceno tinha entre 15 e 16 anos quando assinou o Auto de Aclamação. Interessante que, dos quatro filhos de Francisco Gomes, apenas João Nepomuceno assina o Auto de Independência. Francisco de Paula Gomes tinha entre 16 e 17 anos, portanto mais velho que João, e não assinou o Auto. Já Heliodoro Gomes Pinheiro e José Gomes Pinheiro eram crianças, o primeiro com 11 ou 12 anos e o segundo com 6 ou 7 anos. A preferência do pai em relação ao filho do meio talvez explique seu destaque político anos mais tarde. Na década de 1850, João Nepomuceno liderou o Partido Conservador no sul da província e foi desafeto político de Joaquim Marcelino da Silva Lima, o Barão de Itapemirim. Os conflitos entre os dois repercutiam na política local, provincial e também imperial (ROCHA, 2008, p.51, 64, 231).

Outro aspecto a ser analisado são os nomes que assinaram o Auto de Aclamação. O documento afirma que assinaram os nobres, o clero e o povo. Deduz-se então que, aqueles que aparecem sem a descrição de cargos eram os membros do povo. Porém, para se chegar as posses desses nomes nas primeiras décadas do século XIX foi realizado um cruzamento de fontes com a Lista Nominal de 1833. Assim, alguns desses nomes que não registram bens poderiam ter falecido entre 1822-1833. Decerto, com essa lista de assinantes pode-se descobrir mais detalhes da população e da elite de Itapemirim nos primeiros anos de fundação da Vila.

A fundação da Vila do Itapemirim em 1815 e a aclamação ao imperador D. Pedro I ocorrem em um

TABELA 05: Assinaturas do Auto de Aclamação em 1822

Nome	Cargos e Bens
Amaro Ferreira Martins Marques	padre – vigário interino
Domingos José de Oliveira	Sem cargo ou posses
Antônio José da Rocha	Sem cargo ou posses
Antônio Manoel Alves Vianna	Sem cargo ou posses
Manoel de Souza Tavares	Sem cargo ou posses
Inácio de Jesus Martins	Sem cargo ou posses
Domingos dos Anjos Candal	Sem cargo ou posses
Manoel José Miranda	Sem cargo ou posses
João Batista da Cruz	Sem cargo ou posses
Antonio Ribeiro de Barros	Sem cargo ou posses
Pedro Angelo da Silva	Sem cargo ou posses
Manoel Francisco Nunes	Sem cargo ou posses
José Antônio Pessanha	Sem cargo ou posses
Ignácio das Neves Santos Braga	Sem cargo ou posses
Manoel de Carvalho Silva	Sem cargo ou posses
José de Oliveira Medella	Sem cargo ou posses
José Francisco Gomes	Sem cargo ou posses
José Ferreira da Fonseca	Sem cargo ou posses
José Rangel de Carvalho	Sem cargo ou posses
João José Alves	Sem cargo ou posses
Jorge de Castro Lara	Sem cargo ou posses
Jorge de Castro Junior	Sem cargo ou posses
José Joaquim Machado	Sem cargo ou posses
João Dias Pacheco	Sem cargo ou posses
Antonio Joaquim Marvila	Escrivão da Câmara
Luiz José Moreira	Juiz Ordinário em 1816 e Juiz de Orfãos em 1822
José Francisco de Oliveira	Juiz Almotacel e negociante
Bonifácio José Ribeiro	Juiz Almotacel em 1816
José da Silva Quintaes	Procurador da Câmara em 1816
Antônio Luiz da Cunha	Juiz Almotacel em 1816
Manoel Joaquim de Oliveira	Vereador em 1816
Belarmino da Silva Lima	Dono de terras e cativos em 1833
Hipólito Joaquim Malheiros	Negociante, dono de lavouras e cativos em 1833
Inácio Ribeiro da Silva	Dono de lavouras e cativos em 1833
Arcanjo José de Souza	Dono de lavouras e cativos em 1833
Francisco Moreira da Silva Lima	Mencionado na Lista Nominal de 1833
Joaquim dos Santos Braga	Segundo tabelião
Francisco José Alves Silva	Dono da Fazenda Brejo Grande
João Nepomuceno Gomes Bittencourt	Dono de terras e cativos em 1833
Francisco Gomes Coelho da Costa	Dono de terras e cativos

Fonte: AUTO de Aclamação do Primeiro Imperador Constitucional do Brasil, 1822; Lista Nominal da População da Vila de Itapemirim, 1833.

espaço de pouco mais de 7 anos. A elite econômica transformava-se em política e seus interesses transpassavam os limites da vila. Por ser o porto mais próximo da Corte, o comércio com o norte fluminense e com o Rio de Janeiro ocorriam de forma regular. As lavouras de cana de açúcar abasteciam a produção provincial, mas também eram exportadas. Além disso, a mão de obra cativa, presença maciça na região, era outro fator que interferia nos interesses das elites.

Assim, ao perceber que a Corte no Rio de Janeiro era mais vantajosa, a elite itapemerinense resolve apoiar o novo imperador. A participação de toda a população revela que o povo, ainda que sem posses ou cargos de destaque, ansiava e partilhava de interesses de possíveis vantagens e melhorias no novo governo que se iniciava, assim como as elites. Para a Vila do Itapemirim, nos seus sete anos de fundada e seis anos de instalada, apoiar D. Pedro mostrava-se uma oportunidade de melhorias e destaque econômico, que de fato ocorreu ao longo do Oitocentos.

Conclusão

A participação da elite política e econômica da Vila de Itapemirim no processo de reconhecimento da Independência do Brasil revela como os homens de poder se articulavam. A elite capixaba, ao perceber que era mais interessante e lucrativo apoiar o novo império, abandonou a Coroa Portuguesa e esse movimento era ainda mais interessante para os itapemerinenses, devido à proximidade geográfica com a Corte.

Entender a configuração dessa elite era um dos objetivos desse artigo: quem eram esses homens que participaram do 12 de outubro de 1822. Mas, era necessário voltar no tempo e descrever a formação desse grupo, uma vez que eles estarão entre os mais poderosos da província capixaba durante o Oitocentos. A configuração da Vila de Itapemirim não foge à regra de outras vilas brasileiras: elite formada por homens, brancos, proprietários de terras e escravocratas, população livre empobrecida e muitos cativos.

No documento do Auto de Posse é possível observar essa estratificação social. A maioria de analfabetos, incapacitados de assinar o documento, revela a grande desigualdade social do lugar, o que também era comum a outros lugarejos brasileiros da época. Porém, é importante destacar que esse documento e texto são uma parte da história capixaba pouco conhecida da população.

O que se pretendeu foi traçar a construção dessa elite ao longo dos anos, destacar como esse grupo estava em processo de se estabelecer na região, criar alianças políticas e econômicas e se fortalecer enquanto Vila que havia se formado apenas sete anos antes.

Referências Bibliográficas

Fontes Primárias

APEES, Inventários *Post-Mortem* e Testamentos de Itapemirim, Fundo Juízo de Direito da Comarca de Itapemirim, Série Vara de Famílias, 15 Caixas.

APEES. Lista Nominal da População da Vila de Itapemirim, 1833. Fundo Governadoria. Livro 54.

AS CÂMARAS Municipais e a Independência. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973.

AS JUNTAS governativas e a Independência. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973.

AUTO de Aclamação do Primeiro Imperador Constitucional do Brasil o Senhor D. Pedro I, 1973.

BRASIL. Arquivo Nacional. Alvará, erige em vila o lugar de Itapemirim da comarca e capitania do Espírito Santo. Fundo Decretos do Executivo, Período Imperial.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidentes de Província (1833-1888). *Relatórios de Presidentes da Província do Espírito Santo*. Disponível em http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/esp%C3%ADrito_santo

Fontes Bibliográficas

BITTENCOURT, Gabriel. *A Formação Econômica do Espírito Santo: O Roteiro da Industrialização. Do Engenho às Grandes Indústrias (1835-1980)*. Rio de Janeiro/Vitória: Livraria Editora Cátedra em convênio com Departamento Estadual de Cultura do Estado do Espírito Santo, 1987.

COUTINHO, José Caetano da Silva. *O Espírito Santo em princípios do século XIX: apontamentos feitos pelo bispo do Rio de Janeiro quando de sua visita à capitania do Espírito Santo nos anos de 1812 e 1819*. Vitória: Estação Capixaba e Cultural-ES, 2002, p. 43-46, 150-154.

DAEMON, Básilio Carvalho. *Província do Espírito Santo: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística*. Vitória: Secre-

taria de Estado da Cultura/ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010.

FRAGOSO, João. Poderes e Mercês nas conquistas americanas de Portugal (séculos XVII e XVIII): apontamentos sobre as relações centro e periferia na monarquia pluricontinental lusa. In: FRAGOSO, João; MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *Um reino e suas repúblicas no atlântico: comunicações políticas entre Portugal, Brasil e Angola nos séculos XVII e XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017).

COULART, Rodrigo da Silva. *Portos e Sertões: a província do Espírito Santo e a emancipação da América Portuguesa (1815-1825)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, 2015.

MARINS, Antônio. Itapemirim. In: *Minha Terra e Meu Município*. Rio de Janeiro: Jacintho Ribeiro dos Santos, 1920, p.199-231.

MORENO, Luciano R. *Itapemirim: como tudo começou*. Serra-ES: Formar, 2016.

OLIVEIRA, J. T. *História do Estado do Espírito Santo*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2008.

REIS, Fábio Paiva. *As Representações Cartográficas da Capitania do Espírito Santo no século XVII*. Tese de Doutorado em História Especialidade de História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa, para obtenção do título de Doutor em História. Uminho-Portugal, 2017

ROCHA, Haroldo Corrêa.; COSSETTI, Maria da Penha. *Dinâmica cafeeira e constituição de indústrias no Espírito Santo, 1850/1930*. Vitória: Departamento de Economia, NEP/UFES, 1983.

ROCHA, Levy. *Viajantes Estrangeiros no Espírito Santo*. Brasília: EBRASA, 1971.

ROCHA, Levy. *Crônicas de Cachoeiro*. Rio de Janeiro: Editora Livros S. A, 1966.

ROCHA, Levy. *Viagem de Pedro II ao Espírito Santo*. Vitória: Secretaria de Educação; Secretaria de Estado da Cultura; Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2008.

SIQUEIRA, Karulliny S. *O Império das Repúblicas: projetos políticos republicanos no Espírito Santo, 1870-1908*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória-ES, 2016.

VASCONCELLOS, Ignácio Accioli. *Memória Estatística da Província do Espírito Santo escrita no ano de 1828*. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1978.

VASCONCELOS, José Marcelino de Andrade. *Ensaio sobre a História e a Estatística da Província do Espírito Santo*. Vitoria: Typographia de P. A. D'Azeredo, 1858.







LUGA
TODA P

ARTIGO

**AMYLTON DE ALMEIDA
À CONTRAPELO: UMA
LEITURA BENJAMINIANA
DE LUGAR DE TODA
POBREZA (1983)**

Kelly Alves Andrade

Mestranda em História Social das Relações Políticas pela Universidade Federal do Espírito Santo (PP-GHIS-UFES), bolsista Fapes e membra do Laboratório de Teoria da História e História da Historiografia (LETHIS/UFES).



Resumo

Este artigo discute o compromisso da produção cultural de Amylton de Almeida com a realidade dos oprimidos durante a metropolização de Vitória. Ele analisa o documentário Lugar de Toda Pobreza, gravado em parceria com Henrique Gobbi em 1983, aclamado nacional e internacionalmente ao tornar pública a rotina dos moradores que sobreviviam do lixo na região da Grande São Pedro – bairro de Vitória, capital do Espírito Santo –, formado majoritariamente por migrantes que chegaram à capital capixaba atraídos pelos chamados Grandes Projetos e as supostas benesses do Milagre Econômico ao longo do regime militar. Como um número expressivo daqueles migrantes não conseguiu oportunidade de emprego e moradia, ocuparam áreas periféricas e formaram um enorme conglomerado de famílias que viviam em situação de extrema miséria, que só conheceram amparo do poder público e ajuda da população após a exibição do documentário pela TV Gazeta. A partir de uma abordagem benjaminiana, busca-se interpretar Lugar de Toda Pobreza como um registro histórico à contrapelo das narrativas otimistas sobre o processo de formação da Grande Vitória e o impacto da Ditadura Militar no Espírito Santo. A Montagem Literária e o conceito de Origem (Ursprung) estão associados à análise do objeto para uma abordagem histórica à contrapelo que recusa a temporalidade linear da história oficial e seus discursos otimistas e busca no presente o resgate histórico dos excluídos.

Palavras-chave: Amylton de Almeida; Milagre Econômico; Walter Benjamin.

Abstract

This article discusses Amylton de Almeida's cultural production commitment to the reality of the oppressed during the metropolization of Vitória. It focuses on the documentary Lugar de Toda Pobreza, recorded in partnership with Henrique Gobbi in 1983, acclaimed nationally and internationally for bringing to light the daily lives of people who survived by scavenging in the Greater São Pedro region, a neighborhood in Vitória, Espírito Santo's capital. This region was predominantly inhabited by migrants who were attracted to the capital city by the so-called "Grand Projects" and the alleged benefits of the Economic Miracle during the Brazilian military regime. As a significant number of those migrants could not find employment or housing, they occupied peripheral areas and formed a large conglomerate of families living in extreme poverty, only receiving assistance from the government and the public after the documentary was broadcasted on TV Gazeta. Taking a Benjaminian approach, this article seeks to interpret Lugar de Toda Pobreza as a historical record that challenges the optimistic narratives about the formation process of Greater Vitória and the impact of the Military Dictatorship in Espírito Santo. The Literary Montage and the concept of Origin (Ursprung) are associated with the analysis of the object, providing a historical counter-narrative that rejects the linear temporality of official history and its optimistic discourses, instead seeking to reclaim the historical experiences of the excluded in the present.

Keywords: Amylton de Almeida; Brazilian Economic Miracle; Walter Benjamin.

“Dedicado à Dona Leda e as mulheres que catam em São Pedro”

- Amylton de Almeida, 1983.

A reportagem especial da TV Gazeta *Lugar de toda pobreza: o bairro São Pedro 35 anos depois do documentário* exibida em dezembro de 2018, resgatou no tempo presente as memórias dos antigos moradores do bairro na época em que era um local de descarte do lixo urbano durante a metropolização da Grande Vitória. Lenilda Barcelos, moradora do bairro há mais de 40 anos, emocionou-se com a cena e a lembrança em que, aos seus nove anos de idade, se divertia no balanço improvisado aos pés do barracão em que morava com seus pais e irmãos. Ao percorrer as ruas do bairro, lembrou um passado de dificuldades, dos irmãos se machucando com seringas e latas de spray no lixão da Grande São Pedro (SILVA, 2018). Mas desde a época do lançamento original de *Lugar de Toda Pobreza*, produzido por Amylton de Almeida e Henrique Gobbi em 1983, o território contou com intervenções do poder público, e após 35 anos que separam passado e presente, muitas mudanças ocorreram na infraestrutura e qualidade de vida dos cerca de 40 mil habitantes que hoje dividem-se no território urbanizado de 300 hectares que abrange os bairros Resistência, Conquista, Redenção, Nova Palestina, Santo André, São Pedro I, São Pedro II, São Pedro III, São Pedro IV, Ilha das Caieiras e Comdusa (GURGEL; PESSALI, 2004, p. 19).

A rememoração daquele evento não permite o apagamento da dura realidade dos que não estiveram inseridos nas benesses da industrialização em Vitória. A miséria de milhares de famílias que sobreviviam naquele território foi gravada entre janeiro e junho de 1983 em um especial para a TV Gazeta. O documentário de 58 minutos mostrava a rotina das catadoras de materiais recicláveis e das famílias que faziam do lixo sua fonte de vida e alimentação naquele *Lugar de toda pobreza*, assim chamado por Dona Maria Leda dos Santos, na época, presidente da Associação

Cooperativa dos Catadores de Vitória Homero Mafra:

“Lugar de toda pobreza”, para onde convergem todos aqueles considerados pobres, trazendo consigo misérias, falta de assistência, analfabetismo, desemprego e doenças, com o estigma de terem sido transformados em escória pela incompetência generalizada que domina hoje este país (GOBBI, 1983, p. 13).

Na obra que precedeu o documentário, do mesmo ano e data de lançamento, os autores explicam a linguagem influenciada pela estrutura do jornalismo, como forma de transmitir à sociedade tudo que viram nos meses de gravação, todo sentimento que implodiu nas cenas de denúncia da situação em que viviam os moradores da Grande São Pedro. A organização do livro seria um registro literário da memória documentada em vídeo, um compromisso para com as pessoas que dividiram suas histórias, muitos, migrantes que chegaram no território capixaba em busca de melhores condições de vida, o que não foi do alcance de todos na capital, como evidencia a nota explicativa do livro organizado por Amylton de Almeida e Henrique Gobbi:

Apenas os autores decidiram que, para transmitir a emoção do que viram e acompanharam, precisariam recorrer a estrutura do jornalismo que alia informação à impressão e ao humanismo. É também uma espécie de solidariedade àquelas pessoas que, vindas do Estado do Rio, do interior de Minas Gerais e principalmente de Teixeira de Freitas, no Estado da Bahia, procuram uma existência que as dignifique. Se não acontecer com eles, talvez aconteça com seus filhos: todos têm muitos descendentes. Eles percebem que estão fundando uma cidade (ALMEIDA; GOBBI, 1983, p. 02).

Este trecho da obra parece ligar-se à reportagem que percorreu São Pedro depois de 35 anos do documentário. No presente, os descendentes e remanescentes da época do antigo lixão, andam por

ruas asfaltadas, moram em casas de boa construção e acabamento, as crianças frequentam escolas com estrutura e ensino de qualidade, praças garantem o lazer dos moradores e o saneamento básico conta com ampla rede de esgoto, energia elétrica, postos de saúde e transporte público. Mas, em um passado recente, este território não acompanhou o crescimento urbano planejado, sendo produto da desigualdade social e do massivo processo de êxodo rural para os grandes centros brasileiros no período da ditadura militar.

Francisco Luna e Herbert Klein (2014, p. 66) argumentam que os governos militares promoveram o mais intenso processo de mobilidade social da história brasileira com a industrialização acelerada, responsável pela formação de uma elite industrial em contradição ao perfil da sociedade agrícola com baixo padrão educacional. Um grande fluxo migratório campo-cidade promoveu o crescimento desordenado nas regiões metropolitanas gerando alta demanda por habitação e saneamento básico que não foi suprida pela gestão militar, resultando em condições de vida e moradia precárias que ainda são um desafio para o poder público nas grandes cidades brasileiras (LUNA; KLEIN, 2014, p. 67).

A partir deste movimento, o grande número de migrantes que chegavam em Vitória no período da ditadura militar não representa um caso isolado, estão inseridos na macro história do *Brasil Grande*, momento em que a industrialização contou com o capital estrangeiro e acordos econômicos que aumentaram a expectativa de que em pouco tempo o país se tornaria uma potência econômica, o que atraiu milhares de indivíduos para as zonas de crescimento industrial (LUNA; KLEIN, 2014).

O aumento populacional e a formação das zonas periféricas de Vitória, começou, sobretudo, a partir dos anos 1960 com a decadência do modelo econômico cafeeiro e a erradicação dos cafezais improdutivos, causando aumento do número de indivíduos que saíam do interior em busca de trabalho na capital, muitas vezes atraídos por atravessadores

de mão-de-obra que faziam propagandas nas áreas rurais com promessas de emprego garantido na capital (GURGEL; PESSALI, 2004, p. 25). Um grande contingente de trabalhadores abandonou o pouco que tinham no campo, e ao chegarem nas áreas urbanas não foram totalmente inseridos na lógica de produção proveniente das indústrias, estas, insuficientes para “incorporar toda a força de trabalho disponível” (SIQUEIRA, 2001, p. 129).

A implantação da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) na década de 1960, a construção do Porto e da Companhia Siderúrgica de Tubarão, que aumentou a capacidade de produção da Companhia de Ferro e Aço de Vitória (Cofavi) e a ampliação das instalações da Aracruz Celulose (GURGEL; PESSALI, 2004, p. 26) representaram um novo ciclo migratório interno e externo na região dos *Grandes Projetos de Impacto* na década de 1970, o que gerou um crescimento demográfico desigual na região metropolitana em relação ao interior do Estado (SIQUEIRA, 2001, p. 144).

Para Maria da Penha Smarzaro Siqueira (2001, p. 146) neste período, a região da Grande Vitória emergia como principal área de atração econômica no Espírito Santo, concentrando um elevado contingente da população capixaba que começava ocupar os limites territoriais da capital, a maioria migrantes de mão-de-obra não qualificada, perfil de suma importância para o desenvolvimento dos *Grandes Projetos* de acordo com a lógica capitalista, barateando a força de trabalho devido à alta demanda. Era na construção civil as maiores oportunidades, sobretudo, para obras da Companhia Siderúrgica de Tubarão, que empregava temporariamente milhares de trabalhadores, que permaneciam na cidade em busca de novas contratações, e mantinham renda por meio de atividades informais (SIQUEIRA, 2001, p. 154).

É desta realidade que a primeira ocupação em 1977 dará início à formação da Grande São Pedro perto da Rodovia Serafim Derenzi no lado noroeste da capital. Grupos de famílias chegavam na região e logo demarcavam seu lote na lama do mangue, o que gerou muitos conflitos no território, que não ti-

nha policiamento. As inúmeras casas de palafitas na área do mangue eram chamadas de *anel de pobreza*, eram um reflexo da “falta de amparo do poder público aos trabalhadores atraídos para a cidade” (GURGEL; PESSALI, 2004, p. 27).

Após problemas com o descarte do lixo no bairro Maria Ortiz e Carapina, em 1981, a área do mangue passou a receber o descarte irregular do lixo pela Prefeitura de Vitória na região de São Pedro III, o que atraiu um grande número de catadores que atuavam em outros locais de descarte. Naquela época, São Pedro contava com cerca de 15 mil moradores e uma média de 500 catadores responsáveis por separar o plástico, papel e vidro descartados no lixão que poderiam ser vendidos por 10 cruzeiros o quilo; uma das únicas perspectivas de sustento face à insuficiência de empregos no setor industrial. No *Lugar de toda pobreza*, a sobrevivência era concomitante às oportunidades que o lixo oferecia:

Quem não tem emprego, está catando lixo, tirando mensalmente algo em torno de um salário mínimo atual. Para esses, que ali estão, o lixo é um benefício, especialmente para quem encontra nele o suficiente para estar vivo. E esse benefício não está somente em torno da venda do papel e plástico catado, mas também em várias outras necessidades, que passam desde os utensílios ali encontrados, até a alimentação para a família. O lixo promove também um dos poucos espaços de lazer da comunidade que só tem um time de futebol e um clube (GOBBI, 1983, p. 16).

Faltavam escolas próximas àquela região para abrigar o grande número de crianças, a maior parte delas frequentavam um cômodo improvisado do centro comunitário que abrigava uma média de 30 alunos em quatro horários, embora cerca de 553 crianças não tivessem acesso algum à educação (GURGEL; PESSALI, 2004, p. 63). A maioria delas ajudava na coleta e estavam em estado de vulnerabilidade alimentar severa, como o pequeno Luiz Carlos, que

aos dez anos de idade, mantinha contato diário com o descarte de lixo hospitalar em busca de frascos de soro para venda na Uniplast. Em uma das cenas do documentário, o menino mostra o pé sangrando pela perfuração de uma seringa, na mesma cena, ao seu lado, o operador de máquinas, Jadir José da Silva, desempregado e pai de seis filhos pequenos, fazia da coleta dos frascos de soro o sustento de sua família (GOBBI, 1983, p. 7).

Para matar a fome, os moradores aguardavam a chegada do “mercadinho” um caminhão que trazia o descarte de alimentos provenientes dos supermercados da capital. As crianças comemoravam quando encontravam frutas, iogurtes ou carnes estragadas. Em uma das cenas, uma criança enche uma sacola com alimentos visivelmente infestados de larvas. O descarte de comida estragada dos supermercados, naquele momento, para muitas famílias, era a única fonte de alimentação.

Na obra de título homônimo ao documentário uma cena cotidiana no lixão ganha contornos literários: “No céu azul urubus voam dentro da sua normalidade” (GOBBI, 1983, p. 5). O tom poético empregado em toda escrita do livro e a música clássica que compõe a trilha sonora do documentário, são recursos simbólicos escolhidos por Amylton de Almeida para transmitir contrastes negativos da cidade de Vitória: de um lado, bairros planejados surgiam dos aterros rodeados de prédios, lojas, bares, *shoppings* e calçadão. De outro, os moradores comemoravam a chegada do “mercadinho” ao final das tardes. Separados por uma pequena distância, foi somente através do documentário *Lugar de toda pobreza* (1983) que a classe média vitorienne tomou conhecimento da realidade nas áreas periféricas da cidade-presépio:

Quando o filme começou a ser exibido, a sociedade ficou chocada e iniciou-se uma romaria de doações. O prefeito de Vitória enviou para a região uma Kombi da Cruz Vermelha com alimentos e remédios. Mulheres da alta classe média recolhiam roupas usadas e promoviam chás beneficentes, cuja renda

comprava alimentos para a população de São Pedro (GURGEL; PESSALI, 2004, p. 39).

O chocante documentário de 1983 compunha o conjunto de sete produções audiovisuais realizadas por Amylton de Almeida para registrar a história e memória capixaba. Os protagonistas desses trabalhos eram o povo simples do cotidiano: pescadores, artesãos, migrantes, imigrantes, quilombolas, prostitutas e catadores. Perfis que obtinham seu lugar de fala pelas câmeras de vídeo e expunham suas opiniões, histórias de vida e desagrados, posições muitas vezes desconhecidas ou irrelevantes em suas realidades. Na década de 1980, Amylton de Almeida fez de seus documentários uma importante ferramenta de denúncia e registro histórico das camadas mais pobres da sociedade afetadas pelo desenvolvimento industrial pós-milagre econômico no Espírito Santo:

Amylton sempre foi cético quanto à contribuição social e à responsabilidade ambiental dos grandes projetos industriais implantados no Espírito Santo. Por isso, encontramos registros nos seus trabalhos da influência negativa desses projetos. Último quilombo aborda a invasão dos eucaliptais em São Mateus, expulsando famílias de agricultores ou acabando com a fauna das propriedades daqueles que resistiram às propostas de compra da terra. **Lugar de Toda Pobreza** é uma síntese das consequências geradas pelos grandes projetos industriais instalados na Grande Vitória, que ampliaram os bolsões de pobreza (GOBBI, 1996, p. 108).

Desta forma, seus documentários abordavam depoimentos de pessoas que viveram direta ou indiretamente a experiência da modernização no período da ditadura militar, mais intensas a partir da década de 1960. Esta *modernidade* inaugurou um conjunto de mudanças em todo território capixaba, como a ampliação das atividades portuárias, aterros, obras de urbanização e construção de parques industriais, impactando, inclusive, a narrativa *oficial* sobre

o Espírito Santo, que passou de atrasado e marginalizado, para desenvolvido e integrado, graças às expectativas de crescimento que seriam alcançadas pela via dos *Grandes Projetos* reverberando em um discurso triunfalista legitimado pelo poder político e econômico:

O discurso de superação do atraso emergiu associado ao projeto de industrialização efetivado nas décadas de 1960 e 1970 (...) o discurso político inaugurou um modo de dizer e interpretar o Espírito Santo a partir da definição de um novo status em seu desenvolvimento econômico e um novo lugar no cenário nacional. As expectativas de mudança em torno da industrialização a definiram como marco de mudança e orientaram a representação da superação do atraso no Espírito Santo (NASCIMENTO, 2020, p. 63).

Mas a execução do ambicioso projeto viria acompanhada de altos custos; financeiros e culturais, que revolveu a sociedade capixaba à toda ordem de mudanças, começando pela paisagem descaracterizada e a crescente poluição relacionada às atividades portuárias (REIS, 2014; BANCK, 2011). Muitas famílias de pescadores foram desalojadas nos processos de aterro e urbanização, comunidades indígenas sofreram com a exploração dos recursos naturais próximos às suas terras, e o aumento exponencial de migrantes em Vitória impactou de forma desordenada o crescimento urbano, levando à formação de favelas e à invasão do manguezal, fatores que dificultavam uma identificação com esta modernidade (BANCK, 2011, p. 335). Essas contradições mostravam uma versão diferente do discurso sobre o progresso sustentado pelo poder político e econômico, e ocupavam pouca ou nenhuma repercussão na mídia oficial, preocupada em reforçar uma visão positiva¹ sobre os

1 Mais sobre isso, ver: SANTOS, Davi Elias Rangel. A Ditadura Militar no Espírito Santo: o consentimento por meio do jornal *A Gazeta* (1971-1975). São Paulo: Dialética: 2022.

projetos de industrialização no Espírito Santo.

O silenciamento de expressivas parcelas da sociedade afetadas de forma negativa pelo “progresso capixaba” encontraram voz ativa e expressão crítica nos documentários de Amylton de Almeida, que preferia “omitir sua palavra para dar voz aos que nunca a tiveram” (GOBBI, 1996, p. 107). Em *Lugar de toda pobreza* (1983), Amylton de Almeida optou por técnicas de vídeo que permitiam maior aproximação do espectador com a realidade retratada em documentários, e rompeu com o padrão apresentador/entrevistado, conferindo à dona Leda, mulher e catadora, a liderança que narra a situação dos desterrados na cidade de Vitória:

O ato de dar a condução a alguém daquela comunidade significa dar àquelas pessoas excluídas a possibilidade de poderem contar sobre sua realidade e sobre sua história – Dona Leda é constantemente enquadrada em *contra-plongée*, o que dá a ela ainda mais imponência e autoridade. Ao espectador, oferece a sensação de que não é alguém de fora que está falando sobre aquele lugar, mas sim quem vivencia. A impressão de estar ouvindo a realidade como ela é influencia diretamente na ideia que se construirá sobre São Pedro já desde o começo do documentário. Além de dona Leda, surgem outros moradores do bairro, que nos contam aos poucos sua história, como chegaram àquele lugar, suas opiniões e suas perspectivas para o futuro (SIMONETTI; ALVES, 2014, p. 112).

A impactante produção de 1983, foi pensada a partir da sugestão de Nelson Bonfante, primeiro diretor técnico da *TV Gazeta*, que por meio do relato de sua esposa ficou sabendo da situação dos moradores da Grande São Pedro no início da década de 1980 (COMES, 2016). O documentário vai além da pretensão de chocar a sociedade com a miséria, é também um importante registro histórico à *contrapelo* das narrativas triunfalistas da modernidade conduzida pelas práticas repressivas da ditadura no Espírito Santo,

garantidas pela censura que ocultava os impactos negativos da industrialização para comemorar a expectativa de um país que poderia se tornar uma grande potência nos *anos dourados* do governo Médici (PEREIRA; MARVILLA, 2014).

Ao dar voz aos oprimidos, Amylton de Almeida se aproxima da visão histórica de Walter Benjamin, filósofo judeu-alemão que vivenciou as mazelas do progresso científico no alvorecer do século XX, e dedicou grande parte de seus textos à crítica do historicismo, acusando-o de uma historiografia a favor dos vencedores, mascarada pela pretensão de objetividade na pesquisa. Esta historiografia burguesa seria produtora de uma história universal formada de acontecimentos que preenchem uma linha infinita no tempo histórico *homogêneo e vazio* (GAGNEBIN, 1993).

Como crítico de arte e cultura, Benjamin defende que a tarefa tanto do crítico como do historiador seria o desvio crítico da tradição para se aproximar da verdade do objeto pela *autorreflexão* do próprio presente, exercício que permite um distanciamento da historiografia positivista. Desta forma, o historiador que não passa pela autorreflexão em suas análises, se aproxima de uma historiografia incapaz de registrar a versão dos vencidos (GAGNEBIN, 1993, p. 56).

Em sua *VII tese sobre o conceito de história*, Benjamin argumenta que a empatia do historicista com os vencedores beneficia seus herdeiros e o cortejo triunfal dos seus despojos de cultura (BENJAMIN, 1985, p. 208). Estes *despojos* ostentados pelos vencedores, trata-se da cultura dominante produzida em uma dinâmica de exploração, cuja finalidade é validar a superioridade das classes dominantes, portanto, o “historiador materialista deve ter um olhar crítico quanto à estas manifestações da cultura para romper com o conformismo do historicismo cultural” (LÖWY, 2011, p. 23). Desta forma, em oposição ao “historicismo servil”, Walter Benjamin propõe na *VII Tese* o imperativo *escovar a história a contrapelo* para redimir o passado da história oficial que privilegia as narrativas do progresso (SCHLESENER, 2011).

Para Michel Löwy (2005, p. 73) a influência nietzschiana se faz presente neste imperativo que vai na mesma direção da reflexão de Nietzsche na obra *Segunda consideração intempestiva: da utilidade e desvantagem da história para a vida* (1873), onde propõe “nadar contra as ondas da história” em oposição aos historiadores “que nadam e se afogam no rio do futuro”, e as reflexões de Nietzsche e Benjamin possuem semelhanças no sentido de recusa às narrativas do progresso. No caso do pensamento benjaminiano, a expressão convoca o historiador ao resgate dos esquecidos na escrita da história e o desvelar de sentidos ocultos e subversivos da herança cultural, como nos poemas de Charles Baudelaire ou nas obras de Kafka (LÖWY, 2005; SCHLESENER, 2011).

Neste sentido, o documentário *Lugar de Toda Pobreza* (1983) pode ser elencado como uma produção cultural à contrapelo, pois registra na história e memória capixabas, o ponto de vista dos excluídos durante a industrialização da Grande Vitória, e preserva versões que não compõem a memória positiva sobre os *Grandes Projetos*, remanescente nos discursos do poder dominante que contribuem para uma história oficial e saudosista da ditadura militar (DE ANGELO; FAGUNDES, 2014).

Assim como na afirmação de que a história narrada possui, no mínimo, duas versões “porque a política se constrói pelo conflito e não existe história sem política, cuja relação instaura a dialética entre cultura e barbárie” (SCHLESENER, 2011, p. 76) as transformações no território capixaba e a produção de narrativas e memórias sobre este processo não são homogêneas. Estão atravessadas por tensões no tempo e na história, e a versão otimista deste passado ligado à modernização em tempos da ditadura militar, ocupa posições privilegiadas na memória política do Espírito Santo². Desta forma, o documentário de Amylton de Almeida e Henrique Gobbi, é um

fragmento do passado, este, podendo ser acessado pelo historiador do presente por meio da *montagem literária*, método desenvolvido por Walter Benjamin em *Rua de mão única* (1993) e nas *Passagens*³ (2006):

Método desse trabalho: montagem literária. Não tenho nada a dizer. Somente a mostrar. Não surrúpiei coisas valiosas, nem me apropriei de formulações espirituosas. Porém, os farrapos, os resíduos: não quero inventariá-los, e sim fazer-lhes justiça da única maneira possível: utilizando-os (BENJAMIN, 2006, p. 502).

A *montagem literária* permite pensar a história à contrapelo, pois, como método expositivo, é “capaz de reunir de modo reflexivo fragmentos aparentemente desconexos da realidade exterior, dando-lhes um significado explosivo, reunindo imagens dos sonhos e da memória” (MACHADO, 2015, p. 132-137). Por meio da *montagem literária* é possível produzir imagens dialéticas que fundem passado e presente em uma nova temporalidade, e permitem a retomada crítica do passado “pois é dessa ação decisiva que surge a história real e funda-se a possibilidade de uma reescritura” (CASTRO, 2014, p. 62-63).

A partir do pensamento de Walter Benjamin, é possível associar o conceito de origem (*Ursprung*) ao método da montagem literária, pois ambos convergem no sentido de revelar versões de uma história não oficial no momento de ruptura da tradição para resgatar o passado recalçado, sendo possível acessar este passado *escovado a contrapelo*, por meio da análise de produções artísticas que carregam conteúdos históricos que podem ser reconhecidos de forma crítica pelo historiador no presente (CASTRO, 2014, p. 64-68).

2 Mais sobre isso, ver: NASCIMENTO, Rafael Cerqueira do. *A narrativa histórica da superação do atraso: um desafio historiográfico do Espírito Santo*. Serra: Editora Milfontes, 2018.

3 “Walter Benjamin desenvolveu do final dos anos 1920 até a sua morte em 1940 uma obra incomensurável e que só foi publicada pela primeira vez em 1982. A obra *das passagens*, organizada por Rolf Tiedemann. É nela que Benjamin desenvolve de maneira unívoca e dialética sua crítica à ideia de progresso” (MACHADO, Carlos Eduardo Jordão, 2015, p. 131).

A origem (*Ursprung*) benjaminiana, possibilita ao historiador estabelecer uma nova relação com o passado para além da temporalidade linear e permite o resgate de versões históricas que não estiveram inseridas na historiografia oficial:

A noção de origem liga-se, portanto, a um modelo de historiografia não linear e totalmente desvinculado da “história dos vencedores”. Pelo contrário, a história visada é a dos fracassos, dos desastres e dos sofrimentos; enfim, a *facies hipocrática* de uma história “escovada a contrapelo” (CASTRO, 2014, p. 68).

A partir da análise teórica do pensamento de Walter Benjamin, Érica Gonçalves de Castro, argumenta que para resgatar versões de uma história não oficial, o historiador deve ser capaz de produzir a destruição de um tempo totalizante para restaurar promessas recalcadas e não realizadas no presente. Trata-se de recusar a causalidade histórica ao produzir uma dinâmica de tempo “repleto de agoras” (*Jetztzeit*) onde o passado ressurge no presente para a “escritura da história no próprio presente e para o presente”. Deste movimento o historiador capta o momento em que sua época entrou em contato com uma época anterior e o presente se atualiza pela força messiânica do *kairós* (CASTRO, 2014, p. 70).

Desta operação historiográfica benjaminiana, é possível pensar *Lugar de toda pobreza* (1983) como um registro do passado que permite o movimento da *Ursprung* pelo historiador que “salta” para fora do tempo linear e vai na contramão dos discursos oficiais de um dado período histórico, neste caso, das transformações na capital capixaba por meio da industrialização e urbanização proveniente dos *Grandes Projetos*, e resgata no presente das versões e experiências dos excluídos.

Os efeitos negativos da expansão industrial no Terceiro Mundo foram eternizados pela produção audiovisual de Amylton de Almeida e Henrique Gobbi, chegando até ao Vaticano. O papa João Paulo II, assistiu ao documentário e leu o livro traduzido

para o italiano *Da lama prometida à redenção*, escrito por Graça Andreatta, que narra as lutas vividas pelos moradores de São Pedro (SILVA, 2018). O impacto sobre o Santo Padre foi tamanho que, em outubro de 1991, em sua visita ao Brasil, fez questão de conhecer a região de São Pedro, celebrar uma missa no local e fazer uma doação de 100 mil dólares, usados para a construção da *Pastoral* São Pedro, que passou a dar suporte para crianças e jovens da comunidade (GURGEL; PESSALI, 2004, p. 29).

Esta ação mostra como registros de denúncia podem transformar e impactar muitas histórias, neste caso, de gerações inteiras que vivenciaram ações de melhorias na região, como o *Projeto São Pedro*, apresentado à ONU em 1996 como exemplo de combate à miséria e preservação do meio ambiente (GURGEL; PESSALI, 2004, p. 17). A força do documentário é lembrada pelos moradores no presente como um registro importante de um passado de lutas, mas não é o único, pois em muitos momentos, a resistência esteve presente na história e nas memórias do bairro:

Algumas vezes foi necessário enfrentar o Estado, representado pela polícia. Esses embates ficaram marcados com nomes de ruas ou becos: Rua da Libertação, da Esperança, da Igualdade, do Acordo, da Dificuldade, do Amor. Cada uma tem um significado e o povo sabe qual é (...) o beco 26 de Dezembro, em São Pedro IV, lembra o início da ocupação. O nome dos bairros Conquista e Resistência dispensam explicação, assim como a Rua da Luta e a escola Grito do Povo, cujo nome acabou não sendo aceito pelas autoridades da época (GURGEL; PESSALI, 2004, p. 103).

Passado e presente estão unidos pela memória de resistência desde a fundação de São Pedro. Em termos históricos, ter acesso aos fragmentos deste passado de lutas, permite uma aproximação da filosofia da história benjaminiana, onde a restauração do passado também promove transformações no presente, e o passado também é transformado e reescrito (CASTRO, 2014, p.70).

Neste sentido, o compromisso da produção crítica de Amylton de Almeida contribui para acessar este passado de denúncias ao descaso com os moradores de São Pedro. É um registro que não apaga da memória capixaba os efeitos negativos da modernização conduzida pelas práticas repressivas e conservadoras dos militares.

Como documentarista, o que movia Amylton de Almeida eram estes registros do cotidiano, situações e histórias que encontravam identificação e materialidade em suas produções, com forte compromisso de denúncia e justiça social, característica que marcou sua personalidade artística, sendo lembrado e respeitado pelos protagonistas de seu registro histórico a contrapelo:

Quem participou da produção por trás das câmeras, se emocionou ao voltar ao bairro. “A realidade da denúncia foi tão bem feita que o resultado está aqui hoje. Hoje eu encontrei com gente que trabalhou no lixão, conversei com os meninos e é gratificante. Mas a pessoa mais importante desse filme, além dos moradores de São Pedro, foi Amylton de Almeida. Sem ele, nada seria realizado”, disse o cinegrafista José Lúcio Campos (CAMPOS, 2018).

Trata-se de uma produção audiovisual que possui a força messiânica de Walter Benjamin, que é atualizada no presente para ilustrar os efeitos da desigualdade social nas cidades que passaram pela industrialização acelerada, conectando-a com o passado. Os depoimentos dos moradores da Grande São Pedro, bem como a rotina de trabalho e sobrevivência por meio do lixo, preservam um passado-presente atravessado por tensões sociais que ainda são visíveis no cotidiano brasileiro. No século XXI, muitos espaços da Grande Vitória seguem degradados e abandonados pelo poder público, necessitando de direitos, qualidade de vida, mas também voz. Eles ainda são o reflexo de problemas estruturais da história brasileira e um grande desafio de gestão política e econômica.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Amylton; COBBI, Henrique. Nota explicativa. In: ALMEIDA, Amylton de; COBBI, Henrique. *Lugar de toda pobreza*. Vitória: Unigraf, 1983. p. 2.
- BANCK, Geert Arent. *Dilemas e símbolos: Estudos sobre a cultura política do Espírito Santo*. Vitória: Edufes, 2011.
- BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Minas Gerais: UFMG, 2006.
- BENJAMIN, Walter. Rua de mão única. In: *Obras escolhidas de Walter Benjamin* v.II. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de História. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- CAMPOS, José Lúcio. Depoimento para o G1 ES. In: De lixão a bairro: moradores de São Pedro contam mudanças na comunidade e nas próprias vidas. G1 Espírito Santo, Vitória, 10 dez. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/es/espírito-santo/noticia/2018/12/10/de-lixao-a-bairro-moradoras-de-sao-pedro-contam-mudancas-na-comunidade-e-nas-proprias-vidas.ghtml>. Acesso em: 15/06/2023.
- CASTRO, Érica Gonçalves de. *A aprendizagem da crítica: literatura e história em Walter Benjamin e Antônio Candido*. São Paulo: Fapesp, 2014.
- DE ANGELO, Vitor Amorim; FAGUNDES, Pedro Ernesto. Grandes projetos, grandes esquecimentos: o Espírito Santo entre a modernização conservadora e a repressão política. In: ERNESTO, Pedro et al. *O estado do Espírito Santo e a ditadura (1964-1985)*. Vitória: GM Editora, 2014. p. 147.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. *História e narração em Walter Benjamin*. São Paulo: Perspectiva, 2009.
- COBBI, Henrique. Gênese do lixão. In: ALMEIDA, Amylton de; COBBI, Henrique. *Lugar de toda pobreza*. Vitória: Unigraf, 1983. p. 13-16.
- COBBI, Henrique. O olho e a palavra. In: GOMES, Deny et al. *A múltipla presença: vida e obra de Amylton de Almeida*. Vitória: Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, 1996.
- COBBI, Henrique. São Pedro: seus números e seus inúmeros problemas. In: ALMEIDA, Amylton de; COBBI, Henrique. *Lugar de toda pobreza*. Vitória: Unigraf, 1983. p. 13-16.
- COMES, Rose Mary Louzada. “Amylton de Almeida singular e plural: luz, câmera, ação...”. *Revista Gama*, São Paulo, v. 4, n. 8, p. 122-129, jan. 2016.
- GURGEL, Antonio de Pádua; PESSALI, Hesio. *São Pedro, Vitória: um exemplo para o mundo*. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 2004.
- LÖWY, Michael. *Walter Benjamin: aviso de incêndio. Uma leitura das teses ‘Sobre o conceito de História’*, São Paulo: Boitempo, 2005.
- LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Hebert S. Mudanças sociais no período militar (1964-1985). In: *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 66-68.
- MACHADO, Carlos Eduardo Jordão. Walter Benjamin: “Mon-

tagem literária”, crítica à ideia do progresso, história e tempo messiânico. In: Machado, Carlos Eduardo Jordão; Rubens Machado Jr; Miguel Vedda. *Walter Benjamin: experiência histórica e imagens dialéticas*. São Paulo: Editora Unesp, 2015. p. 132-137.

NASCIMENTO, Rafael Cerqueira do. *A narrativa histórica da superação do atraso: um desafio historiográfico do Espírito Santo*. Serra: Editora Milfontes, 2018.

PEREIRA, Valter Pires et al. *Ditaduras não são eternas: memórias da resistência ao golpe de 1964 no Espírito Santo*. Vitória: Flor&Cultura, 2005.

REIS, Daniel Aarão. A ditadura faz cinquenta anos: história e cultura política nacional-estatista. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá; REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo. *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 11.

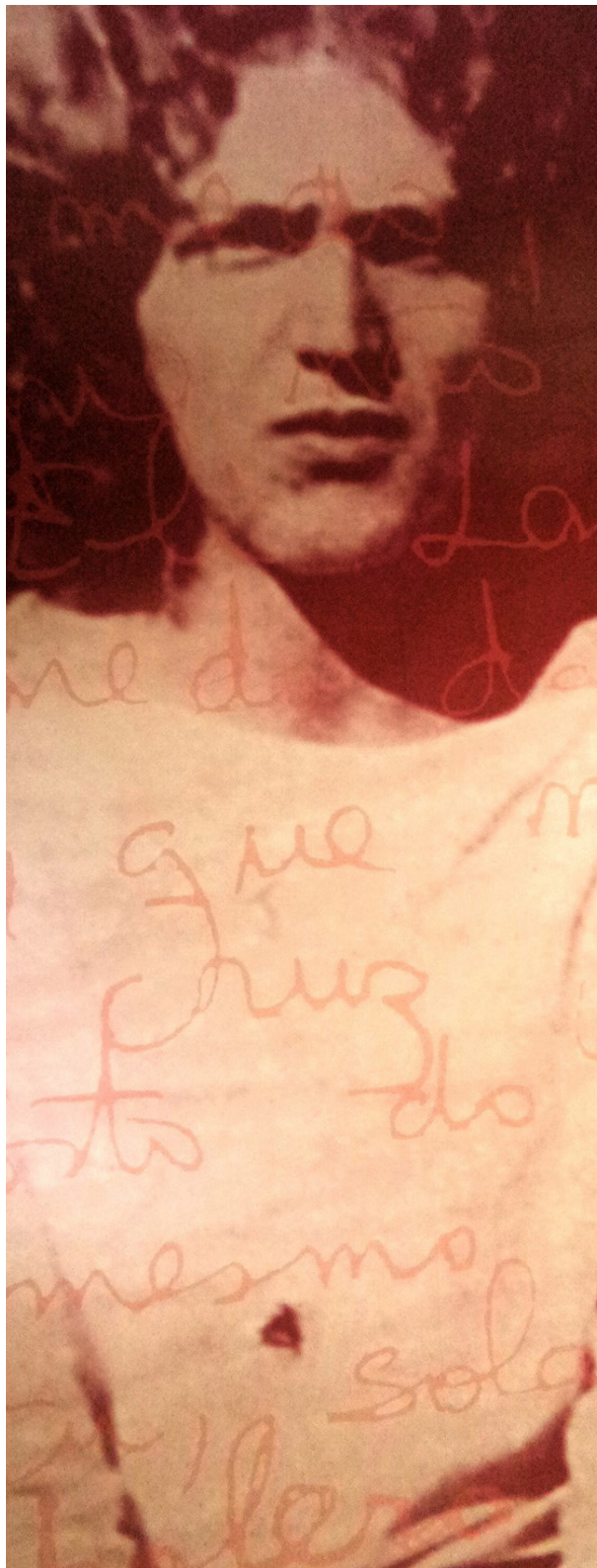
SANTOS, Davi Elias Rangel. *A Ditadura Militar no Espírito Santo: o consentimento por meio do jornal A Gazeta (1971-1975)*. São Paulo: Dialética, 2022.

SCHLESENER, Anita Helena. *Os tempos da história: leituras de Walter Benjamin*. Brasília: Liber Livro, 2011.

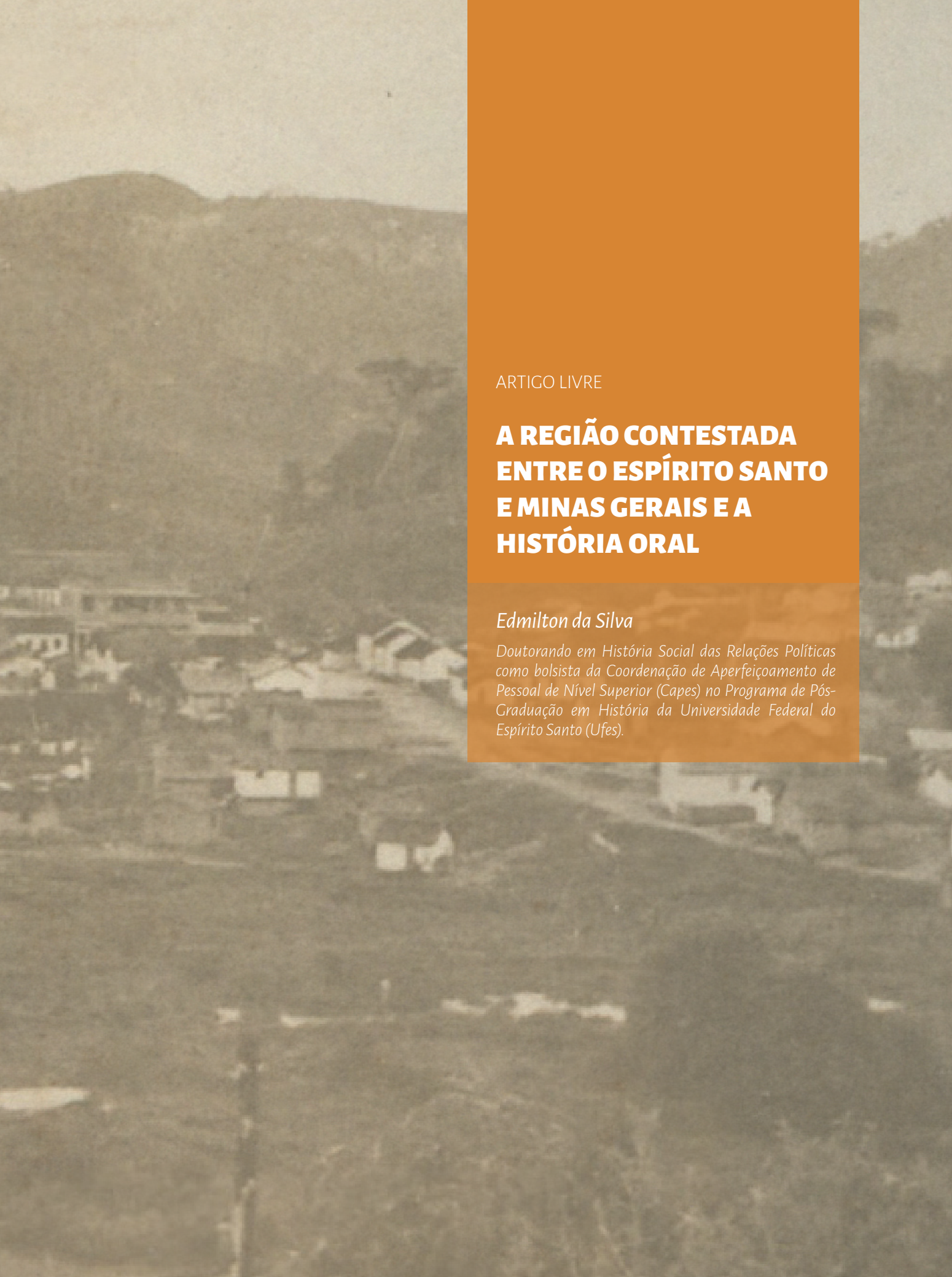
SILVA, Sullivan. Lugar de toda pobreza: o bairro São Pedro 35 anos depois do documentário. *A Gazeta*, Vitória, 08 dez. 2018. Reportagem especial. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/es/gv/lugar-de-toda-pobreza-o-bairro-sao-pedro-35-anos-depois-de-documentario-0919>. Acesso em: 15/06/2023.

SIMONETTI, Maria Grijó; ALVES, Gabriela Santos. Subjetividades da dor: *Lugar de toda pobreza*, de Amylton de Almeida. *Dominios da Imagem*, Londrina, v. 8, n. 15, p. 123-138, jun./dez. 2014.

SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró. *Industrialização e empobrecimento urbano: o caso da Grande Vitória, 1950/1980*. Vitória: EDUFES, 2001.







ARTIGO LIVRE

A REGIÃO CONTESTADA ENTRE O ESPÍRITO SANTO E MINAS GERAIS E A HISTÓRIA ORAL

Edmilton da Silva

Doutorando em História Social das Relações Políticas como bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes).

Resumo

A região contestada entre o Espírito Santo e Minas Gerais vivenciou um quadro de violência em torno da posse, do uso e da propriedade da terra, além da disputa por poder político, principalmente a partir da década de 1940, quando se tornou palco de grande afluxo migratório. É nesse contexto que estudamos a violência por meio da história oral como metodologia de pesquisa. Para isso, selecionamos a entrevista que fizemos com Orelly Lyrio, por entendermos que é uma das mais elucidativas, sobretudo no que se refere à atuação da Polícia Militar do Espírito Santo (PMES) na região.

Palavras-chave: região contestada, violência, história oral.

Abstract

The disputed region between Espírito Santo and Minas Gerais experienced violence surrounding the possession, use and ownership of the land, in addition to the dispute for political power, mainly from the 1940s onwards, when it became the scene of a large migratory influx. It is in this context that we study violence through oral history as a research methodology. For this, we selected the interview we did with Orelly Lyrio, as we understand that it is one of the most enlightening, especially regarding the role of the Military Police of Espírito Santo (PMES) in the region.

Keywords: contested region, violence, oral history.

Introdução

A disputa territorial entre Minas e Espírito Santo, conhecida como “Guerra do Contestado”, remonta mais diretamente ao Auto de 1800 assinado entre Antônio Pires da Silva Pontes e Bernardo José de Lorena, respectivos governadores das duas Capitanias. O Auto de 1800 mencionava a Serra dos Aimorés ou Serra de Souza como marco fronteiro, porém de modo muito vago e superficial. Os impasses políticos entre os dois Estados levaram a questão à Justiça e ao Governo Federal. O conflito, no entanto, só obteve solução definitiva com a assinatura do Acordo do Bananal, em 15 de setembro de 1963.

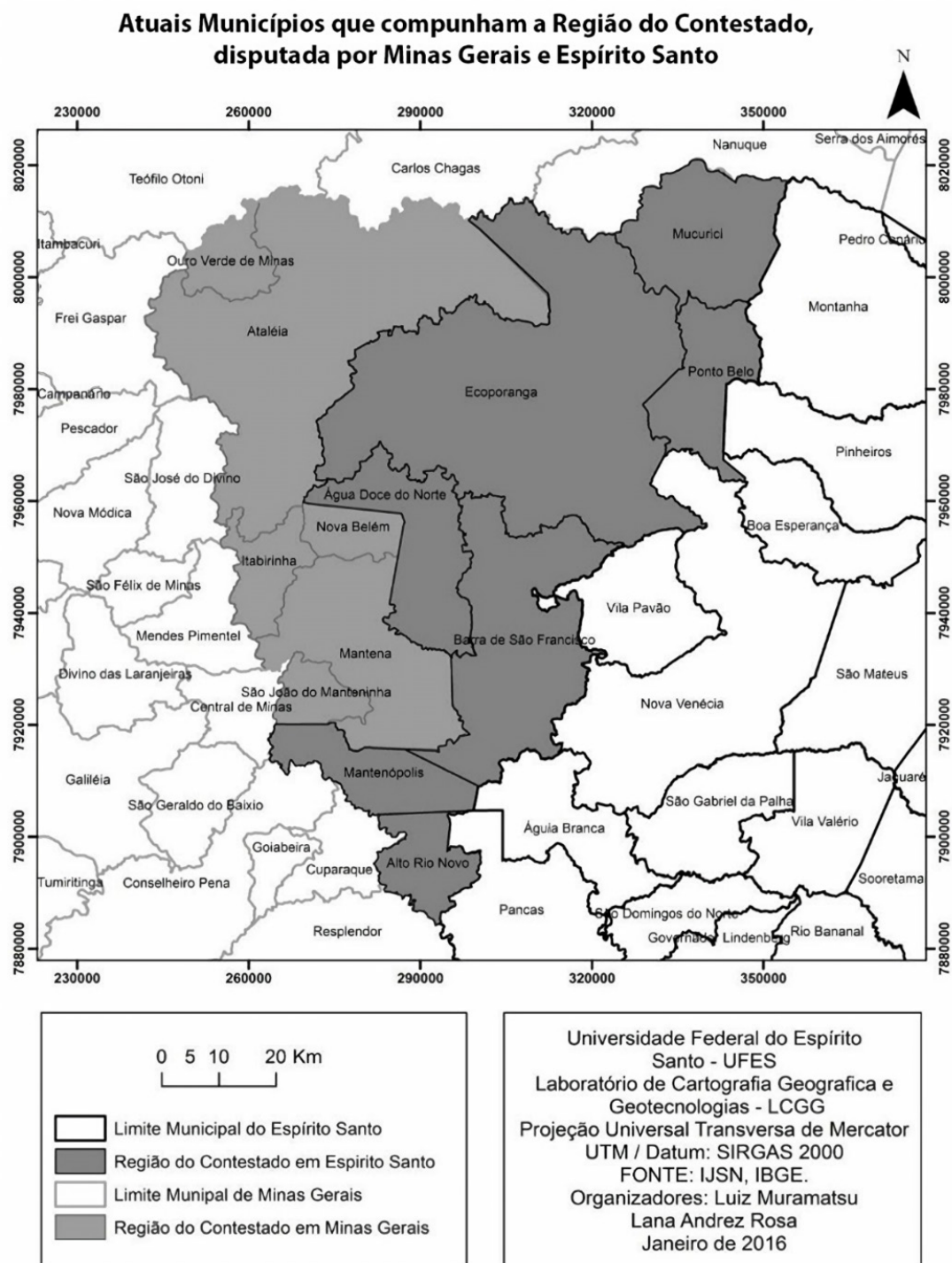
A região contestada entre o Espírito Santo e Minas Gerais permaneceu praticamente isolada e coberta pela Mata Atlântica até os anos 1930. A maioria dos pioneiros que se dirigiram para aquela localidade era constituída de mineiros, em primeiro lugar, e de baianos e capixabas, dentre outros (BERNARDO NETO, 2012, p. 114). O direito era o do *uti possidetis*. Cada qual precisava defender o seu pedaço de chão dos que chegassem depois, entre os quais encontravam-se muitos grileiros portando títulos falsos de propriedade (NEVES; PACHECO, 1992, p. 45).

Informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelam que a população da

“Serra dos Aimorés” (denominação pela qual a região contestada era referenciada por esse órgão) teve um crescimento que superou em muito todas as demais regiões do país, inclusive as populações dos próprios Estados litigiosos, no mesmo período. Em 1940, a “Serra dos Aimorés” possuía 66.994 habitantes. Em 1960, esse total saltou para 384.297, ou seja, a população da região contestada aumentou seis vezes - ou 573,62% - em apenas vinte anos (SILVA, 2019, p. 68).

Vale destacar que a região contestada entre o Espírito Santo e Minas Gerais era formada pelo território dos atuais municípios de Alto Rio Novo, Mantena, Barra de São Francisco, Água Doce do Norte, Ecoporanga, Ponto Belo e Mucurici, do lado capixaba, e Mantena, Itabirinha de Mantena, São João do Manteninha, Nova Belém, Ouro Verde de Minas e Ataleia, do lado de Minas.¹ Essa porção do território brasileiro incrustado na Serra dos Aimorés perfazia uma área total de 10.137 Km² (PONTES, 2007, p. 45) e encontra-se melhor representada no mapa ao lado.

¹ Se levarmos em conta as informações do Serviço Geográfico do Exército, poderíamos incluir ainda na região contestada partes dos atuais municípios capixabas de Vila Pavão, Nova Venécia, Pancas, Água Branca, Montanha e Pinheiros (PONTES, 2007, p. 45).



Mapa 1 – Atual divisão territorial após o Acordo do Bananal de 1963. Fonte: (MURAMATSU, 2015, p. 105). O cinza mais claro representa os atuais municípios que ficaram na posse de Minas Gerais. Os municípios em cinza mais escuro são os que ficaram sob a jurisdição do Espírito Santo.

Vivia-se o momento político do pós 1945, em que o coronelismo da Primeira República havia sobrevivido no Espírito Santo metamorfoseado num pluripartidarismo democrático e populista (SILVA, 1995, p. 165) que não impediu as práticas violentas de luta por terra, voto e poder político. Existiam códigos de justiça particular, além do cometimento de crimes de mando praticados por jagunços e pistoleiros. Nesse contexto, não faltavam denúncias da participação de policiais militares em crimes violentos na região.

A Polícia Militar do Espírito Santo estava responsável por garantir o espaço territorial capixaba frente às ameaças de invasão por parte do Governo de Minas Gerais, além de preservar a ordem pública local. Essa instituição policial, todavia, disseminou mais violência e medo devido à realização de diligências ilegais. Tais operações policiais contavam, em muitos casos, com a participação de simpatizantes da ‘causa’ policial, conhecidos como bate-paus, que auxiliavam a polícia nas delegacias e distritos (SILVA, 2019, p. 99).

A destruição de um movimento camponês liderado por Udelino Alves de Matos, em Ecoporanga (VILAÇA, 2001, p. 22), no dia 24 de fevereiro 1953, representa uma das diligências mais significativas da Polícia Militar do Espírito Santo na região, tendo à frente o major Djalma Borges.² Outra diligência policial, dessa vez na fazenda Rezende, em 1962, também no município de Ecoporanga, resultou na morte do soldado Alnizio Brum da Silva e em ferimentos no soldado Abelar da Cunha (DIAS, 1984, p. 102).

Do lado dos posseiros, saíram feridas uma mulher e sua filha. A represália policial posteriormente levou à denúncia do cometimento de vários assassinatos contra os posseiros. Segundo Luiz Muramatsu (2015, p. 175), há confirmação de que pelo menos quatro posseiros foram mortos: Sebastião José da Rocha, conhecido como Sebastião Rufino; Geraldo Benedito

Carlota, José Calixto dos Santos e Donatílio Leôncio de Souza.³ Esses crimes ficaram impunes.

A história oral nos serviu como metodologia de pesquisa. Através dela, conseguimos reconstituir parte da história da região contestada, tendo a violência como foco principal. Escolhemos, para tanto, uma entrevista que fizemos com Orelly Lyrio no ano de 2018.⁴ Logramos identificar alguns dos principais condicionantes locais da violência. Conseguimos ainda evidenciar fatos novos sobre a participação da Polícia Militar do Espírito Santo no conflito, em especial no que toca a sua missão, estrutura organizacional e história.

Além da entrevista, utilizamos igualmente reportagens publicadas no jornal A Gazeta e informações contidas em Boletins Diários (BD) da Polícia Militar do Espírito Santo. As reportagens são importantes por evidenciarem parte do conflito jurisdicional e da questão camponesa local. Os Boletins Diários, como o próprio nome indica, eram publicados todos os dias, destacando os principais acontecimentos relativos à atividade policial militar em todo o Estado.

A história oral como prática de pesquisa: história, documento e memória

As entrevistas, afirma Alessandro Portelli, “sempre revelam eventos desconhecidos ou aspectos desco-

2 O major Djalma Borges esteve à frente de várias diligências policiais no Norte do Espírito Santo. Era conhecido e temido na região, onde começou a atuar desde os anos 1930.

3 As diligências da Polícia Militar do Espírito Santo geraram denúncias de violência e arbitrariedades policiais. A Assembleia Legislativa do Espírito Santo (Ales) instaurou duas Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) para apurar os fatos: uma em 1953 e outra em 1961. Essa última só começou a funcionar e produzir resultados depois do massacre na fazenda Rezende, em 1962.

4 Orelly Lyrio é coronel reformado da Polícia Militar do Espírito Santo e natural de Acioli, distrito de João Neiva, ES, onde nasceu no dia 25 de fevereiro de 1935. Nossa entrevista com ele se deu no Clube dos Oficiais dessa instituição policial, em Vitória, ES, no dia 30 de janeiro de 2018, quando obtivemos também a carta de cessão para utilizarmos as informações prestadas. Na ocasião, fazíamos nossa pesquisa de mestrado intitulada “As representações da violência na Região do Contestado entre o Espírito Santo e Minas Gerais (1940-1962)” defendida, em 2019, no Departamento de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo.

nhedidos de eventos conhecidos: elas sempre lançam nova luz sobre áreas inexploradas da vida diária das classes não hegemônicas” (PORTELLI, 1997, p. 31). É portanto sob essa perspectiva que, através da nossa entrevista realizada com Orelly Lyrio, pretendemos revelar eventos desconhecidos, lançando luz do mesmo modo sobre aquilo que já sabemos a respeito da região contestada, sem esquecermos, é claro, dos grupos não hegemônicos (soldados, posseiros, pequenos sitiados, entre outros) que compunham a sociedade da região.

Inicialmente, vejamos sob que circunstâncias nosso entrevistado esteve na região contestada pela primeira vez (julho a setembro de 1957).

Eu estava fazendo o meu estágio de aspirantes (estágio probatório), quando fui surpreendido pelo comando e chamado para comandar um pelotão [que iria à] região contestada, onde o comandante geral já se encontrava com o seu Estado Maior. Peguei o meu pelotão, um cunhete de munição e uma arma, tudo precário. Fui comandando trinta homens, três sargentos foram comigo: sargento Orlady, sargento Agnelo e sargento José Batista. Pegamos o trem da Vitória a Minas e com meu pelotão saltamos em Colatina. Ficamos aguardando ordens para o caminho nos levar até Barra de São Francisco.

Depois chegaram [mais] dois pelotões sob o comando do aspirante Silas e do aspirante Vieira. Os três pelotões ficaram em Colatina. Depois fomos levados a Barra de São Francisco. Chegando lá, ficamos bivacados. Bivacar é ficar estacionado em casas semiconstruídas. Não era acampamento nem acantonamento, era bivaque. Então ficamos bivacados lá. Durante a noite, cavamos trincheiras, etc. Ficamos aguardando ordens e o choque com as tropas mineiras que [estavam] em Mantena. De um lado, São

Francisco, os capixabas; do outro lado, Mantena, os mineiros.

[Nossa missão consistia em] não deixar os mineiros invadirem a parte que já estava em poder do Espírito Santo. Mantena era chamada Gabriel Emílio pelos capixabas e, pelos mineiros, Mantena. É questão de fiscalização nos postos fiscais. Cobravam duas vezes, etc. O litígio entre Minas e Espírito Santo foi mais por problemas fazendários. Entendeu? Passagem do café, etc. Não houve conflito armado, houve apenas um conflito político-partidário (LYRIO, 2018).

Em 1957, tanto quanto em 1948, a região contestada esteve sob verdadeiro clima de guerra. Cavaram-se trincheiras nas montanhas a Oeste de Barra de São Francisco, guarnecendo-as ininterruptamente por trinta e quatro dias consecutivos (DEMONER, 1985, p. 103). A Polícia Militar do Espírito Santo tratou a questão como a “fase aguda da Questão litigiosa Minas-Espírito Santo” (BD nº 178, 1957, p. 945) e como “situação de emergência” (BD nº 189, 1957, p. 986). Daí porque a movimentação de forças policiais para a zona contestada, tanto por parte do Espírito Santo quanto por Minas Gerais.

Ocorre que civis exaltados, incitados pelo deputado mineiro José Fernandes Filho, teriam ateado fogo no posto fiscal de Café Ralo, além de destruírem os outros postos capixabas de Itabira e Ariranha, em Mantenópolis (CIVIS, 30/07/1957, p. 1). Francisco Lacerda de Aguiar e Bias Fortes, respectivos governadores do Espírito Santo e Minas Gerais, trocaram ameaças e acusações. O governador capixaba disse que convocaria voluntários, se preciso fosse, para defender os interesses do Estado na região (OCORRÊNCIAS, 23/07/1957, p. 1). Ao que parece, tal convocação se tornou realidade, de fato. Orelly Lyrio afirma que

5 Aspirante a oficial é o “posto” do militar após fazer o Curso de Formação de Oficiais (CFO). É hierarquicamente superior ao subtenente. Depois de um estágio, o aspirante é promovido ao posto de segundo tenente.

6 Destaca-se o ano de 1948 por caracterizar-se como um dos momentos de maior acirramento do conflito entre Minas e Espírito Santo na região contestada. Nesse ano, o governo capixaba da mesma forma mobilizou seu contingente policial militar naquela localidade devido às tentativas de invasão territorial praticadas por policiais mineiros.

Na guerra do Contestado, muita gente foi incluída. Quando o comando levou..., muitos foram recrutados lá mesmo na região, passaram a ser soldados, “pátria amada”. Apelidaram de “pátria amada”. Botaram um monte de gente na polícia sem concurso, sem nada, porque estavam precisando de efetivo para a Guerra do Contestado. Era livre arbítrio. O comandante geral resolvia. “Oh! Pega, recruta aqui, bota esse camarada..., tem mais dez aqui que querem entrar na...”. Voluntário..., chamavam de “pátria amada”, apelido de caserna: “tem uns pátria amada...”. [...] Eles foram recrutados lá e, depois, ficaram na Polícia Militar. Uns, destacados lá e, outros, vieram para Vitória. Mas incorporaram na Polícia Militar como “pátria amada”, voluntários para a Guerra do Contestado, que não houve. Não houve Guerra do Contestado. Houve só movimentação de tropa e recrutamento. Os “pátria amadas”, os voluntários lá de São Francisco, o comando os botou na polícia. “Quem quer participar? Nós vamos brigar com os mineiros. Quem quer entrar na polícia”? Apareceu um monte de gente desempregada lá, que acabou entrando na polícia sem fazer concurso, sem fazer nada (LYRIO, 2018).

Para Orelly Lyrio, o conflito na região contestada serviu ainda para a mídia fazer sensacionalismo, chocando a opinião pública por meio de notícias de impacto. Vejamos:

A mídia fazia sensacionalismo. Os jornalistas diziam: “as tropas mineiras estão na iminência de entrar em choque com as tropas capixabas” e nós vivíamos lá, na maior confraternização, camaradagem, os mineiros com os do Espírito Santo.

A mídia do Espírito Santo noticiava constantemente que iria haver choque bélico entre Minas e Espírito Santo. Quando o comandante geral da época, Pedro Maia de Carvalho, transferiu o comando para Barra de São Francisco (naquele movimento de tropa), eu era aspirante. A mídia divulgava constantemente

que os mineiros estavam na iminência de entrar em choque com os capixabas, [...]. Tanto assim, [...] que minha mãe acendia vela todos os dias com medo do filho aspirante morrer na Guerra do Contestado (LYRIO, 2018).

Com efeito, não podemos desconsiderar o papel da mídia jornalística em superdimensionar os acontecimentos na zona contestada, levando inclusive a um quadro de medo, especialmente em áreas afastadas do conflito, como Vitória, por exemplo. A camaradagem em que tropas capixabas e mineiras viviam, como afirma nosso entrevistado, diz respeito ao fato de que a permanência de cada força policial na região atendia ao estrito cumprimento do dever legal, sem que houvesse, contudo, qualquer interesse no confronto armado. A propósito, os próprios governadores procuravam evitá-lo. Por outro lado, não devemos minimizar o litígio, que atingia até o imaginário das camadas populares, como observa Orelly Lyrio com o episódio de sua mãe.

Para nosso entrevistado, no entanto, caso houvesse choque armado entre as polícias, a Polícia Militar do Espírito Santo levaria desvantagem devido à precariedade de seu armamento. Vejamos:

Fui para Guerra do Contestado, praticamente, com um cunhete de munição e não sabia nem se o fuzil atirava. [...] Cada um tinha o seu revólver. A Polícia Militar não fornecia revólver para o PM, naquela época. Só havia o fuzil. Quando o cara era destacado, ele [...] levava a “mulher dele a tiracolo”,⁷ o fuzil. O armamento era assim, precário. Nós íamos brigar com os mineiros dessa maneira. Os mineiros estavam mais preparados, belicamente, do que nós. Então, essa história de que ia haver uma guerra, a Guerra do Contestado, não..., não... Só mobilizou a tropa. Só foram os contingentes: um para São Fran-

7 Significa que o soldado não podia abandonar o seu fuzil. Era como uma namorada com quem estava sempre junto. A vida do soldado ou de seus companheiros dependia disso. Daí porque o militar deveria levar seu fuzil a tiracolo e não o abandonar em nenhuma hipótese.

cisco, e os mineiros ficaram em Mantena. Mas não houve choque armado, felizmente. Porque nós iríamos levar desvantagem. A polícia mineira estava mais bem preparada, belicamente, do que a Polícia do Espírito Santo (LYRIO, 2018).

Orely Lyrio esteve na região contestada em outra ocasião, substituindo o capitão Genésio Gomes, em 1958, como comandante de destacamento. A violência local, um dos fenômenos sociais mais evidentes e representativos, é vista por ele, ainda assim, de forma relativizada.

Existem três fatores que levam aos conflitos: barra de saia, barra de ouro e barra de rio. Barra de saia: mulher. Barra de ouro: dinheiro, e barra de rio: litígio, divisa dos lotes. Isso que era o pomo de discórdia. Então os posseiros, em Ecoporanga..., João Corsino..., aquela turma..., muita gente se apossou de terra lá. [...]. A violência na região contestada era comum, como existe hoje. Era comum. A violência sempre existiu lá. O delegado de polícia de São Francisco que cuidava da Polícia Judiciária. Eu não era Polícia Judiciária. Eu era comandante de um destacamento. Entendeu? Eu fazia o papel de comandante administrativo e o delegado de polícia de São Francisco fazia a parte judiciária. O delegado de polícia é o que cuida da Polícia Judiciária. É o que presta informações à Justiça sobre os crimes e as contravenções, etc.

Existia o delegado de polícia que, na época, era cargo comissionado. [...]. Delegado em comissão. Os sargentos eram subdelegados em comissão. Havia civis que eram delegados de polícia e comissionados. Como o comandante geral da polícia fazia: mandava um major, um tenente-coronel do Exército, comissionado coronel. Era coronel comissionado. Cargo em comissão. Na Polícia Civil não existia polícia de carreira. Então, quando criaram a polícia de carreira, para ser delegado, tinha que se fazer concurso, como é hoje. [Na região contestada], os

pms destacados faziam a dupla missão: de policiamento e de investigador (agente de autoridade da Polícia Civil). Existia o escrivão de polícia, o escrivão nomeado em comissão ou, então, o ad hoc. Na falta de um escrivão nomeado, nomeava-se um sargento ou um civil, que sabia datilografar, para ser escrivão ad hoc. [...] (LYRIO, 2018).

É claro que a violência contemporânea, pelo menos nos atuais centros urbanos, não pode ser comparada com aquele tipo de violência da zona litigiosa. Luzimar Nogueira Dias (1984, p. 69-70) relata um dos acontecimentos mais repugnantes da história do Contestado. Segundo ele,

Uma centena de posseiros ouve a música acompanhada por um sanfoneiro da Polícia Militar destacado em Cotaxé: [...] Eles dançam durante várias horas. Nus e desajeitados, homens, mulheres e crianças circulam dentro do curral da fazenda de Francisco Modesto. Encostados na cerca de arame, em torno do sanfoneiro, estão os componentes da captura comandada pelo tenente Jadir Resende, recentemente nomeado delegado de Ecoporanga. Em fila, os posseiros continuam dançando. [...] A fila é assim: sem distinção de sexo ou idade, os lavradores requebram em círculo, sob ameaça de armas, cada um com uma mão sobre o ombro do outro e com um dedo da outra mão na bunda do companheiro da frente. De vez em quando um chicote estala nas costas dos que se revoltam contra a humilhação. Estes são obrigados a lambar pisaduras dos animais presos no curral. Os militares riem e, impotentes, muitos moradores do povoado assistem ao quadro (DIAS, 1984, p. 69-70).

Existiam as “capturas” da zona Norte, da zona Sul e da zona Centro. Na zona Norte era nomeado um delegado de “captura”. Na zona Sul, um delegado de “captura” e na zona Centro, em Afonso Cláudio, um delegado de “captura”. Três delegados de “captura”. Mas não tinham poder de fazer o inquérito. Só quem

tinha poder de fazer o inquérito era o delegado de Polícia Judiciária (delegado de Polícia Civil), nomeado em comissão. O delegado de “captura” era só para capturar, para cumprir o mandado, etc., e policiar a região, mas não tinha atribuição para abrir Inquérito Policial Civil, e o Inquérito Policial Militar (IPM), só o comandante geral que nomeava o encarregado de IPM quando havia indício de crime militar (LYRIO, 2018).

As “capturas”, como eram mais conhecidas, eram grupamentos formados, em geral, por seis a oito policiais militares de confiança. Eram temidas e alimentavam o imaginário popular por conta do terror que representavam e da violência de suas ações (SILVA, 2019, p. 64). Apesar das adversidades (violência, miséria e falta de assistência social, dentre outras) que atingiam, especialmente, os mais pobres, a região contestada podia ser uma boa opção para quem buscava terra para trabalhar, para aventureiros, fugitivos da Justiça, entre outros, e também para policiais militares. Quanto a esses, Orelly Lyrio observa:

[...] quem tinha interesse em destacar, geralmente, era porque gostava de pegar bandido. Agora, quem era burocrata, queria ficar lá na datilografia para fazer curso de cabo, de sargento..., os que não ficavam por aqui, ficavam “mofando”. [...]. Quem não ia para essa região de delegacias, ficava numa boa, estudando. Tinha tempo para estudar, à noite, e os que iam para esses lugares destacados, não tinham tempo para coisa nenhuma. Ficavam só com a prática policial: atirar bem..., correr atrás de bandido, etc. Quer dizer: era uma situação diferente, e o ânimo era o seguinte: “quem quer destacar”? Às vezes, o camarada era destacado por necessidade do serviço e outros, por interesse próprio.

[...]. Eu quero morar em São Francisco. Eu quero morar em Mantenópolis. Quero fazer uma família lá. Quem ganha um porquinho..., cria um porquinho aqui..., cria uma galinha ali..., ganha o aluguel da casa. Economicamente era interessante o elemento ir para o interior. Economicamente. Socialmente,

não. Porque aqui tinha colégio... O que tinha interesse econômico ganhava, economicamente, porque não pagava aluguel, porque recebia presente de “a”, de “b” e “c”, inquérito que deixava passar, passava a mão na... A corrupção que existia naquela época, hoje existe em alta escala, [...]. Aquela época era diferente, o sujeito comprava um sitiozinho, comprava uma terrinha, comprava uma propriedade, comprava uma casa ou se apossava de um determinado lugar. Os fazendeiros tinham interesse em ter os soldados, o policial do lado deles, para fazer falcatruas, até mandar matar os outros.

Se o posseiro fosse amigo da PM ele se dava bem. Se o posseiro não fosse amigo da PM, ele acabava sendo expulso da posse da terra. Porque a PM mandava no interior. O PM no interior tinha autoridade. Um soldado destacado, num distrito daqueles, era autoridade. Como era em Minas Gerais: sua excelência, o cabo. Há um livro em Minas Gerais que um coronel escreveu: sua excelência, o cabo. Ele explica o que representava o cabo no interior. [O cabo] era chamado para sacristão..., juiz de paz.

Então, o soldado no interior era “otoridade”, não era autoridade, não. Era “otoridade”. O soldado destacado no interior era uma autoridade. Os posseiros e todos aqueles que se apossavam, que faziam coisas..., desde que tivessem amizade com o policial..., tinham a autoridade na mão [...]. Se o policial fosse um mau caráter..., um policial venal, para auferir vantagem, [então], faziam questão de ter amizade com o policial. O posseiro, o pistoleiro, ou coisa que o valha. Eles faziam questão de ter o policial. Tratavam o policial muito bem.

Agora, mandavam matar policial também. Aquele policial que não se ajustava ou eles tiravam do destacamento ou pediam o recolhimento. O político tirava e ficava por isso mesmo. O político mandava no interior e manda até hoje. Há cinco tipos de coronéis: O coronel de fazenda; o coronel chefe político; o

coronel de zona, que tinha naquela época; o coronel marajá (o supersalário) e o coronel de título. É o simples título: coronel do Exército, da Polícia, da Aeronáutica, capitão de mar e guerra da Marinha. Então, era essa a situação. O delegado que não se ajustasse ao político, geralmente, não durava muito tempo.

[...]. O PM no interior sofria muita influência política, [tinha] medo de ser recolhido, de ficar sem a residência, de ser deslocado de um lugar.

O policial vira um favelado, sendo transferido de São Francisco para Vitória. Ele pode virar um favelado aqui, em Vitória. Porque ele deixa a família lá. Deixa a casa, deixa criança no colégio..., tem que transferir tudo para cá. Ele chega aqui e vira um favelado (LYRIO, 2018).

O texto destacado permite-nos entender tanto os motivos pelos quais muitos policiais buscavam servir no interior (prestígio profissional, vantagens econômicas, etc.), especialmente na zona contestada, quanto as pressões a que muitos deles se submetiam a fim de impedir uma transferência forçada, por exemplo. Mais do que isso, entendemos que, embora policiais militares e delegados fossem reconhecidas autoridades no interior, existia, de fato, o exercício de um poder que se sobrepunha ao poder legal.

Tratava-se de um poder difuso, arbitrário, às vezes com aparência de legalidade, mas reconhecido por todos: o poder do coronel, fosse ele um fazendeiro ou chefe político. Na verdade, o coronel, líder político local, era muitas coisas ao mesmo tempo: representante do Estado, capitalista, fazendeiro, dono de cartório e empresas, grileiro e benfeitor, entre outras. A polícia servia a ele como garantia de que os crimes de seus jagunços e pistoleiros ficariam impunes. A polícia era indispensável ainda para a obtenção de votos. Segundo Orelly Lyrio,

Havia muitos pistoleiros [na região contestada]. Lá em Paulista, no município de [Ecoporanga], Beatriz

era um dos chefes. Havia um outro de quem esqueci o nome. [...]. Fui de ônibus a Paulista. Quando eu saí, não havia ônibus para voltar. Dormi na casa de um cabo: cabo Rafael. A primeira pessoa que ele me apresentou foi um chefe de bandidos, lá de Paulista.

Existiam os pistoleiros de Barra de São Francisco. [...] A questão fundiária sempre foi motivo para crimes, violência, mandar matar os outros, [...], espantar o vizinho, botar o gado para entrar nas roças do vizinho para o sujeito ir embora e ficar com a terra dele. Muitos posseiros... Tudo ali foi posse, muita gente se apossou de terras na região. Era uma região descontrolada, litigiosa. [...] Eu me lembro que, em Ecoporanga, mandaram matar o Zé da Cruz.⁸ Aquela briga entre os Corsinos. A família Corsino, João Corsino, Zé da Cruz. Cada um tinha que fazer a parte de um lado. Em Barra de São Francisco havia os Lobatos. Os Lobatos mataram um cara: Adalberto de Souza Lima, a tiros, dentro de São Francisco [...] (LYRIO, 2018).

A briga entre os “Corsinos” de que fala Orelly Lyrio torna-se mais significativa quando a analisamos no contexto de luta entre chefes políticos locais. Nesses casos, também era comum o emprego da violência no seio da parentela. João Corsino de Freitas, líder do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) em Ecoporanga, prefeito desse município por duas vezes (1955-1958; 1963-1966) e deputado estadual pelo Espírito Santo, foi acusado por seu primo, Tolentino Xavier Ribeiro, igualmente prefeito de Ecoporanga (1959-1962), de ter um plano para matá-lo e se apoderar da prefeitura do município. Tolentino Xavier disse em *A Gazeta* (24/04/1962, p. 1 e 8) que João Corsino teria contratado um pistoleiro para “fazer o serviço” e que o controle da prefeitura se daria por meio de um

8 José Francisco da Cruz, mais conhecido como José da Cruz, foi líder do Partido Social Democrático (PSD) em Ecoporanga e dirigente da Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Espírito Santo (ALTAES) (DIAS, 1984, 86-87). Seu assassinato se deu em dezembro de 1960 em meio a sua candidatura a prefeito da cidade (SILVA, 2019, p. 72).

vereador eleito para a presidência da câmara.

Além da atuação de pistoleiros contratados para executar crimes de mando, a região contestada serviu de palco a uma organização criminosa responsável por dezenas de homicídios. Segundo Orelly Lyrio, em Baixo Guandu existia

[...] o “Sindicato do Crime”, constituído por policiais militares e civis. A própria morte do major Orlando aqui, em Nova Almeida, foi um consórcio: Polícia Civil do Espírito Santo, Polícia Militar do Espírito Santo, polícia mineira, fazendeiro de Baixo Guandu, maçonaria. Fizeram um consórcio para matar o major. Depois, o “Sindicato do Crime” foi dividido, cobra matando cobra. Foram matando um ao outro, até que Zé Scárdua, que era tenente da polícia, foi morto também ali, na Vila Rubim. Mandaram matá-lo. Zé Scárdua [...] fez uma série de coisas no Norte do Estado. Foi promovido “por ordem”, chegou a tenente. Era uma coisa de “promoções por ordem superior”.

[...]. O major Orlando foi da “Captura” da zona Sul. Fez uma limpeza na zona Sul, em Afonso Cláudio e em Barra de São Francisco, na região do Contestado. O major Orlando foi delegado de Colatina. O deputado Totó, bandido, que mandou matar o cunhado, era contra [o major Orlando]. Depois, com a morte de Reginaldo Paiva, em Baixo Guandu, dividiram o “Sindicato do Crime”. O major Orlando ficou do lado dos Paivas e o Zé Scárdua ficou do outro lado. [...].

Então, foi cobra engolindo cobra. Felizmente, para a sociedade foi uma beleza porque nós ficamos livres do “Sindicato do Crime”. Josélio trouxe os pistoleiros que vieram matar o major Orlando. Os policiais militares mostraram o major Orlando aos três pistolei-

ros. Josélio ficou na ponte de Nova Almeida com um Jipe novo para dar fuga aos pistoleiros.

Depois, prenderam todo mundo. [Josélio] ganhou dinheiro e montou uma fazenda lá em Belém do Pará. Morreu agora. Eles morreram todos aí. Eu trabalhei [durante um ano] com o major Orlando, em Colatina, quando ele foi delegado de polícia. Eu fui mandado a comandar o policiamento de Colatina. Por isso, eu conheci o “Sindicato do Crime” de Baixo Guandu. [...] (LYRIO, 2018).

O coronel Bimbim¹⁰ foi o principal líder dessa organização criminosa. Sua morte provocou o fim do “Sindicato do Crime”. Os desentendimentos começaram, na verdade, com a morte do pistoleiro Neném Maria, assassinado juntamente com dois companheiros do tenente Scárdua. Após a morte do coronel Bimbim, em 1964, o grupo de Scárdua matou o fazendeiro Reginaldo Paiva e o major Orlando, enquanto os sucessores de Reginaldo mataram Scárdua e seus pistoleiros, levando ao fim da “era Bimbim” e do “sindicato” de terror e mortes (MEDEIROS, 2001, p. 10).

Considerações finais

Nosso estudo sobre a violência na região contestada entre o Espírito Santo e Minas Gerais, tendo a história oral como metodologia, revelou estruturas que fogem ao simples entendimento desse tipo de ocorrência como característica inerente à sociedade. De modo algum, tal violência pode ser considerada “normal”. Notamos a existência de um Estado pouco eficiente, sobretudo nos campos social e político que, até o início dos anos 1960, ainda não havia consolida-

9 Totó era o apelido de Sebastião Cypriano do Nascimento, sobrinho do coronel Bimbim. Totó teve seu nome inscrito no rol dos matadores capixabas (MEDEIROS, 2001, p. 9). Elegeu-se prefeito de Afonso Cláudio, ES, e deputado estadual (Ales).

10 Secundino Cypriano da Silva, conhecido como coronel Bimbim, era de Aimorés, MG, onde se elegeu prefeito municipal. Sua área de atuação se estendia por todo o vale do rio Doce e Norte capixaba, onde foi responsável por dezenas de mortes provocadas por questões de terra e disputa política. Segundo Rogério Medeiros (2001, p. 7-8), até mesmo “os mais famosos matadores da região” dependiam do beneplácito do coronel Bimbim para executarem suas vítimas.

do suas divisas territoriais. Nesse contexto, a violência apresentou-se como um fenômeno complexo, em grande medida condicionada pelo envolvimento de agentes públicos em conflitos locais, em particular, por terra e poder político.

É bem verdade que a região contestada vivenciou um quadro de explosão demográfica, especialmente entre 1940 e 1960, atraindo para si milhares de pessoas, entre as quais, encontravam-se trabalhadores de diversas áreas (lavradores, fazendeiros, posseiros, mecânicos, madeireiros, diaristas, lenhadores, profissionais liberais, prestadores de serviços, etc.), além de grileiros, fugitivos da justiça e gente disposta a prestar “serviço” a quem pudesse pagar. Nesse último grupo, em especial, incluíam-se os pistoleiros e jagunços.

Ademais, o conflito jurisdicional entre Minas e Espírito Santo na região dizia respeito também a questões de ordem econômica, passando, necessariamente, pela exploração de recursos naturais em que a madeira da Mata Atlântica ocupava lugar de destaque. Além disso, a região contestada, enquanto fronteira agrícola, configurava-se como uma das mais importantes zonas de produção cafeeira para ambos os estados litigantes, sobretudo por conta dos impostos oriundos dessa produção. Aliás, os incidentes nos postos fiscais de Itabira, Ariranha e Café Ralo caracterizam bem esse tema.

Igualmente, o coronelismo, como fenômeno político, mesmo já metamorfoseado quando comparado com aquele da Primeira República, evidenciava a existência de um Estado com baixa capacidade coercitiva que ainda não detinha o monopólio do uso da força. Nesse contexto, o coronel, com frequência, simbolizava o próprio Estado presente. Não se tratava de um Estado oficial totalmente ausente na região contestada. A Polícia Militar do Espírito Santo, por exemplo, estava lá. Tratava-se, com efeito, de um Estado túbio às voltas com uma disputa territorial que se arrastava desde o alvorecer do século XIX.

Mesmo a Polícia Militar capixaba, braço armado do Estado na localidade, não dispunha dos re-

ursos materiais e humanos necessários para cumprir sua missão: garantir a incolumidade territorial espírito-santense ameaçada pelas pretensões de Minas Gerais e preservar a ordem pública local. Em muitas ocasiões, essa instituição policial precisou pedir automóveis e animais de montaria emprestados à comunidade para deslocamento na região, onde contou também com o apoio de “simpatizantes” para compor diligências e “elucidar” diversos crimes.

É, nesse contexto, portanto, que emerge o fenômeno da violência na região contestada entre o Espírito Santo e Minas Gerais, onde havia condições essenciais para o surgimento e atuação de organizações criminosas, como o “Sindicato do Crime” de Baixo Guandu, por exemplo, além de códigos de justicamento particular. Nessa região, a violência, muitas vezes, chegou ao nível da barbárie, especialmente, contra posseiros e supostos invasores de terra.

Referências bibliográficas

- BERNARDO NETO, Jaime. **Gênese da estrutura agrária do Espírito Santo**: estudo comparativo entre os domínios da pecuária no Extremo Norte e as áreas de pequenas propriedades no Centro-Sul. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Geografia. CCHN. Ufes. 2012. Disponível em: https://repositorio.ufes.br/bitstream/10/3589/1/tese_5643_DISSERTA%C3%87%-C3%83O%20Jaime.pdf. Acesso em: 04 jun. 2023.
- CIVIS exaltados. **A Gazeta**, Vitória, p. 1, 30 de julho de 1957.
- DEMONER, Sônia Maria. **História da Polícia do Espírito Santo, 1835–1985**. Vitória, 1985.
- DIAS, Luzimar Nogueira. **Massacre em Ecoporanga**: lutas camponesas no Espírito Santo. Vitória: Editora Cooperativa dos Jornalistas do Espírito Santo. 1984.
- ESPÍRITO SANTO (Polícia Militar). **Boletim Diário** (nº 178, 1957, p. 945). Vitória, Arquivo Geral do Quartel do Comando Geral da PMES, Maruípe, Vitória – ES.
- _____. **Boletim Diário** (nº 189, 1957, p. 986). Vitória, Arquivo Geral do Quartel do Comando Geral da PMES, Maruípe, Vitória – ES.
- LYRIO, Orelly. **A Polícia Militar do Espírito Santo na região do Contestado**. 2018.
- MEDEIROS, Rogério. Um certo coronel Bimbim. **Século**, Vitória, ES, nº. 21, nov. 2001.
- MURAMATSU, Luiz. Noboru. **Movimento Camponês e Camponês em Movimento** (Estudo histórico da violência na frente pioneira do Noroeste do Espírito Santo: 1950-1960). 2015. 342f. Tese (Dou-

torado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2015.

NEVES, Luiz Guilherme Santos; PACHECO, Renato. **Ecoporanga: da concepção à vida adulta**. Vitória: Brasília Editora LTDA, 1992.

OCORRÊNCIAS na zona litigiosa. **A Gazeta**, Vitória, p. 1, 23 de julho de 1957.

PONTES, Walace Tarcísio. **Conflito agrário e esvaziamento populacional: a disputa do Contestado pelo Espírito Santo e Minas Gerais (1931 – 1970)**. 2007. 177f. Dissertação (Mestrado em história) – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2007. Disponível em: https://repositorio.ufes.br/jspui/bitstream/10/3389/1/Walace_Tarcisio_Pontes.pdf. Acesso em: 06 jun. 2023.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. **Projeto História**, Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, PUC – SP, p. 25 – 39, 1997.

SILVA, Marta Zorzal e. **Espírito Santo: Estado, interesses e poder**. Vitória: FCAA/SPDC, 1995.

SILVA, Edmilton. **As representações da violência na Região do Contestado entre o Espírito Santo e Minas Gerais (1940-1962)**. 2019. 126f. Dissertação (Mestrado em história) - Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufes.br/bitstream/10/10884/1/Disserta%20a7%20a30%20completa%20%28definitiva%29%20-%20Edmilton%20da%20Silva.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2023.

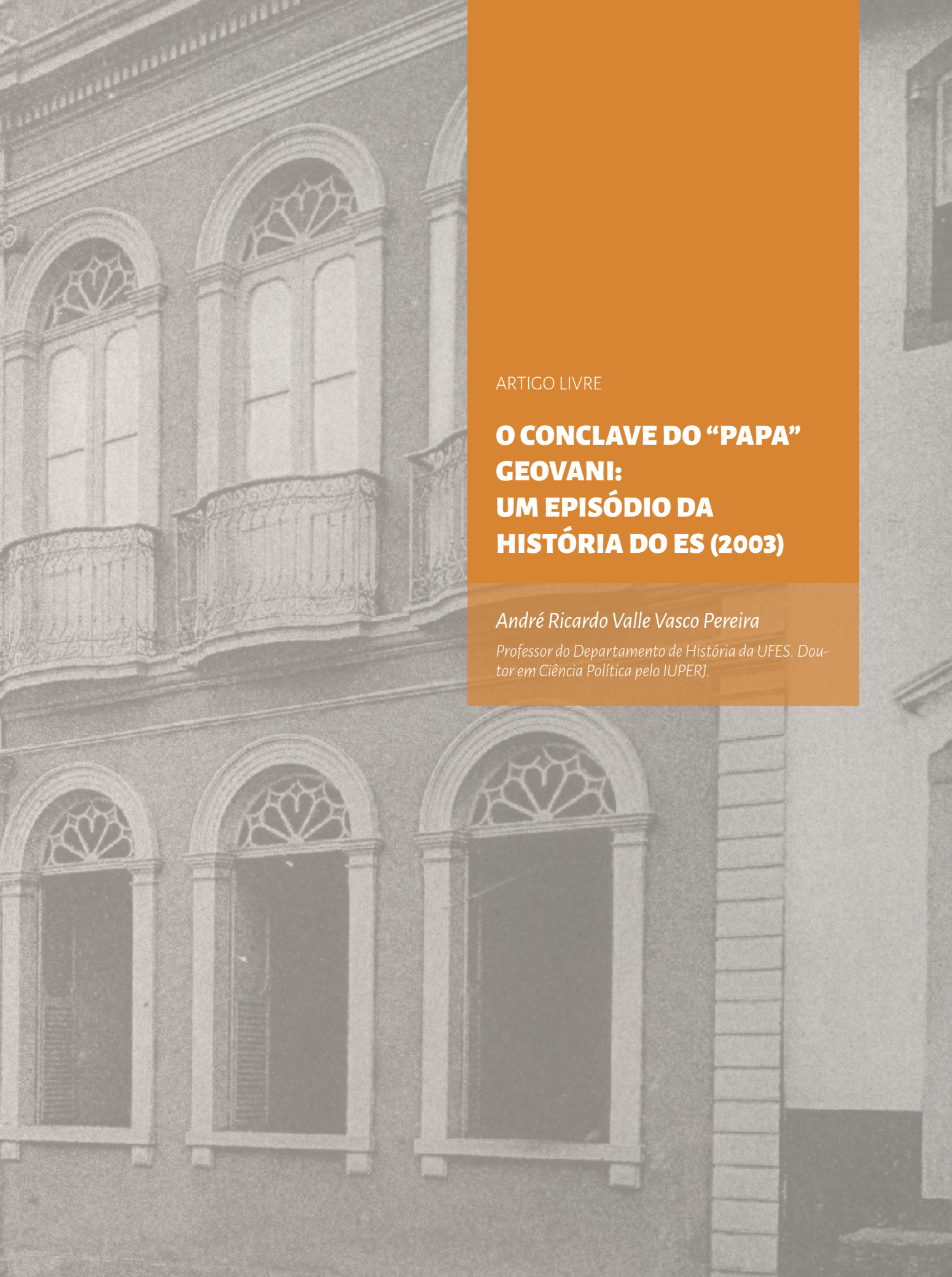
URUBUS rondam os cadáveres em Ecoporanga. **A Gazeta**, Vitória, p. 1 e 8, 24 de abril 1962.

VILAÇA. Adilson. Rápido no gatilho, certo na pontaria, destemido na defesa da lei. **Século**, Vitória, ES, nº. 21, nov. 2001.









ARTIGO LIVRE

**O CONCLAVE DO “PAPA”
GEOVANI:
UM EPISÓDIO DA
HISTÓRIA DO ES (2003)**

André Ricardo Valle Vasco Pereira

Professor do Departamento de História da UFES. Doutor em Ciência Política pelo IUPERJ.

Resumo

Este trabalho trata da eleição do deputado estadual Geovani Silva (PTB) para a presidência da Assembleia Legislativa do Espírito Santo, no início de 2003. Pouco tempo depois, a Justiça anulou o pleito, dando ao governador Paulo Hartung (PSB) uma nova oportunidade para alterar o desenho da coalizão de governo que ele herdou, e que acabou sendo fundamental para explicar o evento. O processo se deu sob a influência do deputado José Carlos Gratz (PFL), que havia assumido a direção do que é chamado aqui de “Partido da Mesa Diretora (PMD)”, ou seja, um grupo autônomo que ocupou o núcleo da coalizão no Parlamento, retirando poder do Chefe do Executivo. Há uma interpretação clássica acerca da capacidade de direção dos governadores (ABRÚCIO, 1998), que não cabia para o ES até então. O evento tem a ver com esta diferença. O modelo que vigia até então concentrou recursos na presidência, que buscava atender aos pleitos dos parlamentares, de forma autônoma com relação ao Executivo. Um mero erro de cálculo deu a Hartung a possibilidade de mudar este aspecto.

Palavras-chave: presidencialismo de coalizão, Espírito Santo, Assembleia Legislativa do Espírito Santo (ALES); Paulo Hartung, José Carlos Gratz.

Abstract

This paper deals with the election of state deputy Geovani Silva (PTB) as Speaker of the Legislative Assembly of Espírito Santo, in early 2003. Shortly afterwards, the State Court of Justice annulled the election, giving Governor Paulo Hartung (PSB) a new opportunity to change the design of the government coalition he inherited, and which ended up being fundamental to explain the event. The process took place under the influence of Deputy José Carlos Gratz (PFL), who had taken over the leadership of what is called here the “Directing Board Party (DBP)”, that is, an autonomous group that occupied the nucleus of the coalition in the Parliament, removing power from the Chief Executive. There is a classic interpretation about the ability of governors to lead the coalition (ABRÚCIO, 1998), which did not fit Espírito Santo case until then. The event has to do with this feature. The model concentrated resources on the presidency, which sought to respond to the demands of parliamentarians, autonomously in relation to the Executive. A mere miscalculation of the DBP gave Hartung the possibility to make a change.

Keywords: coalition presidentialism, state of Espírito Santo (Brazil), Espírito Santo Legislative Assembly, Paulo Hartung, José Carlos Gratz.

Introdução

Há um episódio da história recente capixaba que merece ser revisitado. Em fevereiro de 2003, o então deputado estadual Geovani Silva, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), foi eleito presidente da Assembleia Legislativa do Espírito Santo (ALES). Pouco tempo depois, o ato foi suspenso pela Justiça. Um novo pleito ocorreu, com a vitória da chapa encabeçada por Cláudio Vereza, do Partido dos Trabalhadores (PT). Este evento se insere como parte de um processo maior, que é a formação de coalizões de governo, ou seja, a negociação entre Executivo e Legislativo, envolvendo a ocupação de cargos nas duas instân-

cias e a distribuição de verbas aos deputados, com o objetivo de garantir ao governo uma maioria no Parlamento (ABRANCHES, 2018). O que se segue aqui não é uma narrativa do que houve. A proposta é a de interpretar o que aconteceu com base no conceito de presidencialismo de coalizão.

No Espírito Santo, ao longo dos anos 1990, os governadores perderam a capacidade de instalar o seu partido e/ou seu grupo político pessoal nos cargos principais da ALES. O que emergiu foi um arranjo específico, chamado aqui de “Partido da Mesa Diretora (PMD)” e que tinha como chefe a figura do depu-

tado estadual José Carlos Gratz, do Partido da Frente Liberal (PFL). A concentração de poder nas mãos de Gratz foi enorme e se deu com base na sua capacidade de distribuir recursos aos pares. Em 2002, ele foi reeleito, mas acabou sendo cassado. O vencedor do pleito para ocupar o Palácio Anchieta, sede do Executivo, foi Paulo Hartung, do Partido Socialista Brasileiro (PSB). Gratz e seus aliados foram inseridos na imagem, muito explorada por Hartung, de membros do "crime organizado" ou epítetos assemelhados. Eles estavam fora do seu espaço de preferência para dirigir a ALES. Assim, foi iniciado um processo de negociações para que o governo pudesse eliminar o PMD e ocupar o núcleo da coalizão de governo na ALES com apoiadores. Ocorre, porém, que ele foi derrotado. Gratz e seus aliados atuaram nos bastidores, obtendo uma votação expressiva para o deputado novato Geovani Silva.

Um detalhe deste processo foi o fato de que alguns parlamentares haviam sido afastados e, por conta disso, não poderiam participar da eleição. Entretanto, apesar de Gratz ter renunciado ao cargo, ele contou com o apoio do então diretor-geral da Casa, André Nogueira, para fechar as portas que davam acesso ao plenário e, com isso, impedir a entrada de oficiais de Justiça, que traziam a ordem de afastamento. Uma conversa por telefone entre os dois foi gravada e, posteriormente, divulgada. A cobertura do diálogo foi a seguinte:

A comemoração é entre André Nogueira e Gratz. "Nós ganhamos por minutos, porque, quando começou a votação [...] chegaram os oficiais de Justiça. O plenário é o quê? Inviolável, não é?", indagou Nogueira. Em resposta, Gratz relatou: "É verdade". [...] Durante a conversa com Gratz, Nogueira comparou a Assembleia ao Vaticano. "Não é isso? Não é igual ao Vaticano território lá, nosso? Tranquei tudo. Coloquei dois seguranças em cada porta", declarou Nogueira (GARCIA; AMORIM, 2003).

O acordo que levou à vitória do grupo foi reche-

ado de reuniões secretas, nas quais seus membros não trouxeram dados aos meios de comunicação. No dia, em si, a principal autoridade burocrática da ALES trancou os eleitores no plenário e fez a analogia com a forma como os papas são escolhidos. A capela Sistina é fechada "com chave", de onde vem o termo conclave. A maioria estava formada e os votos foram contados. Gratz deteve um poder que poderia ser comparado ao do Sumo Pontífice do catolicismo. O seu sucessor, porém, seria mais um papa entre aspas, não só pelo fato de que uma eminência parda teria ali influência, como porque o PMD, neste episódio, demonstrava sua continuidade. A questão analítica aqui é a ideia de que o desenho de coalizão estaria sendo mantido, impondo derrotas ao chefe do Executivo.

A denúncia de que o "conclave" teria sido ilegal levou, contudo, à sua suspensão pela Justiça. Diante da grave derrota sofrida, Hartung iniciou novas rodadas de negociação, que não podiam ignorar os eleitores de Geovani. Outro pleito foi realizado, com a vitória de Vereza. A partir dali, mecanismos que sustentavam o funcionamento do PMD foram desfeitos. A dinâmica que se instaurou levou a uma nova forma de funcionamento da coalizão. Neste trabalho, o que está em questão é tomar um evento para mergulhar nos processos políticos.

Há uma interpretação clássica (ABRÚCIO, 1998), segundo a qual os governadores brasileiros possuem enorme capacidade para controlar a agenda do Legislativo. Não foi este o caso do Espírito Santo (PEREIRA, 2014). Ao estudar este assunto, a questão não é tanto a de verificar se o Executivo vencia ou não as votações, mas de perceber quem controlava a agenda e qual o custo do seu apoio. Na metade do mandato de Vítor Buaiz (1995/98) e ao longo do de José Ignácio (1999/2002), o trâmite das matérias estava sob a batuta de Gratz. Hartung esteve muito perto de, ao início de seu primeiro mandato, ter que lidar com um presidente da ALES guiado pelo ex-deputado e/ou pelo seu grupo de aliados (o PMD). Um erro de cálculo destes levou à anulação da primeira Mesa. Foi um

lance de “sorte” para o governador. Tendo aprendido a lição, ele alterou sua posição no jogo e conseguiu, ao longo de um processo que teve várias etapas, atingir o nível de poder que Abrúcio preconiza. Ou seja, não foi algo da “natureza” da política estadual, mas uma mudança que precisou levar em conta as bases do surgimento do PMD e seu maior segredo: a distribuição interna de recursos da ALES, o que passou a ser desfeito pelo novo presidente. De maneira adicional, legisladores ligados ao PMD foram colocados “nas cordas”, quer dizer, em posição defensiva. Para tanto, foi necessário tomar medidas específicas, contando com o apoio de atores externos ao Parlamento.

Hartung passou à história como o governador mais poderoso do Espírito Santo, a ponto de ter recebido apelidos como o de “Imperador”. O evento aqui discutido foi fundamental para que ele chegasse a este estágio. Em termos do debate sobre o presidencialismo de coalizão, o que se pretende destacar aqui é que ele pode ter várias formas de funcionamento. Uma delas é a ocupação do núcleo da coalizão por forças autônomas com relação ao Chefe do Executivo, impondo altos custos para que ele possa controlar a agenda. Algo parecido se estabeleceu no Congresso Nacional a partir da metade do mandato de Jair Bolsonaro e se mantém no início do terceiro governo de Lula. O que se deu no Espírito Santo pode servir de aprendizado ao que tem sido visto como a crescente dificuldade de governar imposta por outro grupo autônomo, desta vez chamado de “Centrão”.

O que o ES pode ensinar ao Brasil

Estudos recentes sobre o presidencialismo de coalizão no plano federal brasileiro têm chamado a atenção para suas crescentes dificuldades. A questão mais importante é de compreender o arranjo confeccionado, como fazem, para o Congresso Nacional, Fabiano Santos e Thomas Trautman, que estão entre os raros analistas que apontam com precisão os operadores da coalizão:

a presidência da Câmara sob o comando do deputado Arthur Lira, do PP de Alagoas, derrubou o veto presidencial sobre a criação das emendas de relator, fórmula pela qual o Congresso passa a determinar a execução de emendas do orçamento de forma impositiva. Essas emendas são distribuídas sob controle direto dos presidentes da Câmara e do Senado, ampliando o poder do Legislativo na definição de políticas públicas e execução de obras. Batizado de orçamento secreto (SANTOS; TRAUTMAN, 2022, p. 132-133)

Muitos trabalhos lidam com o orçamento secreto de forma imprecisa ou destacam a figura do relator-geral do orçamento, sem associá-lo a um posto na coalizão. De um lado, os presidentes das Mesas; no meio, o relator; no Executivo, outro braço:

Com a edição do decreto presidencial 10.937, de 23 de janeiro de 2022, ficou estabelecido que qualquer decisão do Ministério da Economia sobre créditos especiais, créditos extraordinários, remanejamento ou transferência de dotação orçamentária passasse a ser ‘condicionada à manifestação prévia favorável do ministro de Estado chefe da Casa Civil da presidência da República’ (SANTOS; TRAUTMAN, 2022, p.133).

A pessoa em questão era o Ministro-Chefe da Casa Civil, senador licenciado e presidente nacional do PP, Ciro Nogueira. Na linguagem que está sendo usada aqui, o Centrão ocupou o núcleo da coalizão, de forma autônoma com relação ao Chefe do Executivo. Várias ações foram tomadas no sentido de prover recursos aos parlamentares que aderissem à Situação. Uma delas foi o Fundo Eleitoral de R\$ 4,9 bilhões para 2022. Outra foi o chamado orçamento secreto. As emendas parlamentares (em 2015) e de bancada (em 2019) já haviam sido instituídas como “impositivas”. Só que o orçamento de 2022 teve “R\$ 66,1 bilhões de recursos disponíveis para alocação diretamente pelo Parlamento sem qualquer interferência ou participação do Poder Executivo. Esse valor é superior a todos os investimentos programados para o exercício, que

foi de R\$ 44 bilhões" (RIBEIRO, 2022, p. 8). O mesmo autor chama a atenção para as chamadas emendas "pix", criadas em 2019. Elas permitem a:

transferência dos valores correspondentes às emendas individuais destinadas a estados, DF e municípios sem a formalização de convênios ou instrumentos congêneres, e sem qualquer vinculação a projeto ou atividade assemelhando-se a uma verdadeira doação, pois tais recursos passam a pertencer ao beneficiário no ato da transferência (RIBEIRO, 2022, p. 10).

Na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2019, válida para 2020, o relator-geral pode criar emendas com identificadores de Resultado Primário 9 (RP-9). Estas é que passaram a ser conhecidas como "orçamento secreto". Este mecanismo permite que o relator receba dos parlamentares indicações informais, que ficam escondidas no identificador genérico RP-9. As emendas individuais e as de bancada são, teoricamente, "impositivas". Isto faria com que o custo de se colocar na Oposição diminuísse. Na verdade, porém, há formas para manipular o pagamento das mesmas, como, digamos, por meio dos contingenciamentos, ou das exigências legais para a liberação de recursos (BASSI, 2023). No modelo atual, as RP-9 deram ao grupo que controla o Congresso, que poderia ser chamado de Partido das Mesas Diretoras, por comparação com o estudo aqui feito, a capacidade de criar uma conta que atenda a colegas selecionados, de forma não transparente, o que fica impossibilitado no caso das emendas "impositivas":

Ao mesmo tempo, as transferências sem convênios, nas quais estados ou municípios não precisam dar contrapartida, operadas pelos órgãos federais, também são formas discricionárias que podem atender aos membros da Situação por fora das emendas "impositivas". O mesmo vale para os Termos de Fomento, direcionados a organizações da sociedade civil. Ora, "emendas pix" e "emendas RP-9" são novidades introduzidas no início do governo Bolsonaro. Porém, apenas na sua segunda parte, quando o presidente negociou com o Centrão uma coalizão na qual

este ocupou o núcleo, é que tais mecanismos passaram, de fato, a permitir que seus operadores agissem em dois estágios: elaboração e execução da peça orçamentária por meio de negociações informais com o Executivo em troca de aprovação da agenda no Legislativo. A ligação entre o Legislativo e o Executivo ficou institucionalizada da seguinte forma:

os ministérios elaboram os levantamentos sobre suas necessidades e repassam à Casa Civil, chefiada por um senador pertencente ao Centrão. Por outro lado, a Secretaria de Governo do Congresso, que articula a relação com o governo, tem lugar na comissão de técnicos de assessoramento da Junta de Execução Orçamentária do Ministério da Casa Civil e da Economia (RIBEIRO, 2021, p. 72-73).

O que isso mostra é que há desenhos nos quais o Chefe do Executivo não consegue inserir seu partido e/ou seu grupo político no núcleo da coalizão. Este se autonomiza e busca acessar recursos para redistribuí-los aos pares, de forma a manter o controle da agenda. É comum que a imprensa e atores políticos interpretem este fenômeno como ação de "corruptos". Esta postura, contudo, não dá conta de um problema inerente ao presidencialismo de coalizão. O estudo do "conclave" de 2003 abre portas para entender como um grupo autônomo ocupa e perde o controle do núcleo. Seu segredo fundamental é o acesso a recursos para redistribuição aos parlamentares. Se eles forem monopolizados pelo governo, os termos clássicos se impõem, ou seja, o Legislativo negocia cargos no Executivo e liberação de verbas pelo Executivo. Assim, o caso capixaba pode ajudar a discutir a questão no plano nacional. Para tanto, o texto passa a explorar justamente o problema do desenho

Desenhando a coalizão

A lógica de funcionamento do presidencialismo de coalizão em um país com sistema multipartidário

altamente fragmentado, que é o caso Brasil, passa pela solução do problema básico em arenas coletivas, que é o de coordenar a ação coletiva. Os partidos, em geral, não são capazes de fazer isso (ou de fazer a contento). Desta forma, o jogo pode ser analisado, da forma mais simplificada possível, do ponto de vista de uma interação entre um bloco de Situação e um bloco de Oposição. A formação da coalizão de governo, por meio da distribuição de cargos, verbas e, possivelmente, recursos ilegais (sempre mais difíceis de traçar) promove a aglutinação dos que aderem ao Executivo. Os que ficam na Oposição se beneficiam da sinalização aos setores do eleitorado que sempre estão insatisfeitos com os governos ou são por eles prejudicados. Há parlamentares que se apresentam ou são considerados “independentes”. Há outros eufemismos do tipo. Do ponto de vista da estratégia do jogo, são atores que buscam se colocar na posição de pivôs, ou seja, negociar seu apoio apontando para a possibilidade de votar com a Oposição. Neste sentido, não se trata de pensar em termos de Situação x Independentes x Oposição. Os “independentes” só existem porque o Executivo diminui os custos de decisão dos que aderem (Situação), criando, com isso, o espaço informacional para a Oposição e a dinâmica desta interação é que permite a busca pela posição de pivô. Dependendo do nível de sucesso do Executivo, ele pode ser capaz de aumentar muito os custos de aderir à Oposição e, desta forma, de ampliar ou não o espaço para o que pensam em buscar a posição de pivô. Há, portanto, uma diferença entre o que os atores dizem e como se pode interpretar o seu comportamento em termos estratégicos.

Na formação da coalizão de governo, a Situação tende a possuir um núcleo, em geral formado pelo partido do Chefe do Executivo, ladeado pelos aliados na eleição. Como, no Brasil, devido à alta dispersão partidária, o núcleo quase nunca forma maioria, o Chefe do Executivo busca negociar com os outros líderes partidários a sua incorporação na coalizão. A lógica seria: Partido do Chefe do Executivo > Partidos aliados na eleição > Partidos aderentes à Situação.

A Oposição depende do espaço informacional e os Independentes buscam se posicionar como pivôs. Estes, muitas vezes, acabam sendo incorporados à margem da Situação ou ficam flutuando.

No caso do Espírito Santo, o que prevalece é um arranjo Oligárquico Competitivo e não Poliárquico (DAHL, 2005). A base fundamental é a dispersão do eleitorado pelo território em unidades com pouca relevância numérica em si. Ou seja, o eleitorado de certa cidade não é capaz de decidir uma eleição para o governo do Estado. Em cada município ou microrregião tendem a existir grupos oligárquicos que disputam o poder local e demandam Transferências Concentradas de Recursos (TCR) invés de Transferências Difusas de Recursos (TDR) ou políticas em geral, por meio de mecanismos de Regulação Difusa (RD) (SANTOS, 1995). Os deputados estaduais buscam ocupar o papel de mediadores entre o poder local e o governo do Estado. Tendo em vista a alta dependência do poder local com relação a tais TCRs, há uma tendência dos parlamentares em aderirem ao Executivo. É neste ponto, contudo, que se inserem a variável do “peso” das agendas. Se o Executivo dispuser de recursos escassos e buscar a aprovação de uma agenda “pesada” no Parlamento, o espaço informacional para a Oposição cresce bastante. Neste caso, surge a oportunidade estratégica para que um grupo informal se posicione como pivô, cobrando um prêmio muito alto pela sua adesão ao governo. Esta é a origem do que foi chamado de “Partido da Mesa Diretora” (PEREIRA, 2014).

O Partido da Mesa Diretora (PMD)

O PMD surgiu de uma articulação entre parlamentares experientes, que acabou sendo submetida à direção de um ator que possuía recursos pessoais extraparlamentares, que foi José Carlos Gratz. O posicionamento estratégico obtido permitiu o controle concentrado da máquina do Legislativo na figura do presidente; o acesso a recursos do Executivo, também mediados por ele; o acesso a eventuais meios

de origem desconhecida que possam ter sido usados para manter o grupo coeso. A Assembleia dispunha de cargos comissionados, meios materiais (automóveis, verbas variadas de gabinete, etc.) e valores para patrocínio de entidades, que foram desviados para outros propósitos. Só aí foi possível atender aos interesses de muitos legisladores. Não é impossível que o Executivo tenha usado, também, meios sob seu domínio (cargos e verbas) para atrair os parlamentares ao bloco da Situação, mas é fato que o PMD teve a capacidade de fazer a mesma coisa com grau bastante elevado de autonomia.

Ao final do mandato de José Ignácio Ferreira, os escândalos de corrupção que surgiram tiveram como resultado a criação de uma Força Tarefa que, entre outras coisas, obteve provas usadas contra Gratz, de forma a cassar seu novo mandato antes da posse em 2003. Ao ser excluído da legislatura, é possível que Hartung tenha considerado que o alto grau de concentração de poder na figura do deputado tivesse sido extinto. Independentemente do que se passou, o esquema montado pelo PMD continuou em funcionamento. Parlamentares reeleitos e alguns novatos se articularam com o objetivo de lançar uma candidatura à presidência da Casa em posição de independência com relação ao governador. Ou seja, o objetivo era o de manter a posição do PMD sem a presença direta de Gratz. É difícil dizer quanto da influência direta deste esteve presente no processo. O fato é que o nome escolhido foi o de um deputado inexperiente, ex-jogador de futebol, Geovani Silva. Foi possível angariar o número suficiente de votos para que ele vencesse o pleito. A Força Tarefa, contudo, fez gravações que foram usadas para expor publicamente as articulações. Este aspecto pode ter sido decisivo para que a Justiça cancelasse a eleição.

Raciocínios contrafatuais são perigosos, mas é válido considerar o que teria acontecido se Geovani tivesse permanecido como presidente da Assembleia. No caso hipotético de uma influência indireta de Gratz, a inexperiência dele poderia ter sido compensada. E havia a possibilidade de que os reeleitos

que faziam parte do PMD assumissem o papel de orientação. Algumas posições-chave na máquina do Legislativo poderiam ter permanecido nas mãos de antigos operadores do PMD, de forma que Hartung ficasse na impossibilidade de desconstituir o grupo e se transformar no líder da coalizão.

Hartung como líder partidário e a ocupação do núcleo da coalizão

A princípio, de acordo com o modelo citado aqui, o Chefe do Executivo insere o seu partido no núcleo da coalizão. Este processo, contudo, pode apresentar variações empíricas. Há lideranças que não controlam os seus partidos. Há partidos altamente facciosos. Há lideranças que preferem distribuir seus aliados em diferentes legendas. Assim, alguns desenhos de coalizão podem ter a ver com tais características. Por esta razão, é conveniente observar que Hartung foi prefeito de Vitória (1993/96). Na época, seu grupo estava concentrado no PSDB. Em 1999, porém, ele resolveu deixar o PSDB e ingressar no Partido Popular Socialista (PPS). O movimento se deu por conta do controle exercido por José Ignácio na legenda. O prefeito de Vitória, Luiz Paulo, resolveu não seguir o mesmo caminho e permaneceu no PSDB. Com isso, membros do grupo se dividiram entre as duas agremiações e mais o Partido Democrático Trabalhista (PDT). Contudo, nas negociações para se lançar ao governo do estado em 2002, Hartung optou por ingressar no Partido Socialista Brasileiro (PSB), levando consigo o deputado estadual Lelo Coimbra, de seu grupo, que saiu do PDT. O PSB era comandado pelo então secretário de Meio Ambiente da Serra, Renato Casagrande. Outros aliados de Hartung permaneceram no PSB, no PPS (como o então vereador licenciado de Vitória, César Colnago) e até no Partido Social Cristão (PSC). Ou seja, a estratégia era a de pulverizar aliados pelas legendas. O PSB lançou a candidatura de Hartung ao governo e o então deputado federal pelo PTB, Max Mauro, também se apresentou ao Palácio Anchieta.

Alguns atores optam pela dispersão de lideranças por várias agremiações, como é o caso dos evangélicos e foi o caminho do grupo de Hartung. No final, ele foi eleito ao governo tendo seu aliado Lelo Coimbra como vice, os dois do PSB, e mais dois companheiros na Assembleia: César Colnago e Anselmo Tose, ambos filiados ao PPS. Na Prefeitura de Vitória ficaram os aliados mais importantes do PSDB. Qual foi o resultado disso para a discussão que está sendo feita aqui? O PSB não era controlado por Hartung. Este partido elegeu dois parlamentares: Paulo Foletto e Janete de Sá, ambos com trajetórias próprias. O PSDB tinha mais dois: Mariazinha Vellozo Lucas e Rudinho de Souza. A primeira, apesar de ser mãe do prefeito de Vitória, possuía perfil de independência com relação a Hartung. Rudinho era filho de Valci Ferreira, conselheiro do Tribunal de Contas e membro original do grupo que gestou o PMD. E o PPS tinha os dois citados. Ou seja, Hartung só poderia contar mesmo com estes, uma base ínfima de 7% do plenário. De qualquer forma, mesmo os 6 citados dariam só 20% do total.

Os cenários em jogo para Hartung

O que está em questão aqui é o fato de que Hartung não estava em condições de localizar o seu partido/grupo político no núcleo de uma coalizão que ele precisaria montar. Isto remete, então, aos aliados no pleito. Observando o desenho final do plenário, conforme apresentado abaixo, é possível perceber que, dos eleitos, tendo em vista o comportamento

N	Parlamentar	Partido	Apoio na eleição
1	HERALDO MUSSO	PPB	Isolado
2	REGINALDO DE ALMEIDA	PPB	Isolado
3	GILSON AMARO	PPB	Isolado
4	FÁTIMA COUZI	PPB	Isolado
5	JOSÉ ESMERALDO	PFL	Isolado
6	GILSON GOMES	PFL	Isolado
7	JOSE RAMOS	PFL	Isolado
8	MARCOS GAZZANI	PGT	Isolado
9	JOSE TASSO	PTC	Isolado
10	SUELI VIDIGAL	PDT	Max Mauro
11	CABO ELSON	PDT	Max Mauro
12	MARCELO SANTOS	PTB	Max Mauro
13	EUCLERIO SAMPAIO	PTB	Max Mauro
14	GEOVANI SILVA	PTB	Max Mauro
15	CARLOS CASTEGLIONE	PT	Max Mauro (informal)
16	HELDER SALOMÃO	PT	Max Mauro (informal)
17	CLAUDIO VEREZA	PT	Max Mauro (informal)
18	BRICE BRAGATO	PT	Max Mauro (informal)
19	CLÁUDIO THIAGO	PL	Max Mauro (informal)
20	ROBSON VAILLANT	PL	Max Mauro (informal)
21	EDSON VARGAS	PMN	Max Mauro (informal)
22	DÉLIO IGLESIAS	PSC	Hartung
23	PAULO FOLETTO	PSB	Paulo Hartung
24	JANETE DE SÁ	PSB	Paulo Hartung
25	LUIZ CARLOS MOREIRA	PMDB	Paulo Hartung (informal)
26	SÉRGIO BORGES	PMDB	Paulo Hartung (informal)
27	MARIAZINHA VELLOZO LUCAS	PSDB	Paulo Hartung (informal)
28	RUDINHO DE SOUZA	PSDB	Paulo Hartung (informal)
29	ANSELMO TOSE	PPS	Paulo Hartung (informal)
30	CÉSAR COLNAGO	PPS	Paulo Hartung (informal)

de seus partidos e ou coligações, três grandes grupos poderiam ser considerados. Alguns partidos/coligações apoiaram abertamente as candidaturas de Hartung ou de Max Mauro (PTB). Outros se alinharam a eles de maneira informal. E houve os que, mesmo tendo lançado candidatos ao governo ou Senado, estavam, na verdade, se posicionando de

forma isolada com relação aos cargos principais¹.

Os três grupos seriam: apoio formal ou informal a Max Mauro, com 12 nomes (40% do Casa), 9 ao lado de Hartung (30%) e 9 isolados (30%). Ocorre, porém, que a dinâmica eleitoral não correspondeu ao processo de formação da coalizão. Dos 9 "hartunguistas", só dois poderiam ser considerados fiéis a ele. Uma reorganização da tabela pelo critério da classificação ideológica, combinada com o apoio na eleição, vem abaixo:

N	Parlamentar	Partido	Apoio na eleição
1	HERALDO MUSSO	Direita	Isolado
2	REGINALDO DE ALMEIDA	Direita	Isolado
3	GILSON AMARO	Direita	Isolado
4	FÁTIMA COUZI	Direita	Isolado
5	JOSÉ ESMERALDO	Direita	Isolado
6	GILSON GOMES	Direita	Isolado
7	JOSE RAMOS	Direita	Isolado
8	MARCOS GAZZANI	Direita	Isolado
9	JOSE TASSO	Direita	Isolado
10	RUDINHO DE SOUZA	Direita	Paulo Hartung (informal)
11	DÉLIO IGLESIAS	Direita	Hartung
12	CABO ELSON	Centro-direita	Max Mauro
13	GEOVANI SILVA	Centro-direita	Max Mauro
14	ROBSON VAILLANT	Centro-direita	Max Mauro
15	MARCELO SANTOS	Centro	Max Mauro
16	EUCLERIO SAMPAIO	Centro	Max Mauro
17	CLÁUDIO THIAGO	Centro	Max Mauro (informal)
18	LUIZ CARLOS MOREIRA	Centro	Paulo Hartung (informal)
19	SÉRGIO BORGES	Centro	Paulo Hartung (informal)
20	EDSON VARGAS	Centro	Max Mauro (informal)
21	MARIAZINHA VELLOZO LUCAS	Centro	Paulo Hartung (informal)
22	SUELI VIDIGAL	Centro-esquerda	Max Mauro
23	CARLOS CASTEGLIONE	Centro-esquerda	Max Mauro (informal)
24	HELDER SALOMÃO	Centro-esquerda	Max Mauro (informal)
25	CLAUDIO VEREZA	Centro-esquerda	Max Mauro (informal)
26	PAULO FOLETTO	Centro-esquerda	Paulo Hartung
27	JANETE DE SÁ	Centro-esquerda	Paulo Hartung
28	ANSELMO TOSE	Centro-esquerda	Paulo Hartung
29	CÉSAR COLNAGO	Centro-esquerda	Paulo Hartung
30	BRICE BRAGATO	Esquerda	Max Mauro (informal)

Da direita para a esquerda, a distribuição foi a seguinte: 11 (36,7% do plenário) à direita, 3 (10%) de centro-direita, 7 (23,3%) de centro, 8 (26,7%) de centro-esquerda e uma (3,3%) de esquerda. 46,7% iam do centro-direita à direita. Destes 14, nove disputaram o pleito sem vinculação com candidaturas competitivas ao governo. Um esteve formalmente com Hartung, e outro esteve informalmente com ele, mas, na prática, também seguiu isolado. Três estiveram com Mauro. Ou seja, era o maior grupo da Casa e bastante pragmático, priorizando suas carreiras. A seguir, o centro tinha 23,3%. Destes 7, quatro ficaram com Hartung e três,

¹ As tabelas que se seguem são de elaboração própria e/ou reaproveitadas de PEREIRA (2014).

com Mauro. A postura oposicionista deste deveria indicar, teoricamente, um afastamento com relação ao governo, mas as filiações dos parlamentares na eleição tiveram mais a ver com o uso estratégico de um ou outro candidato para buscar o “efeito cauda” no pleito. Dos 30% restantes (9 nomes) eram de centro-esquerda ou de esquerda. Era o grupo mais comprometido com políticas, com 5 para Mauro e 4 para Hartung nas urnas. Pela lógica aqui apresentada, o bloco de centro-direita/direita teria prevalência para negociar com o governador. O centro poderia usar a posição de pivô, decidindo para onde a maioria iria: 53,3% do centro até a esquerda ou 70% do centro até a direita. É claro que isso dependeria da capacidade dos blocos de se manterem unidos, o que é estruturalmente difícil para os legisladores no Brasil.

Ocorre que a barganha tinha uma limitação. A preferência de Hartung (e de Mauro, mesmo na oposição) ia do centro até a esquerda. O centro-direita estava no espaço de indiferença do governador. Mas a direita estava fora de sua preferência, devido à sua vinculação com o que foi genericamente chamado de “crime organizado” e que, na discussão aqui presente tinha a ver com sua participação no PMD. De forma mais específica, o ponto era o seguinte: o núcleo da coalizão não poderia ser formado por apenas dois deputados. Os companheiros da aliança eleitoral também não poderiam ocupar tal posição, pois ela era muito heterogênea e distante ou autônoma com relação a Hartung. Restava atrair os que apoiaram Mauro. Neste grupo, o destaque ficava com o PT, que dispunha de quatro nomes e havia conquistado a Presidência da República. Hartung precisaria de um diálogo privilegiado com o governo federal. Além do PT, havia pessoas aliadas a prefeitos da Grande Vitória (GV), que sempre dependiam do Executivo estadual. Era o caso de Sueli Vidigal e do Cabo Elson, ligados ao prefeito da Serra; Marcelo Santos, ao prefeito de Cariacica e Mariazinha Vellozo Lucas, mãe do dirigente da capital. Estes 8 mais os 2 hartunguistas do PPS, os dois do partido de Hartung (PSB) formavam um núcleo de 12, que poderia atrair os que es-

tavam no espaço de indiferença do governador, que seriam mais cinco, chegando a um grupo de 17, um a mais que a maioria simples. A classificação acima tem alguns problemas, pois Luiz Carlos Moreira e Sérgio Borges entraram como centro devido à vinculação partidária com o PMDB. Na prática, eram ligados ao PMD, estando na área de exclusão para formar o núcleo. Então, 13 parlamentares, onze de direita e mais os dois citados agora, formariam uma Oposição ou seriam forçados a aderir à coalizão como periferia, com menores benefícios. Quer dizer: um núcleo de 12, com cinco adesistas e 13 que seriam forçados a seguir ou ficar na Oposição.

Um núcleo de coalizão com 12 legisladores, com quatro do PT, dois do PDT, dois do PSB, dois do PPS, uma do PSDB e um do PMDB representariam um grau alto de dispersão. A Mesa dispunha de três cargos importantes (Presidente, Primeiro e Segundo Secretários). Além deles, a presidência da comissão de Constituição e Justiça e a de Finanças. E a liderança do governo. Ou seja, 6 postos capazes de controlar o trâmite. Era muita gente para poucos cargos relevantes. É claro que posições o Executivo poderiam ser usadas para compensar. De qualquer forma, o que está sendo dito aqui apenas como exercício mental é que Hartung não dispunha de um grupo fiel a ele, suficientemente grande para ocupar o núcleo, obter os postos mais importantes para dirigir o Parlamento e, com isso, impedir o descontentamento dos restantes. No interior deste núcleo teórico, a dispersão de forças era muito grande. E, dado que o PT dispunha não só do maior número, como de maior unidade interna e a vantagem estratégica do governo federal, esta bancada se posicionou para comandar o núcleo da coalizão, exigindo o cargo de Presidente para Cláudio Vereza. Mais ainda, optou por negociar com Hartung e não com os pares. Quer dizer, os cinco aderentes teóricos ao núcleo não teriam como disputar os cinco cargos importantes que sobravam depois do de Presidente, pois eram cinco para 8 pessoas. A única solução seria a oferta de posições no Executivo. A alta dispersão tornaria a barganha custosa ao Executivo.

Eleição	% CEST	% CNE
1986	70	30
1990	70	30
1994	90	10
1998	90	10
2002	83	17

O que foi dito até aqui, porém, ignora um ponto fundamental: o cargo mais importante da ALES era o de Presidente, não só pelo controle do trâmite, mas por conta do uso da máquina do Parlamento: cargos e verbas. O PMD havia se transformado em núcleo das coalizões anteriores por conta deste fator. O Presidente (Gratz) atendia aos interesses dos pares com recursos internos ao Palácio Domingos Martins e com a mediação de acesso aos recursos externos, do Executivo. Isto era possível pela concentração de poder nas mãos de uma pessoa, que conseguia atrair a maior parte dos restantes, reduzindo a Oposição a um grupo mínimo. E aí cabe a compreensão de que os deputados estaduais do ES representam, em geral, bases eleitorais restritas, que são demandantes de TCRs. Se eles conseguirem os meios para manter a fidelidade de seus eleitores, basta que consigam ocupar as posições superiores nas listas dos partidos/coligações para que sejam eleitos. Um dos instrumentos para isso, que acabou sendo revelado durante o mandato de Hartung, foi o desvio de verbas para entidades associativas, que seria conhecido como “mensalão capixaba”. O caráter escandaloso do evento desviou a atenção para o fato de que, durante a vigência do PMD, meios materiais da ALES podiam e foram usados pelos parlamentares de acordo com os seus interesses. No exemplo em tela, verbas da Casa, que seriam destinadas ao patrocínio de entidades assistenciais, foram desviadas, de acordo com a denúncia feita, para uso privado dos legisladores. O “enriquecimento ilícito” eclipsou o fato de que havia uma prática de usar o orçamento da Casa para fins definidos pelos seus membros. A questão principal não chega nem a ser o desvio ilegal, mas o fato de que o “mensalão capixaba” mostrou um dos possí-

Cest	N	%
Deputado Estadual	9	36
Candidatura	7	28
Vereador	4	16
Parente	3	12
Secretário Municipal	1	4
Conselheira do TCE	1	4

veis usos. Cargos de gabinete e em toda a estrutura da ALES eram valiosos para sustentar cabos eleitorais e fechar alianças com lideranças locais. Emendas orçamentárias executadas, como resultado pressão exercida sobre o Executivo, pesavam. Verbas legais e ilegais dirigidas às bases tinham grande valor. Até mesmo as verbas desviadas poderiam ser usadas não para o enriquecimento pessoal, mas para conquistar apoios e votos.

Padrões de carreira e Transferência Concentrada de Recursos (TCR)

É usada aqui uma classificação da carreira dos deputados estaduais (PEREIRA, 2014) com base nos termos: Carreira Estatal (CEST) e Carreira Não Estatal (CNE). A primeira indica o uso, por parte de quem foi eleito, de recursos públicos. Se uma pessoa era vereadora antes de sua eleição à ALES, ela foi considerada como tendo uma trajetória CEST. Se, antes do pleito, era, digamos, dirigente de um Sindicato, foi classificada como CNE. A maioria dos parlamentares estaduais estudados nos anos 1990 têm carreira CEST (PEREIRA, 2014). O mesmo raciocínio vale para o ES. Abaixo segue uma tabela que mostra os resultados para a ALES. Vale notar que a cassação de Gratz e sua substituição por Sérgio Borges (PMDB) não afeta os resultados apresentados a seguir:

A Carreira Estatal prevalece, variando de 70 a 90%. Ou seja, o plenário era formado por pessoas que haviam, anteriormente, lidado com recursos públicos e/ou com formas de apresentação e disputa do voto popular. Dos eleitos em 2002, apenas 5 de 30

Classe	% 90	% 94	% 98	% 02
Interior	60,0	53,3	56,7	30,0
CV	33,3	40,0	23,3	60,0
Misto	6,7	6,7	20,0	10,0
Totais	100,0	100,0	100,0	100,0

foram inseridos no indicador CNE: Euclério Sampaio (PTB), Geovani Silva (PTB), Cláudio Thiago (PL), Robson Valillant (PL) e Janete de Sá (PSB). Dos 25 com carreira CEST, surge o quadro abaixo:

A maioria (36%) exerceu mandato na ALES entre 1998 e 2002. 28% foram candidatos a algum mandato eletivo. Destes, 3 chegaram a exercer o cargo de deputado estadual em algum momento. Ou seja, 12 (40% do plenário) foram deputados estaduais antes da posse de 2003. 16% foram vereadores. 3% foram parentes de pessoas com posições de poder públicas. Um foi Secretário Municipal e uma foi Conselheira do Tribunal de Contas. Trata-se de um grupo de pessoas experientes no trato com a coisa pública e com o funcionamento do Legislativo, já que 16 foram deputados estaduais ou vereadores. 50% mais 1 da Casa tinham tal perfil.

A pesquisa citada também classificou as bases eleitorais dos eleitos. Seus votos foram distribuídos de acordo com as cidades. A soma de municípios que ultrapassasse 50% do que a pessoa teve no pleito foi considerada sua base eleitoral. Interior indica que só cidades do interior formaram a base. CV indica apenas cidades da Grande Vitória. Misto resulta da combinação de cidades do interior e da CV na base:

Nota-se que o interior foi dominante de 1990 a 1998, com uma inversão para 2002, quando a CV elegeu 60% da Casa. Combinando este dado com o tipo de carreira em 2002, temos o seguinte:

Parlamentares da CV prevaleceram nos dois tipos de carreira, com destaque para o fato de que todos os CNE vieram da área mais urbanizada do estado. Aparentemente, portanto, teria havido uma “modernização” rápida em 2002, com a presença de legisladores da área mais urbanizada. Este dado, contudo, deve ser observado com atenção. A Grande Vi-

Tipo de carreira	N	%	CV	Interior	Misto
Cest	25	83	13	9	3
CNE	5	17	5	0	0

tória é formada por municípios com lógicas políticas próprias que reproduzem o que poderia ser chamado de oligarquias competitivas. Ou seja, em cada cidade há grupos políticos, muitas vezes divididos em várias legendas, entre os quais o que prevalece é a disputa pelo poder, a ocupação estratégica da máquina pública e não tanto o propósito de ali chegar para colocar em prática políticas com as quais tais grupos se vinculam ao eleitorado, o que seria uma forma mais acabada de poliarquia. É possível apontar sinais de rompimento com tal lógica “tradicional”, de tipo oligárquica. Em Vitória, o PT representou o centro-esquerda, o PSDB (de Hartung e Luiz Paulo) sustentou o neoliberalismo. O embate entre os dois criou condições para um avanço na direção de uma poliarquia mais consolidada. Entretanto, a emergência de forças evangélicas e a continuidade de lideranças de bairros de classe trabalhadora, com perfil mais “tradicional”, impôs certo limite para a mudança. Para ser mais claro: lideranças de Vitória, do PT e do bloco PSDB/PPS, naquele momento, se dirigiam a um eleitorado de classe média buscando agregar e representar políticas. Mas havia setores do eleitorado sob a influência de forças que eram ideologicamente conservadoras, mas que se apresentavam como representantes de demandas do tipo TCR. Esta afirmativa era válida para todas as cidades do núcleo da CV.

Na Serra, a liderança de Sérgio Vidigal estava inserida no PDT. Ideologicamente, seguia uma linha de centro-esquerda, mas comprometida com forças oriundas de denominações evangélicas. Este grupo suplantou dirigentes oligárquicos tradicionais, herdeiros do passado agrário do município. Houve modernização da máquina pública na cidade, por meio de um perfil administrativo voltado ao *welfare state*. Contudo, os “benefícios” eram direcionados aos bair-

ros na forma de recursos concentrados ali alocados, com as "obras" sendo reivindicadas pelo governo e pelos aliados, muitos deles evangélicos e conservadores. Neste sentido, o PDT de Vidigal ficou a meio termo entre políticas e recursos aos aliados com eleitorados circunscritos no interior da cidade. Como se não bastasse, as práticas de poder se diferenciaram pouco da tradição oligárquica. No pleito de 2002, Vidigal apoiou sua esposa, Sueli, que havia sido sua Secretária de Ação Social, para a ALES perante os eleitores da Serra. Ali, ela teve 83% de sua votação pessoal. Ao mesmo tempo, apostou em um subalterno da Polícia Militar, conhecido como Cabo Elson, que havia sido candidato a vereador em Cariacica, em 1996, pelo Partido da Frente Liberal (PFL). Em 1998, tentou a Câmara dos Deputados, pelo PSC, legenda associada a evangélicos. Em 2000, foi candidato a vereador em Vitória, pelo Partido da Mobilização Nacional (PMN), que funcionava como agremiação com perfil indefinido. Filiado ao PDT, em 2002, Elson teve mais votos pessoais em Cariacica (16,7%), em Vitória (16,6%), em Vila Velha (13,6%) e na Serra, com apenas 8,5%. Quer dizer, foi uma aposta de Vidigal fora da Serra. Na cidade, concentrou votos na esposa para a ALES e no seu secretário de Serviços, o médico Carlos Manato, que obteve uma vaga de deputado federal pelo PDT. Esta seção do PDT capixaba tinha elementos programáticos, mas a formação do grupo se deu em termos pragmáticos, buscando a adesão de pessoas que eram conservadoras e/ou descompromissadas com a linha política do líder. E forças baseadas nas igrejas evangélicas e/ou nos bairros, demandantes de bens concentrados, tinham espaço relevante na Serra. Os que não se aliassem a Vidigal poderiam buscar o governo do estado, o que fizeram no mandato de José Ignácio e pela vinculação do PMD, como foi o caso dos deputados estaduais (reeleitos em 2002), Luiz Carlos Moreira (PMDB) e Gilson Gomes (PFL). Em Vitória, mal ou bem, havia uma estruturação do campo político em torno da dualidade PT x PSDB, que levou à eleição de Mariazinha Vellozo Lucas (PSDB), com 44,8% de seus votos na capital; Anselmo Tose (PPS), com 43%;

Brice Bragato (PT), com 31%; e César Colnago (PPS), com 27%. Ao lado deles, contudo, os deputados estaduais reeleitos José Esmeraldo (PFL), com 36%; Sérgio Borges (PMDB), com 15%; além de um novato, o pastor da Igreja Universal do Reino de Deus, Robson Vaillant (PL), que havia chegado ao estado há pouco tempo, vindo do Rio de Janeiro. Ele amealhou 20% de seu voto pessoal em Vitória. Nesta lista, 4 parlamentares "modernos" e 3 "tradicionais", sendo que Esmeraldo e Borges eram vinculados ao PMD.

Em Cariacica, a competição oligárquica entre várias lideranças era antiga. Em 2000, foi eleito Aloízio Santos, pelo PSDB, para dirigir a cidade. Seu filho, Marcelo Santos, tentou uma vaga na Câmara de Vereadores, sem sucesso, pelo PDT. Em 2002, o prefeito jogou peso no nome dele para a ALES, ocupando, pelo PTB, a cadeira com 77% de seus votos pessoais no município. Ao contrário deste, em linha mais programáticas, entraram Helder Salomão (PT), com 71%, Janete de Sá (PSB), com 25%, sem contar o citado Cabo Elson (PDT). Tanto Marcelo Santos quanto o Cabo Elson não poderiam ser considerados "modernos", pelas razões apresentadas antes.

Vila Velha, de forma semelhante à Serra, viu a emergência de um grupo progressista, centrado na figura de Max Mauro e que elegeu seu filho, Max Filho, pelo PTB, prefeito da cidade em 2000. A família Mauro teve uma participação histórica no MDB/PMDB capixaba, mas dele se desvinculou no início dos anos 1990 para circular por várias legendas de acordo com as conveniências da conjuntura. O município contava com uma longa tradição de forças populares tradicionais, que construíram suas carreiras por meio da prestação de serviços a eleitorados cativos, particularmente médicos. Ao lado deles, grupos oriundos de igrejas evangélicas. O PT local, por outro lado, emergiu da militância católica de base. Dele saiu a figura do deputado estadual reeleito em 2002, Cláudio Vereza, com 38% de seus sufrágios ali. O auditor-fiscal Cláudio Thiago (PL) teve 39%. O investigador aposentado da Policial Civil Euclério Sampaio (PTB) teve 34%. O pastor Reginaldo Almeida (PPB), que também

era vereador na cidade, teve 24%. O adventista Délio Iglesias (PSC) teve 32%. O jogador de futebol Geovani Silva (PTB) teve 37%.

Segundo Diemerson Saquetto (2007), foram eleitos oito legisladores vinculados a igrejas evangélicas em 2002. Destes, cinco foram citados acima como tendo base em Vila Velha: Cláudio Thiago, Euclério Sampaio, Geovani Silva, Reginaldo Almeida e Délio Iglesias. Os três primeiros estiveram em arranjos de campanha aliados a Max Mauro. Ao mesmo tempo, entraram na categoria chamada aqui de CNE. Numa abordagem simplista, havia 18 com base eleitoral na CV. Na lista feita acima, porém, há dois com destaque na CV, mas que precisaram também de votos do interior (Borges e Gomes). Desta forma mais grosseira, seriam 20. O grupo que poderia ser considerado demandante de políticas era formado por apenas 8 pessoas (Lucas, Tose, Bragato, Colnago, Sá, Salomão, Vereza, Vidigal). Entre os que dependiam de transferências de recursos, 4 vinham do PMD (Esmeraldo, Borges, Moreira, Gomes), ou seja, eram políticos que construíram suas carreiras por meio da prestação de serviços a eleitores de bairros. A eles, devem ser juntados o filho do prefeito de Cariacica, Marcelo Santos e o pragmático Cabo Elson. Também três evangélicos ativos (Vaillant, Almeida, Iglesias), de perfil mais assumidamente conservador. Nesta lista, 9 “tradicionais” contra 8 “modernos”. Três nomes deixariam dúvidas por conta do pouco que se sabia deles: Sampaio, Silva e Thiago. Eles tinham Carreiras Não Estatais como resultado do simples fato de que se identificavam por suas profissões, mas não por alguma militância sindical e associativa, como foi o caso de Janete de Sá. E eram todos fiéis evangélicos.

A evolução dos fatos mostraria que, dos três acima apontados como dúvidas, somente Thiago se posicionou ao longo do mandato como demandante de políticas. Ao final, portanto, dos 18 com base na CV e mais 2 com voto importante na região, 11 eram “tradicionais” e 9 eram “modernos”. Qual a razão de pintar este quadro? É a de mostrar que, apesar da mudança ocorrida em 2002, com muito mais peso da

CV, a maior parte de seus legisladores eram dependentes de TCRs. Quem pudesse oferecer mais vantagens materiais a eles, com indiferença com relação a seus posicionamentos ideológicos, teria grande vantagem no jogo. E vale destacar o número significativo de “novatos”, alguns localizados como CNE.

Quem dá mais?

O PMD era liderado por Gratz e contou com um total de 10 parlamentares na legislatura de 2003. Eram eles: Gilson Amaro, Fátima Couzi, José Esmeraldo, Gilson Gomes, José Ramos, Marcos Gazzani, José Tasso, Rudinho de Souza, Luiz Carlos Moreira e Sérgio Borges. Por proximidade ideológica, com perfil conservador e/ou pragmático, quatro pessoas se aproximaram deles: Heraldo Musso, Reginaldo Almeida, Délio Iglesias e Marcelo Santos. Estes quatro tinham experiência política. Um total de 14 já estava bem próximo à maioria (16). Eles ainda foram capazes de atrair seis nomes, chegando a 20.

O PMD era um núcleo já constituído. A base material de sua unidade estava nos benefícios distribuídos ao longo das presidências de Gratz. Além disso, a ação da Força Tarefa intensificou a necessidade de que permanecessem juntos. Um detalhe importante do funcionamento do PMD era a forma discreta como os meios eram distribuídos entre seus membros. Isto era um *modus operandi* que foi preservado e reforçado pela vigilância da Força Tarefa. A imprensa acabou descobrindo que eles estavam se reunindo, mas poucas informações foram vazadas. Neste ambiente, houve condições para, a partir do número alto e da postura de Hartung, que se recusou a negociar com eles, atrair os quatro políticos experientes citados acima, um ex-prefeito (Musso), dois vereadores (Almeida e Iglesias) e o filho de um prefeito (Santos). Não seria difícil perceber que seria mais fácil vencer com eles.

O detalhe importante está nos “novatos”, todos com base na CV e quase todos classificados aqui como CNE e como evangélicos. Foram eles: Cabo El-

son, Geovani Silva, Robson Vaillant, Euclério Sampaio e Cláudio Thiago. Até certo momento, Edson Vargas esteve com o grupo. Atrai-los era necessário para obter a maioria. O detalhe é que a Força Tarefa estava se esforçando para impedir a posse de alguns do PMD, de forma que ultrapassar a maioria simples era importante. Como isso foi feito? Não há prova empírica disponível nas fontes consultadas, mas a teoria ajuda a sugerir o que parece ter acontecido. Gratz esteve nos bastidores. Os 10 do PMD ficaram fechados, agregaram os experientes e passaram a fazer leilão dos cargos na chapa, em especial o posto de presidente. Ao que parece, em diferentes momentos, os novatos se viram diante da possibilidade de ficar na cabeça do bloco.

Do outro lado, estava Hartung, fechado com o PT na presidência e recusando os membros do PMD. O espaço de manobra do governador era bem mais estreito que dos aliados de Gratz, que não vetaram ninguém. Ele demorou a agir, talvez na expectativa de que cinco participantes do PMD fossem impedidos, o que faria com que caíssem para 15 votos. Além disso, foi feito um acordo público com as direções do PL e o PPB, o que daria, na conta final, 16, pois Vaillant e Thiago viriam pelo PL, junto com Musso, Almeida e Couzi, pelo PPB, já que Amaro seria afastado.

Só que as direções dos partidos citados não tinham comando sobre seus membros, pelo simples fato de que não tinham o que oferecer em troca. No final das contas, duas chapas foram apresentadas. A do PMD foi formada por Geovani Silva, presidente; Marcelo Santos, 1º vice-presidente; Euclério Sampaio, 2º vice-presidente; Cabo Elson, 1º secretário; Heraldo Musso, 2º secretário; Délio Iglésias, 3º secretário, e Rudinho de Souza, 4º secretário. Vemos aí três dos chamados novatos (Silva, Sampaio, Elson), dois experientes adicionados (Santos e Musso) e um do PMD (Rudinho). A outra chapa teve Cláudio Vereza, presidente; Mariazinha Vellozo Lucas, 1ª vice-presidente; César Colnago, 2º vice; Robson Vaillant, 1º secretário; Reginaldo Almeida, 2º secretário; Paulo Foletto, 3º secretário e Edson Vargas, 4º secretário. PT, PSDB e

PPS entraram com os primeiros nomes. O PL e o PPB com os seguintes. Daí o PSB e Vargas, que desgarrou do outro grupo.

Como foi dito no início, em 3 de fevereiro, o plenário foi fechado, impedindo a entrega da ordem de afastamento de Tasso, Amaro, Gazzani, Borges e Gomes. Contados os votos, a chapa 1 teve 19. A 2 teve 11. O escrutínio foi secreto, mas, pelo conhecimento dos fatos, é possível indicar que Vereza foi sufragado por ele, por Vargas, Lucas, Vidigal, Casteglioni, Salomão, Foletto, Sá, Tose, Colnago e Bragato. Os nomes de Almeida e Vaillant foram inseridos na chapa 2, mas é certo que desobedeceram a seus partidos, o que tem a ver com a explicação dada acima. O erro de cálculo de Gratz e André Nogueira esteve na decisão de "enclausurar" os eleitores. Se os cinco citados tivessem sido impedidos, mesmo assim, a chapa de Geovani teria vencido por 15 contra 11.

Com a divulgação da conversa entre eles e a decisão legal, Hartung abriu novas rodadas e passou a negociar com todos. Ele aprendeu a lição: não poderia excluir ninguém. Os cinco citados acima foram afastados, além de Couzi e Moreira. Dos 23 restantes, Musso apresentou atestado médico e não esteve na nova eleição, em 10 de fevereiro. Ou seja, dos 10 membros do PMD, 8 foram excluídos no novo pleito, mas não da Assembleia, retornando a seus cargos depois. Esta medida foi fundamental. A nova chapa teve a seguinte configuração: Cláudio Vereza, presidente; Mariazinha Vellozo Lucas, 1ª vice-presidente; Sueli Vidigal, 2ª vice; Anselmo Tose, 1º secretário; Paulo Foletto, 2º secretário; Robson Vaillant, 3º secretário e Euclério Sampaio, 4º secretário. Os dois últimos, eleitores de Geovani, ingressaram na Mesa. Vargas ficou com a presidência da Comissão de Finanças e Ramos com a de Justiça. De todos os membros do PMD, apenas este ficou com um cargo relevante. Assim, foram obtidos 22 votos.

A presença de atores externos à dinâmica do Executivo e do Legislativo, em particular os operadores do aparelho policial-judiciário e a imprensa, alterou o peso da balança. Hartung contou com eles para

afastar Gratz em 2002 e mais 8 parlamentares em 2003, além de expor os demais ao escrutínio público. Mesmo assim, também teve que negociar. Desta forma, foi possível construir uma Mesa “segura”, pois os cargos mais relevantes ali são os de presidente, primeiro e segundo secretários, que ficaram com o PT, o PPS (Tose, do grupo de Hartung) e PSB. Esta configuração mudou o quadro de comissionados e eliminou os esquemas de distribuição de verbas. Foi isso que acabou com o PMD. Todavia, os parlamentares citados retornaram. Ao longo da legislatura, foram mantidos na defensiva pelo ativismo judicial e pela cobertura desfavorável da imprensa contra eles. Para a nova configuração da coalizão de governo, este elemento foi fundamental para o chefe do Executivo. O núcleo da coalizão ficou, de início, com uma mistura de aderentes pós-eleitorais (PT), aliados eleitorais (PSB, PSDB) e grupo pessoal (PPS). O restante era formado pelo antigo PMD, os parlamentares conservadores-pragmáticos com carreira CEST e os novatos, muitos com carreira CNE (mas com fraca sustentação social). O desmonte do PMD colocou este grupo na dependência de recursos controlados diretamente pelo Executivo e não mais pelo Legislativo. Desta forma, foi criado um bloco de Situação que reduziu muito o espaço para a Oposição e para Independentes. Não há espaço aqui para estudar a forma como as coisas de desenvolveram depois, mas a prevalência de Hartung ainda teve que passar por outras jogadas e não estava garantida de todo.

O caso do Espírito Santo mostra que chefes do Executivo que não conseguem ocupar o núcleo da coalizão com o seu partido e/ou seu grupo político, podem perder a capacidade de gerir a distribuição de recursos aos parlamentares. No final das contas, para a maioria, tendo em vista o padrão de carreira que os torna dependentes de TCRs, o que importa é ter acesso aos meios. O PMD é uma configuração informal que conta com alta concentração de poder na figura de quem ocupa a presidência em troca de atendimento aos pleitos dos pares. Neste sentido, o segredo ou a falta de transparência é de fundamen-

tal importância. Ele pode envolver esquemas ilegais ou manobras que transfiram capacidade de decisão com relação a verbas para o Legislativo, sem o ônus de assumir responsabilidade para com políticas. No ES, para ser vencido, foi necessário contar com acusações legais e com a reconcentração de poder no Executivo, sem romper com a maioria. Durante a segunda parte do mandato de Bolsonaro, os PMDs da Câmara e do Senado assumiram o controle de recursos pelo orçamento secreto, emendas pix, Fundo Partidário e, quem sabe, outros meios ainda desconhecidos. Ao ser eleito, Lula não teve como desmontar este modelo. Ao contrário de Hartung, optou por aceitar a reeleição nas duas Casas. O ativismo judicial está concentrado na extrema direita, que é minoria no Congresso. Isto preserva os PMDs. Lula não teve como ocupar o núcleo da coalizão com “os seus”. Sua agenda é bastante pesada. A Oposição de extrema direita está na defensiva, mas isso preserva os parlamentares com perfil conservador-moderado tradicional e pragmáticos. Se não for possível usar agentes externos, como foi o caso capixaba, o embate se dará nas etapas do PPA, da LDO e da LOAS para 2024. Todas estarão paralelas a votações importantes para o governo, como arcabouço fiscal, que vão aumentar muito o poder de barganha dos PMDs. Desta forma, a tarefa de voltar ao controle do orçamento, portanto, será difícil de ser cumprida.

Referências

- ABRANCHES, Sérgio. **Presidencialismo de coalizão**: raízes da evolução do modelo político brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- ABRÚCIO, Fernando. **Os Barões da Federação**: os Governadores e a redemocratização brasileira. São Paulo: Hucitec, 1998.
- BASSI, Camillo M. Orçamento secreto: discutindo as consequências do caráter impositivo às emendas parlamentares do relator-geral. **IPEA**, Brasília, Nota Técnica n. 105, p. 1-13, 2023.
- DAHL, Robert A. **Poliarquia**: participação e oposição. São Paulo: EDUSP, 2005.
- GARCIA, Lúcia; AMORIM, Radanezi. Fitas ligam Gratz à eleição. **A Gazeta**, Vitória, 8 fev. 2003. Disponível em: gazetaonline.globo.com/jornalagazeta/politica/politica.php?cd_matia=111428&-cd_site=41 Acesso em 8 fev. 2003.

PEREIRA, André R. V. V. **Por baixo dos panos**: governadores e assembleias no Brasil contemporâneo. Vitória: EDUFES, 2014.

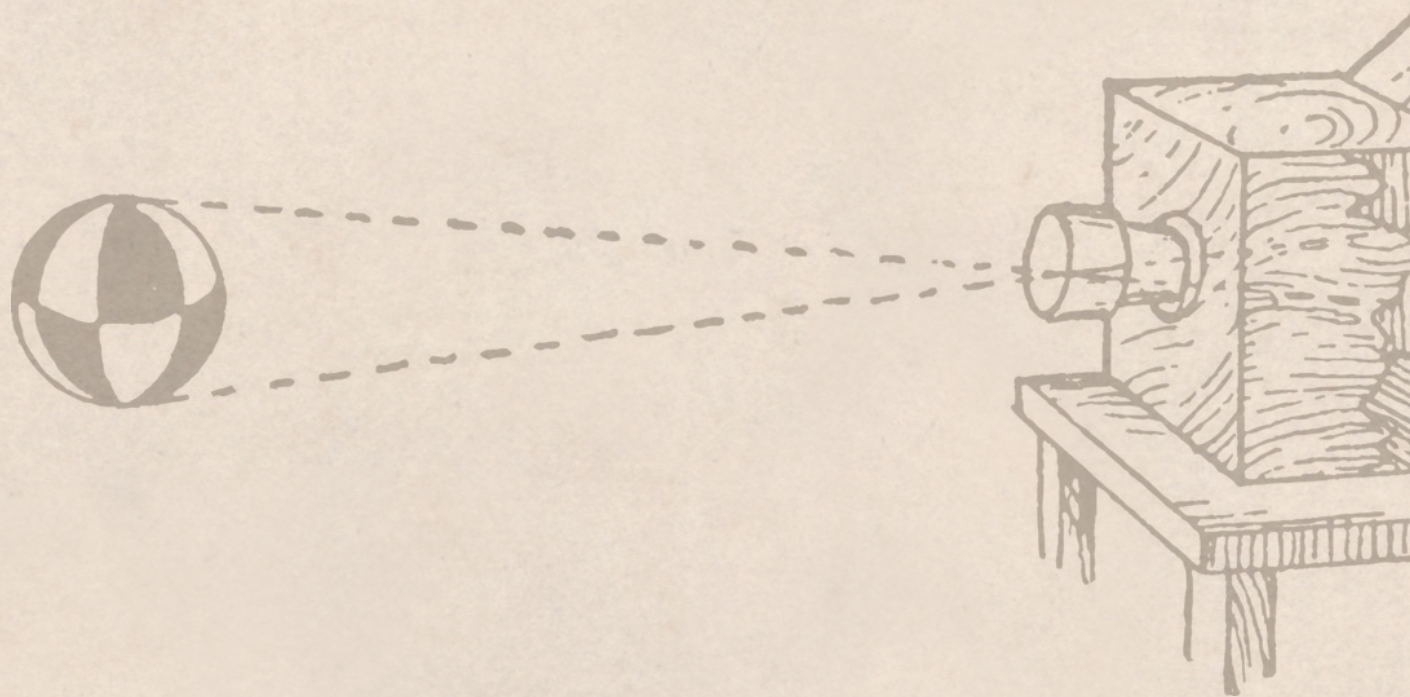
RIBEIRO, Romiro. Empoderamento do Congresso Nacional, orçamento secreto e outras distorções do orçamento público: proposta de mudança. **Revista Cadernos de Finanças Públicas**, Brasília, Ed. 3, n. 22, p. 1-31, 2022.

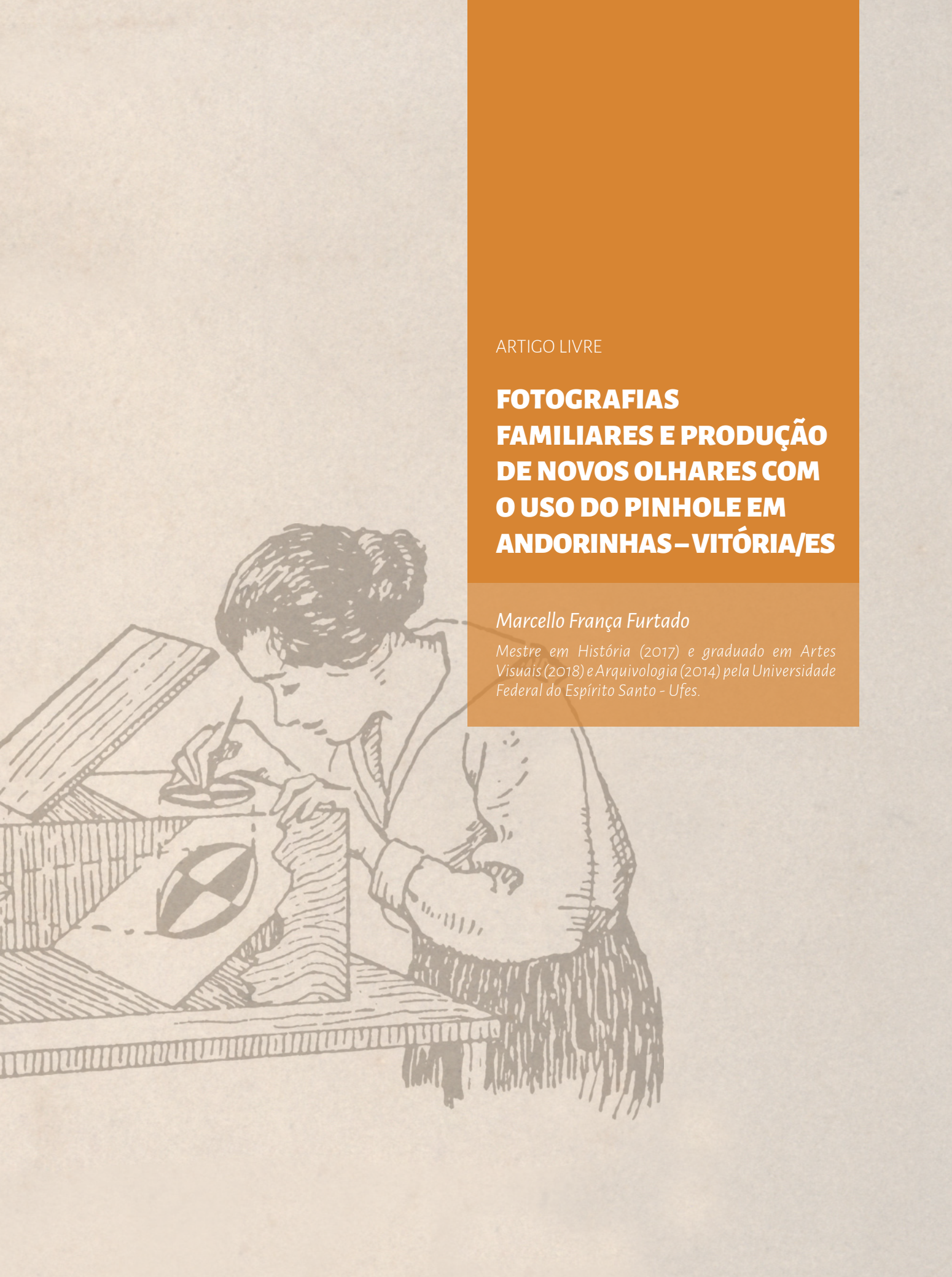
SANTOS, Fabiano. Microfundamentos do clientelismo político no Brasil: 1959-1963. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 38, n. 3, p. 459-496, 1995.

SANTOS, Fabiano; TRAUTMAN, Thomas. As eleições de 2022. In: INÁCIO, Magna; OLIVEIRA, Vanessa E. (Orgs). **Democracia e eleições no Brasil**: para onde vamos? São Paulo: Hucitec, 2022. p. 125-139.

SAQUETTO, Diemerson. **A invenção do pastor político**: imaginários de poder político construídos a partir da história das bancadas evangélicas. 2007. 317 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007.







ARTIGO LIVRE

**FOTOGRAFIAS
FAMILIARES E PRODUÇÃO
DE NOVOS OLHARES COM
O USO DO PINHOLE EM
ANDORINHAS – VITÓRIA/ES**

Marcello França Furtado

Mestre em História (2017) e graduado em Artes Visuais (2018) e Arquivologia (2014) pela Universidade Federal do Espírito Santo – Ufes.

Resumo

Este trabalho apresenta um estudo de caso a partir da experiência de oficinas de arquivo e técnicas fotográficas de Pinhole, em uma escola da rede municipal de ensino da cidade de Vitória/ES. A partir da perspectiva de transversalidade dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e da pedagogia dos multiletramentos de Roxane Rojo é construído um diálogo teórico e prático com as diversas realidades vivenciadas pelos estudantes fora dos muros da escola, como sua comunidade, família, a dinâmica das cidades e as novas tecnologias e redes digitais. Dentro dos aspectos do Pinhole como expressão de arte, este é o instrumento utilizado para a construção de olhares entre passado/presente que criam vínculos e identidades nos estudantes com seu entorno.

Palavras-chave: Fotografia; escola municipal; identidade cultural.

Abstract

This work presents a case study from the experience of photographic workshops of Pinhole techniques in a school in the municipal education in the city of Vitória/ES (Brazil). From the perspective of transversality of the National Curriculum Parameters – NCPs (original title Parâmetros Curriculares Nacional – PCNs) and the pedagogy of the multi-elements (original term ‘multiletramentos’) of Roxane Rojo, a theoretical and practical dialogue is built with the different realities experienced by students outside the school walls, such as their community, family, the dynamics of cities and new technologies and digital networks. Within the aspects of Pinhole as an expression of art, the results did not reveal its methods as rudimentary, but its technical and chronic limitations as points of construction of distopic looks for create bonds and identities in students between the past and the present.

Keywords: Photography, municipal school, cultural identity.

Introdução

A partir do intuito de abrir novos horizontes para jovens em uma periferia vizinha à Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), submetemos em 2013, obtendo aprovação e recursos apenas em 2015, um projeto ao edital de incentivo à cultura Rubem Braga¹ da Prefeitura Municipal de Vitória (PMV). Este projeto, além das potencialidades em ser realizado em uma comunidade marcada pelos conflitos sociais urbanos, permitiria aos envolvidos, no momento de sua execução, experimentar os aprendizados obtidos

em sala de aula na universidade vizinha. Seu desenvolvimento ocorreu entre os meses de abril, maio e junho na Escola Municipal de Ensino Fundamental Izaura Marques da Silva, no bairro de Andorinhas. O principal objetivo foi oferecer uma série de oficinas gratuitas de Pinhole para o total de 76 adolescentes dos 8º e 9º anos divididos em quatro grupos.

O projeto desenvolvido junto à Direção e Coordenação Pedagógica da EMEF Izaura Marques da Silva pretendeu trabalhar questões além da fotografia, como a memória, a história e as afetividades da comunidade de Andorinhas. Neste trabalho começamos apresentando a trajetória histórica e social de formação da região onde está localizada a escola e a maior parte de seus estudantes. Percebemos como o entor-

¹ O Projeto Cultural Rubem Braga, popularmente conhecido como Lei Rubem Braga, é um mecanismo de incentivo à cultura do município de Vitória. Criada por meio da Lei Municipal nº 3.730/1991, a Lei Rubem Braga foi uma das pioneiras em âmbito nacional. A Lei Rubem Braga consiste no incentivo financeiro à cultura, por meio da concessão de recursos para a realização de projetos de diferentes linguagens artísticas e/ou manifestações culturais da cidade de Vitória.

no está muito além de uma questão de localização, mas é uma questão de identidade afetando a percepção de como o indivíduo se compreende no mundo.

A técnica do Pinhole não necessita que a pessoa disponha de muitos recursos. A câmera para registro consiste apenas em ser um ambiente vedado de luz com um pequeno furo, geralmente utilizando-se de latas de leite ou óleo, caixas de fósforos ou sapatos, dentre outros, algum material fotossensível e elementos para sua revelação. Utilizamos a vivência e portfólio de alguns artistas também como referencial teórico, como os casos de Sebastião Salgado.

A partir da abordagem da trajetória local de Andorinhas, nosso trabalho, na seção de Desenvolvimento Metodológico, propõe uma ação interventiva que consiste em dois eixos: o primeiro, o aspecto histórico, que consiste em realizar o levantamento de registros fotográficos já pré-existentes do cotidiano dos alunos, de suas famílias ou comunidade no passado, a fim de contribuir para a reflexão sobre os olhares, percepções e momentos vivenciados por aquele grupo ali instalado. O segundo, o aspecto artístico, incentivando e proporcionando o aprofundamento em questões técnicas da fotografia, a trajetória da história da fotografia até os tempos contemporâneos e seu desenvolvimento prático através do Pinhole, proporcionando uma vivência de planejamento, registro e revelação fotográfica feitos por eles mesmos.

O objetivo final da proposição dos eixos é a culminância da exposição “Andorinhas mostra sua história”, realizada na própria EMEF Izaura Marques da Silva, que possibilitaria, então, a construção narrativa do passado (através das fotografias resgatadas) e do presente, através das produções fotográficas do Pinhole, como forma de linguagem e expressão dos alunos para compreender o seu entorno e o mundo. Já o resultado deste trabalho em formato de artigo, tem a finalidade de apresentar um estudo de caso, através de diversas intercessões interdisciplinares, além de ser uma base de experiência de aprendizado efetivo e significativo para alunos da educação básica.

Histórico da região

O bairro Andorinhas está localizado no nordeste de Vitória, está às margens do Canal de Camburi, próximo à ponte da Passagem. A ocupação da região ocorreu no início dos anos 1960, por meio de um processo de posse desordenada do manguezal ali existente. Com o tempo, tornou-se um aglomerado de barracos e palafitas permeando as margens do Canal da Passagem. O manguezal invadido, de propriedade da Marinha, recebeu o nome de Andorinhas em função da existência de uma pedra às margens do mangue, onde frequentemente pousavam muitas andorinhas. No Quadro I é possível observarmos a demarcação da Região Administrativa IV de Vitória, no canto superior esquerdo o destaque de sua localização na cidade de Vitória. A EMEF Izaura Marques possui como principal público alunos dos bairros de Andorinhas, Santa Martha e Joana D’Arc.

Como marco histórico da formação urbana e geográfica da capital do Espírito Santo, no nosso caso, com olhar para a constituição dessa região da escola, recuperamos o período do governo estadual de Muniz Freire (1892-1896). Vitória, até então, se concentrava em uma curta faixa de terra. Seu desenho baseava-se na mesma concepção de cidades no modelo das grades metrópoles europeias do século XIX, estilo reconhecido em muitos centros históricos do Brasil. Iniciamos então, um novo projeto de grande aterramento no entorno da ilha, formando o chamado Novo Arrabalde, projetado pelo engenheiro Saturnino de Brito, que se fundamentaria em ideias da filosofia positivista para traçar as ruas e quarteirões simétricos e harmônicos utilizando números múltiplos de sete (NEVES, 1994). Hoje, conhecemos como o espaço geográfico que se estende desde os bairros Bento Ferreira e Praia do Canto, perceptível de alto desenvolvimento social e econômico. A principal via da cidade, Avenida Nossa Senhora da Penha, corta a região.

Até meados do século XX não havia uma política habitacional definida em Vitória, nem tampouco uma política de assentamento urbano das popula-

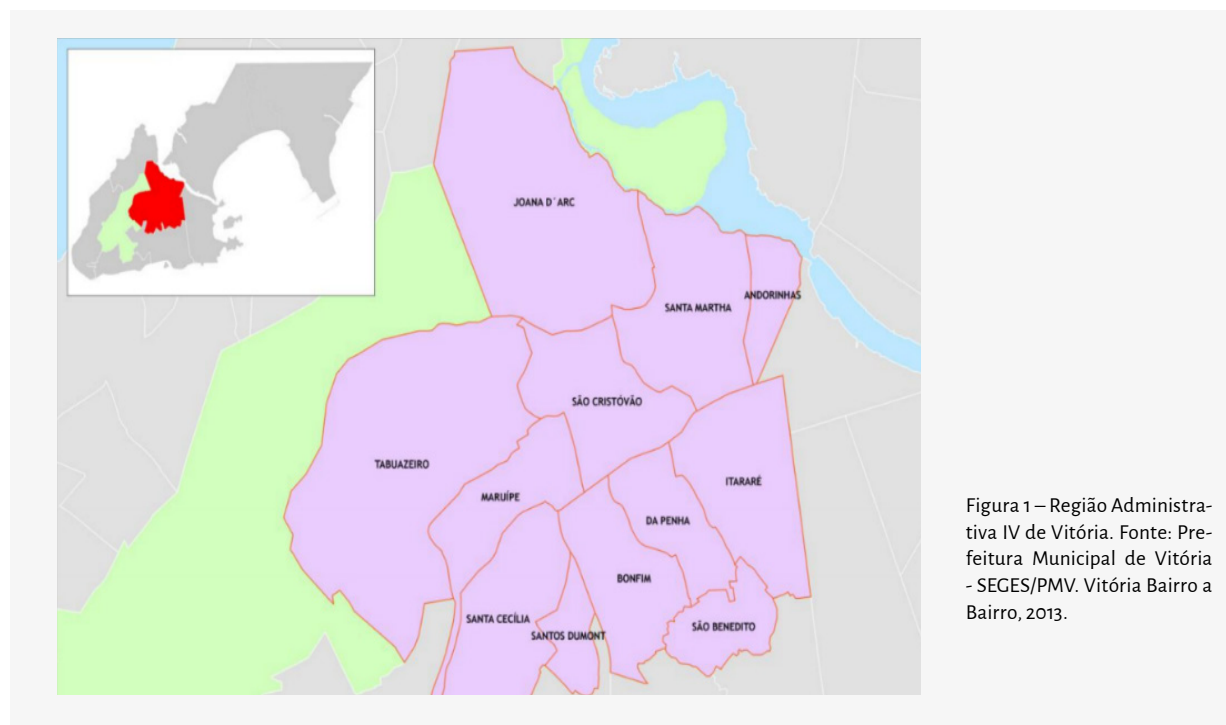


Figura 1 – Região Administrativa IV de Vitória. Fonte: Prefeitura Municipal de Vitória - SEGES/PMV. Vitória Bairro a Bairro, 2013.

ções mais vulneráveis. O governador Lacerda Aguiar (1963-1966) permitiu ‘paternalisticamente’ que essas populações ocupassem terrenos devolutos do novo arrabalde, os morros, tornando-se aos poucos a periferia da capital, promovendo dessa forma uma maior dispersão na ocupação do espaço urbano de Vitória (ZORZAL, 1986).

No início da década de 1970, o então Governador Christiano Dias Lopes Filho (1967-1971) deu largada à industrialização no Espírito Santo, onde o estado deixaria de depender da monocultura e ascendia a uma nova base econômica, baseada no mercado externo. O chamado “Grandes Projetos de Impacto” possuía cinco complexos: siderúrgico, naval, paraquímico, turístico e portuário. Foi nesse período que as grandes empresas siderúrgicas e portos do Estado se estabeleceram. Até o início dos anos de 1960, Cariacica, Serra, Vila Velha e Viana eram somente cidades próximas a Vitória. A partir, sobretudo, da década de 1970, os quatro municípios juntaram-se à capital para formarem uma só área de interesse, que ficou conhecida como Grande Vitória. Vitória passou a

existir integrada aos interesses metropolitanos (VASCONCELLOS, 2004).

O advento dos Grandes Projetos Industriais acelerou o fluxo migratório, aumentando rapidamente o número de trabalhadores que se fixaram na cidade de Vitória em busca de novas oportunidades de trabalho. No entanto, o crescimento econômico da região estava ligado ao uso de mão de obra qualificada. Houve então a marginalização dos trabalhadores menos qualificados, aqueles emigrados, principalmente do norte de Minas Gerais e sul da Bahia, fazendo com que esses desempenhassem atividades informais e tivessem subempregos. As questões sociais foram deixadas de lado e o governo de Christiano Dias investia abruptamente nos grandes projetos. Este período, em contexto nacional, estava associado ao ‘milagre econômico brasileiro’ da Ditadura Militar. O resultado foi a criação de uma leva de população miserável que viria a instalar-se em toda a região metropolitana de Vitória. Quanto ao caso do município específico de Vitória, João Gualberto faz o seguinte destaque nesse processo de instalação:

Mesmo os maiores continentes de pessoas carentes não tenham se instalado na Capital, mas sim em municípios vizinhos, a cidade [Vitória] passou por um processo de grande desorganização social. A pressão por serviços oferecidos pela capital, como rodoviária, o transporte urbano coletivo, ou a educação e saúde pública caíram visivelmente de qualidade (VASCONCELLOS, 2004, p. 130, grifos do autor).

Foi a partir de 1977 que teve início o processo de invasão da região do contorno da ilha, formado por manguezais e morros, utilizado pela prefeitura para despejar todo o lixo da cidade. Nos anos seguintes, a invasão, que teve início no mangue, compreendia uma extensão de quase cinco quilômetros. No Censo de 1980, esse local possuía cerca de 15 mil habitantes, formando a região da Grande São Pedro, que mais tarde se dividiria em outras regiões administrativas. Sua ocupação começou através de palafitas e a principal fonte de subsistência daqueles que vivam era através da pesca. Durante o governo do prefeito de Vitória Luiz Paulo Vellozo Lucas (1997-2004) foi desenvolvido o Projeto Terra, que extinguiu todas as palafitas e moradias em formato de pilotis que ocupavam espaços pluviais da capital.

Reflexões teóricas

A fotografia está, a cada dia, mais presente na vida das pessoas. Com o fácil acesso às câmeras fotográficas e aparelhos que possibilitam o registro de imagens, fotografar tornou-se uma ação corriqueira, assim torna-se fundamental um olhar mais atento para a presença e a influência dessas imagens nas vidas das pessoas. Ao pensar em trabalhar com fotografia em sala de aula, imediatamente imaginamos quais serão os aparelhos utilizados para esse fim. No entanto, com esta preocupação, corremos o risco de enfatizar muito as tecnologias físicas em detrimento das tecnologias simbólicas (SANCHO, 1998). Trabalhar com as técnicas e os aparelhos na constru-

ção de uma fotografia é muito importante, mas também não podemos deixar de observar a importância da percepção e da participação do sujeito na construção dessas imagens.

O uso das tecnologias na educação tem um potencial enorme, que, não está diretamente relacionado à presença da máquina, mas sim do profissional professor que firmou um compromisso com a pesquisa, com a elaboração própria, com o desenvolvimento da crítica e da criatividade, superando a cópia, o mero ensino e a mera aprendizagem (BRITO, 2006, p. 17).

A percepção do aluno como sujeito nesse processo é interessante para provocar as turmas para terem um olhar mais atento, pois normalmente quando fazemos uma fotografia com facilidade de recursos digitais, temos uma ação muito rápida e impensada. Ao fazer um registro fotográfico, estamos direcionando o olhar das pessoas e esse direcionamento vai de encontro com os objetivos de quem registrou a fotografia. Por isso é interesse que os estudantes percebam esse movimento intencional na construção das imagens. O recurso material, por si só, não faz sentido se for pensado fora da ação, da reflexão e da percepção do sujeito. Nesse processo, o ato fotográfico deixa de ser apenas um ato mecânico e pode transformar-se em uma possibilidade de expressão, criatividade e linguagem.

Todo e qualquer conhecimento humano em uma sociedade está estabelecido por uma linguagem, sendo esta idealizada como uma convenção de códigos através da relação de significados (SAUSSURE, 2006). Para Saussure (2006), a ideia de *conceito* é sinônimo de *significado*, mas algo como a parte espiritual da palavra, sua contraparte inteligível em oposição ao *significante*, que é sua parte sensível. O “sentido” seria a mesma coisa que *conceito* ou *ideia*, isto é, a representação mental de um objeto ou da realidade social em que nos situamos, representação essa condicionada pela formação que nos cerca desde o

berço. No caso das fotografias, os sentidos se desenvolvem por uma determinante cultural; conjunto de fatores sociais, culturais, étnicos, ideológicos, estéticos, dentre outros, que compõe cada pessoa; concepções pré-estabelecidas. Ao fazermos estas análises para compreender essa forma de linguagem, nosso ponto de partida é tratar a fotografia como evidência da realidade, para isso Ciavatta nos ajuda refletindo:

As fotografias não são objetos isolados, independentes. São situadas em um contexto e indelevelmente marcadas por quem as produziu, pelo olhar de quem as recortou da realidade. Destacam-se, nas diversas abordagens examinadas, a historicidade das imagens e seu potencial para a informação e para a educação. Como representação do passado geram uma memória que alimenta a compreensão do presente e orienta as perspectivas do futuro. Como memória ou como comunicação, as imagens constroem em discurso visual que organiza o conhecimento da realidade (CIAVATTA, 2004, p. 15).

Rojo (2012), em seus estudos, busca realizar aproximações do ambiente escolar com as diferentes e diversas linguagens sociais. A escola já realiza o papel da alfabetização, de ensinar a ler, ensinar a escrever, mas falta à escola a percepção das outras locuções que circulam fora dos seus muros. É necessária a criação dessa relação de existência de outros códigos que são proferidos nas relações sociais e que às vezes não conseguem atravessar o ensino formal, como por exemplo a arte e cultura, a linguagem do som, a linguagem da imagem e a linguagem gráfica, linguagens que são estabelecidas em relações dos estudantes com sua comunidade, pelas mídias e redes sociais, principalmente de seu entorno.

Para isso, Rojo (2012) utiliza o termo *multiletramento*, tendo como exemplo os usos da fotografia na escola: a autora aponta que às vezes é utilizada como um mero suporte ao texto ou à fala, assumindo apenas uma função ilustrativa. No entanto, a fotografia é um instrumento dialógico, uma linguagem narrati-

va própria. Os *multiletramentos* precisam ser significativos, devem ser codificados para que os estudantes percebam que uma imagem, como uma escrita, possui um código, sentidos, definições e interpretações próprias, cabendo ao mediador o entendimento da exibição de imagens, o motivo e a contextualização e entorno de sua abordagem.

Ao falar de contextualização do registro fotográfico, também precisamos explorar mais sobre a ideia de lugar. Os lugares, para o nosso conhecimento, são já comuns, a gente pode pensar vários espaços que possuem relações com nossa vida cotidiana, com a vida passada e as lembranças e até com a vida futura, pois temos a perspectiva de nos deslocar de um lugar ao outro. Nas referências do historiador francês Michael de Certeau, na sua obra “A invenção do Cotidiano”, o autor nos traz o conceito de *lugar* e o conceito de *espaço*, sendo que ele aplica uma distinção clara e objetiva entre esses dois termos. Certeau (1998), estuda o espaço urbano, o espaço da cidade e nele estão inseridos os sujeitos históricos, os ‘caminhantes’. O *lugar* é o espaço físico, o espaço constituído pelo seu planejamento e desenho urbano, aquilo que é mais concreto e sólido no sentido literal, um *lugar* sem muita vida. Para que esse *lugar* se transforme em *espaço* há a necessidade de sua ocupação e quem faz sua ocupação são os sujeitos históricos. Os sujeitos históricos interferem nesse *espaço* com as suas vivências, as suas experiências pessoais, as suas visões de mundo e, a partir desse momento, aqueles lugares passam a constituir uma identidade e essa identidade está relacionada aos sujeitos. Esse *lugar*, agora tornado *espaço*, é um lugar vivido. Essa vivência traz também memórias, se constroem memórias no espaço urbano.

Certeau (1998), também nos ajuda a pensar sobre a significação e a simbolização dos espaços. Ele parte de cada pessoa que vivencia suas experiências em seu local. Por exemplo, a relação com o meio ambiente: esses lugares têm a mesma significação dos objetos urbanos, porque a experiência de vida também está relacionada a como as pessoas usam os recursos naturais e os compreendem. A vivência

mais próxima da natureza também pode tornar um determinado lugar significativo, porém com outros significados do espaço urbano. Essa relação homem e natureza vai simbolizar muito a experiência, assim também como o lugar construído, o concreto da cidade. São formas diferentes, mas são aplicáveis a todos espaços e suas intercessões entre as diferentes perspectivas: a do mundo real e a do mundo idealizado. As intervenções e ações feitas pelos sujeitos podem e vão implicar sua identidade e construir memórias futuras a partir das lembranças (MARTINS, 2017).

Contudo, na relação dos lugares com a produção fotográfica e formas de se expressar, o que nos interessa são as ideias dos lugares enquanto referência cultural. Ao proporcionar a experiência com o Pinhole, nosso objetivo era além de uma observação do mundo como ele é, visto pelos nossos olhos, o que desejamos foi levar os alunos a provocações que ultrapassassem o mundo real e o mundo idealizado em Andorinhas. Neste trecho do cineasta Wim Wenders (1945), somos levados a refletir o universo imagético e as dinâmicas das cidades.

Assim como o mundo de imagens que nos circunda é cada vez mais cacafônico, desarmônico, ruidoso, proteiforme e pretensioso, as cidades se tornaram, por sua vez, mais e mais complexas, disformes e ruidosas, confusas e massacrantes. Imagens e cidades vão bem juntas (WENDERS, 1994, p. 184).

Wenders (1994) nos provoca a refletir a respeito de como um ambiente urbano pode ser decifrado. Apresentar aos alunos à tecnologia do Pinhole não é voltar ao passado ou apresentar uma técnica rudimentar frente às novas tecnologias digitais. É encontrar onde habita também o belo em sua característica de registrar de maneira sutil e limitada proporcionada pelo preto e branco.

O uso de uma câmera digital transmite muito mais códigos e símbolos dos elementos do mundo real por conter maior capacidade de reprodução e tecnologia frente ao Pinhole. Ao usar uma câmera

com limitações de registrar, justamente esses símbolos e códigos comuns, os alunos são automaticamente forçados a buscar outras perspectivas, olhares que se adaptem ao preto e branco, por exemplo. Neste momento, observamos a intercessão com o conceito de *Multiletramentos*, onde os alunos são direcionados a buscar um entendimento próprio das imagens, como uma linguagem diferente da habitual.

Desenvolvimento metodológico

A primeira etapa da execução do projeto de Pinhole na EMEF Izaura Marques foi uma reunião junto à Coordenação pedagógica da escola. Na reunião, definimos a forma de aproveitamento da oficina de fotografia para os conteúdos de sala de aula em disciplinas como arte, história, geografia, matemática e ciências. A perspectiva adotada foi de transversalidade, como define os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs.

A transversalidade pressupõe um tratamento integrado das áreas e um compromisso com as relações interpessoais no âmbito da escola, pois os valores que se quer transmitir, os experimentados na vivência escolar e a coerência entre eles devem ser claros para desenvolver a capacidade dos alunos de intervir na realidade e transformá-la, tendo essa capacidade relação direta com o acesso ao conhecimento acumulado pela humanidade (BRASIL, 1998, p. 65).

Em nossas perspectivas, nenhum conteúdo se sobreporia ao outro ou se daria como ponto de partida de um para outro, mas para o entendimento desse projeto específico como o fenômeno contemporâneo da fotografia, principalmente maximizado pelas redes e mídias sociais, pode oferecer em diferentes abordagens nos diferentes campos do saber.

Os cruzamentos dos conteúdos oferecidos na oficina e em sala de aula de aula pelos professores da EMEF ocorreriam em alinhamento ao currículo

escolar da Prefeitura Municipal de Vitória e ao Projeto Político Pedagógico da escola (lembrando que no projeto cultural já havia a seleção do público aos dois anos finais do Ensino Fundamental). Em 2015, ano em que se desenvolveu o projeto de Pinhole, a organização escolar passava por uma sequência de reformulações em Vitória, “no período entre 2013 e 2016 ocorre então, no Município de Vitória – ES, um movimento para a atualização das Diretrizes Curriculares do Ensino Fundamental denominado de Diálogos Curriculares” (CARVALHO; RODRIGUES, 2016, p. 2). Até a publicação das novas diretrizes em 2016, o documento norteador da educação no município havia sido publicado em 2004 e possuía como firmamento teórico os estudos culturais, as representações e a identidade, sendo que “[...] os trabalhadores culturais, os educadores e outros devem repensar a relação entre a política de identidade e as possibilidades de transformação social e do self” (PMV/SEME, 2004, p. 17). Dessa forma, as Diretrizes Curriculares de 2004 já apontavam para a perspectiva da escola em reconhecer seus alunos para além dos muros de seu espaço físico, como sintetiza o seu próprio texto:

Por influência de uma perspectiva social, política e cultural, as Diretrizes apresentam no seu conjunto uma proposta curricular voltada para a formação da cidadania plena, adotando, por outro lado, uma perspectiva psicopedagógica que considera o aluno como ser pensante e defende a ideia de trabalhar com os alunos como seres pensantes e capazes da construção de sua autonomia (PMV/SEME, 2004, p. 11).

O planejamento junto à Coordenação Pedagógica da EMEF, para além da delimitação sistemática do funcionamento das oficinas de Pinhole, teria como objetivo traçar os conteúdos correlacionados da prática fotográfica com as abordagens dentro da sala de aula pelos professores das disciplinas.

No campo da Arte, a abordagem se daria em história da arte através da exibição de trabalhos e obras de fotógrafos consagrados; nas possibilidades

da criação de um percurso pessoal através de estímulos para o desenvolvimento de uma identidade ou estilo próprio através da estética fotográfica e a interpretação e leituras de imagens. Na História, seria a forma que a fotografia impactou nas principais transformações sociais e econômicas do século XX, em especial para a imprensa e os meios de comunicação. Na geografia, além dos conteúdos relacionados à globalização, foram traçadas as possibilidades de trabalhar a questão da formação das cidades e do espaço urbano; a mobilidade da população; e a diversidade cultural. O conteúdo de Matemática se deu através da execução prática de lições de geometria, ângulo e área em polígonos, utilizada para o desenvolvimento da câmara escura na latinha ou na caixa. Na disciplina de Ciências Naturais, as abordagens ocorreram através da identificação dos fenômenos que habitam no registro fotográfico, as ondas; a luz; o reflexo; e as etapas de revelação como introdução da química e noções de reações.

Das questões necessárias para o funcionamento prático das oficinas, definimos, então, que ocorreriam em seis encontros da equipe com cada grupo de estudantes em seus devidos contraturnos. A escola e a Coordenação Pedagógica seriam responsáveis pela seleção dos adolescentes para participação através de um chamamento aberto aos 8º e 9º anos dos turnos matutino e vespertino com o preenchimento de até 100 vagas.

Como **primeiro módulo** da oficina, o intuito foi promover uma aproximação dos alunos com o universo da fotografia, contando um pouco de seu surgimento, de seus usos, de como as fotografias passaram de um registro restrito às elites e por meio dos seus avanços tecnológicos ganharam popularidade nas diversas classes e grupos sociais ao redor do mundo.

As escolhas das fotografias a serem exibidas para os alunos foram determinadas a partir da máxima variedade que poderíamos proporcionar em um curto tempo disponível. O objetivo não foi exibir uma linha do tempo rígida e fechada da evolução da fotografia como registro, mas dimensionar as formas

que a fotografia ocupava nas sociedades: como algo rudimentar e posado, instigar aos alunos a refletir: o que é uma pose? Perpassando por seus diversos usos na sociedade, como o uso da fotografia abstrata, da espontânea até à apropriação artística, como inspiração para quem registra e as formas de fluir e sentir para quem observa. Utilizamos referências dos períodos moderno, como o fotógrafo húngaro Thomaz Farkas (1924), que possui diversos registros no Brasil que evidenciam a arquitetura e os ritmos urbanos através do uso da luz e da sombra em obras em preto e branco. Também o brasileiro, que possui vasta relação com o Espírito Santo, Sebastião Salgado (1944), que utiliza também como técnica o preto e o branco, no entanto, em uma narrativa com poses e expressões faciais, sua abordagem temática é principalmente a natureza, as etnias, a imigração, o trabalho, as mazelas sociais, dentre outros.

O **segundo módulo** pretendeu realizar uma abordagem e reflexão histórica da comunidade de Andorinhas junto aos alunos. No encontro anterior, a partir de uma solicitação dos mediadores da oficina, os alunos participantes trouxeram fotografias analógicas de casa que mostrassem episódios de sua família, de seus pais, avós ou até mesmo deles. Incentivamos que essas fotografias fossem preferencialmente registros realizados em Andorinhas ou em Vitória, como por exemplo: casamentos, batizados, festas de aniversários, registros que nascem justamente em confraternizações diversas, por terem como objetivo a sacralização de um momento especial.

Para levar os alunos a essa reflexão da fotografia como um momento único, utilizamos um pequeno vídeo sobre o artista Luiz Alberto Guimarães, produzido pelo Centro de Artes da Universidade Federal Fluminense (UFF), a partir da exposição “Essas Máquinas Maravilhosas” (2014), recém lançado próximo à data do projeto. O artista, que possui como característica a produção de suas próprias máquinas em formatos e tipos diversos, utiliza da técnica do Pinhole para perceber arranha-céus e avenidas em Niterói/RJ e no Rio de Janeiro/RJ.

Neste **módulo** também apresentamos a vídeo-arte “...Feito poeira ao vento...” de Dirceu Maués (1968) produzido em 2006, que traz uma sequência de 991 fotografias feitas em Pinhole no mercado Ver-o-Peso, em Belém/PA. Após determinado momento, levamos os alunos à formação de uma roda de conversa a fim de buscarmos possíveis relações de semelhanças e diferenças entre os registros antigos de suas famílias e as obras de Dirceu Maués e Luiz Alberto Guimarães. Pedimos que estas observações fossem anotadas em seus cadernos.

Propomos também uma atividade entre os próprios estudantes, que realizassem registros fotográficos dentro da escola com seus celulares. Alguns possuíam celulares, os que não possuíam poderiam utilizar os dos colegas. Cada aluno poderia realizar um único registro e posteriormente apresentá-lo ao grupo. Solicitamos aos estudantes que respondessem o porquê das escolhas de seus respectivos registros, que justificassem suas escolhas, seus ângulos, seus cenários, etc. Este foi um momento para que a equipe pudesse avaliar os conhecimentos explorados até o momento pela oficina, as formas que os alunos receberam as informações e referências de artistas expostos.

Chamamos o **terceiro módulo** de cartografia sensível. Quando tratamos da organização espacial da cidade e observamos os pontos turísticos ou as partes mais atrativas, muitas vezes vira-se as costas para a pobreza e para a violência, de modo que as partes eleitas como ‘feias’ não são consideradas pertencidas àquele espaço urbano, decorrente de uma ‘cegueira coletiva’, às vezes é até mesmo compreendida como um estorvo e que devem ser ignoradas e descartadas (BORGES, 2013). A forma que as cidades se organizam não levam em conta as trajetórias vividas por grupos e comunidade vulneráveis, se concentram em contar a história daqueles que sempre dominaram e dominam o espaço geográfico, os grupos que detêm o poder no meio social, político e cultural daquela sociedade instalada.

Para delimitar metodologicamente uma carto-

gráfica sensitiva, vemos em VAL (2014), que o mapa é uma representação social do mundo que parte do ponto de vista de quem propôs. **Já o caso da cartografia, seria uma apreensão de um processo** estático, e ao mesmo tempo, em movimento próprio, porque parte de uma influência de vários atores sociais e suas relações com os territórios. A cartografia não está ligada apenas à questão física, mas também subjetiva, de como cada indivíduo atribui qualidades para um determinado espaço e seus objetos ali. As cartografias são construídas a partir do espectro coletivo, das qualidades desses espaços formados a partir de relações de sociabilidade, dos modos de vida, valores, crenças, etc.

Ao propormos essa atividade aos alunos do EMEF Izaura Marques, queríamos que eles mesmos nos apresentassem, através de desenhos, indicando através da perspectiva da geografia, não prezando pela exatidão das direções e da realidade física, mas a indicação dos lugares de práticas culturais e de identidade no bairro de Andorinhas. Expomos slides com imagens diversas das sociabilidades comuns aos adolescentes, como sentar com os amigos, lugar da paquera, espaço de tirar fotos; bem como de práticas culturais, sejam ligadas aos esportes, músicas e danças, manifestações religiosas, etc. O intuito da amostragem é instigar nos alunos que busquem referências próprias em seu cotidiano, provoque a reflexão ao olharem para dentro de suas rotinas.

Esse tipo de visualidade proporcionada por uma cartografia, além de cumprir a demanda de traçarmos um roteiro especial para sairmos da escola em direção às ruas, aponta também um propósito aos lugares a serem visitados e registrados pela fotografia. E em um sentido mais amplo, permite reconhecer em Andorinhas potencialidades culturais, a identificação de possíveis grupos organizados ou em organização no campo das artes visuais, música e das diversas expressões sociais, políticas e culturais.

O **quarto módulo** foi composto por dois encontros, sendo o primeiro dia destinado à produção das câmeras fotográficas de Pinhole (pin = agulha; hole =

buraco). Orientamos os alunos a trazer de casa algum objeto para ser reaproveitado como câmera e que esse pudesse ser vedado, como exemplo: latas de leite, latas de sardinha ou condimentos, caixas de fósforo, caixas de sapatos, etc. Disponibilizamos papel dupla face preto, tintas pretas, tesouras, colas e todo o material que poderia auxiliar na confecção. Esse momento foi direcionado pela equipe do projeto, ilustrando o passo a passo e os alunos reproduziam a partir da observação da demonstração. Este encontro foi tomado, em sua maior parte, como momento lúdico, de forma que os alunos também realizavam trocas de experiências ao auxiliarem uns aos outros nesta confecção. O momento final foi a realização do pequeno furo em cada câmera, conforme o Quadro II. Esta etapa foi realizada individualmente, o aluno com um adulto, de forma que gerasse também bastante atenção e curiosidade.

O segundo encontro deste módulo talvez seja a parte mais aguardada pelos alunos: a oportunidade de registrarem com as câmeras fabricadas por eles mesmos os olhares e cenas de seu entorno. Esta etapa ocorre fora dos muros da escola, na região ao entorno da escola. Junto com a Coordenação Pedagógica foi planejada uma estratégia de levá-los ao ambiente externo da escola, em segurança, para que realizassem os registros. Os grupos foram divididos em até dez alunos aproximadamente, por supervisão de cada membro da equipe. A divisão de pequenos grupos objetivou, além da possibilidade de uma organização maior em cada etapa do registro fotográfico, uma aproximação vivenciada de cada sujeito com os seus colegas no ato de fotografar, algo que não poderia ser pedido em um grupo muito grande. Os pequenos grupos se reuniram no início do momento e definiram junto com o adulto a rota que seguiriam. Logo após, cada grupo, na sua vez, seguia para o laboratório fotográfico (montado previamente em uma sala da escola) para que fossem inseridos os papéis fotossensíveis nas latas e caixas utilizadas como câmeras. Alguns alunos possuíam mais de uma câmera e, dessa forma, poderiam fazer mais de um registro na rota definida.

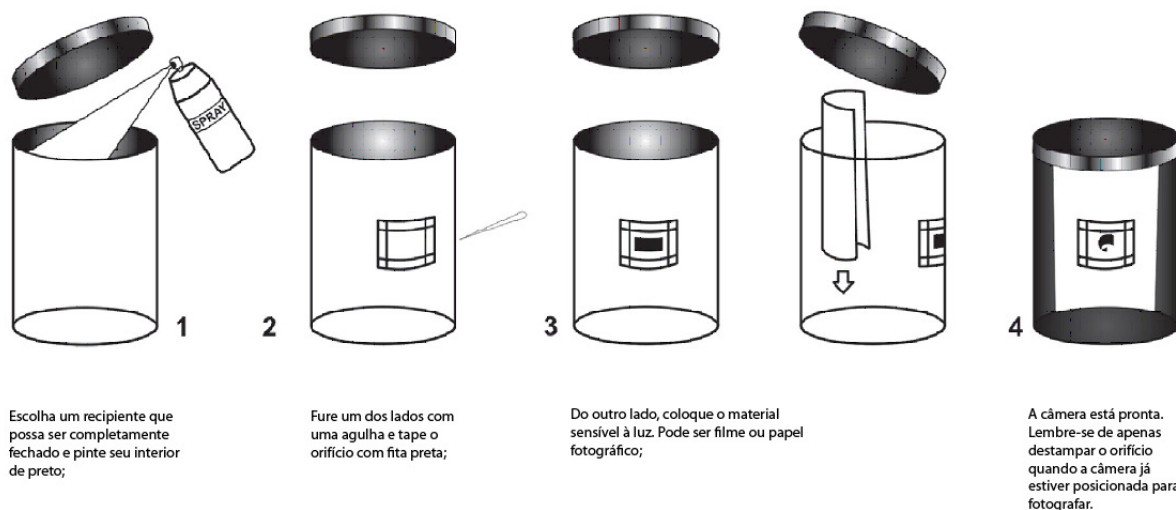


Figura 2 – Produção de câmera Pinhole. Fonte: Focus – Escola de Fotografia, São Paulo/SP, 2013.

O ato de fotografar com Pinhole depende de uma boa escolha de ângulo, algo motivado por sua inspiração, a posição que valorize a luz e alguns segundos com o orifício da câmera aberto. Após o registro o grupo retornava ao laboratório para iniciar o processo de revelação, o papel fotossensível passa por quatro banheiras: revelador, interruptor, fixador e finaliza na água, de preferência corrente. O intuito inicial do projeto era que cada aluno participante pudesse ter pelo menos dois momentos de registro fotográfico, para que pelo menos experimentassem o momento da primeira prova e da segunda prova, ou seja, fariam um primeiro registro, examinariam o resultado e teriam a oportunidade de retornar e ajustar ângulos, posições, tempos de exposição da luz pelo orifício ou caso desejassem, realizar uma nova experimentação. Por conseguinte, cada aluno, com o auxílio da equipe, insere um novo papel fotossensível nas câmeras e saem às ruas para mais uma rodada de registros, abrindo espaço no laboratório para um novo grupo chegar. Adotamos esse modelo de rodízios com formação de pelos menos três grupos por turno.

O **quinto e último módulo** tratou da finalização do projeto. Os alunos foram levados até o labora-

tório de fotografia para recolherem dos varais seus registros. O objetivo deste último encontro foi a realização de uma grande avaliação e confraternização por parte de todos os envolvidos na oficina, partindo dos alunos, de professores da EMEF Izaura Marques, da Coordenação Pedagógica e da equipe que levou o projeto até a escola. Após cada um ter em mãos suas próprias fotografias e de grande momento de animação, convidamos todos a formar uma grande roda para dialogarmos sobre todas as experiências vividas e proporcionadas pelo projeto. Em um segundo momento, orientamos os alunos a montar uma exposição com os próprios registros e reproduções das fotografias familiares que haviam apresentado ainda nos primeiros encontros. A montagem da exposição aconteceu em um espaço pré-selecionado pela Coordenação Pedagógica na qual oportunizamos aos alunos materiais, como papéis coloridos, pincéis, tesouras, colas, etc. de forma que eles mesmos construíssem as narrativas a serem expostas para o grande público. Ao finalizar as montagens, em seus respectivos turnos, realizamos uma confraternização com lanche e suco.

Resultados e discussão

A cidadania cultural, como revela Marilena Chauí (2006), é o paradigma do cidadão enquanto usufruidor do direito à experimentação cultural, em todos os seus âmbitos, de fruição, vivência, informação e memória. O cidadão cultural é um agente político capaz de romper a condição de sujeito expectador ou alheio culturalmente para um indivíduo ativo, capaz de transformar o seu entorno. Ao apresentar o Pinhole aos estudantes da EMEF Izaura Marques como conteúdo transversal, pretendemos romper com o fenômeno que ocorre na atualidade através das fotografias e das redes sociais, a facilidade proporcionada pelas tecnologias digitais que permite registrarmos numa fração de segundos dezenas de imagens, tornando-as banais muitas vezes e deixando de lado características de sua essência como forma de linguagem e não refletirmos sobre sua forma de comunicação. A perspectiva do cidadão cultural, neste caso, é deixar de lado o indivíduo como passivo e receptor de imagens, mas como ativo ao ler imagens e construir imagens.

Já dentro dos aspectos do Pinhole como expressão de arte, não se reforçou nos resultados os seus métodos rudimentares ou antiquados dentro do imaginário dos alunos, mas as potencialidades e formas de explorar suas limitações técnicas e crômicas. Através da estética do Pinhole (Imagem 3 e 4), que surge através do preto e do branco, algo nem tão sempre muito bem definido, imagens turvas, as evidências entre as luzes e as sombras; criamos pontos de construções de olhares distópicos da cidade, algo que vinculasse as identidades dos estudantes com seu entorno material, mas que não habita nem no passado e nem no presente, olhares que transbordam a literalidade do cotidiano.

Sobre os olhares e a fruição no trabalho artístico, encontramos em Walter Benjamin (1892-1940) a defesa da existência de uma “aura” em torno da obra de arte, algo que surge a partir da experiência frente a frente com a obra, uma espécie de energia

existente que é carregada de sentimentos e sensações provocadas apenas a partir desta experiência. Em seu famoso manifesto “A obra de arte na era da reprodutibilidade técnica”, publicado pela primeira vez em 1936, Benjamin discorre sobre como o sistema capitalista, aquele enunciado por Marx (1818-1883), atua no campo das artes visuais e de como os desenvolvimentos tecnológicos têm influenciado sobre esse “valor de culto”, que ele chama, sobre a arte. No entanto, os trabalhos de Benjamin estão situados em um contexto social e econômico de meados do século XX, época do surgimento de inovações técnicas nos meios comunicacionais e principalmente imagéticos, como a fotografia e o cinema. Desde então, até a atualidade, essas manifestações encontraram seu espaço de legitimação dentro das artes, demonstrando vetores para a criação da arte e não apenas ferramentas para cópias, como problematiza Benjamin.

Ao observar mais atentamente para as oficinas de Pinhole na EMEF Izaura Marques, a arte não se encontra apenas no ato de realizar o registro, mas há também uma “aura” ao se revelar. A reação do papel fotossensível aos reagentes químicos e no momento exato onde é desvendado o registro, a catarse predomina entre os alunos, o momento em que a mágica acontece debaixo da luz vermelha do laboratório fotográfico não é apenas a revelação (técnica), é a euforia da conclusão de todo o processo de registro, de uma sequência de escolhas efetuadas, do ângulo e do lugar e revelados diante dos próprios olhos.

Nessa busca de consolidação do que seria arte, frente à mercantilização - não só das coisas, mas também dos hábitos e das pessoas - encontramos no manifesto de DANTO (2006) perspectivas na sociedade das representações, do consumo, da mídia, das imagens e das coisas mutáveis para pensar caminhos para a arte contemporânea, como por exemplo, o autor cita os trabalhos de Jeff Koons (1955) como bens de consumo duráveis e, em geral, isso significava elevar os produtos da cultura popular e do desenho industrial aos contextos artísticos.

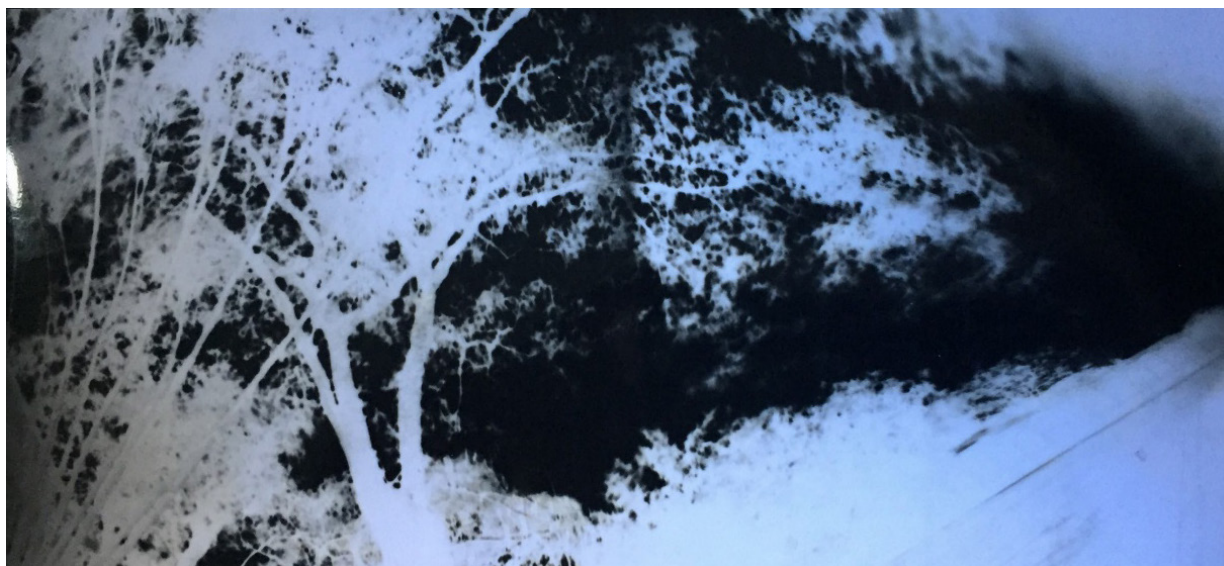


Figura 3 – Fotografia de Pinhole com destaque para galhos de árvores. Fonte: Acervo do projeto.



Figura 4 – Fotografia de Pinhole com destaque para bicicletas. Fonte: Acervo do projeto.

Para além de todo o processo mecânico que envolve o Pinhole, a experiência das oficinas buscava trazer um contraponto ao fenômeno tecnológico das redes sociais, para além do comportamento da fotografia na internet; tratadas como sentimento efêmero, muitas já nascem com prazo de validade, 24 horas, em algumas plataformas digitais. O sen-

timento de produzir uma imagem mais complexa, demorada, com planejamento e seu suporte físico em um papel fotossensível corroboraram para os aportes de elevar algo que talvez fosse comum a uma situação de bem durável.

Dentro da perspectiva da apropriação do saber por parte dos alunos da EMEF Izaura Marques, vemos

nas metodologias educativas de ZABALA (1999), que há três tipos de conteúdos que permeiam a construção do conhecimento e que são possíveis de avaliar no processo de ensino e aprendizagem, sendo – conteúdos que é preciso ‘saber’ (conceituais), conteúdos que são necessários: ‘saber fazer’ (procedimentais) e conteúdos que formam o ‘ser’ (atitudinais). No que tange o fenômeno da fotografia na atualidade, vemos na metodologia transversal, elaborada junto à Coordenação Pedagógica da escola, que há disciplinas que cumpriram a função de possibilitar os conteúdos conceituais e outros os procedimentais.

A possibilidade de relacionar situações de causa-efeito, associar diferentes conceitos e refletir sobre problemáticas, está ligado ao aprendizado conceitual, propiciado aqui, principalmente, pela apresentação de trabalhos de diferentes artistas com diferentes visões sobre o cotidiano; a exemplo, quando tratamos sobre o trabalho do fotógrafo Sebastião Salgado (1944), que possui como temáticas a imigração e imigrantes, realidade vivida por muitos avôs e avós dos alunos, quando se instalaram ali na região de Andorinhas. Os conteúdos procedimentais foram possibilitados especialmente no momento de confecção da câmera de Pinhole. Entretanto, alguns conhecimentos procedimentais também foram passados aos alunos durante o processo de registro, como escolher os melhores ângulos e posições que poderiam favorecer a luz. Até determinado ponto, observamos aqueles alunos que conseguiam colocar melhor em prática as sugestões passadas ao longo dos encontros anteriores.

Quanto às evoluções atitudinais, percebemos a partir do paradigma do ‘Lócus Cultural’, um certo distanciamento do estigma de periferia que habita na maioria dos alunos, decorrência possibilitada na imersão de suas realidades, atribuindo valor, demonstrando a riqueza cultural e de identidades que estão no entorno. Associado ao reconhecimento de seus espaços na cidade, o conteúdo atitudinal é aquele que envolve valores, normas e atitudes e, no que diz respeito ao nosso objetivo ao tratar do fenô-

meno fotográfico, identificamos nos alunos mudanças ao lidar sobre o registro de imagens, até mesmo em momentos paralelos às oficinas de Pinhole ao lidarem com seus próprios celulares e *selfies*, notamos também uma valorização das escolhas e do que realmente é a fotografia.

Considerações finais

A contribuição para área que esse trabalho proporciona é a experiência de um caso ao tratar da fotografia como linguagem e quando aplicada de forma transversal, por entendê-la como fenômeno, que na educação escolar oportunizou a emancipação social e política de cada aluno envolvido. O uso do Pinhole como forma de registro fotográfico instigou os alunos à construção da arte para além dos comportamentos nas redes sociais. Apresentamos aos alunos da EMEF Izaura Marques métodos requisitados pela arte, como resultado de um processo consciente para se expressar.

No ano de 2015, ainda nos encontrávamos na graduação e, além de oportunizar aos alunos essa experiência, foi também para nós um aprendizado concedido pela Prefeitura de Vitória de colocarmos nossas experiências e expectativas das oficinas de Pinhole, em prática. No entanto, ansiosos pela entrada no mercado de trabalho, logo nos deparamos com o contraste que havia do ambiente universitário para a comunidade de Andorinhas, contraste que não era apenas visual do espaço bem conservado e organizado da Universidade para o bairro vizinho, do outro lado da margem do canal de Vitória. O contraste estava na realidade entre a periferia e o acesso à educação pública de qualidade.

A compreensão do próprio entorno afeta a autoestima positivamente, e é o ponto de partida para qualquer transformação social. Uma das observações que tivemos foi a respeito do deck de madeira que circunda o canal de Vitória, espaço demarcado socialmente como ponto de venda e consumo de drogas para os moradores do bairro de Andorinhas.

A partir do que exploramos nas oficinas a respeito da geografia, do espaço urbano, percebemos a mudança por parte dos alunos ao tratar e se referir sobre o local; a conversa franca sobre os problemas e dinâmicas sociais permitiram um novo olhar para o enfrentamento ao tráfico de drogas e outros problemas sociais dos mais diferentes espectros.

Construímos um segundo olhar, propiciado pela própria metodologia que envolve a produção do Pinhole, sobre os ângulos da cidade para os alunos e para a equipe das oficinas. A possibilidade de vivenciar a fotografia conforme seu princípio, em busca do olhar ideal para quem registra, ao lidar com o tempo, o espaço, a luz e o escuro, não é perseguir as respostas e soluções para todos os problemas do mundo e da sociedade, mas, com certeza, reconhecê-los e refletir. Este foi um projeto que, com certeza, ficará marcado na memória e na trajetória pessoal de cada um ali envolvido.

Referências

- BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era da reprodutibilidade técnica. In: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política – ensaios sobre literatura e história da cultura**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. v. 1.
- BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: 3º e 4º Ciclos**: apresentação dos temas transversais. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998.
- BRITO, Gláucia da Silva. **Inclusão digital do profissional professor**: entendendo o conceito de tecnologia. In: Anais 30º Encontro Anual da ANPOCS, GT 24, p 1-19. Caxambu/MG, 2006.
- CARVALHO, Carla A; RODRIGUES, Christiane Milagre. **Diretrizes Curriculares do Ensino Fundamental no Município de Vitória**: uma produção a muitas mãos. In. Anais XII Encontro Nacional de Educação Matemática. São Paulo/SP. 2016.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de Fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- CHAUÍ, M. **Cidadania cultural**: o direito à cultura. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.
- CIAVATTA, Maria Franco. A leitura de imagens na pesquisa social: história, comunicação e educação. São Paulo: Cortez, 2008.
- DANTO, Arthur C. **Após o fim da arte**: a arte contemporânea e os limites da história. [After the end of art: contemporary art and the pale of history]. Tradução de Saulo Krieger, Posfácio à edição brasileira de Virgínia H. A. Aita. São Paulo: Odisseus Editora, 2006.
- MARTINS, Aterlane. **Das santas almas da barragem à caminha-da-da-seca**. Fortaleza: Museu do Ceará, 2017.
- NEVES, Luiz Guilherme Santos. O novo arrabalde. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo**, Vitória, n. 44. p. 3-6, 1994.
- ROJO, Roxane; MOURA, Eduardo. **Multiletramentos na escola**. São Paulo, Parábola, 2012.
- SANCHO, Juana Maria. **Por uma tecnologia educacional**. Porto Alegre, Artmed, 1998.
- SAUSSURE, F. de. **Curso de Linguística Geral**. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.
- SILVA, Jamile Borges da. **la memória em sépia: imagens debotadas e representação do negro em dois museus digitais**: Dusable Museum e Museu Digital da Memória Africana e Afro-Brasileira. 2013. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.
- VAL, Ana Paula do. **Território, cidadania cultural e o direito à cidade**: a experiência do Programa VAI. 2015. Dissertação (Mestrado em Estudos Culturais) - Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
- VASCONCELOS, João Gualberto. **Memórias do desenvolvimento**. Vitória: Multiplicidade, 2004.
- VITÓRIA. **Diretrizes curriculares para o ensino fundamental**. Secretaria Municipal de Educação. Vitória: SEME/PMV, 2004.
- WENDERS, Win. **A paisagem urbana**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 23. Rio de Janeiro: IPHAN, 1994.
- ZABALA, A. **Como trabalhar os conteúdos procedimentais em aula**. Tradução Ernani Rosa. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 1999.
- ZORZAL, Marta. **Espírito Santo: Estado, interesses e poder**. Rio de Janeiro: FGV, 1986.

rogativa, e o Sr. fiscal, que continuando como euceton em seu trabalho, deixou-nos ao menos boas saas, limpas, e bem calçadas.

Assim esperamos, e esperão todos do patriotismo da camara, e do zelo com que tem até hoje o Sr. Victoria serve ao publico sem algum interesse pecuniario.

Em data de 27 do corrente foi exonerado o capitão Anselmo d'Almeida Calmon do cargo de subdelegado de policia da villa de Linhares; e nomeado na mesma data para 1.^o suplente o cidadão Luiz José d'Amorim, por se achar vago semelhante lugar.

O preso Manoel Joaquim, que na noite do dia 22 tentou suicidar-se na prisão da cadeia publica passando na garganta um canivete velho, de que se achava munido, até hoje não tem fallecido; removido como foi logo para o hospital da santa casa da misericordia ali se faz seu curativo; consta-nos porem que o ferimento é mortal, por que cortara completamente a trachea-arteria.

NOTICIAS DIVERSAS.

Rio de Janeiro 10 de junho.

Felo paquete a vapor *Imperador*, entrando dos portos do sul, recebemos folhas de Porto Alegre até 2 e do Rio Grande até 3 do corrente. Reinava a maior tranquillidade em toda a provincia de São Pedro do Sul.

O general D. Fructuoso Rivera continuava a residir na villa do Jaguarão. O Sr. marechal de exercito Andréa ia proceder á demarcação da linha divisoria desde a fronteira do Chuy até á Lagôa-Mirim na conformidade do protocolo de 18 de abril p. p., que estabeleceu a verdadeira intelligencia do artigo 1.^o do tratado de limites de 15 de maio de 1852.

O punhal do assassino tinha feito novas victimas.

Um dos assassinatos é referido pelo *Pelense* nos termos seguintes:

«Soubemos agora de um horroroso assassinato que em principios do mez de setembro do anno findo se perpetrò na pessoa de um ancião respeitavel, no districto do Arroio Grande, lugar denominado da Palma, municipio de Jaguarão. A victima, de nome Francisco Lucas, tinha mais de 70 annos, era viuvo e possuía bens de fortuna, com fama de ter em sua casa grande parte della.

«Tres individuos que de noite lhe pedirão pousada fôrão os autores de tão nefando crime, surprenderão o infeliz, e á proporção que o orefcavão a mostrar os diferentes lugares onde tinha dinheiro, davão-lhe uma punhalada, até que lhe concluíram os dias de existencia. Os escravos então espavoridos, e fugindo dessa scena de horror, fôrão dar parte aos vizinhos, os quaes quando chegarão virão apenas o cadaver e sangue derramado por toda casa; sangue que pedia justiça, que sem duvida as ameaças tem feito fugir desse lugar.»

Junto ao Passo do Triumpho fôrão assassinados dous allemães. Copiaremos do

sabia a salida do vapor relativamente a essas mortes:

«Porto Alegre 28 de maio:

«Acaba de descobrir-se um crime por maneira bastante singular. O individuo Valentim Mallanes, Correntino, dirigiu-se ao passageiro do Passo do Triumpho, para que elle o transportasse á freguezia de São Jerônimo. Notando, porem, o passageiro que o Correntino mostrava certo sobresalto e terror e que levava objectos que não devião pertencer-lhe, nos quaes se vião muitas nodos de sangue, demorou dar-lhe passagem até que apparecendo outra pessoa lhe deu apoio e então prendeu o cidadão Valentim Mallanes. Este logo confessou ter assasinado um homem, sem todavia querer declarar quem fosse, nem o lugar do crime.

«Acharão-se-lhe 34 onças de ouro, e duzentos e tantos mil réis em outras moedas e em prata, e bem assim muitos objectos de arreios de cavallo, alguma roupa fina, entre a qual lenços de seda com as iniciais M. J. C.»

—31 de maio.

«Por uma parte policial que o Sr. chefe de policia recebeu, sabe-se que fôrão as victimas do Correntino Valentim Mallanes, preso no Passo do Triumpho; fôrão os allemães Pedro Geispusch e seu pai, ferreiros residentes na Uruguayana, e que vinhão para São Leopoldo; auanhã daremos outros detalhes sobre estes factos.»

—1.^o de junho.

«Promettemos hontem dar mais detalhes sobre o crime do Correntino Valentim.

«A vista de algumas informações que a authoridade policial do Triumpho recebeu, dirigiu-se o subdelegado do 2.^o districto daquelle municipio ao lugar denominado *Capão do Leão*, e ali achou o corpo dos dous miserios allemães assassinados.

«O ancião estava estendido sobre a cama que fizera com seus arreios; tinha na cabeça uma grande ferida feita com uma das pedras das bolas, essa arma terrivel do gaúcho. O golpe, fracturando os ossos parietal e frontal, tinha levado a sua accção até o craneo, produzindo uma morte instantanea. O malvado assassino tirando o cinto de onças que o misero ancião levava sobre o peito, e não registrando o corpo, deixou um outro cinto com 51 onças de ouro, que se achou ainda sobre o cadaver, e foi recolhido pela authoridade policial.

«O corpo do moço Pedro Geispusch mostrava signaes de uma luta tenaz, pois tinha diversos contusões feitas com as bolas, alem de estar degollado.

«A vista destas provas incontestaveis do barbaro crime praticado pelo Correntino Valentim, as authoridades seguem com toda actividade o processo contra elle, e é de esperar que breve aquelle malvado receba o severo e exemplar castigo que o seu crime atroz exige.»

— 41.

Entrou esta manhã do Rio da Prata o paquete inglez *Prince*. Traz datas de Buenos-Ayres até 2 e de Montevideo até 5 do

ante tinha occorrido.

No estado Oriental reinava a paz, e nem um receio havia de que fosse perturbada.

Nas camaras tinham passado as leis de naturalisação e a de registro civil.

Entre os assumptos que occuparão a attenção da camara dos representantes no mez de maio, o mais importante é aquelle que authorisa o governo a negociar um emprestimo de um milhão de pesos. O desaccordo existente entre a camara e o ministerio sobre a maneira de empregar aquella quantia, parte da qual queria o governo applicar ao pagamento de dividas fora do orçamento, ao que não annuia a camara, tornou a discussão muito discutida, passando a final a authorisação pedida nos termos seguintes:

Art. 1.^o Abre-se ao poder executivo um credito dentro da somma de um milhão de pesos.

Art. 2.^o Esta quantia fica especialmente affectada aos pagamentos atrasados das listas civil e militar, e mais divida exigivel em virtude da lei do orçamento do anno corrente.

Art. 3.^o Para garantir o pagamento dos juros e capital resultante desta operação de credito fica estabelecido um imposto adicional sobre os generos que para consumo se introduzirem no Estado. Este imposto será uma quinta parte de augmento sobre os direitos que hoje paga cada artigo.

Art. 7.^o Estabelece que este emprestimo não poderá ser contrahido a mais de 24 % ao anno, capital ao par, compensando-se em diminuição de juro a diminuição no capital.

Assegura-se que esta lei passará no senado até 20 deste mez.

O governo acabava de apresentar ás camaras dous projectos de lei, o primeiro abrindo aos navios e commercio de todas as nações os portos habilitados da republica no rio Uruguay (Paisandi, Salto e Soriano), e o segundo declarando pirataria o trafico de negros.

No senado foi approvado um projecto de lei para ser alienada por um ou dous annos metade das rendas da alfandega e de todas as recebedorias.

Continua em Buenos-Ayres a guerra civil que desde dezembro p. p. assola aquella cidade digna de melhor sorte. A luta diaria, que de dia em dia se torna mais sanguinolenta, arrebatava muitas vidas e não apressa a solução da questão. O bloqueio, por inefficaz, não consegue que a cidade se entregue por falta de viveres, e produz gravez complicações com os neutros. Os inglezes ja protestarão contra esse bloqueio, e os francezes seguem o exemplo.

No 4.^o do mez passado sancionou o congresso de Santa Fé a constituição da republica. Este facto poderia dar lugar a uma intelligencia entre os belligerantes. O congresso a facilitava até certo ponto. Ao dividir a provincia de Buenos-Ayres, para em uma parte della estabelecer a capital do Estado, manifestou o desejo de que esta provincia fosse consultada, e mandou uma commissão de seu seio pedir a aquiescencia da provincia ao pacto fundamental. O general Urquiza, a quem o congresso encarregara de promulgar e fazer executar aquella constituição nas treze

tende, porém, não dever dar entrada na cidade sitiada áquella commissão, e mandou cumprir a constituição sem dar della conhecimento official ao governo de Buenos-Ayres.

Corria em Buenos-Ayres que o general Urquiza tencionava organizar um governo provincial na campanha, e que esse governo faria cumprir a constituição por parte de Buenos-Ayres.

O Dr. Pena, ex-ministro dos negócios estrangeiros do general Urquiza e um dos negociadores do tratado de paz de 9 de março com o governo de Buenos-Ayres publicou um manifesto explicando a sua conducta e a dos seus collegas nessa negociação, para provar que não faltára as instrucções do director provisório.

Cartas de Corrientes annuncião que o governador daquella provincia mandou fuzilar o coronel Veron, e fizera sahir o seu territorio ao Dr. Derqui, creatura do general Urquiza. Atribuia-se-lhes a intenção de revolucionar a provincia para fazer calhar o governador Pujol, pouco affeição ao director provisório.

Por via de Montevideu ha noticias de Valparaíso até 18 de abril. O presidente da republica tinha regressado da sua viagem ás provincias do sul.

A corveta brasileira *Bahiana* havia chegado a Valparaíso. O *Mercurio* diz :

« Temos no nosso porto a corveta de guerra brasileira *Bahiana*. E' a primeira vez que tremula nas nossas aguas a bandeira imperial do Brasil. A fortaleza de Santo Antonio respondeu com 21 tiros á sua honrosa salva, e toda a cidade de Valparaíso, cremos, se unirá para dar a boas vindas ao hospede transatlantico que representa a soberania de uma nação americana, cujo governo sabio e liberal tem sabido dar ás instituições monarchicas todo o brilho e latitude das mais republicanas para desesperação dos demagogos da America do Sul. »

Tinha havido desintelligencias entre os governos do Chile e de Bolivia sobre a questão de limites. Parece porem estar assentado que a solução dessa questão ficaria para um tratado definitivo.

Entre Bolivia e o Perú havia tambem questões, mas de caracter muito mais grave, e que fazião receiar uma guerra. O *Mensajero* de Lima refere o seguinte :

« Depois da multidão de injurias e de actos contrarios á fé e á letra dos tratados, e autorisados pelo governo de Bolivia, acaba de consummar-se um facto de que não ha exemplo ultimamente nem entre os governos barbaros.

« O nosso consul na Paz foi intimado pela policia para sahir do paiz em 8 dias. O Sr. encarregado de negocios, o Sr. Paredes, protestou contra este acto. O chefe de policia foi logo a sua casa, installou-se nella e intimou-lhe a ordem de sahir do paiz dentro de duas horas, sob pena de ser posto fora á força.

« Não pôde o agente diplomatico do Perú obter sequer que se lhe desse a ordem por escripto, nem que se lhe mandasse um passaporte.

« Um commissario de policia tomou conta da sua casa, e tanto o encarregado de

DOCUMENTO

IMPrensa, RUSCAS POLÍTICAS E CRIME: O CASO DO INQUÉRITO POLICIAL DE JOAQUIM RAMALHETE MAIA EM DEFESA DE SUA HONRA (1853)

Jória Motta Scoloro

Jornalista do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Doutora em História Social das Relações Políticas (UFES).

Marcos Antonio Briel

Historiador do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Graduado em História (UFES). Mestrando em História (UFES).

CORRESPONDENCIAS

Sr. Redactor.

A dezobediencia ás autoridades constituidas e o desrespeito ás leis, são ser-tamente intoleraveis: Hum facto que julgamos não ficar impune pelo seu proce-dimento, acaba de praticar o Sr. Joaquim Ramalhete Maia, no quarteirão de aldeia Velha, do municipio desta villar: o inspec-tor do quarteirão tendo posto uma patrulha em casa de Ignacio do Reis Machado, em consequencia de ali haver grande ajun-tamento de povo, para uma ladainha, a invocação de Santo Antonio, que ali tem de costume, fazer-se quasi todos os annos, o inspector, observando uma desordem, que teve começo por um Camillo e um italiano, que ali reside, lançou mão de dous homens dos que ali estavam, para conter qualquer occurrencia que ali ou-veresse: o Sr. Ramalhete Maia que tambem gosta de ladainhas para ali se dirigio e chegado ali ao tempo que o inspector foi a sua casa sejar, desarmou os homens que

de burro, e chi-
uar, e te facto
ado pelo mesm
motivo logo
levar ao com
o que esper
regular não f
arbitrariedad
que ali achav
ar que se fize
ria, publica a
ote-se Sr. Re
de Santo Ant
foi victima
que ali per
da debaixo d
de lhe ficar

24 de junho d

RIEDA

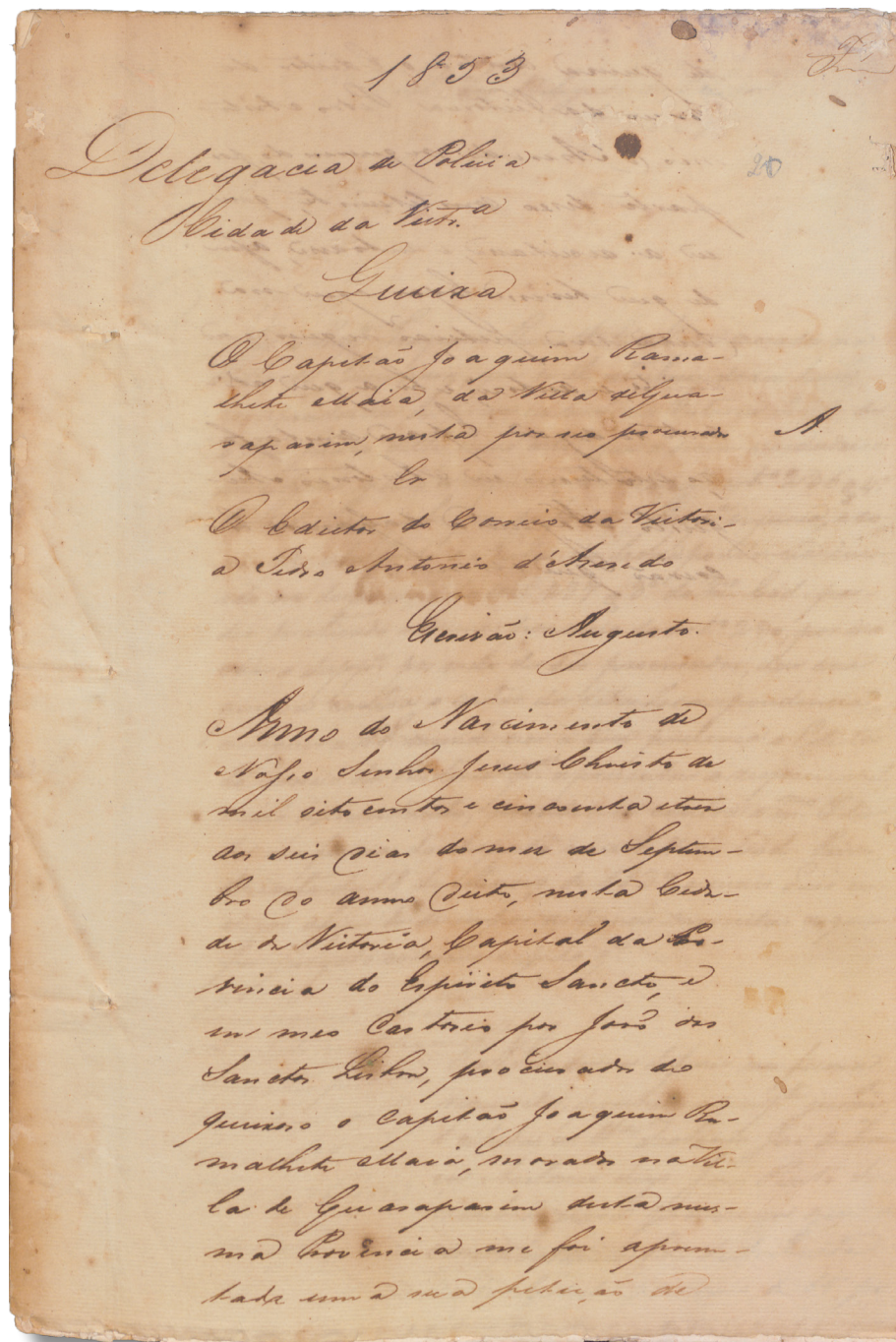
MORAL.

RTUDE DAS MUL
os os males que
do, que ning
ua carreira, se
las continuas
sta sobre tudo
ntra o homem
s, persegue-o
n suas opiniõ
n prazer: é e
ção. Mas entã
her. Para sentir a dór, a m
de experimental-a tardian
depara com uma adversida
do so sua. Os carinh
que enternecem
coramem, os segredos
do ella possue pbr instinc
a dór a que ella se chega
gue; e quando não lhe
unico socorro que ella i
sua compaixão.
do aquelle que pa
acquir o primeiro lugar
res, para cujo coração to
As crianças abandonadas,
recursos, as pobres mulh
das formão em todos o
da sua escolha: fica-lhes
quem d'ellas precisa. Ter
tornado tão vulgar esta d
dade que passa confundid
bitos da sua vida. Quanto
as mulheres, a certos res
cem dignas de uma adm
Lançadas no meio dos no
nossas paixões, ellas os ca
mentão. Pelos disvellos
não-se amaveis e doces p
ções da vida. São as prim
genio, cobrem-o com a
dando-lhe a mão, arreda
que se lhe oppôr. Se pa
de uma ordem elevada, e
e os suspiros, vão-lhes
lhem-os, afim de lhes da
no primeiro momento f
genhosa ternura de su
auão-se os aggravos, per
e reconcilião-se os odios.
E' pelas mulheres que

RESUMO

Os inquéritos policiais são importantes fontes para a história ao trazerem diferentes informações sobre o cotidiano, as vivências e as interações sociais. Para promover o acesso a este tipo de documento, o Arquivo Público do Estado do Espírito Santo disponibilizou on-line todos os 1.735 dossiês do “Fundo Polícia”, abrangendo os anos de 1833 a 1921, totalizando 114.239 páginas. O acervo pode ser consultado na plataforma “AtoM”.

Para conhecer o teor dos inquéritos, temos, por exemplo, o processo em que Joaquim Ramalheite Maia pede providências para identificar o autor de um artigo anônimo, considerado por ele difamatório e mentiroso, publicado no jornal “Correio da Victoria”, em 29 de junho de 1853. O reclamante afirma que a divulgação da carta, assinada pelo codinome “O roceiro”, trazia significativos prejuízos a sua reputação. Desse modo, solicita que o responsável pelo jornal prestasse os devidos esclarecimentos quanto ao conteúdo divulgado.



Uma vez que Maia morava na Villa de Guarapary, ele pede que a denúncia seja feita por procuração em nome de João dos Santos Lisboa, pois os inquéritos,

TRANSCRIÇÃO PALEOGRÁFICA

1853

Delegacia de Polícia

Cidade da Vitória

Queixa

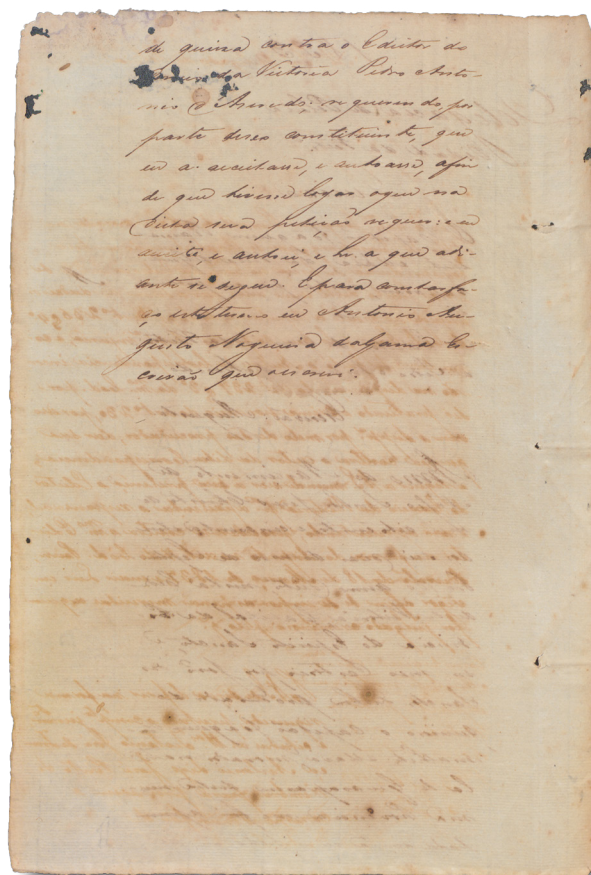
O Capitão Joaquim Rama- / lhete Maia, da vila de Guarapari, nesta por seu procurador.

O Editor do Correio da Victoria / Pedro Antônio de Azevedo.

Escrivão: Augusto.

[pág. 1]

Ano do Nascimento de / Nosso Senhor Jesus Cristo de / mil oitocentos e cinquenta e três / aos seis dias do mês de setem- / bro do ano deste, nesta cida- / de de Vitória, Capital da Pro- / víncia do Espírito Santo, e / em meu cartório por João dos/ Santos Lisboa, procu- / rador do/ queixoso o capitão Joaquim Ra- / malhete Maia, morador na Vila de Guarapari desta mes- / ma Província me foi apresen- / tada uma sua petição de / [pág. 1v] queixa contra o Editor do / Correio da Victoria Pedro Anto- / nio Azevedo, requerendo por / parte de seu constituinte, que / a aceitasse, e autuasasse, afim / de que houvesse lugar o que na / dita sua petição re- / querer: e eu / aceitei e autuei, é a que adi- / ante se se- / gue. E para constar fa- / ço este termo eu Antônio Au- / gusto Nogueira da Gama Es- / crivão que escrevi:



comumente, se desenrolavam na capital da Província do Espírito Santo, Vitória. Segundo consta, o impedimento em fazê-lo pessoalmente estava provado, pois ele se encontrava distante “12 léguas da cidade”, sendo esse um caso que o autorizava requerer tal licença. Após a tomada dos depoimentos, o processo foi encaminhado para apuração e investigações.

Por meio do dossiê, foi possível acompanhar a ocorrência tanto por meio dos trâmites oficiais,

quanto pela documentação arquivada, na qual constam o jornal publicado e o manuscrito original da correspondência. Este e os demais processos do “Fundo Polícia” permitem diferentes pesquisas sobre o dia a dia da população capixaba nos séculos XIX e XX, mostrando algumas das regras de conduta que norteavam as ações, assim como as constantes transgressões, conflitos e punições aplicadas.

[pág. 2]

Ilmo. Senhor Delegado de Polícia

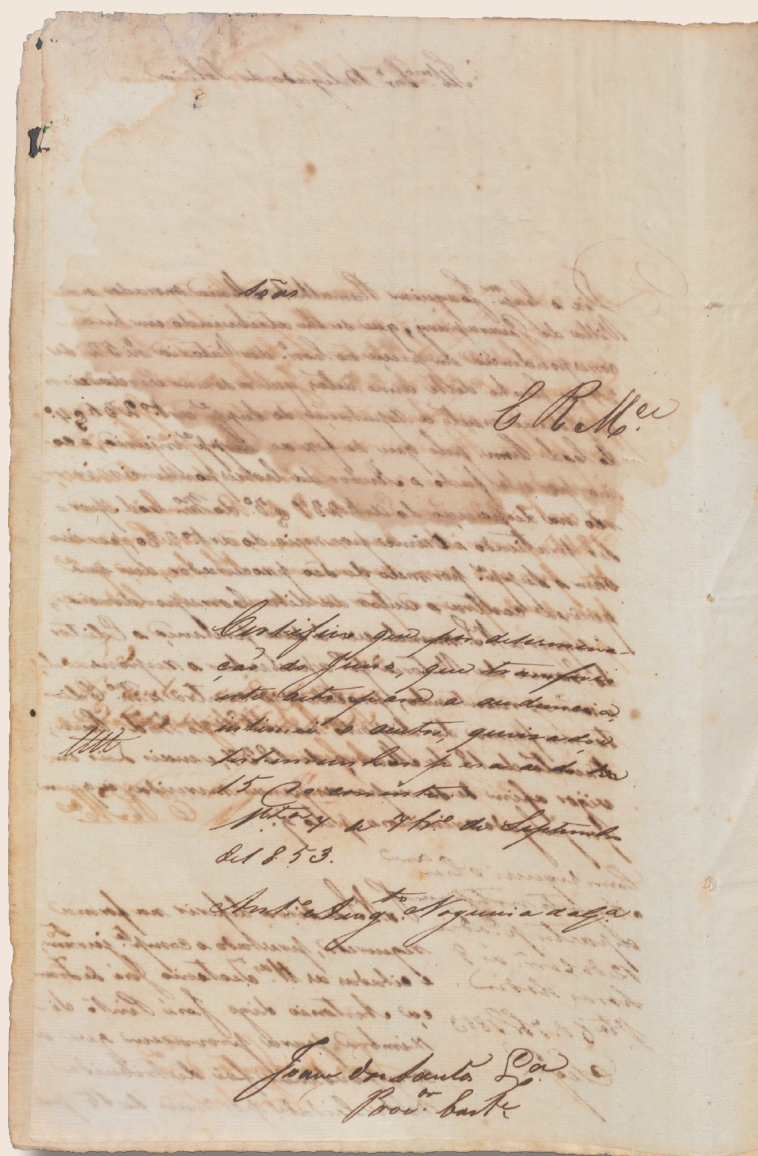
Diz o Capitão Joaquim Ramallete Maia morador na / Vila de Guarapari, que se lhe atribuindo em uma / correspondência impressa no Correio da Victoria nº 52 de / 29 de junho deste ano autos que a serem verdadeiros / prejudicam muito a reputação do suplicante artigo 236 § 4º / do Código Penal pelo que se fez ao suplicante injúria, e co- / mo por este fato o Autor da Correspondência incor- / reu na disposição do artigo 237 § 3º do mesmo Código, por / ter praticado o crime por meio do artigo 230, por isso / vem o suplicante por meio de seu procurador dar sua / queixa contra o autor da dita Correspondência, e requer a vossa senhoria mande vir a sua presença o Editor / do Correio da Victoria para apresentar o responsável/ e não apresentando, proceder-se contra o mesmo Edi- / tor na forma do disposto no artigo 7 do Código Penal; Decreto de 18 de Março de 1837, e mais Leis em / vigor afim de se impor as penas merecidas a quem / for julgado criminoso pelo qual.

Para vossa senhoria se sirva deferir na forma / requerida, prestado o competente juramento / e citadas as testemunhas Teotônio José de Fran- / ça Antônio digo José Pinto Si- / zimbra para provarem que a / correspondência foi distribuída / nesta cidade por mais de 15 pes-

Ilmo. Sr. Delegado de Polícia

Deixei a Cap. m. Joaquim Ramallete Maia morador na
Vila de Guarapari, que se lhe atribuindo em uma
correspondência impressa no Correio da Victoria nº 52 de
29 de junho deste anno autos que a serem verdadeiros
prejudicam muito a reputação do suppl. art.º 236 § 4º
do Cod. Pen. pelo que se fez ao suppl. injúria, e co-
mo por este facto o Autor da correspondência incor-
reu na disposição do art.º 237 § 3º do Cod. Pen. por-
ter praticado o crime por meio do art.º 230, por isso
vem o suppl. por meio de seu procurador, dar sua
queixa contra o autor da dita correspondência,
e requer a V.ª. senhoria que a sua presença o Editor
do Correio da Victoria p.º apresentar o responsável,
e não apresentando, proceder-se contra o m. Editor
na forma do disposto no art.º 7 do Cod. Pen.;
Decreto de 18 de Março de 1837, e mais Leis em
vigor afim de se impor as penas merecidas a quem
for julgado criminoso pelo q.º

Com requer. o Cap. m.
Augusto notifique p.º a V.ª. de dir.º de ferir na forma
de art.º 7 do Cod. Pen. requirido, praticado e comp.º juram.
12 de Corr. a 8 e citadas as M.ªs. Teotônio José de Fran-
ça e Antônio digo José Pinto Si-
zimbra para provarem que a
correspondência foi distribuída
nesta cidade por mais de 15 pes-



[pág. 2v]

ssoas.

E R Macedo

Certifico que por determina- / ção do
Juízo, que transferiu / este ato para a
audiência / intimei o queixado e / tes-
temunhas para a do dia / 15 do corren-
te.

Vitória, 7 de setembro de 1853.

Antônio Augusto Nogueira da Gama

João dos Santos Lisboa

Procurador

[pág. 3]

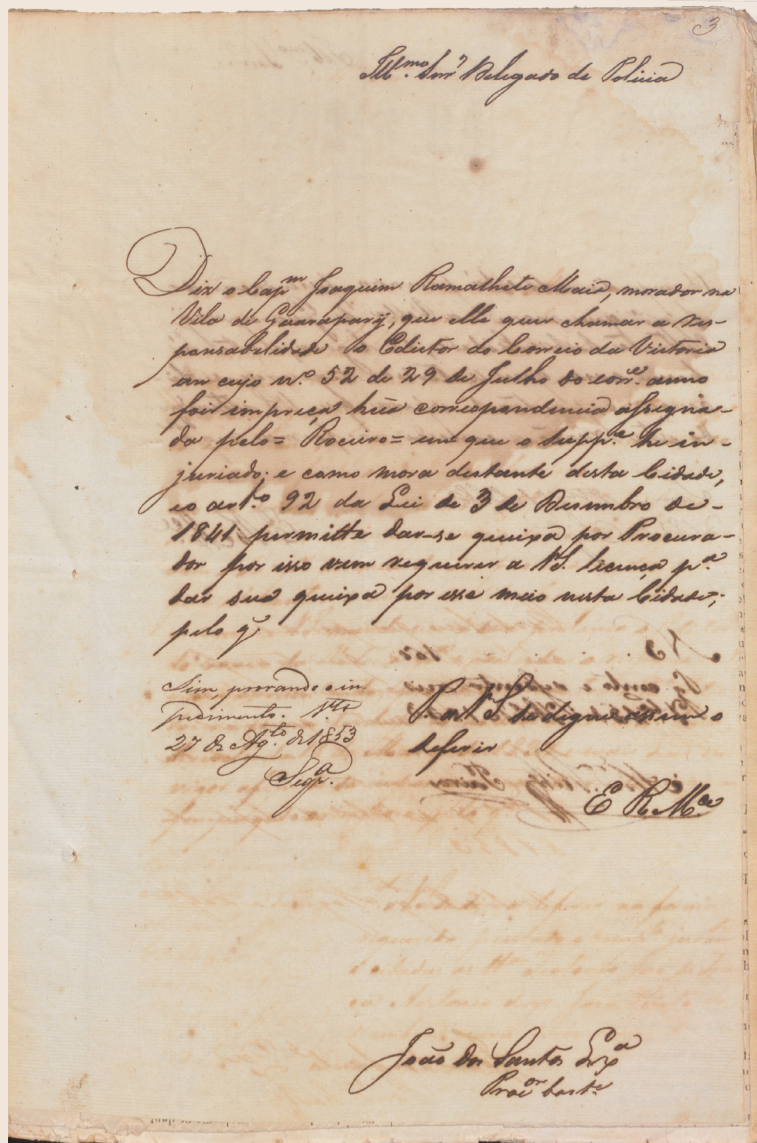
Ilmo. Senhor Delegado de Polícia

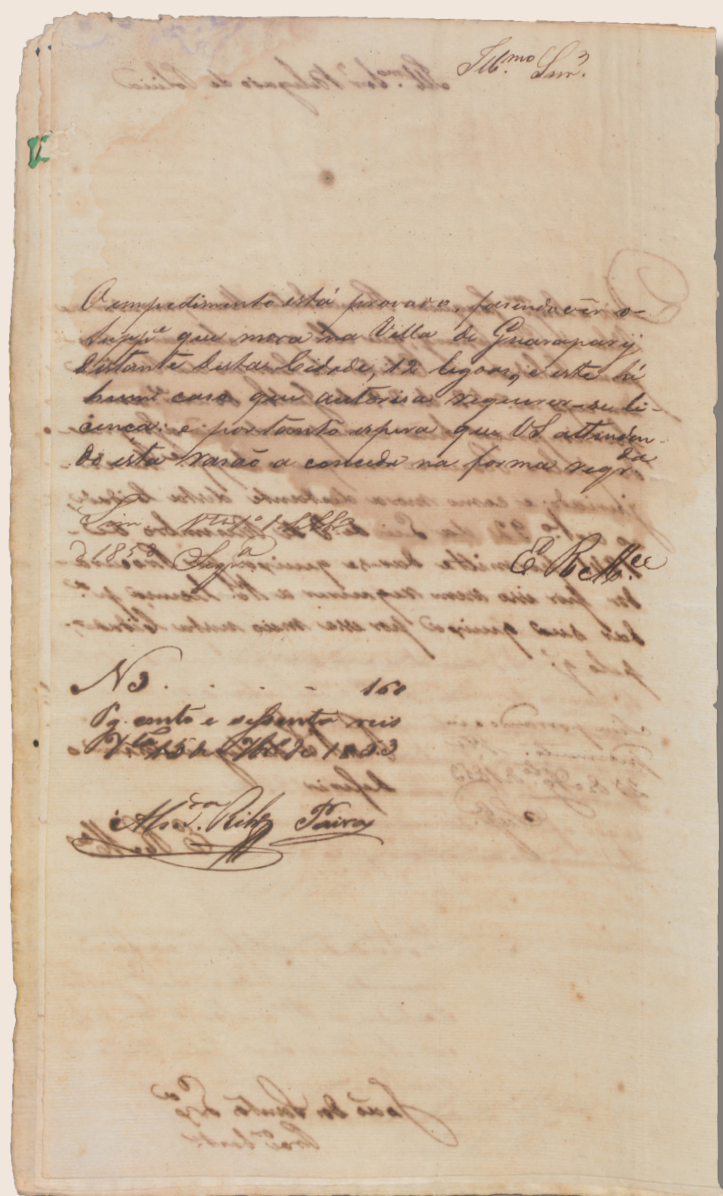
Diz o Capitão Joaquim Ramalheite Maia, morador na / Vila de Guarapari que ele quer chamar a res- / ponsabilidade o Editor do Correio da Victoria / em cujo nº 52 de 29 de Julho do corrente ano / foi impressa uma correspondência assina- / da pelo = Roceiro = em que o suplicante é in- / juriado e como mora distan- / te desta cidade / e o artigo 92 da Lei de 3 de Dezembro de / 1841 permite dar-se queixa por Procura- / dor por isso vem requerer a vossa senhoria licença para / dar sua queixa por esse meio nesta Cidade, / pelo qual.

Para vossa senhoria se dig-
ne assim o / deferir.

E R Macedo

João dos Santos Lisboa
Procurador





[pág. 3v]

Ilmo. Senhor

O impedimento está provado, fazendo ver o
 / suplicante que mora na Vila de Guarapari
 / distante desta Cidade, 12 léguas, e este é
 / um caso que autoriza requerer-se li- / cen-
 ça e, portanto, espera que vossa senhoria
 atenden- / do esta razão a conceda na for-
 ma requerida.

E R Macedo

[pág. 8]

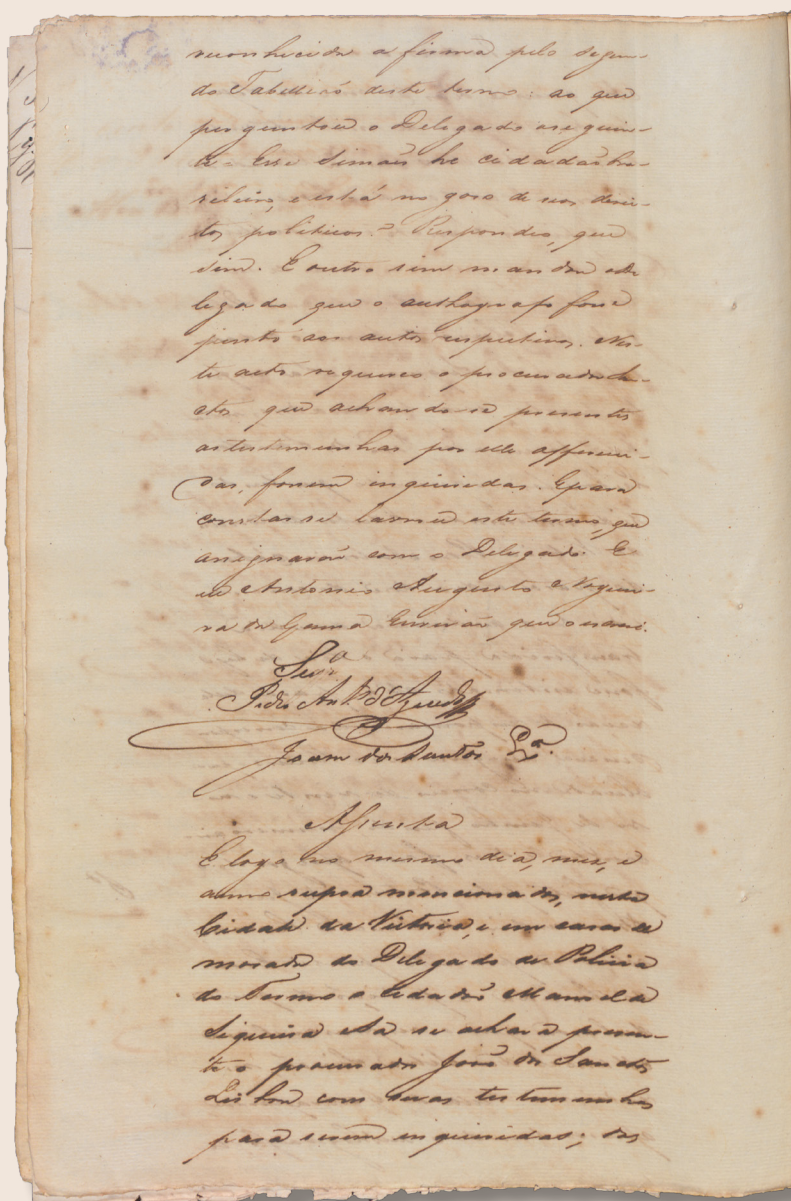
Audiência

Aos quinze dias do mês de se- / tem-
bro do ano de mil oitocentos / e cin-
quenta três nesta Cidade da / Vitó-
ria, Capital da Província / do Espírito
Santo, e em pública / audiência que
na casa de sua / residência fazendo
esteve o Dele- / gado de Polícia do
termo o cidadão / Manoel de Siquei-
ra e Sá, ao [?] / partes, e seu procu-
rador, nela / pelo procurador João
dos Santos / Lisboa foi requerido que
tendo / sido intimado o Editor do
Correio / da Victoria Pedro Antônio
de Azeve- / do para o dia doze do cor-
rente, / e sendo a audiência desse dia
/ transferida para o dia de hoje / fos-
se intimado ali para decla- / ração do
responsável da correspon- / dência
assinada = o Roceiro = pu- / blicada
no correio de vinte e nove de junho
findo, número cin- / quenta e dois,
fosse apregando; o / que feito pelo
Porteiro do Juízo / Bernardino de
Santa Leocádia / achou-se presente
por si : E sen- / do-lhe lida a petição
de queixa / declarou que o respon-
sável era / Manoel da Silva Simões,
mo- / rador na Vila de Guarapari, /
apresentando o autógrafo,

8

Procedencia

em quinze dias do mês de setem-
bro do ano de mil oitocentos e cin-
quenta e três nesta Cidade da
Victoria, Capital da Província
do Espírito Santo, e em pública
audiência que na casa de sua
residência fazendo esteve o Dele-
gado de Polícia do termo o cidadão
Manoel de Siqueira e Sá, ao [?]
partes, e seu procurador, nela
pelo procurador João dos Santos
Lisboa foi requerido que tendo
sido intimado o Editor do Correio
da Victoria Pedro Antonio Azeve-
do para o dia doze do corrente,
e sendo a audiência desse dia
transferida para o dia de hoje
foi intimado ali para declaração
do responsável da correspondência
assinada = o Roceiro = publicada
no correio de vinte e nove de junho
findo, número cinquenta e dois,
fosse apregando; o que feito pelo
Porteiro do Juízo Bernardino de
Santa Leocádia achou-se presente
por si : E sendo-lhe lida a petição
de queixa declarou que o respon-
sável era Manoel da Silva Simões,
mórador na Vila de Guarapari,
apresentando o autógrafo,



[pág. 8v]

reconhecida a firma pelo [?] / do
Tabelião deste termo: ao que /
perguntou o Delegado a seguin-
/ te = Esse Simão é cidadão bra- /
sileiro, e está no gozo de seus di-
rei- / tos políticos? Respondeu que
/ sim. E outrossim mandou o de- /
legado que o autógrafo fosse /
junto aos autos respectivos. Nes- /
te ato requereu o procurador San-
/ tos que achando-se presentes /
as testemunhas por ele ofereci- /
das, fossem inquiridas. E para /
constar se lavrasse este termo
que / assinaram com o Delegado.
E eu Antônio Augusto Nogueira
da Gama Escrivão que o escrevi.

Siqueira

Pedro Antônio de Azevedo

João dos Santos Lisboa

Ajunta

E logo no mesmo dia, mês e /
ano supramencionados, nesta /
Cidade da Vitória, e em casa de /
morada do Delegado de Polícia /
do Termo o cidadão Manoel de /
Siqueira Sá se acha presen- / te o
procurador João dos Santos / Lis-
boa com suas testemunhas / para
serem inquiridas,

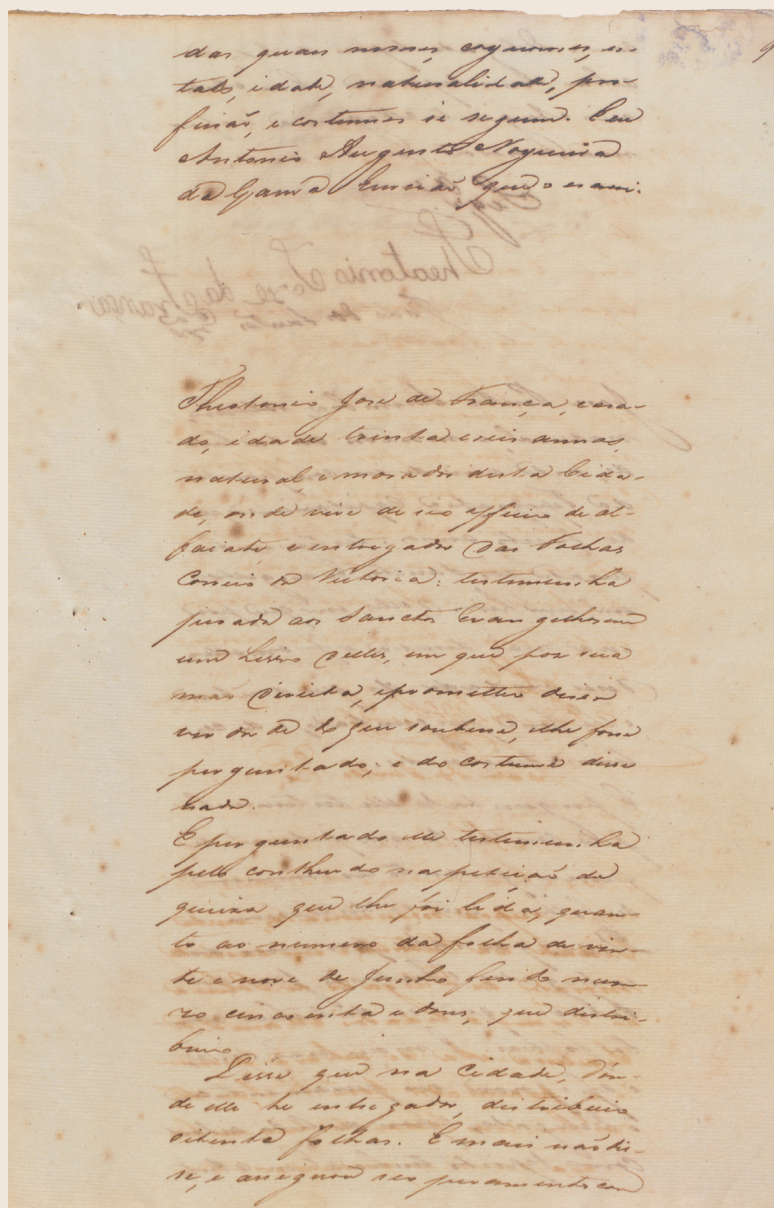
[pág. 9]

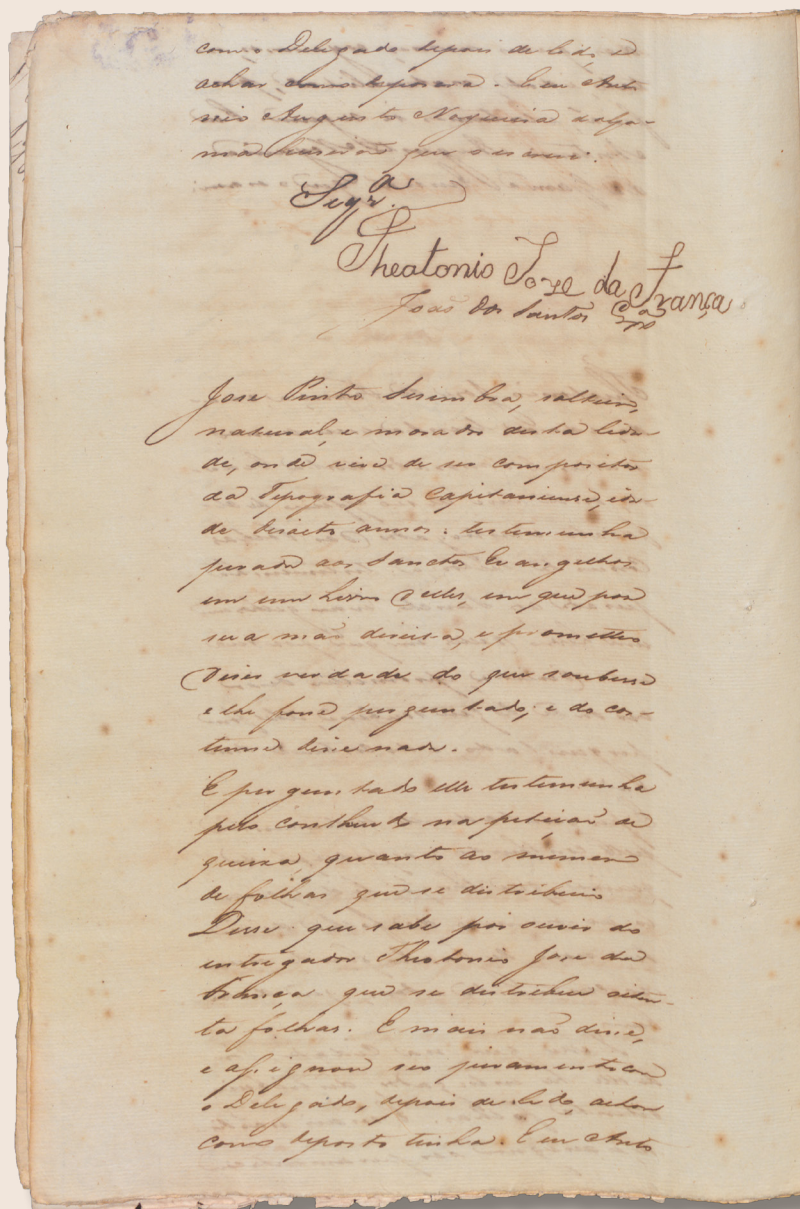
das quais nomes, [?], es- / tado, idade, naturalidade, pro- / fissão e costumes se seguem. Eu / Antônio Augusto Nogueira / da Gama Escrivão que o escrevi:

Theotônio José de França, ca- / sado, idade trinta e seis anos / natural e morador desta cida- / de, onde vive de seu ofício de al- / faite e entregador das Folhas / Correio da Victoria: testemunha / jurada aos Santos Evangelhos em / um livro deles, em que por sua / mão direita, prometeu dizer / verdade do que soubesse, lhe / fora / perguntado, e do costume disse / nada.

E perguntado ele testemunha / pelo conteúdo na petição de / queixa que lhe foi lida, quan- / to ao número da folha de vin- / te e nove de junho findo núme- / ro cinquenta e dois, que distri- / buiu.

Disse que na cidade, on- / de ele é entregador, distribuiu / oitenta folhas. E mais não dis- / se, e assi- / nou seu juramento com /





[pág. 9v]

o Delegado depois de lido, e /
achar como depusera. E eu Antô-
/ nio Augusto Nogueira da Ga- /
ma Escrivão que o escrevi.

Siqueira

Theotônio José da França

João dos Santos Lisboa

José Pinto Guimbra, solteiro, / na-
tural e morador desta cida- / de,
onde vive de ser compositor / da
Tipografia Capitaniense, ida- / de
dezoito anos, testemunha / jura-
da aos Santos Evangelhos / em
um livro deles, em que pôs / sua
mão direita, e prometeu / dizer
a verdade do que soubesse / e
lhe fosse perguntado, e do cos- /
tume disse nada.

E perguntado ele testemunha /
pelo conteúdo na petição de de /
queixa, quanto ao número de fo-
lhas que se distribuiu / disse que
sabe pois ouviu do / entregador
Theotônio José da / França que
se distribuiu oiten- / ta folhas.
E mais não disse / e assinou seu
juramento com / o Delegado, de-
pois de lida, achou / como depos-
to tinha. Eu Antô- / nio

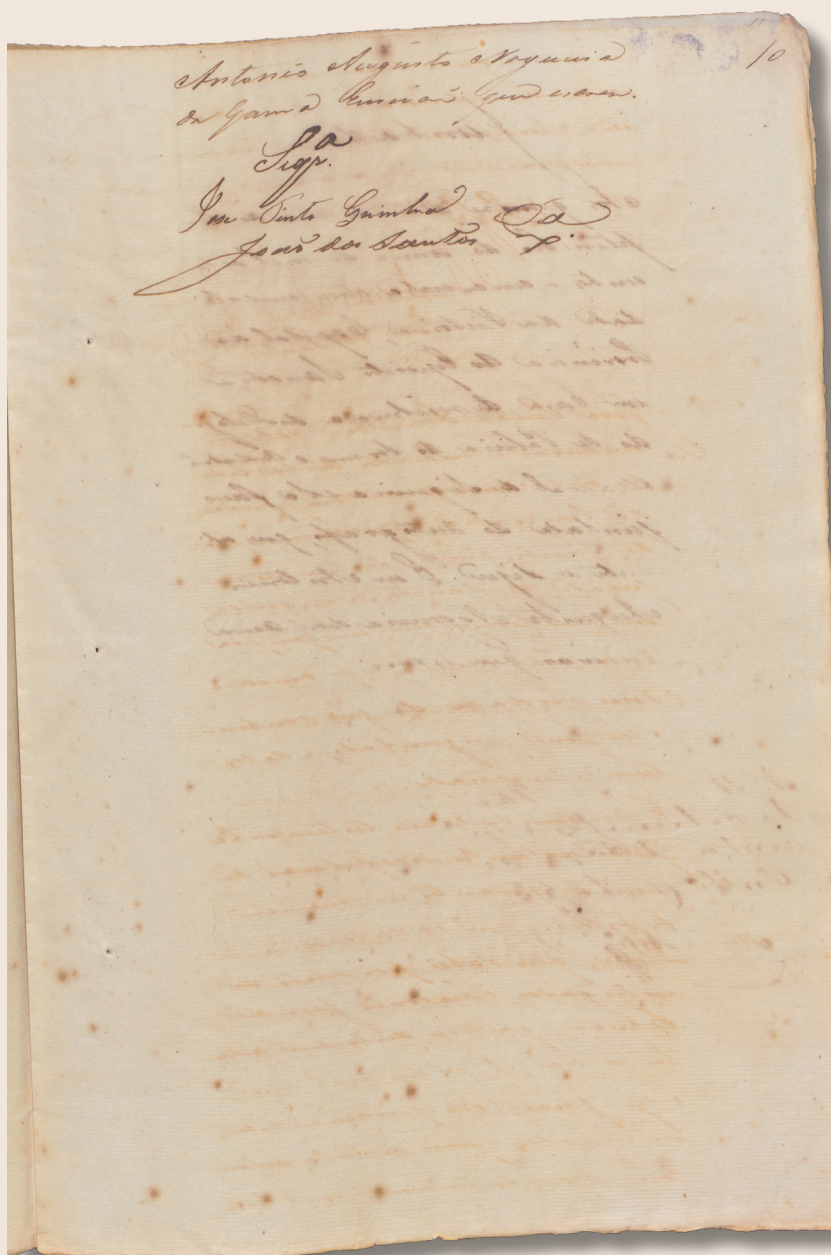
[pág. 10]

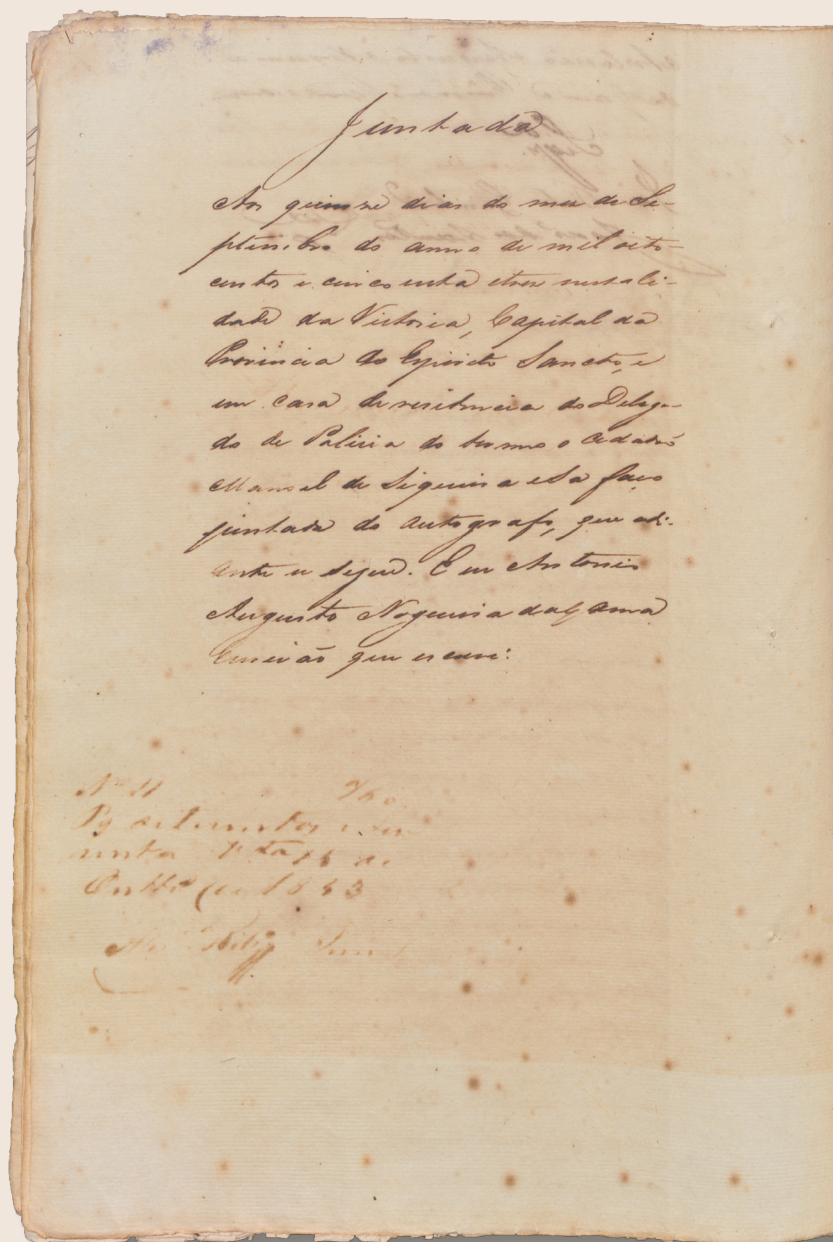
Augusto Nogueira / da
Gama Escrivão que es-
crevi.

Siqueira

José Pinto Guimbra

João dos Santos Lisboa





[pág. 10v]

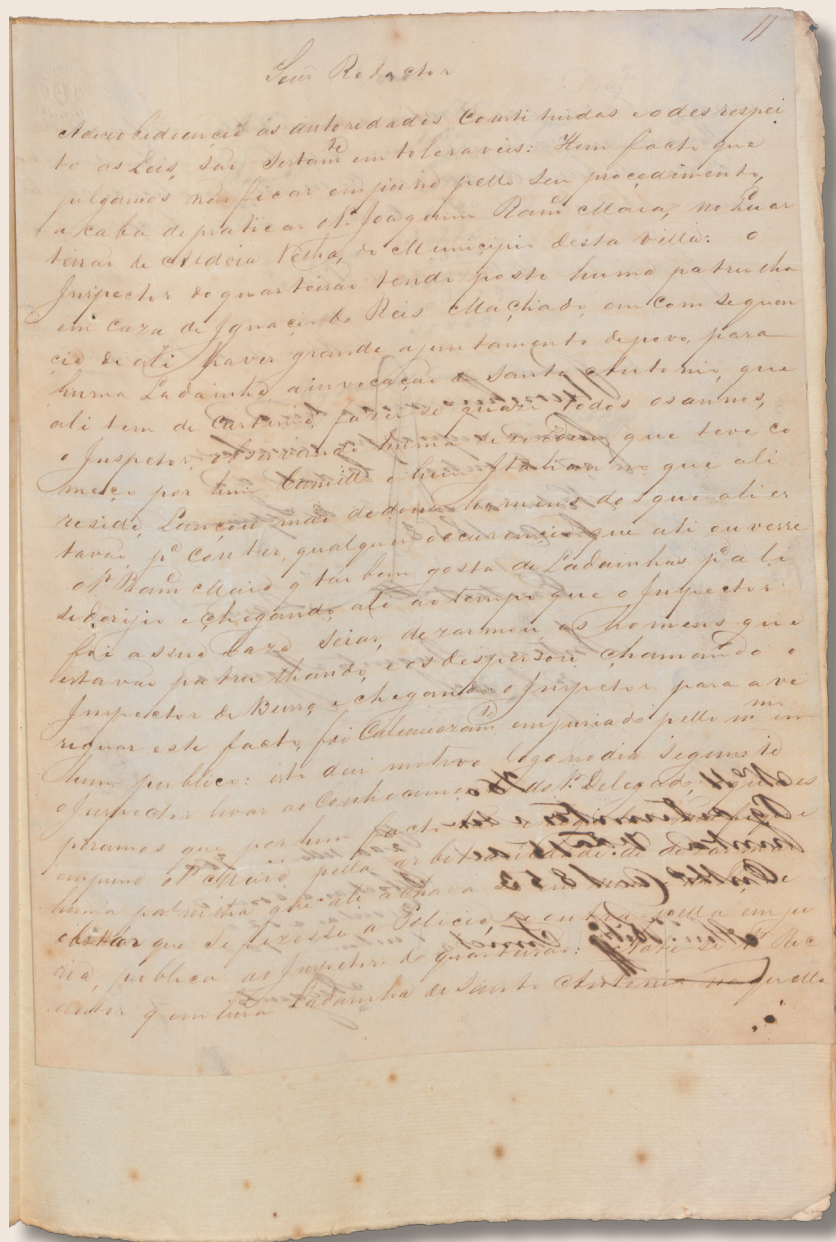
Juntada

Aos quinze dias do mês de Setembro do ano de mil oitocentos e cinquenta e três nesta cidade da Vitória, capital da / Província do Espírito Santo, e / em casa de residência do Delega- / do de Polícia do termo o cidadão / Manoel de Siqueira e Sá faço / juntada do autógrafo, que adiante se segue. Eu Antônio Nogueira da Gama / Escrivão que escrevi.

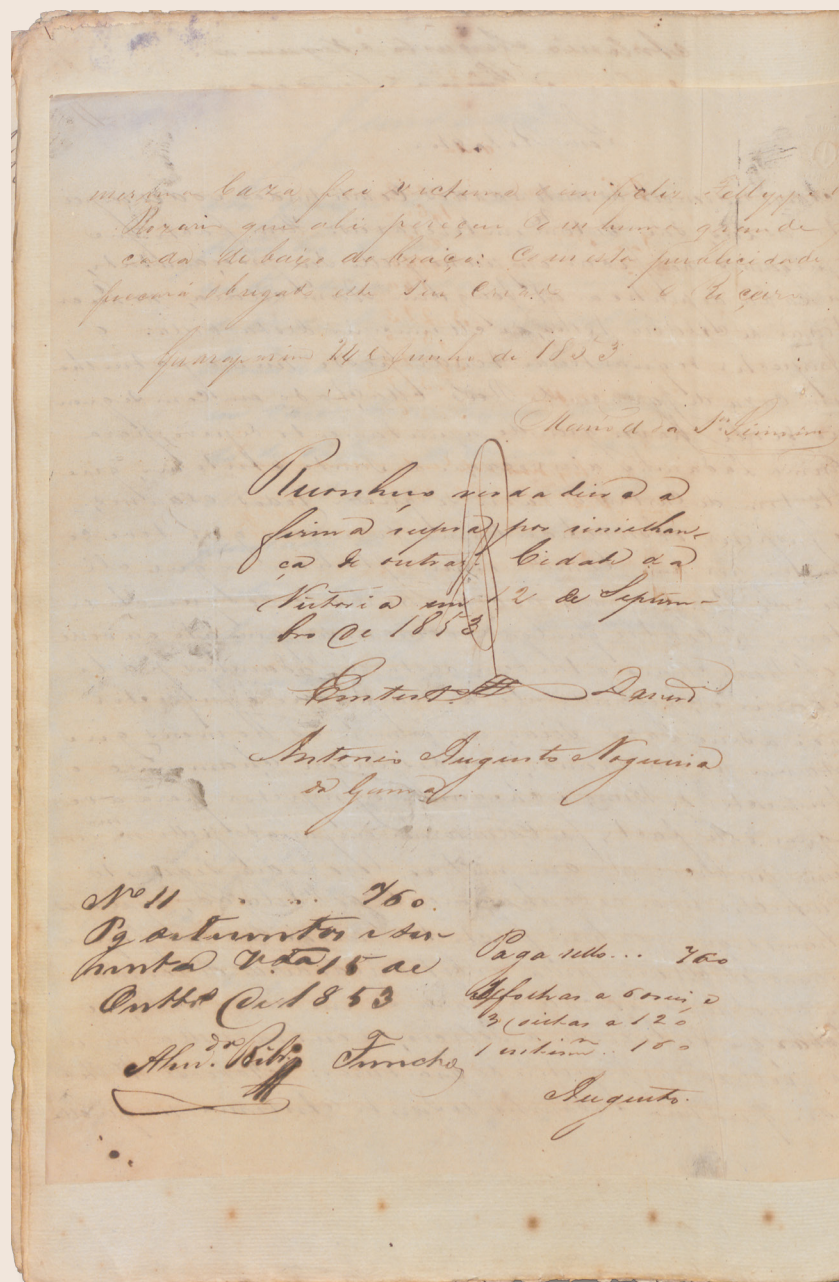
[pág. 11]

Senhor Redator

A desobediência às autoridades, contínuas e desrespeito às Leis, são sintomas intoleráveis. Sem facto que julgamos não ficar impune pelo seu procedimento / acaba de praticar o Sr. Joaquim Ramalheite Maia, no quarto de Aldeia Velha, do Município desta vila: o / Inspetor do quartelão tendo posto uma patrulha / em casa de Inácio dos Reis Machado, em consequên- / cia de ali haver grande ajuntamento de povo para / uma Ladainha a invocação de Santo Antônio, que / ali tem de costume fazer-se quase todos os anos, / o Inspetor, observando uma desordem, que teve co- / meço por um Camilo e um Italiano que ali / reside, lançou mão de dois homens dos que ali es- / tavam, para conter qualquer ocorrência que ali houvesse / o Vs. Ramalheite Maia que tão bem gosta de Ladainhas para ali / se dirigiu e chegando ali ao tempo que o Inspetor / foi a sua casa ceiar, desarmou os homens que / estavam patrulhando e os dispensou, chamando o / Inspetor de burro e chegando o Inspetor para averiguar este facto, foi caluniosamente injuriado pelo mesmo em / um público: isto deu motivo logo no dia seguinte o Inspetor levar ao conhecimento do Sr. Delegado, o que es- / peramos que por um facto tão



irregular não fique / impune o Sr. Maia pela arbitrariedade de desarmar / uma patrulha que ali achava-se em nome da Lei, e / obstar que se fizesse a Polícia, e outra pela injú- / ria pública ao Inspetor do quartelão: Note-se Sr. Redator que em uma Ladainha de Santo Antônio naquela /



[pág. 11v]

mesma casa foi vítima o infeliz Felipe do / Rosário que ali pereceu com uma grande fa- / cada debaixo do braço: com esta publicidade lhe / ficará obrigado este seu criado.

O Roceiro

Guarapari, 24 de junho de 1853

Manoel da Silva Simões





REPORTAGEM

RELATÓRIO DE GESTÃO REFERENTE AO ANO DE 2022

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo



RELATÓRIO DE GESTÃO REFERENTE AO ANO DE 2022

O presente Relatório de Gestão aborda os aspectos de natureza orçamentária, financeira, fiscal, operacional e patrimonial. Está organizado de modo a permitir uma visão de conformidade e desempenho dos atos de gestão praticados pelos ordenadores de despesa do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo – APEES, evidenciando os resultados dos programas desenvolvidos no âmbito da instituição no exercício de 2022, em atendimento ao que determina o Artigo 137, II, do RITCEES, aprovado pela Resolução TC nº 261/2013.

Introdução

Criado oficialmente como “Arquivo Público Espírito-Santense” pelo Decreto nº 135, de 18/07/1908 pelo então Presidente do Estado, Jerônimo de Souza Monteiro, vinculado à Secretaria Geral do Governo; transformado pela Lei nº 3.932, de 14/05/1987, em órgão de regime especial e reestruturado pela Lei Complementar nº 47, de 22/03/1994, como Arquivo Público Estadual (APE). A instituição passou a se denominar Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES), por meio da Lei Complementar nº 370, de

29/06/2006. Está vinculado atualmente à Secretaria de Estado da Cultura (SECULT), com a missão de realizar a gestão de documentos produzidos e recebidos pelo Poder Executivo Estadual, bem como tratar os documentos públicos após o cumprimento das razões pelas quais foram gerados.

Em suma, o Arquivo Público do Estado do Espírito Santo é a instituição responsável pela gestão documental e guarda dos documentos gerados pelos diversos órgãos e secretarias do Poder Executivo

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA 400102 - ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO Acumulado até Outubro/2022 Anexo XI, da Lei 4.320/64					
CATEGORIA/GRUPO DE DESPESA/ MODALIDADE/NATUREZA	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARIOS	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINARIOS	TOTAL	REALIZADA	DIFERENÇA
40 - SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA	3.810.265,00	0,00	3.810.265,00	2.001.961,10	1.808.303,90
DESPESAS CORRENTES	3.120.365,00	0,00	3.120.365,00	1.692.061,10	1.428.303,90
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.262.452,00	0,00	1.262.452,00	1.119.278,87	143.173,13
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.857.913,00	0,00	1.857.913,00	572.782,23	1.285.130,77
Total Despesas Correntes	3.120.365,00	0,00	3.120.365,00	1.692.061,10	1.428.303,90
DESPESAS DE CAPITAL	689.900,00	0,00	689.900,00	309.900,00	380.000,00
INVESTIMENTOS	689.900,00	0,00	689.900,00	309.900,00	380.000,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total Despesas de Capital	689.900,00	0,00	689.900,00	309.900,00	380.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total do órgão	3.810.265	0	3.810.265	2.001.961	1.808.304
TOTAL GERAL DO ESTADO	3.810.265,00	0,00	3.810.265,00	2.001.961,10	1.808.303,90
DESPESAS CORRENTES	3.120.365,00	0,00	3.120.365,00	1.692.061,10	1.428.303,90
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.262.452,00	0,00	1.262.452,00	1.119.278,87	143.173,13
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.857.913,00	0,00	1.857.913,00	572.782,23	1.285.130,77
TOTAL DESPESAS CORRENTES	3.120.365,00	0,00	3.120.365,00	1.692.061,10	1.428.303,90
DESPESAS DE CAPITAL	689.900,00	0,00	689.900,00	309.900,00	380.000,00
INVESTIMENTOS	689.900,00	0,00	689.900,00	309.900,00	380.000,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DESPESAS DE CAPITAL	689.900,00	0,00	689.900,00	309.900,00	380.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DO ESTADO	3.810.265,00	0,00	3.810.265,00	2.001.961,10	1.808.303,90

FONTE: Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo / SEFAZ-ES. Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo / SEFAZ-ES

Estadual, classificados conforme a procedência, formando assim os fundos documentais, sendo estes preservados em caráter definitivo, em função do seu valor probatório, histórico ou informativo. A instituição guarda ainda documentos de outras origens, sejam públicas ou privadas.

Com base nessas prerrogativas, o APEES tem como missão promover a política estadual de arquivos, definida pela legislação arquivística, por meio da gestão, do recolhimento, do tratamento técnico, da preservação e da divulgação do patrimônio documental do Estado do Espírito Santo, a fim de garantir ao governo e à população o acesso seguro e eficaz à informação, além de incentivar e produzir conhecimento científico e cultural. A seguir, seguem algumas das ações de destaque empreendidas pela instituição em 2022:

Recursos financeiros

O orçamento do ano-exercício de 2022 do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo obteve seus valores aprovados pela lei nº 11.509, de 12 de janeiro de 2022, cuja despesa total fixada inicialmente foi de R\$ 1.800.544,00 (um milhão, oitocentos mil, quinhentos e quarenta e quatro reais). No decorrer do exercício, foram realizados Créditos Suplementares de Investimento, que provocou um acréscimo global da despesa autorizada em R\$ 2.329.444,00 (dois milhões, trezentos e vinte e nove mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais).

As despesas realizadas somaram um total de R\$ 2.227.086,78 (dois milhões, duzentos e vinte e sete mil, oitenta e seis reais e setenta e oito centavos), sendo R\$ 1.347.392,70 (um milhão, trezentos e quarenta e sete mil, trezentos e noventa e dois reais e setenta centavos) com pessoal e encargos sociais; R\$ 542.699,14 (quinhentos e quarenta e dois mil, seiscientos e noventa e nove reais e quatorze centavos), com outras despesas correntes e R\$ 336.994,94 (trezentos e trinta e seis mil, novecentos e noventa e quatro re-

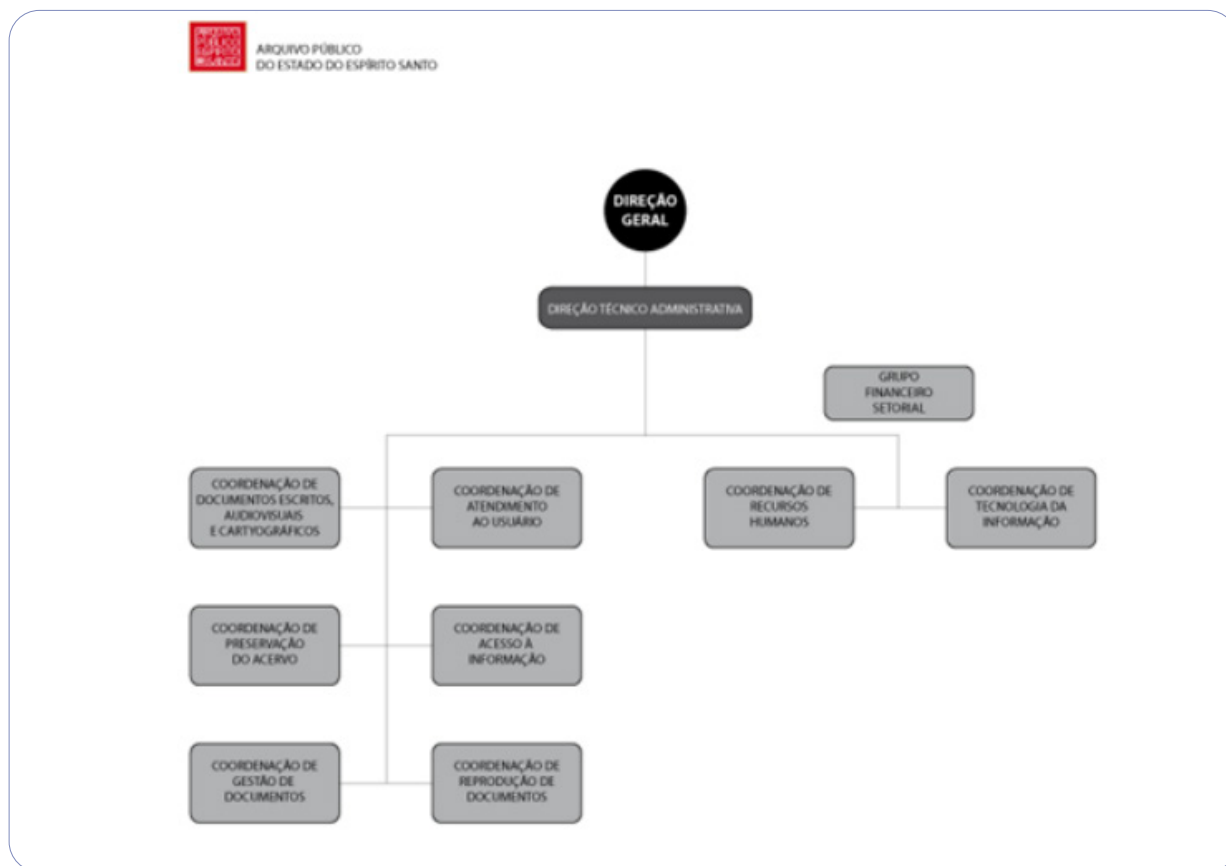
ais e noventa e quatro centavos) com investimentos, conforme tabela a seguir:

Organograma e recursos humanos

Conforme o organograma, o órgão possui um Diretor-Geral, um Diretor Técnico Administrativo e oito Coordenações. Também compõem o quadro de servidores do órgão: três Assessores Técnicos, um Assessor Especial, quatro Agentes de Serviço I, um Supervisor de Atividades, um Supervisor 1 e um Chefe de Grupo Financeiro. O órgão conta ainda com três servidores efetivos (Analistas do Executivo): um historiador, uma arquivista e uma jornalista. No total, são 24 servidores e cinco estagiários. Ainda no início do ano o APEES encaminhou uma nova proposta de reestruturação do órgão, para atender às atuais demandas da instituição. Esse projeto foi reconfigurado no sentido de transformar o APEES em uma Autarquia, conforme entendimentos com a SEGER (Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos) e PGE (Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo).

Aquisição e adaptação da van do escritório móvel do “Arquivo Itinerante”

Para favorecer e expandir as atividades do “Arquivo Itinerante”, o Arquivo Público do Estado do Espírito Santo adquiriu e adaptou como escritório móvel um automóvel modelo Transit. Com isso, as atividades realizadas pelo projeto oferecerão uma estrutura melhor e mais adequada a partir do ano de 2023. O investimento realizado foi no valor de R\$ 309.900,00 (trezentos e nove mil e novecentos reais). O “Arquivo Itinerante” é o programa no qual o APEES percorre os municípios do interior do Estado para atender aos descendentes de imigrantes e demais interessados em conhecer as suas origens familiares, dentre outros serviços externos prestados pela instituição.



Organograma do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo

Aquisição de dois scanners

O uso da tecnologia para a digitalização e divulgação dos documentos arquivísticos é uma importante ferramenta para o acesso e a difusão da informação. Em 2022 foram adquiridos dois scanners portáteis planetários para a digitalização dos documentos permanentes custodiados pela instituição, com um investimento total de R\$ 9.600,00 (nove mil e seiscentos reais). Com isso, o APEES pôde expandir o acervo on-line disponibilizado ao público, principalmente por meio do software livre ICA-AtoM (<http://atom.beta.es.gov.br/>).

Reforma, adequação e instalação do sistema de combate a incêndios

No ano de 2022, o APEES passou por um processo de reforma, adequação e instalação do sistema de combate a incêndios e outros sinistros, com investimentos de R\$ 351.000,00 (trezentos e cinquenta e um mil reais) a fim de tornar a instituição mais segura, atendendo às exigências de combate a incêndio e outros sinistros, para melhor preservar o acervo institucional, garantir segurança aos servidores e aos pesquisadores. As instalações dos equipamentos foram concluídas, faltando somente os testes e, finalmente, a licença do Corpo de Bombeiros.

Gestão de documentos

A Coordenação de Gestão de Documentos (COGED) é responsável pelas atividades arquivísticas internas do APEES, tais como: organização e arquivamento de documentos correntes e intermediários, elaboração da listagem de eliminação de documentos em papel, ponto focal para as questões relacionadas à implantação do sistema e-Docs, dentre outras. De acordo com a Legislação Estadual e Federal vigentes, compete também à COGED o assessoramento aos órgãos do Executivo Estadual desde a produção até a destinação final dos documentos por meio das normas e procedimentos do Programa de Gestão do Governo do Estado do Espírito Santo (PROGED. Em 2022, dentre as atividades desenvolvidas, destacam-se as seguintes ações:

- Visitas Técnicas – Centrais de Abastecimento do Espírito Santo (CEASA)/ Secretaria de Estado de Direitos Humanos (SEDH), Fundação de Previdência Complementar do Estado do Espírito Santo (PREVES).
- Emissão de 15 pareceres, sendo eles: uma aprovação de terceirização de serviços de arquivo e correlatos (SECTIDES), quatro aprovações de Plano de Classificação de Documentos (PCD) e Tabela de Temporalidade e Destinação (TTD) das atividades-fim (SETADES, SECTIDES, PCES e SEJUS (atualização), dez aprovações de Eliminação de Documentos (DETRAN (3), SEAG, IPEM, IDAF (2), SEMOBI, SECOM e PCES);
- Cadastro e atualização dos Planos de Classificação de Documento nos sistemas SEP e e-Docs;
- Participação no desenvolvimento do sistema e-Docs e de novas funcionalidades do SEP.
- Reuniões com representantes de municípios e outros entes públicos interessados na utilização do sistema e-Docs.
- Desenvolvimento do Projeto Básico, dentre outros documentos técnicos, para a composição do processo de contratação dos serviços do Projeto do Arquivo Central.

Acervo documental

A organização do acervo de documentos do APEES, em seus diversos suportes, é gerenciada pela Coordenação de Documentos Escritos, Audiovisuais e Cartográficos – CODEAC, que tem por responsabilidade a realização de atividades concernentes ao tratamento técnico arquivístico dos fundos e coleções, de caráter permanente (documentos também considerados como históricos) e acesso à informação, guardados pelo APEES. Em 2022, podemos ressaltar as seguintes ações:

- A digitalização e disponibilização on-line de aproximadamente 71 mil itens documentais, que trazem, dentre outros temas, o cotidiano do Espírito Santo, as paisagens urbanas e naturais, os inquéritos policiais, os atos oficiais do governo, as práticas culturais e as solenidades.
- Recolhimentos dos acervos: Ayres Loureiro de Albuquerque Tovar; coleção Ramon Alvarado (Audiovisual) e coleção Orlando Bomfim (Audiovisual).
- Inventários: Departamento Estadual de Cultura – 1.419 Cartazes inventariados, digitalizados e disponíveis na plataforma Tainacan, Projeto Midiateca Digital, da Secretaria de Estado da Cultura - SECULT; coleção Homero Massena – 22 fotografias (famílias pomeranas);
- Renovação do Acordo de Cooperação Técnica com o Departamento de Arquivologia da UFES, no âmbito do PROGED.

Atendimento ao público

Seguem abaixo os dados estatísticos, referentes ao atendimento ao público, presencial e à distância, sob a responsabilidade da Coordenação de Atendimento ao Usuário - COATEN, no ano de 2022:

Atendimentos presenciais: 924 consulentes.

Visitas escolares: 29, Alunos: 329

Atendimento à distância: 5.907 e-mails respondidos

Registros de imigrantes emitidos: 1244 (266 presenciais, 791 digitais e 187 pelos Correios).

Válido ressaltar que são realizados diversos atendimentos por meio das redes sociais da instituição os quais não estão computados nos números acima.

Biblioteca Maria Stella de Novaes

No âmbito da Biblioteca Maria Stella de Novaes foi realizada a revisão e organização de todo o acervo, contendo mais de 12.800 obras. Foi feita ainda a identificação e tratamento de obras interditadas, totalizando 1.030 livros. Outra ação executada foi a digitalização das leis e decretos, somando mais de 18 mil páginas.

Preservação do acervo

A Coordenação de Preservação do Acervo - COPAC realiza a higienização, restauração e acondicionamento de documentos diversos do acervo do APEES e também visitas técnicas de orientação a outras instituições e municípios. Em 2022 podemos destacar as seguintes atividades:

- Higienização, acondicionamento, reparos e restauração:
- Acervo Fotográfico de Colonos Pomeranos de autoria de Erwin Kerkhoff – 21 fotografias em suporte 32,4 x 35,4 cm.
- Retirada de fitas adesivas de fotografias de Santa Maria de Jetibá do acervo do Museu do Colono.
- Acervo Fotográfico Foto Clube do Espírito Santo – 45 fotografias em suporte 23,3 x 29,4 cm.
- Acervo de 10 documentos históricos da imigração italiana recuperados de terceiros, incluindo

livros manuscritos, mapas, passaportes e listas com registro de imigrantes.

- Acondicionamento e limpeza de 10 Discos compactos de vinil.
- Limpeza de 136 filmes da TV Gazeta e do acervo do APEES acometidos pela síndrome do vinagre e por fungos.

Revista do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo

Em 2022, foi lançada a 10ª edição da Revista do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, com o dossiê temático “História e Historiografia da Educação Capixaba”, sob a coordenação da Doutora Miriã Lúcia Luiz, no qual foram analisados os processos educativos, focalizando, por exemplo, questões como a formação e a prática docente; as fontes e percursos metodológicos para a pesquisa; os sujeitos e temas da História da Educação; as relações étnico-raciais e a educação no campo. Na Revista, que conta com a parceria dos Departamentos de História e Arquivologia da Ufes, são publicados artigos acadêmicos, resenhas, entrevistas, documentos históricos e reportagens. Neste processo, contamos com a participação de diferentes pesquisadores que com seus olhares contribuem para os estudos históricos e arquivísticos no Espírito Santo e no país.

Mostra Comemorativa pelo Dia Nacional da Consciência Negra

Símbolo da luta e resistência dos negros escravizados no Brasil, a data da morte de Zumbi, líder do Quilombo dos Palmares, é o motivo pelo qual o “Dia Nacional da Consciência Negra” é comemorado no dia 20 de novembro. No acervo do APEES há diversos documentos que possibilitam diferentes análises e pesquisas sobre a relevância e atuação dos negros

na sociedade, política, economia, cotidiano e cultura. Em novembro de 2022, parte desses materiais, estiveram expostos na “Mostra Comemorativa pelo Dia Nacional da Consciência Negra”, realizada na sede do APEES, com cartazes, documentos históricos, livros, revistas e fotografias, que trazem à cena algumas das vivências e trajetórias afro-brasileiras.

Festa das Ciatas

O Arquivo Público do Estado do Espírito Santo sediou, no dia 27 de agosto, a exibição da live da terceira edição da “Festa da Ciatas”, projeto de valorização do samba e da cultura afro-brasileira. Na ocasião, também foi feita a apresentação da atividade “Estandartes Negros”, de Rômulo Corrêa, na qual abordou a vida e trajetória de Maria Saraiva. A produção foi do Coletivo Afoxé, grupo de mulheres negras atuantes na área cultural no Centro da cidade de Vitória.

Lançamento de Livro

Para rememorar os caminhos percorridos pelos antepassados, o engenheiro civil e escritor Celso Luiz Caus lançou na sede do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES), a obra “Família Nico: dos campos de Vicenza às florestas do Espírito Santo e Minas Gerais”.

Site Institucional

Em 2022 foram inseridas 41 notícias no site institucional referentes ao APEES, aos espaços e ações culturais do Governo do Estado e atividades do E-docs. Ao todo, o site recebeu 77 mil visitas, sendo a página inicial a mais acessada, com 45 mil visualizações, seguida do item “Registro da Entrada de Imigrantes”, com 21.300 acessos. Destes, 53,09% foram realizados via computador e 45,30% por meio de dispositivo móvel.

Redes Sociais

A principal missão do APEES nas redes sociais é dar acesso a um público mais amplo, além daquele que comumente frequenta a instituição, às informações quanto às principais atividades do órgão e sobre os acervos nele guardados e preservados. Com isso, pretende-se despertar o interesse para as diferentes possibilidades de pesquisas que portam os documentos, assim como publicizar as ações efetuadas em prol da história e da arquivologia do Estado do Espírito Santo.

Facebook Institucional: no ano de 2022 o Facebook do APEES ganhou 1.521 novos seguidores, totalizando 11.521. Foram publicados, no referido ano, 76 posts sobre as atividades da instituição.

Facebook Projeto Imigrantes: a página possui atualmente 8.158 seguidores. Foram elaborados, nesse período, 28 posts sobre o tema da imigração no Espírito Santo.

Instagram: em 2022 o Instagram do APEES recebeu 163 novos participantes, com um total de 3.515 seguidores. Nele, foram inseridos 63 posts no decorrer do período.

Youtube: o canal do Youtube possui, atualmente, 604 inscritos.

Obs: no ano de 2022, no período de 02 de julho até 31 de outubro, não ocorreram atualizações nas redes institucionais devido às restrições do período eleitoral.

Vitória, 24 de março de 2023.

Cilmar Cesconetto Francischetto

Diretor Geral

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo



Victoria

que-
por-
sen-
stio
club
der-
pelo

Desejamos ver os nov
te em campo, de equipe
pleta, afim de melhor
zarmos da forga dos jo
res dos dois valentes e
cliques clubs de Post-ha
te Estado.

ONCERTOS



REPORTAGEM

PERIÓDICO DO ACERVO DO ARQUIVO PÚBLICO É UM DOS PIONEIROS DO JORNALISMO ESPORTIVO NO BRASIL

Jória Motta Scolforo

Jornalista do Arquivo Público do Estado do Espírito
Santo. Doutora em História Social das Relações
Políticas (UFES).

N'este club estão en
ningo diario das gu
de banhos, sendo que
de yole de velhos, pro
naturalmente para a ve
nas futuras regatas...

Segundo nos disse o
rim, por entre um sorr
jeiro, muito breve s
speias do «Alvares»
bendidos com uma nov
davel que lhes rue pro
nar a sua directoria...
Já obtivemos a 14

PERIÓDICO DO ACERVO DO ARQUIVO PÚBLICO É UM DOS PIONEIROS DO JORNALISMO ESPORTIVO NO BRASIL

Na década de 1930 iniciou-se, no Rio de Janeiro, a publicação do “Jornal dos Sports”, considerado o primeiro periódico exclusivamente dedicado aos esportes no Brasil. Porém, em 23 de outubro de 1915, já circulava no Espírito Santo um jornal com conteúdo voltado às competições esportivas. Denominado “O Sport”, do qual se tem reproduzido em microfilmes apenas a primeira edição, ele faz parte do acervo do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (Apees) e trata-se de um dos pioneiros da imprensa esportiva no país.

No jornal tinham espaço os principais esportes da época – as regatas e o futebol, e também notícias sobre os torneios, premiações e festividades dos clubes da cidade: o “Saldanha da Gama” e o “Álvares Cabral”. O periódico buscava - conforme consta no texto de apresentação - promover “a propaganda constante do desenvolvimento da cultura física do Espírito Santo” e elevar o esporte à importância que ele deveria ocupar nas atividades da juventude. De acordo com o jornal, a cidade de Vitória estava em um momento esportivo de brilhante prosperidade e a publicação tinha por objetivo prestar informações sobre as principais disputas e conquistas.

Futebol capixaba

Dentre as notícias veiculadas no periódico destacam-se, pela riqueza de detalhes da narrativa, as que informam sobre as partidas de futebol das equipes capixabas da época: o “Rio Branco”, o “Vitória” e o “15 de Novembro”. O futebol, nesse período, começava a se expandir e atingir diversos segmentos sociais.

Anteriormente, era um esporte voltado apenas aos cidadãos com melhores condições financeiras. As pesquisas indicam que o esporte chegou ao país em 1894, por meio do jovem Charles Miller, que foi estudar na Inglaterra e trouxe em sua bagagem, na volta ao Brasil, duas bolas de couro, com as quais apresentou o esporte aos seus amigos.

O primeiro time capixaba foi o Vitória Futebol Clube, fundado no dia 1º de outubro de 1912. Segundo dados do site oficial da equipe as primeiras partidas no Espírito Santo ocorriam por diversão em campos improvisados. Nessa época dois dos participantes desses jogos estudavam no Rio de Janeiro e passavam férias em Vitória. Foram eles que trouxeram ao Estado informações sobre os jogos que estavam acontecendo no Rio de Janeiro e inspiraram a formação do time, que surgiu da primeira reunião feita pelo grupo. O Rio Branco, por sua vez, nasceu como “Juventude e Rigor” na data de 21 de junho de 1913. Pouco depois da sua fundação passou a se chamar Rio Branco Football Club, em homenagem ao diplomata José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco.

No periódico “O Sport” é informado que, em comemoração ao aniversário do “Vitória”, havia sido realizado um jogo entre a equipe e o “Rio Branco”. Chama a atenção, ao longo do texto, o emprego de vocábulos estrangeiros, como no seguinte trecho: “Mesmo assim levou a palma o club Victoria, que consegui derrotar o seu adversário pelo score de 3 a 0”. São, na maioria, vocábulos ingleses, país no qual surgiu o esporte e as suas regras. No material discorre-se ainda sobre um amistoso entre o “15 de novembro” e o “Vitória”, realizado no bairro de Jucutuquara, que terminou com o placar de 5 a 2 para o “Vitória”.

As regatas

Segundo as informações do livro “Clube de Regatas Saldanha da Gama: lutas e glórias, 105 anos de Vitória”, o esporte náutico capixaba tem sua origem nas

Bibliotheca Nacional
Paris

ANNO I Victoria — Sabbado 23 de Outubro de 1915 NUM. 1

O SPORT

PUBLIÇÃO AOS SABBADOS
Órgão official das sociedades desportivas da Victoria

Correspondência
Rua 7 de Setembro, 39

A nossa trajetória

Na arena do jornalismo indígena vai ter a mocidade capixaba, a contar da data de hoje, assignaladora do nosso aparecimento, um órgão sportivo de publicação semanal, cujo fim está claramente exposto no seu título—a propagação constante do desenvolvimento da cultura physica no Espírito-Santo.

A nossa tarefa consiste, pois, em concorrer, na medida dos nossos humídes esforços, para elevar o *sport* no nosso Estado á situação que elle requer, para o robustecimento physico da juventude, em beneficio manifesto para a raça e particularmente para a nossa terra espirito-santense.

Felizmente verificamos que a necessidade dos exercicios physicos vai sendo encarada com o devido apreço por parte da mocidade brasileira e é assim que, de norte a sul, são creadas quasi diariamente, em todos os Estados, sociedades sportivas de varios generos, mantidas com louvavel dedicacão, algumas das quaes já se encontram hoje em adequado gráo de desenvolvimento.

Entretanto, para que o *sport* tenha o seu culto effectivo, por parte dos jovens compatriotas, não basta a pratica isolada dos exercicios physicos; mister se torna que, para realmente a elles, haja uma vontade forte combatendo as dilações dos prazeres materiaes, porque só assim podera ser colhidos proveitos inestimaveis para o fortalecimento da organismo.

Seremos progeiros incansaveis desses salutareis procellos.

Estando esclarecidos os motivos determinantes do nosso apparecimento, agradece-mos ás directorias das sociedades sportivas da Victoria a honra que nos concederam, fazendo

Club de Regatas "Saldanha da Gama"

A sua reorganisação

Outras Notas

O club de regatas «Saldanha da Gama», fundado nesta Capital em Julho 1902, tem passado por varias reorganizações, sendo que da ultima vez melhorou tambem a sua sede, que hoje, graças aos esforços da sua operosa e digna directoria, offerece um bello aspecto aos que têm a ventura de a visitar.

O club «Saldanha da Gama» tem a sua «garage» na rua do Oriente e dispõe presentemente das seguintes embarcações: 2 yoles a quatro: «Tay-

ro»—Raul Azevedo; director de regatas—Cezar Pinto; sub-director—João Sarmiento.

São socios benemeritos do club: dr. Americo Coelho, nosso companheiro de redacção, cujo retrato damos hoje; Arnaldo Magalhães, José de Freitas Coutinho, dr. Henrique de Azevedo Alves.

Socios honorarios: capitães de corveta Reginaldo Teixeira, Luiz Pordigão, Romeno Netto, Ovidio Souza, Alvaro Pandolpho, Oscar Debiase, Francisco Netto e Antonio Gelo.



Dr. ANTONIO AGUIRRE
Presidente do Club

ty» e «Brazil»; quatro canoas a quatro: «Avalhy», «Imbuby», «Irany» e «Lucy»; uma baleeira a seis: «Aracy»; tres canoas a dois: «Ceey», «Ivany» e «Ary».

A sua directoria actual é a seguinte: presidente — Dr. Antonio Gomes Aguirre, cujo retrato estampamos hoje nas nossas columnas; vice-presidente—Adalberto Cabral; 1º secretario—Henrique Cerqueira Lima; 2º secretario—Aristogiton Espindula; thesourei-

Além destes, possui o «Saldanha» cerca de 90 socios contribuintes.

Desde a sua fundação até hoje esta sympathia ao «club» sportiva obteve as seguintes brillantes victorias:

Triumphos premiados com medallas de ouro—7.

Triumphos premiados com medallas de prata—18.

Triumphos premiados com medallas de bronze 13.

Total—38 victorias.

Entre estas se contam tres

nos o seu órgão official e peramos merecer a sympathia dos seus *sportmen* e do publico em geral, para a completa realizacão da nossa tarefa.

A nossa «filha» surge neste periodo em que as sociedades sportivas desta «terra» se encontram emphas de brilhante prosperidade, dando deco para nós a esperanza de uma acolhida hospitaleira e confortante.

Em cada um dos nossos fillos, daremos informacões fidenticas com relacão ás outras associações sportivas.

A Semana Sportiva

Na correto semana ainda constituiram a ordem do a festa do «Saldanha» na Pr Comprida, em que foram e put os varios pares de tação e de remo e o torneio de billar realizado no salão de propriedade do sr. Ju no Ferreira, no qual tomou parte eximios bilharistas.

A festa do «Saldanha» mais um triumpho que prospera associacão juntou louros já obtridos na sua carreira e decorreu por tre grande entusiasmo selecta assistencia.

mente nas décadas de 1920 a 1930, sendo que os dois clubes ganharam diversos títulos e mantinham uma grande rivalidade.

No periódico “O Sport” aborda-se as disputas empreendidas pelos clubes no remo e na natação, com a descrição do quantitativo e cores das medalhas conquistadas. O tema é destacado no jornal, que afirma: “A nossa reportagem, que não dorme, soube que, além dos páreos a serem disputados intimamente, haverá dois interclubes, sendo um de novíssimos e outro de novos, em canoas e yoles, para os quais já se devem ir prevenindo os concorrentes prováveis”. E completam dizendo que já obtiveram a promessa de serem os divulgadores da surpresa.

Consulta

Por meio da escrita do periódico é possível conhecer melhor o início das compe-

regatas do dia de Santa Catarina, que ocorriam sempre na data de 25 de novembro. A regata era disputada por duas embarcações: a dos caramurus e a dos peroás. Com a fundação dos clubes “Álvares Cabral” e “Saldanha da Gama”, o primeiro em 06 de julho de 1902 e o segundo em 29 de julho do mesmo ano, as competições se fortaleceram e passaram a ter um caráter esportivo. O Espírito Santo, por muitos anos, foi referência nacional nos esportes náuticos, principal-

tições esportivas capixabas, a importância das mesmas para a comunidade local e as relações sociais propiciadas pelo cotidiano dos principais clubes. O material, e outros 71 periódicos de 13 municípios do Espírito Santo, encontra-se no acervo “Imprensa Capixaba”, do Arquivo Público, e pode ser consultado no site www.ape.es.gov.br.

Referências das Imagens

Capa: vista parcial da área comercial da Praça Luiz Tinoco, Cachoeiro de Itapemirim. Data: 11/1980. BR ES APEES IJSN_677.

Página 3: nanquim sobre papel. Parte da Praça e da Rua da Alfandega e Rua Maria Ortiz, 1910. André Carloni. IBRAM-ES. Foto-reprodução: David Protti.

Páginas 8 e 9: fotografia do Fundo DOPS/ES. Acervo APEES.

Página 19: documento do Fundo DOPS/ES. Acervo APEES.

Páginas 20 e 21: integrantes do Ticumbi (baile de congos) de São Benedito de Conceição da Barra/ES. Fotografia de Aloir Caliri.

Páginas 36 e 37: Ticumbi (baile de congos) de São Benedito de Conceição da Barra/ES. Fotografia de Aloir Caliri.

Páginas 38 e 39: vista interna da escola rural de 1º grau - 1ª a 4ª - E.S. Fazenda Três Marias, Linhares. 1989. BR ES APEES IJSN_1811.

Página 56: vista frontal da Escola Bernardino Monteiro, Cachoeiro de Itapemirim. 11/1980. BR ES APEES IJSN_665.

Páginas 57 e 58: Avenida Getúlio Vargas, sem data. Alfredo Chaves. Acervo IBGE. Disponível em:

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/alfredo-chaves/historico>

Página 67: Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, sem data. Alfredo Chaves. Acervo IBGE. Detalhe. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/alfredo-chaves/historico>

Páginas 68 e 69: Câmara Municipal de Itapemirim, sem data. Acervo IBGE. Disponível em:

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/itapemirim/historico>

Página 83: vista frontal e lateral da casa de Simão Rodrigues Soares, aparecendo em primeiro plano alguns pescadores, Itapemirim/ES, 1980. BR ES APEES IJSN_513.

Páginas 84 e 85: captura de tela do Youtube. Documentário “Lugar de Toda Pobreza”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=neRjL0jpjg>

Página 95: arte com imagem de Amylton de Almeida. Auditório do APEES.

Páginas 96 e 97: vista Panorâmica da cidade de Ecoporanga, sem data. Acervo IBGE. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/ecoporanga/historico>.

Página 109: vista frontal de residências localizadas no município de Ecoporanga. Entre elas observa-se uma ruína. BR ES APEES IJSN_2949. Acervo APEES.

Páginas 110 e 111: Congresso Legislativo. Indicador Ilustrado do Estado do Espírito Santo, fotografias dos anos de 1908 a 1912. BR ES APEES IIES 017.

Página 127: Rua da Assembleia Legislativa. Fotografia de Tati. Disponível em: <https://www.al.es.gov.br/Noticia/2019/12/38590/ales-fecha-para-manutencao-predial.html>

Páginas 128 e 129: câmera escura – Ilustração vintage. Vetur Pro. Disponível em: <https://pt.vecteezy.com/arte-vetorial/13595170-camera-escura-ilustracao-vintage>.

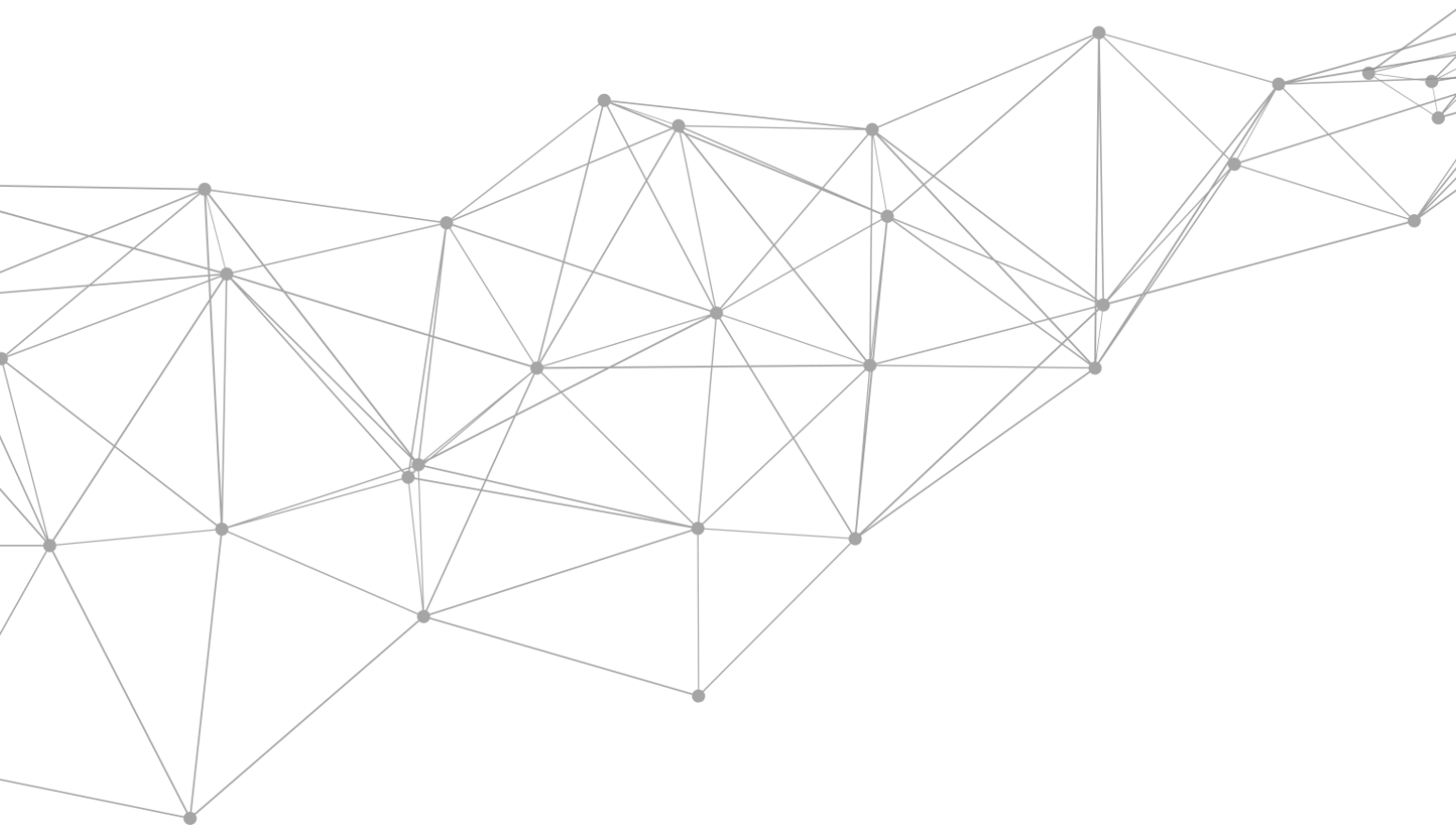
Páginas 144 e 145: reprodução do jornal “Correio da Victoria”. 29 de junho de 1853. Acervo APEES.

Páginas 146 a 159: Fundo Polícia. Dossiê 19. Caixa 655.

Páginas 160 e 161: fachada do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Acervo APEES.

Páginas 170, 171 e 172: reprodução do jornal “O Sport” de 23 de outubro de 1915. Acervo APEES.

A RAPEES agradece a todas as pessoas e instituições que autorizaram, de modo gentil, a reprodução das imagens desta edição. Empenharam-se todos os esforços para reconhecer e contatar a fonte e o detentor dos direitos copyright de todas elas. Desculpamo-nos por quaisquer erros ou omissões involuntárias, que poderão ser retificados, por meio de errata, nas edições futuras desta revista.



PARCERIA



REALIZAÇÃO

GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria da Cultura

